



DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL



ANO XLVII - SUPLEMENTO AO Nº 23 | SEXTA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 1992 | BRASÍLIA-DF

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL

— Atas da 2ª a 6ª reuniões realizadas em 10, 17 e 24 de março de 1992; 7 e 28 de abril de 1992, criadas através do Requerimento nº 445/91-CN, destinada a reavaliar os incentivos fiscais, propondo medidas corretivas à luz de suas conclusões.

— Ata da 7ª reunião realizada em 21 de maio de 1992, criada através do Requerimento nº 810/91-CN, destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro e propor soluções.

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar o Requerimento nº 445 de 1991-CN, do Senhor Senador Mansueto de Lavoura, solicitando o cumprimento do art. 26 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, que determina a criação de uma Comissão Mista do Congresso Nacional destinada a reavaliar os incentivos fiscais, propondo medidas corretivas à luz de suas conclusões.

2ª reunião, realizada em 10 de março de 1992

Aos dez dias do mês de março de mil novecentos e noventa e dois, às dezesseis horas, na sala número quatro da Ala Senador Nilo Coelho, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Congressistas Senadores Mansueto de Lavoura, Raimundo Lira, Henrique Almeida, José Riche, Lavoisier Maia, Jonas Pinheiro e Deputados José Mucio Monteiro, Benito Gama, Pedro Irújo, José Maranhão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente dá como aberto os trabalhos da Comissão e solicita a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Logo em seguida, o Senhor Presidente, sugere a elaboração de um cronograma de trabalho e o calendário das reuniões, sendo aprovada às terças-feiras, às dez horas. Fizera ainda, o uso da palavra os Senhores Parlamentares: Senadores Jonas Pinheiro, que frisou ser muito importante o planejamento das questões a serem desenvolvidas pela Comissão e da escolha oportuna do Presidente, alertou sobre os discursos bonitos e de ações vazias. O Senador Esperidião Amin, convidado da Comissão, que falou da superação dos desequilíbrios e desigualdades entre as regiões. Deputado José Mucio Monteiro, relator da Comissão, propondo que se esgote ao máximo as sugestões e de um maior número possível de pessoas, a fim, de se tirar conclusões acertadas com relação ao aprimoramento dos incentivos fiscais das regiões Norte e Nordeste. Deputado Osvaldo Coelho, convidado da Comissão, que opinou sobre o Nordeste semi-árido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrado os trabalhos. Agradeceu a presença de todos e solicitou-me, Edson de Alencar Dantas, Assistente da Comissão, que lavrasse a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e levada a publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Anexo à ata da segunda reunião, realizada em 10 de março de 1992, da Comissão Mista destinada a examinar o Requerimento nº 445-91-CN, do Senhor Senador Mansueto de Lavoura, solicitando o cumprimento do art. 26 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, que determina a criação de uma Comissão Mista do Congresso Nacional, destinada a reavaliar os incentivos fiscais regionais, propondo medidas corretivas à luz de suas conclusões.

Convidados: Jonas Pinheiro - Lavoisier Maia - José Mucio - Osvaldo Coelho - Esperidião Amin - Mansueto de Lavoura - Jonas Pinheiro - José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavoura) - Declaro aberta a segunda reunião da Comissão Mista que avalia os incentivos fiscais e vai propor uma nova política de incentivos fiscais para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Como todos sabem, esta Comissão decorre de um impositivo legal. O Art. 126 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, que assim determina:

"Até doze meses após o início da legislatura a iniciar-se em 1991, a Comissão Mista do Congresso Nacional reavaliará os incentivos fiscais regionais, propondo as medidas corretivas à luz de suas conclusões".

No dia 16 de outubro de 1991 foi feita a leitura da proposição para instalação desta Comissão, em sessão conjunta, e foram designados seus membros, Senadores e Deputados. No dia 20 de novembro, instalou-se a Comissão, com a escolha do presidente e do vice-presidente, e a designação do relator. Fazem parte desta Comissão os seguintes Srs. Senadores: Coutinho Jorge, Onofre Quinan, Raimundo Lira, Henrique Almeida, Divaldo Surtinho, José Riche, Lavoisier Maia, Jonas Pinheiro, Albano Franco, Amárcio Mendes e este Senador que fala, Mansueto de Lavoura; e os Exm^{as} Srs. Deputados: José Mucio, Benito Gama, Pedro Irújo, José Maranhão, Germano Rigotto, Elói Dalla-Vecchia, José Luiz Maia, Sérgio Machado, Carlos Rayath, Aloizio Mercadante, Eduardo Siqueira Campos.

A Mesa dos trabalhos da Comissão ficou assim constituída: Presidente - Senador Mansueto de Lavoura; Vice-Presidente - Deputado Sérgio Machado, do PSDB; Relator - Deputado José Mucio, do PFL. Só por uma coincidência é que o Relator e o Presidente são de Pernambuco, uma vez que a escolha foi feita separadamente pelo Senado e pela Câmara. Mas esta não será nem uma Comissão pernambucana, nem uma comissão nordestina, uma vez que aqui, também, estão envolvidas os interesses das áreas da Sudam e da Sudeco. E se foi, que realmente fique isso registrado em segredo. A Bahia está na frente em matéria de competência.

Esta segunda reunião da Comissão tem um objetivo administrativo, isto é, vamos traçar, ouvindo, evidentemente, os companheiros que compõem o plenário e outros que chegarão daqui a pouco, discutir e aprovar um cronograma da Comissão e uma sequência administrativa.

Mas, antes disso, gostaria de ter o prazer de registrar aqui a presença do Superintendente em exercício da Sudene, Dr. Eliezer, e do Presidente da Associação dos Servidores da Sudene, Dr. Paulo de Tarso, assim como também do Dr. Vicente, que é o representante da Sudene aqui em Brasília. Vamos instar junto aos Superintendentes da Sudam e da Sudeco para que estejam presentes nas próximas reuniões. A de hoje é meramente administrativa, mas o nosso tempo urge.

Queremos, desde o início, fazer um apelo a todos os eminentes Colegas no sentido não apenas do comparecimento, mas da participação efetiva. E temos que trabalhar intensamente, uma vez que o nosso prazo regimental esgota-se no dia 15 de maio de 1992.

Eventualmente, poderemos pedir prorrogação desse prazo, mas deveremos trabalhar tendo em conta dessa data. Nesse sentido, vamos avaliar propostas de uma reunião intensa semanal, vamos discutir o cronograma da

Comissão, vamos discutir uma lista, um elenco de depoentes, vamos discutir aqui a validade ou não de eventos externos, isto é, da Comissão se deslocar para outras áreas, eventualmente para visita a projetos que sabe a projetos que tenham realmente apresentado resultados positivos, que sejam exemplos de sucesso da aplicação correta desses incentivos fiscais, ou talvez, sem nenhum intuito de fiscalização, que não é objeto desta Comissão. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados têm outras Comissões específicas para esse tipo de trabalho. Porém, quem sabe visitar alguns projetos que fracassaram, com o objetivo de tirarmos aquelas lições de fracasso desses projetos, os porquês do não sucesso de uns e do sucesso de outros. São sugestões que eu levantaria para o eminente Relator e para os eminentes Deputados e Senadores. Gostaria de abrir os trabalhos desta Comissão com essas sugestões, fazendo a minha saudação especial ao eminente Superintendente da Sudene e à sua equipe aqui presente, e aos outros representantes de organismos regionais.

Para não se estender mais, a Presidência quer facultar a palavra a qualquer um dos eminentes participantes, já dizendo do embasamento legal da Comissão, dos seus objetivos, do nosso estreito espaço de tempo, da obrigação que temos de trabalhar intensamente. Por isso gostaria de facultar a palavra, no sentido de iniciarmos, apresentando qualquer colocação relativa ao objetivo da Comissão, ou sobretudo já começando a discutir a questão do seu cronograma de trabalho. A palavra está facultada a quem quiser usá-la.

Tem a palavra o eminente Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, neste momento, tudo o que começa bem tende a ir bem, e tudo o que começa mal tende a ir mal. Por isso entendo que é da maior importância planejarmos as ações a serem desenvolvidas, começando exatamente pela montagem do calendário. Conforme V. Ex^a acabou de frisar, a meu ver, deveríamos nos centrar exatamente no calendário, ou seja, marcar as reuniões, para que a partir daí pudessemos desencadear o planejamento propriamente dito. Poderia ser estabelecida uma reunião semanal, porque temos presentes que este ano será muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavoura) - Obrigado, nobre Senador.

Temos que começar a discutir a questão do calendário, conforme sugeriu o Senador Jonas Pinheiro, o que já era a nossa intenção. Nessa intenção, a meu ver, a primeira questão fundamental é marcar o dia das nossas reuniões e o horário segundo, se será possível ou não duas reuniões semanais, tendo em vista o estreito tempo que temos para trabalhar dentro do prazo regimental evidentemente. Em terceiro lugar, estabeleceremos as datas e o prazo final do relatório. Isso é importante. Nesse ponto falarão mais a respeito o Relator, Deputado José Mucio, que está aqui.

Tem a palavra o Senador Lavoisier Maia, ilustre representante do Rio Grande do Norte.

O SR. LAVOISIER MAIA - Em primeiro lugar, quero dizer da importância da instalação desta Comissão. Em segundo lugar, dizer da escolha do Presidente, que o foi pelo critério da competência.

Trata-se de um homem público, cujo interesse é para que as coisas no Brasil funcionem melhor. Isso tanto por parte do Presidente quanto do Relator. Conheço-o de perto. Sei que são homens bem intencionados e que primam por bem exercer as suas funções. Houve uma coincidência com relação a Pernambuco, um Estado importante do Nordeste, que vamos ver como brasileiros, não com questão nacional nem regional.

Estamos cheios de discursos bonitos e de ações vazias; de abundantes planos, ricos, e de execuções inexistentes e pobres. Em função disso, a opinião pública nacional não está vendo com bons olhos a ação dos políticos de uma maneira geral, do Executivo e do Legislativo mais ainda.

Estava dizendo ao meu colega e eminente amigo Mansueto de Lavoura que sou de um Estado pequeno e pobre do Nordeste, que é um irmão sofredor do Brasil. O povo do Rio Grande do Norte é o mais pobre do Nordeste, apesar de ser potencialmente rico o Estado. Tenho falado muito durante estes cinco anos, e vejo no meu Estado, como no Nordeste, cada dia que passa a minha região ficar marginalizada dentro do processo nacional, apesar de ter um Presidente nordestino.

Quero dizer, Senador Mansueto de Lavoura, que a Comissão está começando bem, que faz um planejamento das suas ações, das reuniões e inclusive da divulgação para todos os seus membros. A informação de dia, hora e assunto sempre é importante para assegurar a presença do colega Deputado ou Senador. Recebi mais de uma vez a informação desta reunião. Não sei se o mesmo aconteceu com os outros, porque aqui não está a maioria dos membros da Comissão. Isso é fundamental. Sei que no Congresso sempre há um número exagerado de reuniões de Comissões, na mesma hora Senadores e Deputados têm três ou quatro compromissos; devíamos, então, ter o cuidado de ver isso, eminente Senador Mansueto de Lavoura, para escolhermos dias que não coincidam com outros trabalhos do Senado e da Câmara. Isso é importante e também a informação para o Parlamentar sobre o dia e a hora e, se possível mais de uma vez, para, com a presença da maioria, a Comissão funcionar melhor.

Estou pronto a prestigiar, porque com a minha presença cada vez mais estou me inteirando dos problemas, solidário com os Colegas que estão imbuídos dos melhores sentimentos para que os trabalhos se desenvolvam. O mal é não funcionar! Espero que esta Comissão funcione, e bem! De minha parte, quero ser informado das reuniões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavoura) - Agradeço a V. Ex^a, Senador Lavoisier Maia. Dentro do objetivo que nos propomos nesta reunião, entrar exatamente na discussão e aprovação do horário, dia, da quantidade de reuniões por semana, do nosso calendário; da apresentação, segundo o relatório do eminente Deputado José Mucio, da nossa proposta. A Comissão se esgotará quando apresentarmos um anteprojeto, um projeto de lei ao Plenário do Congresso Nacional, passando pelas duas Casas, para alterar essa lei. Essa lei dos incentivos fiscais é provisória. Ela depende do resultado do nosso trabalho para se tornar definitiva se é que a Comissão vai considerá-la boa, que ela não necessita de nenhuma alteração a ratificar. Sendo assim, vamos oferecer em relatório uma proposta de alteração. E é isso o que pretendemos fazer.

Tem a palavra o eminente Relator.

O SR. RELATOR (José Mucio) - Primeiramente, gostaria de agradecer as palavras do prezado amigo Senador Lavoisier Maia, a presença dos amigos e dizer da responsabilidade desta Comissão e que temos pouco tempo para trabalhar. Evidentemente, já deveríamos ter começado em novembro. Tivemos todas aquelas sessões extraordinárias no final do ano e não pudemos nos reunir. Evidentemente, que 15 de maio é um prazo apertadíssimo para que tenhamos essas audiências públicas e apresentemos o relatório.

Sugiro que esgotemos ao máximo a sugestão do Senador Lavoisier Maia na questão da informação. Precisamos ouvir aqui um maior número de pessoas que nos subsidiem com relação aos incentivos, que é uma matéria que

interessa ao Norte e Nordeste, como também interessa ao Sul, como a todo o País.

Devemos escolher um horário que não haja desculpa alguma de não poder acontecer as reuniões. Sugiro uma vez por semana, pois daria tempo de se fazer os convites, preparar sempre cada reunião tem uma consequência em função da anterior. Imaginei a quarta-feira, que é um dia em que todos nós estamos aqui. Mas, poderiam dizer que às quartas-feiras temos todas as reuniões. Mas, podemos marcar num horário livre, por exemplo, às 14h não há nada marcado no Senado, nem na Câmara, é uma hora até incômoda.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - A sessão do Senado começa às 14h30min e da Câmara à 14h30min, a parte de discurso. É o pinga-fogo.

O SR. JONAS PINHEIRO - Tenho a convicção de que se nos dispuséssemos a estar aqui na segunda-feira à tarde ou à noite, então essas reuniões aconteceriam com um quorum máximo, quer dizer, com um aproveitamento máximo.

Mesmo viajando, na segunda-feira estou aqui, de manhã, a partir das 11h. Acho ótimo.

É melhor não nos iludirmos com a possibilidade de termos reuniões na terça, quarta e, quinta, porque nem sequer atendemos bem ao funcionamento das Comissões permanentes. Agora mesmo a Comissão de Educação vai se reunir.

É preciso colocar o pé no chão e decidirmos a estar aqui na segunda-feira à tarde ou à noite. E aí sim, é possível que se viabilizem com mais sucessos essas reuniões. Mas, se houver essa vontade.

O SR. RELATOR (José Múcio) - A idéia é boa. Agora, sugiro ao Sr. Presidente que submeta à votação.

A proposta do Senador Jonas Pinheiro é boa, porque vai demonstrar que vai ter interesse por esse resultado dessa Comissão.

Proponho que seja segunda-feira à noite. Quarta-feira é um dia bom, mas cheio de problemas e de muitas comissões.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Em discussão.

A questão está aberta, está em discussão. Esse ponto é da maior importância: o dia em que vamos trabalhar.

Creio que a proposta de uma reunião semanal é lógica, é uma proposta evidente. Mas, há uma proposta para quarta-feira e a outra para segunda-feira.

Então, a questão está aberta. E gostaria de ouvir os eminentes Deputados e Senadores.

O SR. JOSÉ MARANHÃO - Sr. Presidente, a segunda-feira, no meu entender, é um dia fora de cogitação, porque é o dia de menor comparecimento no Congresso. Já temos tido dificuldades em reunir essa Comissão em dias como hoje, que é um dia de bom comparecimento, imagine numa segunda-feira? Significa liquidar a Comissão.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Terça-feira, à noite, é uma alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Senadores Esperidião Amin e Jonas Pinheiro, está havendo a contraproposta de terça-feira, à noite.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sei que o meu voto não vai ser computado, Presidente, porque não integro a Comissão; é apenas o meu interesse, que V. Ex. conhece, a respeito do assunto...

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Antes de tudo, gostaria de saudar V. Ex. como saúdo o Deputado Osvaldo Coelho, que mesmo não sendo membros titulares da Comissão, estão aqui presentes. Portanto, desde já, a minha palavra de estímulo e de elogio a que continuem com essa presença, dando a sua contribuição, que é indispensável aos trabalhos desta Comissão. E é claro que nem precisava haver dispositivo regimental nesse sentido, mas há, mas se não houvesse a Presidência daria não só a palavra, mas o título a V. Ex. de membro da Comissão. É preciso estender aos demais Parlamentares, Deputados e Senadores, o convite para que venham às nossas reuniões.

Eu gostaria de dizer que está em votação a proposta para que nossas reuniões sejam na terça-feira. Vamos discutir primeiro o dia.

Não havendo posicionamento em contrário, está aprovado o dia da reunião na terça-feira.

Agora vamos para o aspecto que se refere ao horário.

O SR. JONAS PINHEIRO - Ouvi a proposta de a reunião ser à noite, mas temo a precaução de dizer que seja no começo da noite, emendando a partir das 18 horas e 30 minutos, quando terminamos a sessão, porque a terça-feira é uma das noites da semana em que temos mais compromissos sociais, jantares, homenagens, reuniões partidárias, reuniões em casa de amigos, então, é muito mais conveniente emendarmos a partir das 18 horas. Ainda que tenhamos compromissos sociais, poderíamos trabalhar até às 20 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Senador Jonas Pinheiro, partimos do princípio de que as votações principais, na Câmara e no Senado, não são na terça-feira; geralmente são na quarta e na quinta-feira. Quando houver votação em que haja uma prorrogação, é muito difícil que as sessões normais na terça-feira não estejam encerradas às 18 horas. Então, há a proposta do Senador Lavoisier Maia para que seja às 18 horas e eu a submeto ao Plenário. Se não houver posição em contrário, fica aprovada então a nossa reunião semanal para as terças-feiras, às 18 horas.

Passamos agora à questão dos depoentes. Quanto ao cronograma, prazos etc., já fica acertada a terça-feira, às 18 horas. No que se refere a prazos e depoentes isso vamos ver no desenrolar dos trabalhos.

O segundo item da reunião é discutirmos e aprovarmos a relação dos depoentes. A Presidência faculta aos eminentes membros da Comissão e aos demais Parlamentares aqui presentes as sugestões que queiram apresentar à Mesa.

O SR. LAVOISIER MAIA - A minha sugestão é que o primeiro depoente seja o Superintendente da SUDENE.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Eu também gostaria de fazer uma sugestão a V. Ex. que precisamos mexer um pouco na história dos incentivos. Acho que é muito importante para esta Comissão, até para que tenhamos elementos para projetá-la para o futuro, que trouxéssemos aqui o fundador, o Ministro Celso Furtado, e trouxéssemos, no mesmo dia essa minha suges-

tão é muito importante o Superintendente da SUDENE e o Superintendente da SUDAM, num só dia, para que o Ministro Celso Furtado dissesse o que se pensou na SUDENE, na sua criação, como ela era, qual era o papel dos incentivos, e que cada superintendente dissesse exatamente como é hoje, para que a Comissão pudesse fazer uma avaliação.

O SR. LAVOISIER MAIA - Comparando é que o povo entende.

O SR. RELATOR, (José Múcio) - Esse, para mim, deveria ser o pontapé inicial.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Então, vou submeter ao Plenário a proposta do Senador Lavoisier Maia, complementada pela proposta do eminente Relator, Deputado José Múcio. Gostaria de acrescentar que o resgate dessa história da SUDENE, da época que tinha realmente peso político, que ela abalou realmente as estruturas arcaicas do Nordeste, é fundamental para inspirar o nosso trabalho.

Então, essa proposta de audiência com o ex-Superintendente e ex-Ministro Celso Furtado é da maior importância. Nesse caso, submeteria, então, à aprovação os depoimentos do Superintendente da SUDAM, o Superintendente da SUDENE e do ex-Superintendente Celso Furtado, simultaneamente, no mesmo dia.

O SR. JONAS PINHEIRO - Na ordem inversa em que foi colocado?

O SR. PRESIDENTE - (Mansueto de Lavor) - Sim, primeiro Celso Furtado, depois o da SUDENE, o da SUDAM.

Aprovado, então.

Está aberta a lista de sugestões para outros...

A data vai depender da agenda dos depoentes. Vamos insistir para que seja na próxima reunião, da terça-feira, dia 17 de março. E isso será assegurado porque logo a partir de hoje e amanhã, principalmente, vamos entrar em contato com o Dr. Celso Furtado e sei que há realmente uma disponibilidade total da SUDENE, creio que não haverá dificuldades, a não ser que haja problema de agenda para o dia 17. V. Ex. poderia informar algo nesse sentido, agora. Será no dia 17 às 18h, aqui.

Vamos entrar em contato também com o Superintendente da SUDAM, visando ao mesmo objetivo.

V. Ex. tem a palavra, eminente Deputado Osvaldo Coelho.

O SR. OSWALDO COELHO - Peço a palavra, na verdade, com vontade de dar uma colaboração até inspirado muito nas palavras do Senador Lavoisier Maia. Estamos mais uma vez querendo repensar o Norte e notadamente o Nordeste e vou fazer uma lembrança aqui. Dentro desses depoimentos, não se esqueçam do depoimento do CPATSA - Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido que está instalado em Petrolina e que tem seguramente bons subsídios e nunca foi ouvido para isso.

Nessa última legislação da SUDENE, a primeira coisa que se fez foi, dando ouvidos a um "realajo" muito grande na época que estavam "peculiarizando" o Nordeste e a Amazônia, que os incentivos fiscais não fossem destinados à pecuária.

E quero logo antecipar aqui um pensamento é uma idéia, o Nordeste do semi-árido tem que ser imediatamente muito pecuarizado, se não não vamos sair daquela pobreza e daquela miséria secular e eterna que vivemos, mas, seguramente quem vai dizer isso e não estou repetindo se não o CPATSA. É essa a advertência, que se ouçam órgão na linha do CPATSA que se esqueça o "realajo" antigo, porque estou muito possuído dessas idéias do Senador Lavoisier Maia, estou muito inquieto, as coisas não andam bem as reuniões estão esquecidas porque com elas assumi compromissos. As atenções estão voltadas para as populações e as regiões mais fortes economicamente, o GAP aumenta cada vez mais, as prioridades não são estabelecidas e depois, por fim, não acredito em nada, e nem no desenvolvimento sem uma intensa aplicação de recursos na educação, sobretudo na educação fundamental, na educação de nível médio. Não vejo isso ocorrer.

Nós vamos falar sobre incentivos fiscais, que esses incentivos tenham qualquer coisa de abrangência com educação, porque com esse oceano de analfabetos no Brasil, sobretudo na nossa região, não há recurso que entre e que não seja um saco furado.

Então, por último, que entendam que a minha palavra foi para registrar logo que ouço o Centro de Pesquisa do Trópico Semi-Árido. E que nós entremos neste estudo a mais sobre o Nordeste sem nenhuma discriminação, sem nenhum preconceito.

Gosto muito das expressões assim do povo. Na segunda-feira, eu via na feira da minha cidade um sujeito que assim dizia: "As últimas coisas bem feitas que ocorreram aqui na região foram a aposentadoria dos velhos e o capim Bufel". É uma graminha que precisa chegar no semi-árido nordestino. Ela foi a salvação do Texas americano, do Arizona, da América Central, da Austrália, e há mais de 1 ano que luto com alguns companheiros, Deputado Jorge Curi, Deputado Aléluia, Deputado Ricardo Fiuza, e tantos outros assim, com a alta direção do Banco do Nordeste, que nos ofereceram recursos compatíveis com as nossas carências, com as nossas pobres, para se fazer a disseminação desta graminha, que salvou essas regiões todas. Mas o Banco do Nordeste não tem entendimento e nem conhecimento disso. Eles, lá de Fortaleza, nunca foram ver o que é um pé de capim Bufel. Tanto faz um pé de capim Bufel, como uma cobra, eles é mesmo coisa, eles não distinguem nada, eles não sabem, absolutamente, o que é isso. Eles se perdem no litoral, viram as costas para o Brasil, que está lá dentro. Eu digo, Banco do Nordeste, porque quero dizer o seguinte não sou contra o Banco do Nordeste não, sou contra é a forma que ele está estabelecido. O Banco do Nordeste deve ter 80% dos funcionários de Fortaleza para dar uma canetada toda dia no papel, que tem que sair de tudo quanto é lugar para lá, tem os 10% nas outras tem centenas de agências no Brasil sem povoação e sem poder de decisão. Então e aí onde quero chegar um pouco com Lavoisier, precisa mudar isso, precisa uma inversão dessas coisas, senão, eu não sei qual será o comportamento do eleitorado perante estas Casa na próxima eleição, porque o eleitorado esta, cada vez mais, sabendo dessas coisas, e ele sabe que nós somos um Poder, e eles hoje estão dizendo que sabem que o poder está no Congresso, mas é um poder que não pode, é um Poder que não quer, é um Poder que não protesta, um poder que não abre novos caminhos, é por aí mesmo.

Quer ir mais longe, estou falando de incentivos fiscais. A Sudene bastavam seis lojas para fazer os incentivos fiscais. E o que a Sudene faz? Eu pergunto quanto aos Estados e Municípios, o que receberam da SUDENE? Nada. Precisamos fazer um estudo bem profundo. Aqui, nos Ministérios, estes Ministros, que estudam as coisas, dizem-me que acham que a Sudene é um grande corporativismo e que ficamos apenas defendendo dois

mil funcionários, com salários muito altos. Eles também são culpados, porque não injetam recursos para a Sudene. Mas preciso me aprofundar na discussão destas coisas porque senão não vem a modernidade, não vem o progresso, não vem o bem-estar e não vem, também, a paz da nossa consciência, que saímos à busca do voto, da representação popular e passam anos, passam mandatos nos questionamos sobre o que fizemos. O que deveríamos ter feito? O que estamos fazendo, diante do eleitorado?

Então, que esta comissão debata todos os assuntos sem cerimônia, abertamente, pois, caso contrário, será mais uma comissão. Eu me recorde do saudoso Manuel Novaes que fez um levantamento do trabalho extraordinário sobre o que representou o roubo do país para o Nordeste. Devíamos ter "x", de incentivos fiscais e todos os dias era retirado um, PIN, Pro-Terra, Turismo, Amazônia. O que representa a receita do equilíbrio regional foi um engano, um engano. O Presidente do Banco do Nordeste disse: está errado, os incentivos deveriam continuar sendo como participação acionária. Assim que se fortalece a região. Creio que ele está certo. Não, estou falando que não pode ser participação acionária, tem que ser uma forma de debenture cada vez mais complicada e menos acesso aos menos espertos, menos sabidos, menos inteligentes, aos menos preparados. E a Sudene fica beneficiando cada vez menos. Temos tanto o que fazer. Acontece que eu acho o Nordeste viável, que o São Francisco pode ser a região mais rica do país. Estou convencido mesmo, mas não há os meios. Outro dia eu dissera ao Presidente que a LDO diz que não que emenda nas dotações que são contrapartidas de recursos externos e que sua Excelência. Não tenha bons amigos, porque na hora da operação do orçamento, a primeira coisa que o Ministério da Economia faz é contar, contingenciar os recursos nacionais que são contrapartidas de recursos externos. Mas nesta hora o empréstimo já foi contratado, já existe encargos financeiros, naquela dotação que foi posta à disposição da contrapartida que não chega. O Tesouro é onerado e as coisas não acontecem.

Convenhamos que nós temos mesmo muito o que cuidar para sermos dignos do mandato que temos. E acho o processo tão desafiador, que eu estou me advertindo e até por extensão pedindo vênua a V. Ex. admitindo que estivemos, muitas vezes, aqui, nesta reunião, sejamos muito desassombrados diante dos problemas, caso contrário não haverá mudança alguma. E se esse fato ocorrer, também não sei o que está destinado a nossos contemporâneos. Eu não estou falando em gerações futuras. Vejo o mundo tão avançado! Vejo o japonês dizer: o americano é ignorante, o operário americano é analfabeto, pouco produtivo, não estuda. O japonês já diz isso do americano. Ah, se eles nos conhecessem. O que diriam! E o mundo é uma aldeia, cada vez mais integrado e competitivo. O nosso país, é verdadeiramente dividido em dois países: um, do primeiro mundo, e nós do terceiro, passando aí para o quarto. Mas isso não vai resistir às evoluções, aos avanços tecnológicos. E peço até desculpas, porque fui longo. Mas é porque, hoje, eu dizia ao Senador Lavoisier Maia: eu também estou inquieto, insatisfeito, não sei se nós estamos correspondendo às expectativas do eleitorado. O eleitorado lá embaixo só diz uma coisa: "para Presidente da República, não voto mais; para Governador e para Deputado também não estou votando mais". Eles sabem que Senador tem 8 anos de mandato; portanto, tem direito de se preservar das urnas de vez em quando.

Muito obrigado a V. Ex. Fiz essa digressão porque talvez tivesse necessidade de um desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Agradeço a V. Ex. as colocações.

É preciso dizer que a oportuníssima intervenção do Deputado Osvaldo Coelho nos situa muito bem no grau de responsabilidade que todos, temos, o Congresso como um todo e especialmente, esta Comissão Mista representativa do Congresso Nacional, que se propõe a uma nova política de incentivos fiscais, visando ao desenvolvimento regional. O pior de tudo realmente é o que foi frisado aqui por diversos integrantes da Comissão, que tudo isso parece um discurso velho, um disco já furado, um filme já visto, e parece que se está começando a mesma coisa, o mesmo discurso, para não dar em nada.

Vamos pedir a Deus e vamos convocar os companheiros para que esta não seja mais uma experiência frustrada. Isso é fundamental.

Estamos aqui - e essa é a linha do pronunciamento do Deputado Osvaldo Coelho - diante de um grande desafio: ou vamos alterar substancialmente esse inter-relacionamento entre as regiões, ou vamos frustrar mais uma vez os habitantes de diversas Regiões que já não são mais o Nordeste nem a Amazônia, mas o Sul e o Centro-oeste do País.

Não me cabe fazer pronunciamento, apenas administrar os trabalhos, mas eu gostaria de subscrever aqui o pronunciamento do Deputado Osvaldo Coelho. E, antes de passar a palavra ao eminente Relator, se é dentro desse assunto, eu gostaria de submeter ao Plenário a proposta que S. Ex. fez.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma lembrança.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - V. Ex. tem a palavra.

O SR. RELATOR (José Múcio) - É que não podemos nos prender muito a essa questão, porque não é só Sudene. Se V. Ex. sugere seja ouvido o Presidente do CEVATA, que subscervo, inclusive subscervo seu pronunciamento também, precisamos nos lembrar no Centro de Pesquisa do Trópico Úmido também, que é o correlato da área da Amazônia.

Precisamos ouvir o do CPATSA, mas precisamos também ouvir o do Trópico Úmido, que é o correlato na Região Norte.

Era só isso o que eu queria lembrar.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Creio que a proposta de incluir os técnicos desses dois centros da EMBRAPA...

O SR. RELATOR (José Múcio) - Até porque eles vão dizer, por exemplo, se a pecuária deu certo na Amazônia, porque há essa questão da força da floresta, como se diz lá que o capim é sempre vencido, o que não ocorreu com o buffel. Então, o CPATSA vai dizer o que aconteceu com o buffel, o da Amazônia vai dizer o que acontece com a questão da pecuária na Amazônia, que realmente lá é discutido. Seria bom que ouvíssemos os dois ao mesmo tempo aqui, para que fizéssemos aquele debate que foi proposto no início.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Tem a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Desejo apenas, até porque fiz uma intervenção ao final do pronunciamento do Deputado Osvaldo Coelho, como assistente da reunião, subscrever as palavras do Deputado Osvaldo Coelho e dizer da reunião, oportunidade.

Eu conversava com o Senador Jonas Pinheiro exatamente no mesmo sentido, e a minha sugestão a ele, que é Membro da Comissão, foi não apenas subscrita, mas, grandemente ampliada pelas palavras do Deputado Osvaldo Coelho, e fica resumida no seguinte: é importante para o Brasil, e por isso é um objetivo permanente, constante da Constituição Brasileira, a superação dos desequilíbrios decorrentes das desigualdades entre as regiões e também entre as pessoas. Assim como uma família não consegue viver em desequilíbrio dessa natureza, que num município ou num bairro é problemático para a segurança de todos, para a segurança até da existência da sociedade, um país também não pode viver, não pode subsistir com desigualdades como as que o Brasil vive, desigualdades inter e intra-regionais. A minha sugestão, que quero fazer chegar ao Senador Jonas Pinheiro, que foi, repito, largamente ampliada pelo Deputado Osvaldo Coelho, é no sentido de que, com informações como estas que estão aqui alinhadas, se possa não apenas cumprir esta lei, mas se possa, além disso, dispor de um mecanismo permanente de avaliação de custo-benefício, principalmente do ponto de vista social, de incentivos fiscais.

E todas as formas de renúncia de receita, aí já é idêa de um projeto de lei de minha autoria, que o Brasil adotou e está adotando, pelas razões que foram aqui expostas. Um país que vive a incapacidade do seu governo em matéria de produzir ações efetivas, para fazer com que as coisas aconteçam, os recursos tem que ser otimizados.

É um objetivo prioritário, independente da nossa região de origem, ajudar a reduzir, senão eliminar, os desequilíbrios entre as regiões, que conspiram realmente contra a própria existência do País, da Nação como um todo.

Era essa a contribuição que queria dar e faço questão de enfatizar para que não pense o Deputado Osvaldo Coelho que, por aquela minha observação que fiz ao seu discurso sobre a questão eleitoral, seja o cerne do seu pronunciamento, que foi muito mais denso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Continua facultada a palavra, dizendo que a proposta para que sejam depostos os coordenadores do Centro de Pesquisa do Trópico Semi-Árido - CPATSA -, do Centro de Pesquisa do Trópico Úmido. Estão aprovadas, se não houver nenhuma rejeição.

A Mesa gostaria de sugerir que essa reunião, para tomar os depoimentos desses técnicos, realizar-se-á após os depoimentos do superintendente da Sudene, da Sudam e do ex-Superintendente Celso Furtado, talvez lá pelo dia 24 de março. Então, se houvesse alguma outra sugestão de outro técnico, de outro centro de pesquisa que pudesse nos dar subsídios sobre a atividade econômica mais própria a tal região, ficaria aberta essa lista, para compormos aqui reunião, com três ou quatro técnicos, de alta representação, de centros de pesquisa, na área científica e agropecuária, para que se pudessemos ouvi-los aqui em conjunto com os técnicos da Cepasa e os técnicos do Trópico do Centro Úmido.

V. Ex. tem a palavra.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Queria fazer minha sugestão com relação às pessoas que gostaria de ouvir. Acho que precisávamos ouvir aqui o Presidente da Agropene, que é a Associação dos Projetos Agropecuários, para ouvir as queixas dos projetos agropecuários, para ouvir as modificações que eles sugerem.

Precisávamos também ouvir um representante do setor industrial, que tem recebido incentivo do setor industrial.

Precisávamos ouvir também, e é muito importante tanto para Sudene como para a Sudam, um representante da casa, da entidade. A Sudene tem um órgão que representa os funcionários da Casa; a Sudam também tem. Seria importante que ouvíssemos até a cultura de dentro para fora, dos funcionários, dos técnicos, até para que se pensasse também em como está o plano de carreiras, como está o ânimo da casa. Qual o espírito da casa?

Então, seria o Presidente da Agropene e um representante da área industrial da Sudene; dois representantes das entidades representativas dos funcionários da casa. Sulgro, também, que escolhésemos alguém ligado ao Banco do Nordeste; podia até aproveitar o gancho do Deputado Osvaldo Coelho e convocar o Presidente do Banco do Nordeste.

Seria muito interessante também ouvir o Dr. Rubens Costa, que é ex-Superintendente da Sudene, ex-Presidente do Banco do Nordeste, que escreveu livros sobre incentivos fiscais, quer dizer, é um economista, um professor, um homem de visão muito abrangente do problema de incentivos fiscais. É uma sugestão que faço, Sr. Presidente.

Gostaria também de acrescentar que muitos outros nomes vão surgir no desenvolvimento do trabalho. A par do depoimento do Superintendente do Banco do Nordeste, também gostaria de pedir o do BASA, seria muito importante.

Ao longo dos trabalhos, surgirão novos nomes e fixaremos novas datas para que, no decorrer do prazo, possamos ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Então, as propostas até agora são no sentido de que sejam ouvidos os depoimentos do Presidente da Agropene; do Presidente de Projetos Industriais; do Presidente do Banco do Nordeste, ou seu representante; do Presidente do BASA - Banco da Amazônia S.A., ou eu seu representante. Há mais alguém, nobre Deputado?

O SR. RELATOR (José Múcio) - O Presidente da Associação dos Servidores da Sudene e da Sudam.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - O Presidente da Associação dos Servidores da Sudene e da Sudam.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Isso para que tenha uma palavra da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Associação ou órgão equivalente.

O SR. JOSÉ RICHÁ - Mas é muito importante estabelecer a ordem das audiências: primeiro os que vão reclamar ou criticar para, depois, ouvirmos os outros.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Gostaria de dizer que, com os nomes hoje aprovados já é possível realizar uma série de sessões. Mas a lista fica aberta para eventuais pleitos no sentido de outro depoimento. Com a devida justificação, como as de hoje, com certeza não haverá dificuldade, apenas uma questão de tempo.

A partir da primeira audiência, que já está definida, será estabelecida uma ordem de depoimentos: primeiro aqueles que vão reclamar e, depois, os que vão dar uma visão oficial.

Nesse sentido, foi esquecida, gostaria apenas de lembrar, a Superintendência de Desenvolvimento Regional, aquela que representa, afinal de contas, o Governo Federal nessa história. É apenas uma sugestão, pois muitas queixas serão feitas ao Secretário de Desenvolvimento Regional.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Celso Furtado vai dizer que se entendia diretamente com o Presidente da República, demonstrando a perda de força da Sudene e da Sudam.

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, neste momento os Srs. Senadores estão sendo convocados para uma sessão extraordinária, em que se processará uma votação secreta.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Agradeço. Realmente está havendo uma votação.

Gostaria de esclarecer que essa lista de depoentes não é definitiva todos estão aprovados, mas outros poderão dela constar. As sugestões podem ser apresentadas nas reuniões posteriores.

A primeira, em princípio, será realizada no dia 17. Nossas reuniões serão às terças-feiras às 18h.

Gostaria de ouvir ainda o Plenário sobre essa questão de eventos externos, isto é, do deslocamento da Comissão para áreas da Sudene e da Sudam no sentido de se avaliar, in loco, projetos. Se não houver posicionamento em contrário, essa proposta será aprovada.

Não podemos esquecer a questão do fundo constitucional, porque a lei fala não só dos incentivos fiscais, mas também da nova legislação do imposto relativo sobre a renda e incentivos fiscais. Creio que, nas nossas propostas a questão do FNE está incluído.

Concedo a palavra ao nobre Deputado. V. Ex. deseja fazer alguma observação?

O SR. OSVALDO COELHO - Eu acho que o que está a merecer um reestudo são os incentivos. Acho que colocar o Fundo aí...

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - É uma questão que temos que relacionar, saber se exclui no momento, se trata só do Finor e do Finam, e se deixa de lado o Fundo.

O SR. OSVALDO COELHO - Acho que o que está velho, a merecer uma modernização ou uma avaliação o Finor e o Finam, mas o Fundo, até para nós...

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Está acatada a proposta. Agradeço o comparecimento de todos e convoco a próxima reunião para a próxima terça-feira, dia 17 de março às 18h. Muito obrigado. Está encerrada a reunião. (Levanta-se a reunião às ... horas.)

3º Reunião, realizada em 17 de março de 1992

Aos dezessete dias do mês de março de mil novecentos e noventa e dois, às dez horas, na sala número quatro da Ala Senador Nilo Coelho, reuniu-se a Comissão Mista destinada a examinar o Requerimento nº 445-91-CN, do Senador Senador Mansueto de Lavor, solicitando o cumprimento do art. 26 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, que determina a criação de uma comissão mista do Congresso Nacional a reavaliar os incentivos fiscais regionais, propondo medidas corretivas à luz de suas conclusões.

Convidados: Jonas Pinheiro - Walfrido Salmito - José Reinaldo Tavares - Coutinho Jorge - José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Tenho a presença confirmada de alguns Srs. Senadores e Srs. Deputados que já se deslocam para esta sala. Há dificuldade da agenda de todos nós sabermos, mas já esperamos mais de meia hora e então vamos iniciar os nossos trabalhos. Creio que deve haver compreensão por as agendas dos Srs. Deputados, esperamos que realmente essa matéria tenha o enfoque devido no seio desta comissão, e já contamos com a presença assegurada dos senhores membros desta Comissão, e assim com quorum, declaramos abertos os trabalhos de hoje.

Temos aqui a Ata da 2ª reunião: a reunião de instalação e a ata da reunião passada. Gostaria de, se não houver objeção do Plenário, que se considerassem lidas as atas das reuniões anteriores, uma vez que não houve depoimento nem deliberações fundamentais.

Ficou estabelecido na última reunião que a nossa comissão se reunirá todas as terças-feiras às 18h. Foi aprovado também na reunião anterior uma pauta de depoentes. E, tendo em vista dificuldades de agenda, hoje deveríamos ouvir, além dos dois superintendentes que já estão aqui presentes para serem ouvidos, o Dr. Walfrido Salmito e o Deputado Federal José Reinaldo Tavares, ouviríamos também hoje o depoimento do Dr. Celso Furtado, que foi o primeiro Superintendente da Sudene. Mas o Dr. Celso Furtado foi contactado em Paris, e ele não retornará nestes 15 dias, mas assegurou o seu depoimento nesta Comissão, para ser agendado posteriormente.

Na próxima reunião, no dia 24, na próxima terça-feira, nós ouviremos os depoimentos dos Srs. Superintendentes da Sudam, Dr. Alci Bore de Souza Meira, e da Sudene, o Dr. Leonardo Maurício de Magalhães. Eles já estão avisados e contactados e já confirmaram a presença.

Posteriormente, ouviremos também os depoimentos dos Srs. Presidentes do BSA e do BNB. Há outros depoentes e a pauta dos depoimentos está ainda em aberto. Então, nós esperamos sugestões dos Srs. Deputados e dos Srs. Senadores no sentido de que se possa continuar com este trabalho. Esperamos que em outros dias o quorum seja mais favorável, este dia de

terça-feira foi escolhido de comum acordo, é verdade que hoje há características e conotações extraordinárias, com o funcionamento da CPI na vizinha sala.

Tendo em vista nota publicada na Folha de S. Paulo, sob o título de "Sudam dá 56 bilhões a empresa de 1,2 milhões", já era proposta desta comissão ouvir o Sr. Secretário de Desenvolvimento Regional, para falar da sua Pasta, em face dos dois organismos regionais e dos fundos de investimentos da Amazônia e Fundos de Investimentos do Nordeste. Hoje surgiram mais solicitações, tendo em vista esta matéria publicada hoje pela Folha de S. Paulo. Neste sentido, o depoimento do Sr. Secretário, que será agendado para breve nesta Comissão terá o caráter não só de uma explanação sobre a sua Secretaria em face destes incentivos fiscais, mas também uma explicação a respeito deste episódio que é objeto de reportagem, hoje, na Folha de S. Paulo, uma liberação de recursos em caráter extraordinário, e diz que teve aprovação do Conselho Deliberativo da Sudam.

Há interesse da Comissão em ouvir o Sr. Secretário, e como nós temos uma agenda já na próxima terça-feira, dos dois Superintendentes dos organismos regionais, possivelmente o Dr. Egberto Guimarães virá aqui na próxima terça-feira, daqui a 15 dias.

Se houver interesse da Comissão, poderíamos antecipar.

O SR. JONAS PINHEIRO - Acho, Sr. Presidente, que temos o objetivo de estudar, analisar, tomar e dar depoimentos que nos dêem a fisionomia, o retrato fiel do que é a Sudam e a Sudene, o que são realmente esses dois organismos que foram criados como órgãos de desenvolvimento regional. Temos o objetivo principal de apurar e verificar se estão cumprindo as finalidades. Se estão exercitando os papéis para os quais foram criados. Não temos a função políticsca de apurar escândalos. Esse não é o nosso objetivo. Então, queremos ver a cultura das duas entidades. Acho que é prejudicial atropelar. É melhor chamar o dirigente maior, porque esvaziaria o discurso dos dirigentes dos escalões intermediários. Acho que não se justificaria a antecipação do objetivo da Comissão. Acho que podíamos ir ouvindo conforme planejamos e na quarta semana, depois do dia 31, ouvirmos o secretário, como coroamento do processo. Essa é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Quero externar, como Presidente desta Comissão, que independentemente de qualquer matéria publicada na imprensa, já havia na pauta o depoimento do Sr. Secretário de Desenvolvimento Regional. Apenas é importante haver esses depoimentos que estamos tendo e deixar como que numa visão de conjunto da Secretaria de Desenvolvimento Regional o depoimento do Dr. Egberto Baptista para uma etapa posterior. Se o plenário desta Comissão decidir convocá-lo antecipadamente, vai ter que ser uma decisão conjunta. Não vou fazê-lo por vontade própria.

Agora, é preciso lembrar que no dia seguinte à instalação desta Comissão foram publicados dois editoriais - um no Estado de São Paulo, outro na Folha de S. Paulo. Posteriormente, vamos entregar cópias desses editoriais para o conhecimento dos membros desta Comissão. Hoje saí essa matéria. Pode ser coincidência ou não, mas realmente a imprensa está enfocando esse tema e, talvez, isso estimule os membros da Comissão a alterar ou não a pauta. Mas é um assunto que só será traçado em depoimentos. E o que traçamos em depoimentos só será alterado se alguma proposta for colocada em plenário por algum membro da Comissão, e se aprovada, termos que realmente atender à vontade da maioria do plenário. Gostaria de informar, confirmando o que V. Ex. disse, que já está agendada para o dia 31-3-92, portanto, para terça-feira, daqui a quinze dias, a audiência do Dr. Silvestre de Castro Júnior, Presidente do BSA, e do Dr. Jorge Lins Freire, Presidente do BNB. O Dr. Jorge Lins Freire não confirmou ainda, mas ele, antecipadamente, já me havia assegurado que no momento em que fosse convidado ele aqui estaria. Então, não vejo por que não confirmar. Gostaria neste momento, então, de convidar para a Mesa dos trabalhos o Deputado Federal José Reinaldo Tavares, ex-Superintendente da SUDENE, e o Dr. Walfrido Salmito, também ex-Superintendente da SUDENE. Para ouvir o depoimento de ambos, que, pela experiência que tiveram frente do órgão de desenvolvimento regional do Nordeste e, sobretudo, pela marca que imprimiram às suas administrações no que se relaciona aos incentivos fiscais do FINOR; certamente essa experiência que trazem de grande importância, são subsídios valiosos para os trabalhos desta Comissão.

Gostaria, se não houver objeção do Plenário, se não quiserem levantar qualquer outra questão, de iniciar com os depoimentos, começando com o Dr. Walfrido Salmito, que foi Superintendente anterior, antes do Deputado José Reinaldo Tavares.

Então, com a palavra o Dr. Walfrido Salmito. V. Ex. tem o tempo de vinte minutos. Se achar pouco, poderá ser prorrogado por mais dez minutos, meia hora, para fazer sua exposição inicial, depois da qual abrirá o debate. Tem a palavra V. Ex.

O SR. WALFRIDO SALMITO - Exmº Sr. Senador Mansueto de Lavor, meu digno Presidente desta Comissão Mista do Congresso Nacional, Exmº Sr. De-

putado José Múcio Monteiro, mui digno Relator, Exm^o Sr. Deputado Federal José Reinaldo Tavares, também depoente nesta ocasião, Exm^{as} Srs. Senadores José Richa, Jonas Pinheiro e Coutinho Jorge, aqui presentes, meus senhores, minhas senhoras, cumprio o dever de prestar depoimento nesta Comissão Nacional sobre os incentivos fiscais regionais, na qualidade de ex-Superintendente da SUDENE, atendendo à convocação do Sr. Senador Mansueto de Lavor. Concentrarei minhas considerações sobre o FINOR, que realmente consta como obrigação imposta pelo art. 26 da Lei nº 8.167.

No caso específico do FINOR, (ilegível) constantes as avaliações. Agora, naturalmente rigoroso exame das contas do FINOR realizado (ilegível) pelo Tribunal de Contas da União, complementado pelas vistorias e levantamentos de longa duração de (ilegível) e até meses, diretamente junto à SUDENE (ilegível) do Nordeste do Brasil, respectivamente (ilegível) e oerador desse Fundo de Investimento (ilegível) globais vêm realizando-se com frequência (ilegível) por exemplo, ao iniciar seu mandato, o Presidente Fernando Collor baixou a Medida Provisória nº 41, suspendendo esses incentivos, e cuja (ilegível) resultou na mensagem do Poder Executivo que originou a Lei nº 8.167, promulgada em 16-1-91, (ilegível) é óbvio que a tarefa avaliatória (ilegível) FINAM foi realizada, preliminarmente, (ilegível) da Economia, Fazenda e Planejamento. E nessa pesquisa de campo houve acompanhamento, inclusive, de equipes da imprensa, de jornalistas, que estiveram, de fato, em inúmeros empreendimentos no campo. O resultado disso tudo foi uma publicação de duzentas e cinquenta páginas, com todos os dados, onde estão considerações extremamente válidas ainda hoje.

Atualmente, ocupa-se o Congresso Nacional, de forma direta, dessa missão, em cumprimento a dispositivo introduzido na Lei nº 8.167, como nos referimos. Um dos aspectos mais salutar da determinação legal reside, a nosso ver, no fato de complementar-se o modelo de transferência total de que passa a revestir-se esse Fundo de Investimento. É bem verdade que raro, ou nenhum outro gerenciamento do dinheiro público, possui administração tão aberta e transparente quanto esse Fundo. De um lado, seus critérios já estão definidos em leis, decretos e portarias constam dos planos de desenvolvimento regional e têm seus balanços anuais apreciados pelo TCU, como já dissemos.

Muito mais aberto e transparente, entretanto, é o processo de aprovação de cada projeto, através de um Conselho Deliberativo onde têm assento dez governadores, ministérios e órgãos comprometidos diretamente com o desenvolvimento da região, como é o caso do Banco do Nordeste do Brasil.

A ampliação dessa transferência, via Congresso Nacional vai permitir que membros do Parlamento, e inclusive representantes de outros estados e região, conheçam, em pormenores, e possam enriquecer, com suas contribuições, o sistema que está funcionando.

É claro que o FINOR tem críticos e inimigos dentro do próprio Governo, aliados e adversários no Congresso Nacional e mesmo no meio dos próprios governadores da região.

Além disso, preconceitos, inclusive de natureza ideológica, interesses contrariados, desconhecimento e má vontade, certa presunção acadêmica e formas levianas e debochadas de críticas são alguns fatores que perturbam a avaliação objetiva e correta desse instrumento de desenvolvimento regional.

As observações que venho apresentar nesta Comissão orientar-se-ão sob o prisma realista, fundamentando-se em números e valores, sem subestimar-se, no entanto, a perspectiva de análise de quem participou diretamente, durante longos anos, dos esforços de transformação do Nordeste. Claro está que não se tem a presunção de tornar, por isso, o FINOR menos polêmico, nem, por outro lado, a Região menos necessitada de seu apoio ainda por muito tempo.

Também é nossa convicção que há absoluta necessidade de se realizar uma avaliação não só sobre esses incentivos regionais, mas sobre todos os incentivos que representam renúncias fiscais da União. Existe uma persistência de análise e avaliação em torno desses incentivos e, muitas vezes, são apontados como drenadores de grande parte do PIB — os números aparecem sempre muito exagerados — e, então, esses incentivos tomam a feição e a fúria dos vilões do sistema de incentivos que movimenta a máquina brasileira.

Entretanto, temos certeza que esta Comissão também vai se debruçar sobre outros tipos de incentivos nunca analisados e nunca avaliados. Temos, por exemplo, um caso concreto que concorre com os incentivos fiscais. Tenho certeza que o Congresso Nacional estará atento para isso, a fim de identificar o que há de validade, o que deve ser modificado e o que deve persistir nesse sistema.

O principal objetivo do FINOR é suprir parcialmente a demanda de capitais para investimento nos setores produtivos da região dentro dos critérios e prioridades estabelecidas pelo Governo.

A transformação do setor rural nordestino, depauperado pelas crises climáticas do semi-árido, a ampliação e a modernização do setor industrial da Região revelaram-se inadiáveis no quadro de dinamismo econômico nacional já na década de 50.

A geração de poupanças da região mostrou-se insuficiente e incapaz de responder às necessidades impostas pelos primeiros programas setoriais criados pela SUDENE e pelo Banco do Nordeste, como foram os casos da recuperação e modernização da indústria têxtil regional, da indústria de curtimento, preparados no começo da década de 60.

A iniciativa da criação de uma forma eficiente e prática de contribuir para a capitalização dos setores produtivos do Nordeste partiu da Câmara Federal, por ocasião da apreciação do 1º Plano Diretor do Nordeste, Lei nº 3.995.

Naquela oportunidade, perceberam os parlamentares nordestinos que o contexto de estagnação regional não seria superado apenas com a expansão dos investimentos governamentais na infra-estrutura, que a própria SUDENE já intensificava com Celso Furtado.

Mais grave se afigurava aquele quadro diante do dinamismo econômico proporcionado ao Sudeste e ao Sul pelo plano governamental de Juscelino Kubitschek, aumentando desmesuradamente a defasagem inter-regional.

O empresariado nordestino nem possuía estoque de poupança nem capacidade geradora de excedentes nos níveis mínimos requeridos para a demarcação do processo de desenvolvimento.

Coube, então, ao Deputado Federal por Pernambuco, Gileno de Carli, inspirado no modelo italiano para o "Mezzogiorno" a iniciativa inovadora de buscar solução para a capitalização dos segmentos produtivos regionais através do setor privado. Recorde-se que, naqueles anos, o próprio Gover-

no realizava diretamente os investimentos em grandes empreendimentos básicos, sobretudo na área de siderurgia plana, de refinaria de petróleo e outros setores no Sudeste do País.

No caso do Nordeste, o processo tomou outro caminho mais barato e, certamente, mais eficiente: o papel de empresário continuaria a ser desempenhado pela iniciativa privada, como agente principal da dinamização da economia. Com efeito, e à luz do que ocorre atualmente com o programa de privatização, o que se constata é que o Governo desempenhou, com grande intensidade, o papel de empresário no Sul e no Sudeste, enquanto o desenvolvimento do Nordeste, quanto aos setores produtivos, ficou sob a responsabilidade da iniciativa privada, a qual, embora auxiliada pelo FINOR, na menor parte dos investimentos, assumiu, entretanto, todos os riscos dos empreendimentos na busca do lucro e da eficiência.

O que não se pode perder de vista, na avaliação do Fundo de Investimento do Nordeste é exatamente o seu objetivo principal, a finalidade para a qual ele foi concebido e posto em prática, ou seja, suprir, em parte, a demanda dos capitais para investimentos nos setores produtivos, induzindo a iniciativa privada a realizar investimentos, dentro das prioridades do desenvolvimento regional, apontadas pelo Governo.

Não faz sentido exigir-se atualmente do FINOR a solução dos problemas climáticos das secas e das inundações que, periodicamente, assolam o Nordeste, nem cobrar-se desse Fundo a solução dos problemas sociais que estimizam a região.

O desgaste da imagem do Fundo de Investimento e a constante polémica existente em torno desse instrumento resultam, em grande parte, do equívoco de cada qual estabelecer uma finalidade para o FINOR e exigir dele essa solução.

2. Limitações e Distorções do Finor

LIMITAÇÕES

O Fundo de Investimento do Nordeste não é um instrumento financeiro completo e abrangente, com vistas a sua função de supridor de capital próprio para investimentos. Dentre suas limitações, as mais frequentemente reclamadas são as seguintes.

a) O Finor exclui as pequenas empresas de seus benefícios.

Com efeito, o FINOR não contribui para a capitalização das pequenas empresas. Esse fato assume relevância maior quando se sabe que, no atual nível de atividades econômicas do Nordeste, este segmento produtivo desempenha importante papel, sobretudo com reflexos sociais muito positivos, por serem densamente geradoras de empregos.

b) O Finor exclui igualmente as cooperativas de produção de seus benefícios.

O cooperativismo no Nordeste não tem florescido e a região não dispõe de mais do que algumas poucas centenas de cooperativas. Embora seja provável que o apoio do Finor não determinasse expressivo florescimento das cooperativas, não se pode deixar de apontar essa limitação. Razões de ordem sociológica e cultural devem ser responsabilizadas pelo fraco desempenho das cooperativas de produção regionais e pela sua diminuta expansão.

c) O Finor não inclui o artesanato entre seus beneficiários.

É sabido que as atividades de artesanato, no Nordeste, vêm crescendo de importância a cada dia, seja pelo volume de produção, seja pela diversificação dos materiais utilizados, seja finalmente pela qualidade que vem melhorando constantemente. Sobre o artesanato ganha relevância maior pela mão-de-obra intensiva que absorve em toda a Região.

Reconhecendo a grande importância do artesanato regional, a Sudene, desde seus primeiros anos dedicou-lhe atenção especial, criando programa específico e assegurando-lhe recursos técnicos e financeiros para sua expansão e consolidação. Sabe-se que, de alguns anos para cá, cessaram as diversas formas de apoio da Sudene ao artesanato regional, por indisponibilidade de recursos financeiros.

Em menor escala, porém com alguma frequência, têm surgido reclamações pelo fato de o Finor não beneficiar diretamente o Setor Comercial. Os argumentos, nesse último caso, parte daqueles que insistem nos aspectos do emprego e na relevância do escoamento da produção como prioridades do desenvolvimento.

Ovviamente não caberia aprofundar-se a discussão em torno da prioridade de ser concedida às pequenas empresas, às cooperativas, ao artesanato ou ao setor comercial, para fins de recebimento do Finor.

Razões diversas têm sido sempre alegadas por todos os administradores do Finor quanto ao cerceamento de seus benefícios para as atividades econômicas antes citadas.

A natureza jurídica das pequenas empresas, das cooperativas e do artesanato sempre foi considerada impedimento limitador. A concessão do Finor, à luz de sua legislação, exige sempre que seu beneficiário seja sociedade anônima. A sociedade anônima pressupõe abertura de capital para novos sócios. No caso das pequenas empresas, pesquisas de campo realizadas, ainda na década de 60, revelaram que esse segmento produtivo não tinha nenhum interesse em abrir seu capital para receber qualquer novo sócio. A preferência de apoioamento era por assistência contábil e de crédito, ou suprimento de novas tecnologias, mas não de participação acionária.

É mais provável que a complexidade da administração aumentasse em demasia ou que os mecanismos de controle do sistema ficassem por demais difíceis — tudo isso servindo de argumento para manter-se o esquema que ainda hoje prevalece. Também é certo que, com o passar dos anos, o volume dos recursos orçamentários anuais foi diminuindo de tal forma que se tornou escasso e insuficiente para os atuais setores beneficiados. Ao ampliar-se intensamente o número de beneficiários do Finor, a pulverização dos recursos conduziria os cronogramas de todas as empresas a períodos de implantação por demais alongados, com grandes prejuízos econômicos e sociais. Uma eventual abertura do Finor para outras atividades exige a ampliação dos orçamentos atuais ou a exclusão de atividades momentaneamente assistidas pelo Fundo.

Ao longo da existência do Fundo de Investimentos do Nordeste e do sistema que o precedeu, surgiram distorções em suas aplicações, algumas de proporções maiores, tanto na agropecuária quanto na indústria.

Na agropecuária, os casos mais conhecidos são os seguintes:

— Arranjos artificiais do empresário para acomodar seu negócio à forma de sociedade anônima, com todas as transformações que uma S/A exige: abertura de capital, publicidade, divulgação pública dos atos e decisões da diretoria, participação no mercado de capitais e uma série numerosa de situações próprias para esse tipo de empresa;

- apolamento a projetos de grandes tamanhos, de implantação extremamente complexa e demorada e cujos controles e acompanhamentos sempre foram demasiadamente difíceis;

- escola da localização, em alguns casos, inteiramente inadequada, resultando em equívocos indesejáveis, tanto sociais, como econômicos. Aponta-se, como exemplo dessa situação, a aprovação de projeto de pecuária de corte em área antes destinada à produção de grãos, alimentares, com prejuízo para o emprego no campo e com a redução imediata da oferta de alimentos.

No setor industrial, apontam-se como principais distorções as seguintes situações:

- Concessão dos recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste a grandes grupos econômicos, que, às vezes, estão implantando mais de um projeto, simultaneamente, nem sempre respeitando os cronogramas estabelecidos; aprovação de alguns projetos de grande porte para empresários regionais e mesmo nacionais, cujo domínio do mercado e de tecnologia por cartéis nacionais ou internacionais representam grande risco de implantação e de funcionamento.

Não é ocioso esclarecer as providências adotadas pela Sudene para corrigir tais anomalias.

Também não se pode atribuir a ocorrência de tais casos à incúria do órgão administrador.

Em primeiro lugar, deve-se reconhecer que o modelo dos Fundos de Investimentos regionais exerceu o papel de pioneirismo no País, tendo necessidade de realizar um trabalho criativo e inovador. Ao contrário do sistema creditício e bancário, que já existe há mais de dois mil anos e que possui modelo institucional e órgãos controladores com normas pormenorizadas em manuais relativos a todos os passos do processo de aplicação do crédito, o sistema dos Fundos de Investimentos teve de partir do início. Outro aspecto esquecido é que, no caso dos Fundos de Investimentos, os recursos têm a natureza de capital de risco e, com essa natureza, foram aplicados no processo de desenvolvimento. Aos riscos naturais do pioneirismo institucional, agregam-se outras situações próprias do esforço de transformação, como o estímulo às iniciativas empresariais e até mesmo ao surgimento do empresário voltado para os setores produtivos da agricultura e da indústria, mesmo o oriundo dos setores comerciais e de serviços.

Quanto aos arranjos institucionais das grandes fazendas de gado para se ajustarem às sociedades anônimas modernas, seriam inevitáveis as distorções, vez que, mesmo nas grandes companhias industriais, de propriedade dos maiores capitalistas do País, as sociedades anônimas continuam a brigar empresas fechadas, muito distantes dos mercados de capitais, sem qualquer negociação de suas ações nas bolsas de valores. É por demais sabido que o capitalismo brasileiro persiste ainda hoje com marcas obsoletas de um primitivismo há muito abandonado nos países desenvolvidos. Não seriam os projetos de pecuária do Nordeste que iriam liderar, no País, a modernização capitalista.

Há vários anos, a Sudene deixou de aprovar grandes projetos de pecuária e, no setor primário, concentra os recursos do Fundo de Investimentos em empreendimentos agroindustriais, de irrigação, de pecuária intensiva de leite e de avicultura. Naturalmente o órgão arcua ainda com a responsabilidade pela conclusão de grandes projetos pecuários remanescentes no sistema.

Em meio a algumas centenas de projetos de pecuária de localização adequada, aflora, contudo, caso de exceção, precisamente no brejo paraibano, quando a pecuária substituiu culturas tradicionais de grãos e de batata inglesa. Embora no universo dos projetos do Fundo de Investimentos esse caso excepcional não tenha nenhuma expressão significativa e até serviu de lição para os administradores, continua como referencial de especulações quanto à validade do sistema para o setor primário.

De toda maneira, perdura o consenso de que o Fundo de Investimentos do Nordeste se afigura muito apropriado para os empreendimentos industriais.

As distorções antes indicadas existiram e algumas ainda persistem como sequelas inevitáveis do capitalismo brasileiro, que não pode ser de Primeiro Mundo no Nordeste, convivendo com o capitalismo de Terceiro Mundo no Sudeste e no Sul do País.

Aliás, a Sudene pagou um preço elevado por haver tentado enfrentar o poder de alguns cartéis, quando apoiou grupos empresariais idôneos da Região, na tentativa de ampliar o número de produtores e fornecedores de grãos, cujos mercados amplos e cujos contratos de fornecimento de tecnologia pareciam assegurar o sucesso dos empreendimentos (cerveja, pneumáticos e alguns outros).

3 - Principais resultados alcançados

Os valores exatos de todos os orçamentos anuais do Fundo de Investimentos do Nordeste, (illegível) e os dados pormenorizados referentes aos projetos aprovados, implantados, bem sucedidos e dos projetos aprovados e não implantados, naturalmente serão aqui trazidos pelo atual Superintendente da Sudene que, segundo o Presidente, já foi convocado.

Entretanto eu me permitia fazer uma apreciação sumária global desses números, que são os seguintes:

O Finor, com dados até dezembro de 1991, participou de 2.494 projetos. Desse 2.494 projetos, os investimentos totais, incluindo o próprio Finor, recursos próprios dos empresários e de créditos internacionais e nacionais, alcançam uma cifra de 40 bilhões, 170 milhões de dólares. E o comprometimento do Finor, nesses 40 bilhões, alcançam 13 bilhões, 630 milhões. Desse 2.494 projetos, estão concluídos e implantados 1.582, que representam um investimento total de 26 bilhões, 220 milhões de dólares, sendo que a parcela do Finor alcança 7 bilhões, 980 milhões, cerca de 30% do investimento total.

Os empregos diretos alcançam 554 mil e, no total, com os indiretos, 2 milhões e 800 mil empregos.

As perdas do Finor, apuradas pelo menos até junho de 1990, indicam que os projetos exclusivamente do Finor tiveram perdas em número de 3,8% e, em termos de valores liberados, 3,4%. Esses valores e esses números tiveram a oportunidade de chegar no período em que estivemos na Sudene, em 1990. Não sei se o Superintendente atual trará valores diferentes porque o período já mudou, atualmente houve uma evolução, tantos dos aspectos positivos quanto dos reflexos negativos decorrentes dessa recessão nacional que tanto se alonga.

Talvez V. Ex.ª estejam interessados ainda em saber o que o Finor tem a ver com esses investimentos de 40 bilhões de dólares destinados ao Nordeste e como podíamos apurar que o Finor foi o vetor, o indutor desses investimentos. Realmente foram feitas pesquisas junto ao empresário e os dados são os seguintes: 45,3 dos empresários optaram, em termos de investimentos fixos pelo Nordeste, 36,8% mobilizaram-se a realizar os investimentos

vestimentos, em função de contarem com matérias-primas e mão-de-obra em condições favoráveis; e 8,6% optaram por serem empresários já no Nordeste. Obviamente, o Sr. Superintendente atual trará uma análise muito mais profunda.

Tendo em vista que estivemos ligados à Sudene desde os primeiros anos, participando da equipe de Celso Furtado atravessando toda a vida profissional, até à aposentadoria, realmente vamos nos permitir fazer uma apreciação de quem conheceu o Nordeste antes e depois do sistema de incentivos.

A questão mais relevante, a nosso ver, é: quais as alterações conseguidas pelos setores produtivos do Nordeste em decorrência da contribuição do Fundo de Investimentos do Nordeste?

Essa indagação diz respeito aos resultados diretos obtidos. Há, entretanto, outros resultados indiretos também muito importantes a serem analisados. Nosso propósito é fazer um exame sucinto, para o que peço a permissão do Sr. Presidente e dos Srs. Membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - V. Ex.ª só teria cinco minutos, mas como é muito importante este depoimento, será interessante ouvi-lo.

O SR. WALFRIDO SALMITO FILHO - Desde o início a apreciação das alterações, nos setores produtivos regionais, em decorrência da Sudene, não se pode deixar de mencionar, logo, o que aconteceu com a indústria têxtil do Nordeste. Pois foi com este setor tradicional da economia, em mãos de empresários regionais, que começou o trabalho de transformação industrial da região.

O programa específico pela indústria têxtil regional foi preparada pelo Banco do Nordeste, pela Sudene, por Celso Furtado.

Alguns dados comparativos refletem a transformação que ocorreu. Primeiro, em 1960, o número de fábricas existentes no Nordeste era de 52 unidades; em 1990 - era de 118. O número de operários ocupados nas 52 fábricas era de 33.000 operários; o número, em 1990, era de 88.270. O número de teares, em 1960, era de 10.864; o número de teares, em 1990, era de 19.000. O número de fuses, em 1960, era de 602.000; em 1990, era de 2.747.000. Entretanto, estes números aqui apresentados revelam apenas uma evolução quantitativa, embora bastante positiva, mas há também ganhos qualitativos que são importantíssimos e que devem ser aqui referenciados. Porque uma coisa é trabalharmos com os 10.800 teares, de 1960, que eram teares estreitos, de limitações muito grandes para a indústria de confecções - e eu recordo que trabalhei neste programa no tempo do Dr. Celso, e tínhamos teares com a largura máxima de 1.10 cm. A maioria era de 80 cm, e hoje nós temos um parque têxtil com teares com 3 metros de largura, com uma competitividade internacional, servindo especificamente para ganhos excepcionais da indústria de vestuários.

O Senador Bení Veras conhece profundamente esse caso, quanto maior a largura do tecido maior o nível de aproveitamento na hora de se fabricar os vestuários. Este é um aspecto. O outro aspecto, também, que nunca é referenciado é o seguinte: eu passei 3 anos nesse programa, vivendo dentro das fábricas obsoletas do Nordeste. Então, encontramos algumas situações que identificaremos. Havia fábricas no Nordeste em que a temperatura ambiente nos galpões alcançava 54 graus, e que o pó em suspensão chegou a afetar a saúde de operários, e encontramos fábricas em que 45% dos operários sofriam de tuberculose. Quem visita as fábricas hoje existentes, mesmo com esse aumento quantitativo já mencionado, há de convir que as mudanças qualitativas, inclusive para os operários, foram inestimáveis. Temos galpões com temperatura ambiente controlada, obviamente por razões tecnológicas, por ar refrigerado, com exaustores e que tornam o ambiente absolutamente limpo e saudável para a mão-de-obra. Assim, temos hoje 88.270 operários trabalhando nesse ambiente, e outra coisa era termos 33.000 operários trabalhando naquele ambiente infernal que comprometia a saúde do operário.

Um aspecto também que nunca é mencionado, e isto nós constatamos pessoalmente. Essa modernização do parque têxtil encontrou os equipamentos absolutamente obsoletos. Tínhamos equipamentos do século passado, com a produtividade condenável. Havia truncoado, realmente, consumimos aquelas máquinas, deixamos até de importar máquinas da Suíça, da Alemanha, para consumir as máquinas que estavam lá encalhadas, e assim ajudamos, naturalmente, o parque têxtil, o parque de fabricação de equipamentos têxteis do Brasil. É outro mérito que não se referencia, mas ali se vê que o Nordeste começou a retribuir, muito cedo, pelos incentivos que recebia do Sul.

que aconteceu com a indústria têxtil não é um caso isolado, outras atividades produtivas passaram por processos semelhantes, e até mais dinâmico. Queremos dizer o que aconteceu com os costumes, que eram todos obsoletos. Padecia, inclusive, de um mal crônico de deficiência de mão-de-obra. A Sudene e o banco realizaram cursos de treinamento para a mão-de-obra das indústrias tradicionais da região. O primeiro esforço foi voltado, portanto, para a valorização da empresa regional, da mão-de-obra regional e, em alguns casos, como é o caso da indústria têxtil, a Sudene conseguiu do governo japonês, gratuitamente, uma fábrica modelo, com laboratórios, com mão-de-obra, que se instalou em Recife no bairro do Magri e que ainda hoje treina toda a mão-de-obra têxtil do Nordeste, não só de Pernambuco mas de todos os Estados, sobretudo, mestre e contramestre de fiagem e tecelagem. É outro aspecto que garante a viabilidade dessa indústria.

Vale a pena verificar o que ocorreu com alguns anos de produção industrial e agropecuária, notadamente com vestuários, calçados e artefatos de tecidos. A região, antes dos incentivos, produzia, de forma industrial, apenas 10 milhões de unidades de vestuários, hoje são mais de 250 milhões para o mercado interno e para o mercado externo.

Vale a pena, também, fazermos uma referência brevíssima, por exemplo, para alguns setores dinâmicos, o que aconteceu com a metalurgia, por exemplo. Em 1960, o Nordeste não produzia de alumínio; em 1986 já produziu 235 mil toneladas de alumínio; de cobre também nada, e passou a produzir 150 mil toneladas, e a produção siderúrgica era zero. Atualmente é mais de 570 mil toneladas. A petroquímica, realmente, é reconhecida como um dos grandes sucessos, mas não é a única, não tinha nada e hoje produz 4 milhões e 500 mil toneladas e tem alguns efeitos extremamente positivos. Primeiro, de substituição de importações superiores a 1 bilhão de dólares, ajudando, portanto, a balança comercial brasileira e exportando também para o exterior. Os senhores tomaram conhecimento de que a recessão afetou algumas empresas, mas o pólo continua ainda rentável.

O cimento é outro caso clássico. A região possuía cinco fabricas de cimento, localizadas uma na Paraíba, duas em Pernambuco e duas na Bahia, fabricando 518 mil toneladas de cimento ano, ou seja, os Estados do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Piauí, do Maranhão, que quisessem cimento

teriam que importar daquele eixo oriental de João Pessoa, Recife e da Bahia. Hoje são 18 fábricas implantadas em todos os Estados, com uma produção anual de mais de 3 milhões e 600 mil toneladas.

Quer dizer, todos os Estados estão com fábricas de cimento, e o único Estado que está com uma fábrica implantada, mas por uma questão apenas de estrangulamento de infraestrutura, é o Piauí. A fábrica está pronta, mas não conseguiu ainda funcionar.

Um aspecto pouco conhecido, mas que representa uma vocação regional é o turismo, que mereceu um apelo forte do sistema de Finor; e não dos recursos da Embratur. A rede hoteleira teve uma ampliação, que vale a pena mencionar. Em 1960, o Nordeste possuía 3.300 apartamentos de 2 leitos, e em 1986 possuía 13 mil e 300 apartamentos. Isto, naturalmente, deu margem a uma derramagem de turismo interno e internacional, uma vez que hoje existe uma rede hoteleira capaz de receber esse fluxo de turismo.

Um dos aspectos mais controversos do Finor, refere-se às suas aplicações no setor primário. Já mencionamos algumas distorções; e o caso das grandes fazendas ajustadas às leis das sociedades anônimas. Mas seria incoerente estender essas aplicações do Finor, no setor primário, essas generalizações. Em termos de quantidade e de qualidade tem sido muito expressivas as contribuições desses projetos.

No caso da pecuária de leite, por exemplo, os projetos incentivados, vêm assegurando suprimento de cerca de 2,3 milhões de litros de leite, na natureza/dia, para o processamento em 6 fábricas de leite em pó, e em 16 usinas de pasteurização. Recorde-se que, em 1960, não possuía o Nordeste nenhuma fábrica de leite em pó, e apenas uma pequena unidade pasteurizadora, que significava péssimo atendimento para as populações urbanas. E não menos importância para o abastecimento das populações urbanas do Nordeste, teve a aprovação de 64 projetos de avicultura moderna, que asseguram o suprimento de ovos e de frango de corte, que são os alimentos acessíveis às populações de menor renda, hoje, no Nordeste.

Também não pode deixar de ser mencionada a quantidade crescente de produtos agroindustriais advindos da irrigação, em 33 projetos já concluídos, dos quais vem crescendo a parte exportada de fruticultura intensiva, notadamente de uva, melão, manga e acerola; são os primeiros milhões de dólares obtidos com uma atividade que se expande rapidamente.

Resultados do Fundo de Investimento do Nordeste pouco conhecidos e menos divulgados são os dados relativos ao incremento de receitas tributárias proporcionadas pelos empreendimentos já implantados com o apoio do Finor.

Mesmo para os defensores do Finor deve constituir surpresa, por exemplo, o levantamento dos dados comparativos entre o orçamento do Finor, liberado para as empresas em implantação nos 10 Estados nordestinos e as receitas tributárias do IPI e do ICM nesse mesmo período, porém relativamente apenas aos 100 maiores empreendimentos incentivados.

Com efeito, em 1990, somente as 100 maiores empresas apoiadas pelo Finor recolheram de IPI e ICM \$ 84,7 bilhões de cruzeiros, enquanto o orçamento anual do Fundo alcançava apenas 16,9 bilhões de cruzeiros, fato que proporciona para cada cruzeiro do Finor aplicado, a obtenção de 4,99 cruzeiros somente das 100 maiores empresas apoiadas pelo sistema.

Segundo levantamento da Sudene, em 1990, 63,6% de todo o IPI arrecadado pela União, no Nordeste, provieram de empresas industriais implantadas com recursos do Finor, sendo que, em alguns estados o IPI recolhido por essas empresas ultrapassou 80% da arrecadação estadual (Paraíba e área mineira da Sudene).

Quanto ao ICM arrecadado pelos Estados nordestinos, vale a pena ressaltar que, em 1980, as empresas apoiadas pelo Finor foram responsáveis por 59,3% desse tributo.

O impacto do Fundo de Investimentos do Nordeste sobre o emprego na região não pode deixar de ser analisado.

Sabendo-se que o desemprego é um dos mais graves problemas sociais da área, não admira que a todo momento seja o Finor responsabilizado pela sua solução. A colocação, porém, não pode ser feita de forma tão simplista. Na aplicação dos recursos entram em apreciação vários fatores e critérios, pois há necessidade de atendimentos de vários bens essenciais e seria inadmissível a aprovação exclusiva de empresas de uso intensivo de mão-de-obra.

De toda maneira, é muito significativa a contribuição do Fundo de Investimentos do Nordeste para a criação de emprego direto e permanente na região.

Até 1990 haviam sido aprovados 2.494 projetos, responsáveis pela criação de 554.000 empregos diretos e, se considerarmos os indiretos, o número sobre para 2,8 milhões de oportunidades de trabalho. O crescimento da economia regional será sempre o responsável maior pelo crescimento do emprego.

Essa contribuição de 554 mil empregos diretos, empregos estáveis, com carteira assinada, com direitos garantidos, conferem dignidade ao ser humano. Não são como os empregos dos camelôs que vemos geralmente nas grandes cidades.

Quanto ao mercado de capitais e o impacto das negociações das ações do Finor nas bolsas de valores do Nordeste e demais regiões do País, os números são interessantes.

Com efeito, foram realizados 103 leilões até dezembro de 1990 e as ações negociadas representaram, em média, 82% das ações ofertadas.

Ainda quanto à localização das indústrias, no Nordeste, aspecto bastante interessante a ser considerado diz respeito à preservação ambiental. Nesse sentido, criou-se e se consolidou a concepção dos Distritos Industriais, com vistas a equacionar-se uma série de problemas de infraestrutura e de apoio, por parte dos Estados, às novas indústrias. Alguns Distritos Industriais são modelares, como o da cidade de Aracaju. Vários outros constituem uma nova realidade, como os de Montes Claros, Feira de Santana, de Aratu, de Camagari, de Curado, Paulista, de Fortaleza e de João Pessoa. Com esta solução dos Distritos Industriais, introduziu-se marcante racionalização no processo de desenvolvimento industrial do Nordeste, estimulado pelo Finor.

Finalmente, em termos globais, importa saber que o PIB do Nordeste teve uma variação média anual de 5,4% no período de 1960 a 1990, com a agropecuária crescendo 2,6% e a indústria 5,9%.

Vale a pena, também, referenciar que algumas dessas capitais do Nordeste, antes desse trabalho, eram simplesmente cidades de funcionários públicos, porque não havia emprego produtivo na indústria. João Pessoa é um caso clássico de cidade de funcionário público, que hoje tem seu parque industrial, como também Aracaju.

Esses dados, considerados satisfatórios, têm maior relevância quando se recorda que nessas três décadas sofreu o País difíceis desafios de vários processos recessivos, além das reiteradas crises climáticas que sistematicamente comprometem a produção agropecuária.

Conclusões

Das considerações anteriormente feitas, pode-se concluir o seguinte:

- a) Finor foi o vetor da implantação de 1.582 projetos econômicos (média superior a 50 projetos por ano);
- b) sua participação nos investimentos totais alcança apenas 30%;
- c) contribuiu decisivamente para a modernização de setores produtivos tradicionais (têxtil, curtimento, vestuário);
- d) induziu a expansão de indústrias dinâmicas e fomentou o turismo, através do apoio à moderna rede hoteleira que se instalou na região;
- e) na pecuária, ajudou a elevar o padrão genético com o combate a zoonoses e com o apoio à disseminação de avançadas técnicas inclusive de inseminação;
- f) ainda na pecuária, expandiu intensamente os plantéis leiteiros, com vistas ao suprimento do leite in natura para usinas de pasteurização e fábricas de leite em pó;
- g) fomentou a avicultura moderna para a produção de ovos e de frango de corte, para abastecimento das populações; ao longo desses 30 anos, não obstante os diversos períodos recessivos da economia nacional que não deixam de refletir negativamente na região e as crises climáticas que sofrem a região. Os senhores sabem que, de cada 10 anos de avicultura do Nordeste, seis são frustrados pelas secas ou pelas inundações que muitas vezes ali se aliam nessa tragédia;
- h) investiu na pesca industrial e em sua estrutura de apoio em terra, desde esteleto para produção de barcos com casco de ferro até os frigoríficos, abrindo os corredores para exportação de lagosta, camarão e peixe filetado;
- i) na agroindústria, vem fomentando a produção irrigada de fruticultura intensiva para os mercados interno e externo;

Os senhores se recordam que, anteriormente, o Nordeste possuía, unicamente, a chamada pesca de um dia. Era aquela pesca da jangada e do barco, cujo processo deveria começar e terminar em 24 horas, em função de precariedade e da pericuidade do produto.

Hoje, nós exportamos a lagosta, o camarão, o peixe filetado dentro dos padrões internacionais;

j) ainda na agroindústria, estimulou culturas permanentes voltadas para a produção de sucos de frutas, doces, compotas e amêndoas (manga, coco, goiaba, caju);

Com relação ao caju, mesmo com os erros ocorridos na cultura, hoje o Nordeste possui uma cobertura florestal de cajueiros. São mais de 260 mil hectares de cajueiros adultos. Então, independentemente dos resultados econômicos, esse é um aspecto altamente positivo para uma região semi-árida, onde os senhores sabem que a insolação, muitas vezes, reflete sobre o solo temperatura até de 60°;

Habitação, através dos produtos necessários para a construção civil, quer dizer, os tijolos, as telhas, que não são mais frutos de olarias, mas de cerâmicas, que trabalham o ano todo. O cimento, o vergalhão, as tintas que são produtos essenciais e que antes seriam importados.

l) contribuiu para o suprimento melhor e regular das necessidades básicas da população (alimentação, vestuário, habitação);

m) expandiu o emprego direto e indireto;

n) fomentou a elevação qualitativa das condições de trabalho, ao induzir o uso de tecnologias modernas;

o) fortaleceu as finanças públicas da União (IPI) e dos Estados (ICMS) na região;

o que ocorreu com o Nordeste foi muito diferente do que ocorreu, por exemplo, com Cubatão. Cubatão foi um distrito industrial nocivo, inclusive à população, com efeitos genéticos deletérios.

O Nordeste antecipou-se em mais de 20 anos a uma racionalização da localização industrial. Mas afóra Cubatão, os senhores recordam que o operário que trabalha na grande São Paulo, no ABC, muitas vezes ele viaja 8 horas para trabalhar 8 horas. No Nordeste, a técnica dos distritos industriais, com toda a logística de apoio, com conjuntos habitacionais, com o sistema de transporte etc., evitou completamente esse aspecto negativo para o operário, além também de evitar o descontrolado ambiental.

Estimulou as bolsas de valores, induziu a intensificação dos financiamentos em longo prazo, através do banco do Nordeste, do BNDES, e de repasses internacionais, sobretudo, do BID e do Banco Internacional.

p) ajudou a criação e consolidação dos modelos de Distrito Industrial e colaborou na expansão da telefonia interurbana do Nordeste;

q) estimulou o mercado de capitais regional, através da movimentação das bolsas de valores;

r) induziu a intensificação dos financiamentos de longo prazo, através do Banco do Nordeste, do BNDES e de repasses dos agentes financeiros internacionais (BID e BIRD);

s) em termos de recursos totais de investimentos produtivos, já induziu aplicações totais de cerca de 26 bilhões de dólares no Nordeste, participando com apenas 8,0 bilhões de dólares;

t) os aprimoramentos absorvidos pelo Fundo de Investimentos introduzidos ultimamente asseguram retorno parcial dos recursos para realimentação do Finor, através do uso de debêntures;

u) o valor global das renúncias fiscais representadas pelo Finor é inferior ao valor dos grandes projetos setoriais, de natureza estatal, mesmo no setor produtivo, como os de siderurgia de laminados planos. Ao mesmo tempo, os tributos recolhidos pelas empresas são implantadas com apoio do Finor, fazem reverter para o Governo, de forma potencializada, os valores das renúncias fiscais;

v) o modelo do Finor não é estatizante e corresponde ao sistema agora utilizado na "CEE";

x) as perdas de recursos - somente dos projetos apoiados pelo Finor - são 3,4% do número de projetos frustrados e 3,8% o valor dos investimentos realmente perdidos;

y) a economia regional ainda não alcançou nível de dinamismo capaz de dispensar o apoio do Fundo de Investimento, com a geração das poupanças necessárias a seu desenvolvimento sustentado.

Final, sem a utilização do Fundo de Investimentos e seus efeitos diretos e indiretos, as grandes capitais do Nordeste teriam se transformado em bolsões de miséria, à semelhança da Baixada Fluminense.

Eram essas as informações que nós queremos trazer a todos, agradecendo ao Presidente por ter proporcionado essa oportunidade e, sobretudo, a tolerância de tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Acabamos de ouvir o depoimento do Dr. Walfrido Salmito, e se não houver nenhuma objeção dos Srs. Deputados e Senadores, a Mesa dá, neste momento, a palavra ao Deputado José Reinaldo Tavares para o seu depoimento, e sem prejuízo das inscrições para que, logo após a explanação do Deputado José Reinaldo Tavares, também ex-Superintendente da Sudene, se abrissem os debates sobre os dois depoimentos.

Então, não havendo objeção, vamos conceder a palavra ao ex-Superintendente da Sudene, hoje Deputado Federal pelo Maranhão, o Sr. José Reinaldo Tavares, ao qual concedo a palavra.

O SR. JOSÉ REINALDO TAVARES — Muito obrigado, Sr. Presidente. Exm^o Sr. Senador Mansueto de Lavor, Sr. Relator, Deputado José Múcio Monteiro, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

O Dr. Walfrido Salmito foi um dos melhores, mais competentes e empreendedores superintendentes da Sudene. De forma que nesse momento eu só poderia dizer que o meu depoimento está feito, eu endosso tudo que o Walfrido Salmito disse, e nenhum prejuízo eu traria a esta Comissão na apuração. Vou prestar apenas um depoimento a respeito da minha experiência pessoal, como superintendente da Sudene, já que os números são os mesmos do Walfrido Salmito, como um homem muito inteligente tenho certeza que esclareceu suficientemente a Comissão.

Um dos melhores órgãos que eu já dirigi na vida foi a Sudene. Um órgão preparado, composto por pessoal técnico da melhor qualificação, conhecedor profundo dos problemas do Nordeste, um órgão preparado para ser uma agência de desenvolvimento. Quando assumi a Sudene, a minha preocupação maior foi apenas motivar o pessoal; foi atender algumas reivindicações antigas de autonomia do órgão. Era um sonho a criação da autarquia especial, um sonho a reforma administrativa discutida internamente, e foi principalmente da participação aos técnicos da Sudene, na elaboração do desenvolvimento de todos os planos. Eu reputo o Finor como o fundo mais transparente e mais honestamente conduzido até hoje no País. A Sudene é um exemplo, e foi no meu período em que eu procurei administrar o Finor com os técnicos da Sudene, usando os canais técnicos da Sudene, eu levei uma pessoa de fora apenas, o Dr. Pádua Ramos, para ser o diretor da área do Finor junto com outras pessoas — eu mistei a administração — e procurei usar os canais técnicos da Sudene. Os pareceres técnicos sobre os projetos — nós não mudamos nada — e tenho orgulho de dizer que no período, na Sudene, não houve nenhuma suspensão, nenhum caso de malversação, nenhum escândalo, nenhuma sombra de dúvida sobre a aplicação do Finor, e disso são testemunhas os ex-técnicos e os profissionais da Sudene.

Infelizmente a Sudene tem perdido muito desses técnicos. Uma dificuldade da manutenção dos níveis salariais conseguidos com autarquias especiais, muitos desses técnicos se aposentaram; ano passado quase 800 técnicos se aposentaram de uma só vez, um caso muito sério para a Sudene. Eu não sei exatamente se esse número 800, mas um número bastante expressivo, 80 técnicos, se eu não me engano. Mas foi um número extremamente expressivo para a superintendência. Como superintendente, eu não vejo motivo para se duvidar da eficácia do Finor. Eu acho que é um problema regional que se continua no combate ao Finor, eu acho que são cartéis e oligopólios que dominam os mercados e combatem o Finor. Porque os resultados — e eu vou repetir aqui um só dado que o Walfrido Salmito demonstrou — são tão expressivos em favor dos resultados da política do Finor, que eu não vejo como discutir se é necessário ou não confirmar.

O Walfrido Salmito falou que nos anos todos, a soma do recolhimento do IPI e do ICMS, com relação à aplicação do Finor foi muito maior. Em 1987, em moeda da época, foi 34 milhões 919 671 arrecadado de IPI e ICMS; e aplicado pelo Finor 12. Em 1988, recolhido 223 — vou dar só um número maior — e aplicado 82. Em 1989, 3.422 e aplicado 796 e, em 1990, arrecadado 85 e aplicado 16.

Portanto, o Finor está mostrando aí que cumpriu o seu papel. Está sendo devolvido até 4 ou 5 vezes — como o Walfrido Salmito falou, por ano, para a Nação, o que foi aplicado no Finor. A quantidade de empregos criados e de todo o tipo de resultado, não deixa dúvida sobre a validade. A região continua pobre, é verdade. Nós temos a metade da população do setor rural — temos 17 milhões no Nordeste, 80% recebe menos do que o salário mínimo, 30% da população total do Brasil, apenas 13% do PIB — nós temos a metade da pobreza nacional, mas isso quer dizer que o Finor não deu resultado, é apenas porque faltam outras políticas. O grande problema do Nordeste é na área rural. Nós tivemos uma política na área rural — e eu pessoalmente acho errada, que foi a de acumulação de água. Quando outros países resolveram esse problema, tornando a terra produtiva. Não foi só acumular água, mas é importante tornar a terra produtiva.

A Califórnia, por exemplo, é um deserto, e com diversos projetos de transferência de água, de bacias para outras bacias, hoje é um dos maiores produtores agrícolas do mundo. Então, o que nós temos que fazer é a irrigação na área do Nordeste, complementar o Finor, e não pensar em modificar tremendamente o Finor, de maneira a inviabilizá-lo. O Finor é um instrumento fundamental ao desenvolvimento do Nordeste, continua sendo e será, enquanto a região não tiver se aproximado dos índices nacionais.

Precisa-se motivar novamente o pessoal da Sudene. Como dissemos, transformamos a Sudene em autarquia especial, foi feita uma reforma administrativa, discutida com todos os funcionários da Sudene, criamos um novo conselho deliberativo, criamos três vagas para os trabalhadores, três vagas para os empresários, ou seja, representantes das federações de agricultura, de comércio, de indústria, e também na aceleração de trabalhadores nesses três setores, exatamente para tornar ainda mais transparente as decisões do conselho. Fizemos o Plano Diretor do Nordeste, discutido em todos os Estados, com todas as camadas da população. Na área do Finor, nós criamos, para ajudar ao problema dos alimentos, o programa Finor-Alimentos, que era um programa do Finor voltado para a irrigação, com um trâmite mais rápido, para que pudéssemos criar mais perímetros irrigados na região e melhorar o problema da área rural.

Nós tínhamos, naquela ocasião, e o programa parece que está sendo concluído, o programa de apoio à população rural; PAP, que era um programa mais de combate à pobreza absoluta. A meu ver, o programa tinha alguns defeitos, mas deveria ser retomado pelo Governo junto ao Banco Mundial, porque é fundamental para o combate à pobreza absoluta nessas regiões: são atingidas pelo Finor, as regiões de cooperativas, as outras regiões: é verdade que muitos recursos do PAPI foram gastos com a própria execução do programa; mas era preciso, então, aprimorar — e isso foi muito discutido com o Banco Mundial — ou fazer novamente um novo programa de apoio à população rural do Nordeste do tipo PAPI junto com o Banco Mundial, para poder ajudar na transformação da região.

Fizemos o projeto São Vicente, que era um programa fiscalizado pelas comunidades, principalmente pela Igreja. Foram criados 33 mil projetos, também, no sentido de ajudar. Estou falando isso porque acho que o Finor não pode ser responsabilizado pelo fato de ainda hoje ter dados comparativamente atrasados em relação às outras regiões do País. Mas, culpar o Finor — e é isso que estou tentando dizer aqui — como sendo dispensável à região, seria um erro terrível que não podemos cometer. O Salmito mostrou aí a análise que ele fez de melhoria do Finor; mas, é preciso reforçá-lo. Ele foi sendo diminuído, ao longo dos anos, pela criação de diversos outros incentivos. É como foi sempre o mais respeitado, o mais bem aplicado ele: continuou, embora perdendo parte de recursos, como o fundo preferido pela aplicação dos recursos de fora.

Quanto ao problema regional, também não vejo muito a sua justificativa, já que as fábricas, as indústrias instaladas no âmbito do Finor, compram 48% de seus insumos no Sul; apenas 5% de maquinários, aparelhos e equipamentos — que são comprados na região. Portanto, é um programa que compra grande parte de seus insumos e seus equipamentos da região do Sul. E com a arrecadação de impostos, a Nação obtém muito mais do que aplica no Finor. Temos que melhorar, respeitar e reforçar a Sudene, que é um órgão excelente, bem dotado, bem capacitado. Era o que eu tinha a dizer aos Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Após as duas explanações, vamos abrir o debate.

O primeiro inscrito, pela ordem, é o Senador Coutinho Jorge, seguido do Senador Jonas Pinheiro. Tem a palavra V. Ex^a, Senador Coutinho Jorge.

O SR. COUTINHO JORGE — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, ilustres conferencistas, Dr. Salmito, Dr. Reinaldo Tavares:

Creio que temos uma responsabilidade muito grande em tentar reavaliar a política de incentivos fiscais regionais nesta Casa. E os dois ilustres conferencistas falando, mostram-nos a grande experiência e vivência que têm. Não tenho essa vivência da Região Nordeste, a minha experiência maior é na Amazônia. Percebi claramente que, no entender dos Senhores, a administração do Finor é transparente e aberta, entre outros aspectos positivos. Também verificamos as limitações colocadas pelo Dr. Salmito, muito pertinentes quando, sobre a pequena empresa, a cooperativa, como as distorções na agropecuária, no apolamento a grandes projetos na localização etc. Só para dar um exemplo, na nossa Amazônia, na área de pecuária, a que o senhor se referiu, o grande equívoco foi derrubar a floresta de mata densa para implantar projetos pecuários. Isso é um absurdo, um crime ecológico, econômico com sequelas até hoje; outro foi a implantação de um programa como a Transamazônica, faraônico e que hoje está numa situação catastrófica. O que entendi e percebi é que, de qualquer forma, bem ou mal, nós tivemos resultados positivos e foram citados o aumento da quantidade e qualidade na indústria, emprego gerado, mudanças de alguns aspectos nos indicadores econômicos e sociais, o que é importante. E, o que percebo é que a política de incentivos fiscais foi necessária, foi indispensável e foi fundamental naquele momento.

Agora, pediria ao Deputado Múcio e ao nosso Presidente que trouxessem ilustres depoentes como os que aqui tivemos hoje. E que nos trouxessem essa variação, o diagnóstico do que aconteceu, mas também — e parece que eu já antevia essa questão — proposta do momento histórico, aqui para a frente, sobre o que fazer. A política de incentivos fiscais teve a seus erros e os seus acertos para a Amazônia, para o Nordeste e o Centro-Oeste. Temos a obrigação, em primeiro lugar, de analisar distorções e limitações que surgiram. O Dr. Salmito e o Deputado Reinaldo fizeram suas exposições. Agora, ao mesmo tempo, quero sugerir ao Presidente que solicite aos próximos depoentes propostas de mudanças concretas. Tal atitude facilita para o Relator, porque é muito complicado, o Relator começa a ouvir uma série de pronunciamentos e temos que ter, realmente, pontos concretos em termos de propostas finais. Eu me preocupo com a objetividade de que temos que ter nesta Casa.

Então, desejo dizer aos ilustres depoentes que concordo, de um modo geral, com o que foi aqui apresentado; penso que a política de incentivos fiscais foi e ainda deverá ser importante, e, acima de tudo, que, jamais, a política de incentivos fiscais seja considerada isolada como no Finor. Incentivos fiscais não deixam de ser renúncia fiscal de uma região em favor de outra, visando o desenvolvimento econômico-social. A tese básica é essa.

Como o Deputado Reinaldo Tavares falou, a questão do Nordeste só com o Finor, sem resolver o problema da água, continua grave. A Amazônia, no meu entender, adota uma política de incentivos fiscais, muitas vezes equivocada; não há um plano de desenvolvimento. Para dar uma idéia aos senhores, não temos zoneamento econômico ecológico. São preliminares, condições básicas para um processo de tomada de decisão, na realidade. Então, até a Sudam tomar decisão, quando há uma denúncia no jornal... Falta um plano global de desenvolvimento... Essa denúncia é do jornal Folha de S. Paulo. Então, concordo que temos que ter portanto um plano global para a região, acoplado a uma política de incentivos fiscais. Não digo que deve acabar; mas que deve ser mudada, adaptada à realidade do momento e do futuro do Brasil. Não tenho dúvida. Concordo que, sem incentivos fiscais, não sei como estaria o Nordeste e a Amazônia. Há uma série de críticas e devemos aceitá-las. Mas creio que essa comissão tem o papel de reavaliar e propor. O que ficar, como ficar e o que modificar se conseguirmos tal atitude dos ilustres depoentes, chegaremos a algum lugar.

Então, essa foi a sugestão para a direção dos trabalhos: que sejam pedidas propostas concretas de mudanças. E aos ilustres depoentes Dr. Salmito e o nosso Deputado Reinaldo Tavares, se têm, após as brilhantes exposições, propostas concretas de mudanças de política de incentivos fiscais por políticas paralelas, para que fiquem inseridas nos anais da nossa Comissão. E quero lembrar também, paralelamente, que dizem que esta Casa não trabalha, mas ela está trabalhando. Está sendo liderada, também, uma outra comissão pelo Senador Bení Veras, que trata dos desequilíbrios regionais. Uma visão mais ampla, e cujos resultados, evidentemente, serão acoplados aos desta Comissão. Já conversei até com o Senador Bení Veras sobre o assunto. Portanto, a integração dessas duas comissões trabalhando pari passu, vai ser importante para discutirmos o problema do desequilíbrio regional, que visa a política de incentivos fiscais. E o resultado será um importante instrumento para esse grande tema que é o desequilíbrio regional.

Portanto, lembro essa necessidade de integração das duas comissões. E para não cansar mais os nossos ilustres depoentes, eu pediria que S. S^{as} que caso as tenham, que apresentem as propostas concretas de mudança, a

partir de agora, dando um novo momento histórico nacional. Parabéns-vo-
s pela lucidez e objetividade com que colocaram o tema.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Diante da importante colocação do Senador Coutinho Jorge, e, antes que os depoentes se manifestem sobre a questão, que S. Ex.^a levantou, eu gostaria de lembrar o seguinte: é intenção desta Comissão e da Mesa dos trabalhos na medida do possível, na medida em que se encontre a agenda das autoridades e dos técnicos que virão aqui, se faça, em primeiro lugar, um diagnóstico o mais completo possível do papel do Finor e do Finam na economia do Nordeste e na economia brasileira. Temos um objetivo concreto: os dois fundos de investimento. Em segundo lugar, integrar o mais que possível os trabalhos desta Comissão com o trabalho da Comissão presidida pelo Senador César Maia, que, como V. Ex.^a muito bem lembrou, é mais ampla. Trata-se realmente de uma avaliação dos desequilíbrios regionais, ou da integração do desenvolvimento inter-regional. É importantíssimo isso.

A Presidência, assim como o Relator e a Mesa, farão o possível para que esse diagnóstico se faça da maneira mais clara e detalhada possível, tanto no que se refere ao Finor como no que se refere ao Finam. Poder-se-ia dizer que os depoimentos de hoje são otimistas em excesso, porque se trata de dois ex-superintendentes. Creio que os dados aqui apresentados pelo Deputado José Reinaldo e a exposição do ex-superintendente, Dr. Walfrido Salmito, deixam bem claro que eles não estão simplesmente chancelando tudo, mas apontando algumas distorções que precisam ser corrigidas.

E nesse sentido que, respondendo a sua pergunta, eu passaria a palavra, primeiro, ao Dr. Walfrido Salmito e depois ao Deputado José Reinaldo. Mas, antes, o Relator quer se pronunciar.

O SR. RELATOR (José Múcio Monteiro) — Sr. Presidente, sem formalismos, queria trazer uma complementação ao pronunciamento do Senador Coutinho Jorge. Evidentemente, a palestra dos dois ex-superintendentes por si só se explica, mas o Dr. Walfrido Salmito, que é fundador e conhecedor da história da casa desde o início, fez duas menções que eu gostaria que V. S.^a aprofundasse. Primeiro, quando V. S.^a assinalou que fosse dado maior ênfase ao setor industrial. Por que V. S.^a fez essa observação se os resultados do campo não foram positivos?

V. S.^a corrobora o raciocínio do ex-superintendente, Dr. José Reinaldo, quando foi criada a famosa Lei do Boi? Entende que a questão dos investimentos na pecuária extensiva chegou ao seu final? Ela poderia ter uma correção, ou tomar um outro aspecto, ou serem corrigidas as distorções que aconteceram?

Numa primeira referência, V. S.^a disse que a SUDENE só tinha trazido benefício às grandes empresas e deixado à margem as médias empresas. O programa era deixar à margem as médias empresas ou era tão violenta a burocracia exigida pela SUDENE e pela SUDAM que um pequeno e um médio empresário não conseguem atender? V. S.^a acha que o caminho seria uma desburocratização ou uma mudança de política?

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Com a palavra o eminente ex-Superintendente, Dr. Walfrido Salmito, respondendo, em primeiro lugar, à pergunta do Senador Coutinho Jorge, que pede algumas propostas dos depoentes sobre a reformulação dos incentivos e dos fundos de investimento e em segundo lugar, ao questionamento feito pelo nosso eminente Relator, Deputado José Múcio.

O SR. WALFRIDO SALMITO — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, a ponderação feita pelo Sr. Senador Coutinho Jorge é muito provocativa, extremamente realista e parte naturalmente do seu propósito de agregar contribuições concretas ao desenvolvimento das regiões deprimidas.

Com relação à pergunta objetiva do Senador Coutinho Jorge sobre a necessidade de propostas de mudanças concretas e que sejam elas inventariadas e trazidas à Comissão presidida por V. Ex.^a, respondo o seguinte: temos a convicção de que a questão regional necessita urgentemente ser reexaminada e atualizada à luz do contexto em que estamos vivendo, em termos de região mesmo, de Brasil, no concerto mundial. As exigências de hoje são inteiramente diferentes dos pressupostos que fundamentaram a criação desses organismos regionais. Hoje, vemos um sistema de blocos econômicos que funciona e seria muita ingenuidade nossa persistir no esforço de desenvolvimento regional de forma isolada.

Daí por que considero extremamente feliz e oportuna a iniciativa, liderada pelo Senador Beni Veras, de fazer o reexame dessa questão regional, não mais sob o enfoque já exaurido da problemática essencialmente regional de forma isolada. O grande descortino que estamos percebendo na iniciativa do Senador Beni Veras vem facilitar o trabalho dos organismos regionais. S. Ex.^a está, no momento, propondo na Comissão que haja um reexame completo do enfoque da questão regional para um outro enfoque, que é o do desenvolvimento nacional equilibrado, onde as regiões deprimidas desempenham um papel e têm que passar a desempenhar um outro papel.

No contexto do reexame da questão regional entrará o sistema de incentivos com uma participação diferente da que ele teve até agora, no nosso ponto de vista. Haverá, certamente, uma busca e um redirecionamento dessas aplicações de forma a se conseguir, primeiro, maiores resultados; segundo, resultados mais imediatos e mais céleres; e, terceiro, uma visão desse sistema de incentivos estreitamente ligados aos demais instrumentos de desenvolvimento para os quais, ou não tivemos acesso nas regiões deprimidas ou não tivemos a necessária articulação. Obviamente, isso obrigará o sistema de incentivos atual a uma modificação sob vários aspectos. Sabemos que as imperfeições, as distorções, os desvios ocorridos nem por isso neutralizaram os efeitos principais. É claro que sem os incentivos, com certeza, todas as capitais do Nordeste seriam puras e simplesmente novas Nova Iguaçu, a Baixada Fluminense, e talvez num grau muito mais explosivo, não há dúvida quanto a isso. O que se fez foi insuficiente. Nós ficamos praticamente trabalhando numa trincheira isolada. E, pior do que isso, as políticas econômicas nacionais não só muitas vezes neutralizaram, mas também colidiram com as políticas regionais. No Nordeste tivemos os planos de desenvolvimento regional. O Deputado José Reinaldo liderou até um trabalho absolutamente inovador, ouvindo todas as lideranças da comunidade. Entretanto, todo esse esforço foi quase um capítulo colocado em anexo, entre parênteses, no enfoque nacional. Os planos regionais não conseguiram se realizar em nenhum momento mais do que 35% nas suas metas físicas. E por quê? Pela ineficiência regional? Não, porque sobre eles se superpunham planos e po-

líticas nacionais que colidiram e neutralizaram esse esforço. Isso tudo vai ter que ser reexaminado.

Por essas razões, empesto a maior relevância a esse trabalho da Comissão que tem como Relator o Senador Beni Veras. Ficam os modelos regionais neutralizados e considerados ineficientes, quando sabemos que, inclusive, do ponto de vista rigorosamente de incentivos, nem o Nordeste nem o Norte são realmente os grandes absorvedores.

A Lei nº 8.191, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, que isenta do imposto sobre Produtos Industrializados as empresas que farão a depreciação acelerada de suas máquinas e equipamentos, manda multiplicar por dois os valores. Sabemos que, em termos não somente de redução de incentivos, mas sobretudo de Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios, isso trará efeitos negativos para as regiões. Ora, não é que essas políticas regionais sejam intencionalmente contra o Norte, mas pelo fato de não levarem em nenhuma consideração os aspectos regionais. Todas elas colidiram, neutralizaram, em grande parte, o nosso esforço. Isso aí. Diria até um tempo perdido repetir aqui o esforço regional vis-à-vis as políticas nacionais.

Primeiro, porque o centro hegemônico da economia prevalece nas suas decisões. Segundo, porque todo o estamento estatal, central, da União tem uma cultura setorial. Logo, se há hoje um problema em siderurgia, vamos resolvê-lo, se há um problema de indústria automobilística, ele é de indústria automobilística; se se trata de um problema de estaleiro naval ou de indústria, é que o sistema foi avaliado e posto em discussão. Tudo isso, muitas vezes, é plantado intencionalmente nos grandes meios de comunicação nacional. O que alinhamos, aqui, em alguns momentos, é a respeito de colocações debochativas do esforço do Congresso Nacional — aqui, há editorial chamando os nossos Senadores e Deputado do Norte e Nordeste de paranoicos regionalistas. São colocações feitas para a opinião pública nacional que acabam, realmente, trazendo gravíssimos prejuízos, como disse, aqui, o Deputado José Reinaldo. É até difícil aceitar que tenhamos acertado tanto.

Com as regiões deprimidas, o que conseguiremos ao longo da experiência de desenvolvimento regional? Sempre foram difíceis e modestas conquistas, através do Congresso Nacional, ou seja, partindo do Poder Executivo, pode-se afirmar que foram exceções as decisões que nos favoreceram. Todas elas foram altamente penalizadoras, não de forma intencional, dolosa, mas por desconhecimento. Primeiro, porque o estamento está todo estruturado em uma cultura setorial, e, segundo, porque além de tudo havia e há muito, do preconceito.

Esses dados que citamos aqui são absolutamente reais. Se V. Ex.^as forem ao Nordeste verão que existem essas cento e tantas empresas têxteis modernas. Eram cinquenta e duas obsoletas, fadadas ao fechamento. Mas os dados, avaliam, a partir daqui de Brasília, não aceitam esses dados positivos. Eles conhecem todos os dados negativos. Isso sempre testamos no momento em que o sistema foi avaliado e posto em discussão. Tudo isso, muitas vezes, é plantado intencionalmente nos grandes meios de comunicação nacional. O que alinhamos, aqui, em alguns momentos, é a respeito de colocações debochativas do esforço do Congresso Nacional — aqui, há editorial chamando os nossos Senadores e Deputado do Norte e Nordeste de paranoicos regionalistas. São colocações feitas para a opinião pública nacional que acabam, realmente, trazendo gravíssimos prejuízos, como disse, aqui, o Deputado José Reinaldo. É até difícil aceitar que tenhamos acertado tanto.

Diria, Sr. Senador, que, dentro desse enfoque, haverá realmente, todo um reexame no papel dos incentivos fiscais. Porque é claro que as formulações que de lá saíram, terão também, repercussões aqui. Entretanto, me aventuraria a dizer que apontamos aqui as mais divulgadas distorções do sistema, mas ele pode ganhar em eficiência e em eficácia, em rendimento, com alguns ajustes que hoje já se conhecem. Por exemplo, se o Poder Executivo passa a honrar compromissos de lei — hoje existe aqui uma Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei do Orçamento. Trabalhamos, muitas vezes, na dependência da boa vontade do burocrata de terceiro escalão. Isso prejudicou demais a liberação dos recursos em tempo oportuno.

V. Ex.^as sabem muito bem que o orçamento do FINOR, em 1990, foi cumprido praticamente em 1991. Isso traz repercussões extremamente negativas para as empresas que assumiram os compromissos, tomando dinheiro emprestado, com um programa definido para entrar em implantação, e a SUDENE da sua parte não pode honrar esse seu compromisso. Alonga o cronograma, algumas empresas não resistem. No meio do caminho da implantação, uma política setorial que afeta diretamente aquela política regional. Tudo isso é passado a limpo, os incentivos, os fundos constitucionais eram papéis extremamente diferentes. Isso quer dizer que os aprimoramentos são perfeitamente possíveis, sem destruí-los. A eficácia vai depender de uma definição clara do Congresso Nacional quanto a uma política de desenvolvimento nacional equilibrada que aja, sem esses rebatimentos perversos nas regiões pobres.

Complementando a indagação feita pelo Sr. Relator José Múcio, quanto à problemática industrial, em relação à questão da água, na verdade, desde a primeira avaliação feita por Celso Furtado, no grupo de trabalho, houve uma definição clara de que a região tinha grandes potencialidades para o setor industrial. Agora, esse enfoque industrial muitas vezes foi distorcido. Nunca se afirmou, em plano de desenvolvimento, que resolveríamos o problema do desemprego, ou o problema do semi-árido, com industrialização forçada, ou artificial — como todos insistem — sobretudo os órgãos de imprensa que formam a opinião pública nacional. Esse é um enfoque inteiramente distorcido.

O setor industrial foi ativado pelo fato de ser ele o mais dinâmico e de poder trazer o retorno mais imediato, pelo fato de o setor primário se encontrar muito mais defasado, em tradição de transformação do que o próprio setor industrial. Ainda hoje o irrigante do Nordeste está sendo preparado. O que temos são amadores da agricultura, mas o irrigante tem que ser um profissional de altíssimo nível de especialização. É nesse ponto que acompanhamos inteiramente o raciocínio do Deputado José Reinaldo.

Quanto ao enfoque colocado: se corroborar com o encerramento do Projeto do Boi Extensivo; eu pessoalmente, a meu ver, houve equívocos com relação a grandes projetos de pecuária, porém, é discutível que esse trabalho teve méritos incontestáveis. V. Ex.^as sabem muito bem que o Nordeste, durante muitos anos, teve um boi classificado como "cadorro de chifre", pelo seu porte, pelo seu peso etc. Hoje, essa pecuária de corte tem outra expressão, em termos de rendimento, por conta desse trabalho e, obviamente, do crédito do Banco Nordeste, do Banco do Brasil.

O que houve teve erros que tiveram que ser corrigidos. A pecuária extensiva é uma atividade econômica praticada, inclusive, nos países do

Primeiro Mundo e por que não fazer isso no Nordeste de forma racional e disciplinar? Quanto a esse aspecto, o nosso ponto de vista é no sentido de que, se existem essas dimensões gigantescas mais adequadas à nossa realidade, é porque se trata de um alimento proteico, de absoluta necessidade e não queremos dispensá-lo.

Se o FINOR só trouxe benefícios para as grandes empresas, em virtude da complexidade burocrática, ou qualquer preconceito contra a pequena e a média empresa, eu diria que eu mesmo participei de uma pesquisa de campo, em Campina Grande e Mossoró, durante mais de seis meses, com uma equipe, trabalhando rigorosamente junto aos pequenos e médios empresários. O que ouvimos da maioria deles é que não queriam outros sócios, mesmo que fosse uma sociedade de incentivos. Inicialmente, eles precisavam de assistência contábil, porque cada empresa naquela não podia ter um contador, um controle de contabilidade própria, eles precisavam de um crédito mais oportuno, menos oneroso; muitas vezes, precisavam de acesso à tecnologia, mas não estavam motivados para atrás do FINOR sob a forma de sociedade anônima. Na verdade, não é que a SUDENE excluiu por preconceito, ou perversão do sistema. É que o modelo, como foi concebido, só quem teria acesso seriam as sociedades anônimas. Convenhamos também que o Banco do Nordeste e a SUDENE criaram, pioneiramente, no Brasil, um programa de apoio à pequena e à média empresa, programa esse não somente técnico, como também financeiro, com condições muito explícitas de diferenciação de encargos financeiros, etc. Esse foi um programa que contou com assistência técnica da Holanda. Mandamos, inclusive, pessoal nosso se especializar como se devia trabalhar. Esse programa funcionou bem durante dois, três anos e, depois, foi criado um programa a nível nacional, esse programa inibiu e definiu completamente o programa regional. Isso, porque esses recursos não se transferiram para a nossa região, nem técnicos, nem financeiros. Portanto, como a região, nem o Banco do Nordeste, nem a SUDENE poderiam assumir a responsabilidade pela condução de um programa desse, o programa definiu, definiu, e se extinguiu. Mas, simultaneamente, o FINOR, havia um programa específico de SUDENE e do Nordeste para o pequeno e para o médio. Ainda hoje há resíduos desse programa de pequena e média empresa, através do sistema que existe ainda em todos os Estados, dos chamados CEAG. Esses não tem nem a dinâmica, nem o desdobramento. Sr. Relator, essa foi a colocação que fizemos.

O Deputado José Reinaldo lembrou também que, em termos de pequeno produtor, se é mesmo para transferir recursos para o pequeno produtor a fundo perdido, a SUDENE concebeu um programa reconhecido internacionalmente, que foi o de apoio ao pequeno produtor, no qual há uma assistência técnica financeira, inclusive propiciada com recursos do Banco Mundial. O que aconteceu foi que a contrapartida internacional, inclusive para encargos financeiros adequados, só seria repassada pelo Banco Mundial quando o Governo brasileiro fizesse a sua própria contribuição. Como o governo brasileiro não apresentou a sua contribuição financeira, o Banco Mundial minutos.

Mas, em todo caso, o Deputado José Reinaldo tem a palavra.

O SR. JOSÉ REINALDO - Gostaria de responder a essa pergunta. Tenho muito medo, pela experiência que tenho do Nordeste, quando ouço falar, em qualquer modificação no programa do FINOR. Nós aqui, nesta Casa, em que foi votada a nova Constituição, ainda não conseguimos traduzir no Orçamento a regionalização dita e obrigada pela Constituição, tirar esse mecanismo que existe hoje e que independe mais ou menos do Governo, pois é o setor privado que está por trás desse problema do FINOR. Quando o Governo entra e interfere, é para prejudicar o FINOR, é repensando recursos que não são colocados em tempo, é a não correção desses recursos.

O que prejudica os empreendimentos na Região Nordeste, nessa área do FINOR, é exatamente isso: pessoa apresenta um programa, compromete-se com uma parte, a duras penas, já que ela é uma região descapitalizada, e o Governo se compromete com a outra. Acontece, porém, que o Governo não cumpre mais o cronograma, e, com isso, as empresas têm que se endividar e se endividar hoje é a falência, porque há os juros altos.

Então, tenho muito medo quando se fala em melhorar o FINOR. Eu mesmo já modifiquei o FINOR. Como foi dito aqui, essa lei do boi, dito pelo Relator, foi uma correção que achei, naquele momento, justificável. Concordei com o Dr. Valfrido Salmito quando diz que o Nordeste precisa de pecuária de corte. Mas, naquele momento, os projetos estavam atingindo um número grande demais. E a pecuária de corte é extensiva e pouco empregadora. Quer dizer, não é um programa atreante para o que pretendiamos como resultado do FINOR.

Então, naquele momento, suspendi - parece-me que até hoje continua suspenso - a aprovação de novos projetos de pecuária de corte. Acho que tem que haver a pecuária de corte no Nordeste, de gado de boa qualidade. Para isso, tem que ser destinado algum recurso do FINOR. Essa foi uma colocação que fiz. Mas o FINOR já sofreu tanta correção, a partir do 3.418, devido a alguns escândalos, motivando assim o seu aprimoramento. Hoje, a participação da sociedade no FINOR é tão transparente; o Banco do Nordeste é um sistema tão bem articulado, que talvez seja necessário mexer não no mecanismo, mas, sim, em suas aplicações melhorá-las. Contudo, tenho um medo enorme quando se fala em alteração do FINOR.

Essa é a minha impressão sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto Lavor) - Pela ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de cumprimentar os dois bilhantes expositores: o Dr. Valfrido Salmito, pela exposição serena, segura, rica de informações, abrangente e muito esclarecedora; e o Deputado José Reinaldo, que complementou as informações dadas pelo Dr. Valfrido Salmito.

Seio daqui refeito, porque ouvi tantas informações positivas, e começo a ver as negativas, que já havia acumulado ao longo do tempo, isento, distante da atividade parlamentar, mas como cidadão, por que vi, com tanta frequência, projetos inacabados, e paralisados prédios não concluídos. No Rio Grande do Norte, meu estado, eu não o represento aqui especificamente, mas a vivência lá, dava-me essa visão de que a SUDENE era um órgão perdulário, havia muita malversação dos recursos, favorecimentos, por assim dizer.

Essa rica exposição deixa-me a impressão de que se os Srs. não tiveram opositores, daqui pra frente, pois foi dito aqui que no seio do Governo existe os que são contra e existe os que são a favor. Sai daqui muito

mais tranqüilo e confiante em relação ao futuro desses órgãos - SUDENE e SUDENE - do que quando aqui cheguei.

Eu perguntaria: se, desde os tempos mais remotos da SUDENE, houve melhoria progressiva das políticas formuladas, dos critérios? Houve melhoramento nos critérios a serem aplicados para a aprovação de projetos?

Já vi que o corpo técnico tem sido reduzido, desestimulado, certamente pela questão salarial ou por políticas inadequadas, por alguma motivação. Pergunto: essa transparência, realmente, se faz crescente, de modo a que a gente tenha confiança, também crescente, no futuro desse órgão - SUDENE -, que, apesar dos esqueletos inacabados, dos projetos paralisados, resultou numa contribuição muito grande no dizer do Dr. Valfrido Salmito, porque conhecemos a sua ação, temos informação sobre a sua integridade e de seu senso de responsabilidade.

Faço essas perguntas aos dois expositores. Gostaria de ouvir algumas considerações sobre o seu desenvolvimento, se a Instituição cresceu, fortaleceu-se no cumprimento dos seus objetivos, ou se ela definiu, perdeu substância, e se há esperança de que ela contribua formidavelmente daqui para frente. Que ela obtenha, daqui para frente, um estímulo maior para cobrir o desânimo que se abateu, num certo período, sobre a Instituição.

Eram essas as considerações, com os meus parabéns à exposição dos dois debatedores. Ressalto que a pergunta é dirigida aos dois e que se complementam. Não preciso ouvir a resposta dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto Lavor) - Com a palavra o Dr. Salmito.

O SR. WALFRIDO SALMITO - Sr. Presidente, Senador Jonas Pinheiro, demais autoridades aqui presentes: Eu gostaria de fazer três colocações objetivas aqui sobre as perguntas do Senador Jonas Pinheiro.

Primeiro, se houve melhorias dos critérios. Realmente, Senador, mencionamos que o processo desse sistema, todo ele foi criado e implantado com erros e acertos, porque ele é absolutamente pioneiro, não só no Brasil, mas talvez em todo o bloco ocidental.

O que está acontecendo agora na CEE, é alguma coisa semelhante. Mas imagine V. Ex. há trinta anos amadurecer naquelas condições, naquele calde cultural defasado, atrasado da região, muito mais do que hoje, criar-se todo um sistema que funcione realmente de ponta a ponta. Cometermos uma série de erros e é forçoso reconhecer que a primeira fase do sistema denominada 3.418, pelas referências às duas leis, realmente era muito mais complexa, burocratizada, lenta e de controles mais frouxos.

A medida em que a própria Instituição foi percebendo que alguns grandes empresários do País ou da região tinham um projeto aprovado, e faziam uma reserva de mercado quer dizer, após um, dois anos, sem a implantação do projeto, nada acontecia. E nós, lá, com aquele compromisso assumido. Isso ocorreu muitas vezes.

Então, a própria Instituição teve que criar um mecanismo penalizador e espurgar do sistema dessas situações de puro privilégio para ter uma reserva de mercado para implantar uma fábrica disso e daquilo. Isso, identificamos logo nos primeiros momentos do sistema. Como também, V. Ex. sabe muito bem as grandes distorções do sistema não ocorriam na região, mas no centro que assegurava os recursos. Quer dizer, as negociações entre compradores das empresas, que faziam a destinação dos recursos com intermediários disso nem tomávamos conhecimento, só sabíamos depois que os recursos, que chegavam à região, eram num percentual muito menor. E onde ficava o resto? Então, identificamos e, depois de muito esforço e iniciativa nossa, o sistema foi modificado para o atual FINOR, em que a intermediação não se faz mais a portas fechadas, entre o contador de uma empresa ou entre o diretor financeiro de uma empresa e o destinatário. Hoje, isso é feito com base em critérios objetivos, formulados, discutidos pelos dez governadores, em termos não somente setoriais, mas especiais, em termos não somente setoriais, mas especiais, em termos de mão-de-obra, densamente ou não densamente, em termos de matéria prima, de exportação, etc. São numerosos os critérios objetivos que definem o investimento terá ou não apoio. Seria interessante que alguns daqueles que, sem conhecer o sistema, tantas vezes o têm criticado, que experimentassem realmente entrar nele, para ver se há objetividade, se há criteriosidade e se há respeito à coisa pública. Mas houve toda uma história de evolução, de melhoria dos critérios. A transparência se faz crescente, com certeza, Sr. Senador, porque, não somente nos primeiros estágios do projeto ela é pública, é divulgada pela imprensa, quer dizer, os concorrentes também têm o conhecimento, do projeto. Vai surgir uma fábrica disso, em tal lugar, então tenho que me preparar não somente sobre esse aspecto, como também nas negociações. Ninguém chega lá com a apresentação de uma proposta e depois passa um telegrama pedindo a sua liberação. Não existe isso. Essa transparência, realmente, é crescente e achamos que ela vai completar o seu ciclo com essa contribuição do Congresso, na medida em que o Congresso fizer, realmente, essas definições de natureza legal, em que o Poder Executivo passe a respeitar as decisões definidas em lei. Foi isso que nós frustamos muito. Se houve desenvolvimento? Realmente - sei que o Deputado José Reinaldo vai agregar as observações dele - mas houve desenvolvimento sim. Convenhamos que não somente houve desenvolvimento no que diz respeito a crescimento setorial, a crescimento de produto, a aumento da oferta de bens. As empresas estão lá, são um dado real, podem e deve ser visitadas. Mas também houve um impulso em desenvolvimento, da seguinte maneira: a SUDENE foi um organismo que dedicou muito dinheiro no levantamento dos seus dados básicos. A infra-estrutura básica, em termos de recursos naturais, recursos pesqueiros, recursos hídricos, recursos florestais, recursos minerais, e cartografia. A região, hoje, é inteiramente diferente, em termos de dados técnicos e científicos, do que era naquele tempo. Se, por exemplo, hoje temos um grande pólo de irrigação em Petrolina e Juazeiro, isso não foi improvisado, foi graças a um trabalho científico e técnico, que contou com a participação de missões internacionais, da França, de Israel, da Alemanha Federal, técnicos que vieram e que foram pagos pelas Nações Unidas e que demoravam meses e até anos, fazendo o levantamento desses recursos pedológicos, hídricos, bacias integradas, para que o empresário, quando dissesse que queria implantar um projeto de irrigação, pudesse ir à SUDENE e simplesmente pegasse a carta topográfica, com aquela cartografia e soubesse onde é que iria se localizar e ter uma base técnica e científica. Isso não existia. Além disso, também, convenhamos que os próprios Estados modernizaram a sua estrutura administrativa, incorporaram as técnicas de planejamento, modernizaram as suas Secretarias, foram eles que conduziram os distritos industriais. Hoje, fala-se em distritos de irrigação. Lamentamos muito que demorem tanto a ser implantados, mas é uma realidade inteiramente nova. Isso é desenvolvimento. Então, quando se visita uma capital do Nordeste, é óbvio

que o interior está numa situação muito inferior, vemos que a situação não tem nada a ver com aquele Nordeste de há 30 anos, com desconhecimento de toda a sua base de recursos naturais, que fundamentam uma decisão econômica.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Lavoisier Maia, eu gostaria de, mais uma vez, comunicar a todos os presentes que, na próxima terça-feira, às 18 horas, dia 24 de março, haverá a exposição dos atuais Superintendentes da Sudam e da Sudene. Gostaria, também, de lembrar que foi aprovada uma sugestão de atividades externas desta Comissão, visando os seguintes pontos: Nas áreas da Sudam e da Sudene, a visita a alguns projetos típicos, representativos desse sucesso da aplicação dos incentivos fiscais na área e, eventualmente, também, a visita a alguns dos projetos que não deram certo, para que se retirem dali lições, a fim de que o próprio relatório possa apontar sugestões de correção dos erros, que, como já se disse aqui, todos nós sabemos, são exceções e não a regra geral. Há também a idéia, que depois será discutida, não hoje, de que se vá ao próprio centro financeiro, econômico e empresarial do País discutir essa questão, porque, surpreendentemente, é de lá que têm surgido as maiores objeções, isto é, que a própria Comissão se desloque, uma vez que a maior parte das deduções dos incentivos fiscais são retirados de uma região para outra e, como já se disse aqui, que muitas vezes retornam na compra de equipamentos e insumos, na sua maioria comprados fora de Região do Nordeste, e lá, dessa região incentivadora ou de onde provém grande parte desses incentivos, se faça também uma discussão sobre o FINOR e o FINAM. Cito, por exemplo, o caso de São Paulo, que é realmente um grande centro empresarial, onde empresários fazem suas deduções. É preciso que se estabeleça essa discussão também lá, nesse centro empresarial. É uma sugestão que surgiu, que vamos apreciar posteriormente.

Mas, antes de passar a palavra ao Senador Lavoisier Maia, pedindo desculpas, concederei a palavra ao Deputado e ex-Superintendente, José Reinaldo.

O SR. JOSÉ REINALDO - Tem uma parte da pergunta do Senador que não ficou clara, é sobre a importância da Sudene, o que é que se acha do futuro da Sudene. A Sudene é um órgão que não é bem aceito pela administração federal, a verdade é essa. É um órgão fundamental ao Nordeste, porque é lá que se treinam os técnicos, lá estão as pessoas que conhecem o Nordeste, mas, normalmente, os órgãos federais se recusam, como acredito que aconteça com a Sudam, a regionalizar os orçamentos, a fazer o orçamento. Um órgão de desenvolvimento tem que ter meios, porque a Sudene passou vários anos apenas administrando o Finor, então, não tinha recursos para outro tipo de programa. Isso é feito quase que de uma maneira proposital. Acho que esta Comissão, principalmente a Comissão onde estou, do Senador Beni Veras, tem que ver a presença da Sudene, fazer um estudo isento, porque, muitas vezes, como é feito com o Finor, coloca-se nos grandes meios de informação do País que o Nordeste continua atrasado, embora tenha-se gasto bilhões no Finor. Não é o Finor que vai resolver esse problema, ele é uma ferramenta fundamental, mas não pode ser a única, como foi dito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Muito obrigado, Deputado José Reinaldo.

Concedo a palavra ao Senador Lavoisier Maia.

O SR. LAVOISIER MAIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. ex-Superintendente, meus amigos:

Fugindo à minha vontade de estar aqui presente desde os primeiros minutos, quero dizer que conheço a Sudene e sei da sua importância. Eu começaria as minhas palavras, e vou procurar ser sintético, dizendo que esta Comissão, que trata dos desequilíbrios regionais, é importantíssima. Enquanto não for resolvido esse desequilíbrio, o Nordeste e as regiões mais pobres vão continuar cada vez mais pobres. E há uma má-vontade muito grande. O Deputado José Reinaldo tem razão, os administradores, a nível nacional, têm má vontade com a regionalização. Essa é a verdade. Agora, a Sudene é importantíssima para o Nordeste. Basta para isso fazermos uma avaliação do Nordeste antes e depois da Sudene.

O que falta, Sr. Presidente, é uma decisão política. Até agora, e principalmente esse Presidente que está aí, que é nordestino, que disse que iria fortalecer a Sudene, que ia fazer um órgão independente, tudo ficou só em palavras, de ação não vimos nada. Acho que governar não é dizer palavras bonitas nem prometer o que não pode fazer, é completamente o contrário. Mas isso lamentavelmente está acontecendo no Brasil.

Acho que a importância dessa comissão é muito grande para acabarmos com o desequilíbrio regional, pois se não encontrarmos a saída agora, principalmente para nossa região, a coisa ficará muito mais difícil. Agora, como Presidente é do Nordeste ele tem obrigação de dar atenção e se até agora ele só deu as costas às regiões pobres, é uma linguagem bem dura mas é verdadeira, o Salmato sabe disso, e José Reinaldo Tavares também, que a Sudene continuará no fundo do poço.

A Sudene hoje está desprestigiada, marginalizada, sem planos, vivendo uma situação difícil, com os seus melhores técnicos pedindo aposentadoria por tempo de serviço proporcional. Lamento profundamente tal situação, porque freqüentemente a Sudene desde os 24 anos, lutando em uma época difícil para o Nordeste, quando tivemos quatro anos de seca e vi a importância da Sudene, pois não fosse ela milhares de nordestinos teriam morrido de sede e de fome. Essa é a verdade. A Sudene é fundamental para o desenvolvimento da região.

O Sr. Salmato sabe quantas vezes discutimos para que a população nordestina não sofresse mais, e hoje está sofrendo mais do que ontem. Tenho certeza disso. O empobrecimento do Nordeste é muito maior. Não sei do Norte, mas do Nordeste é muito maior, aumentando o desequilíbrio, e ninguém vê isso. Estou afônico de tanto gritar no Senado lutando por isso o nobre Senador Mansueto de Lavor sabe disso -, para um tratamento melhor para o Nordeste, mas não sou ouvido. Os órgãos federais não ouvem, não valorizam a palavra do parlamentar, do homem que tem experiência e boa vontade, que é bem-intencionado, em favor da região.

Isso não vem de agora, isso vem de algum tempo. Porque passou um Ministro do Planejamento que não acreditava no Nordeste, não queria investir nele porque o retorno era decorado. Então investiu no Sul para onde o retorno é mais rápido.

Ora, é uma falta de sensibilidade muito grande. Não quero ser injusto com ninguém, mas o homem que vestiu a camisa do Nordeste, e aí dele se não tivesse vestido a camisa do Nordeste, aquela região estaria muito

mais pobre e teria havido uma migração maior para o Sul, foi o Ministro Mário David Andreazza, vestiu a camisa do Nordeste e brigou com o Ministro do Planejamento, Deputado Delfim Neto, para que o povo não morresse de fome e não viesse tanta gente para o Sul, porque não é o problema do Nordeste, é sim do Brasil. O problema é do Brasil!

Nobre Senador Mansueto de Lavor, quero dar o testemunho de que nos meus quatro anos de governo, fonte da Sudene trabalhei muito pelo povo do Rio Grande do Norte. Grandes investimentos foram feitos ali. Eu quero advertir que as indústrias do meu tempo estão em processo de falência, com concordatas, como o Grupo George, o grupo de cerâmica que nós criamos, tantos empregos que demos ao Estado, e hoje está tudo em concordata, em falência. A maior indústria do Rio Grande do Norte no setor têxtil, a Guararapes, está em processo de fechar a sua fábrica. Já desempregou mais de cinco mil pessoas, e o Sr. Onevaldo Rocha, um homem rico, hoje, quando o lucro desapareceu nesse processo louco da economia estabelecido pelo Governo, entrou na faixa do vermelho, do prejuízo; e por ser o empresário um ser que visa o lucro, passou a ser acusado de incompetência. É incompetência das autoridades federais. Ao ver, ao longo de dois anos, a empresa diminuir e passar o vermelho, ele resolveu acabar com ela. Isso é um crime contra a região, é um crime contra as regiões pobres do Brasil.

Vejo, para essa situação, uma só saída: ou a classe política, nós, Senadores e Deputados, que temos uma visão larga da situação, fazemos a união, independentemente de partidos, ou a situação vai piorar muito.

Se contarmos com a sensibilidade dos homens do Sul, das regiões desenvolvidas, no sentido de diminuir essa desigualdade, que é muito grave e está nos comprometendo, o problema estará em parte resolvido. Essa é a realidade nua e crua que estamos vivendo e que precisa, nobre Senador Mansueto de Lavor, do seu amor ao Nordeste, e do de José Múcio, de Beni, e de tantos outros que estão aqui, do Norte, do Centro-Oeste.

E de tantos outros que estão aqui, que na elaboração da Constituição criamos um incentivo, no fundo do Nordeste, Querianos 55 do IPI e do imposto de Renda. Quem é que foi contra? São Paulo. V. Exs. sabem disso, sabem da dramática discussão que tivemos e em que eles disseram que aceitavam se aumentássemos 20 deputados na bancada de São Paulo.

Ora, foi São Paulo quem disse que virava a mesa - é possível uma coisa dessas? -, então entramos em uma negociação e aí passou-se de 5 para 33 desde que concordássemos que aquele Estado tivesse um aumento de 10 parlamentares. Isso é muito grave, e só temos uma saída, a união do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e mais a sensibilidade dos homens do Sul. Aí teremos uma saída, vislumbraremos a luz no fundo do túnel, a diminuição do desequilíbrio para o bem do Brasil, porque o espírito separatista existe e eu sou contra. Quero ver o Nordeste superavitário na balança de pagamentos. Devemos diminuir, pois uma parte não pode morrer de fome.

O processo é muito grave, a urbanização está acelerada, o campo está abandonado. Inverteu-se a situação e temos 80% da população na zona urbana e 20 a 30% na zona rural, e os que estão ali estão desassistidos.

E vejamos o investimento! O Sr. Salmato e o Dr. José Reinaldo sabem da importância daquela barragem que fizemos, a maior do Nordeste, para irrigação. Dois bilhões e quatrocentos milhões de metros cúbicos de água armazenados! E a política do Governo, de fazer canais para a irrigação até hoje não se realizou. Dez anos já se passaram. E a política da água e da terra tem que ser implantada, pois só podemos interiorizar com irrigação e aumentando a produtividade para atingir não só os grandes, mas os médios e pequenos produtores.

Então, estou muito feliz por ouvir o depoimento desses ilustres homens públicos, Salmato e José Reinaldo, todos os dois com autoridade, já que passaram pela experiência, a de uma maior que a de outra, pois um foi superintendente e ministro, o outro é um lutador em defesa do Nordeste, mesmo com a má-vontade na transferência de recursos. Como é que o orçamento de um ano passa para o outro com um processo inflacionário de 100%? Quando estará valendo isso? E é o que está acontecendo!

Não vou me alongar deixo aqui o meu aplauso a essa iniciativa do Senador Mansueto de Lavor, do Deputado José Múcio e a proposta de nos unirmos, falar com essas comissões regionais - o Senador Beni Veras está lá - e lutar, pois assim haver uma saída, isso se o homem do Sul tiver sensibilidade, principalmente o de São Paulo. Fora isso, não há saída para nós, e - ele não está tendo sensibilidade, muda a mentalidade em relação ao Nordeste cada dia que passa. É doloroso ver a maior indústria de minha terra fechar as portas, desempregar 10 mil pessoas, e é isto o que está acontecendo.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer. As propostas são essas mesmas, de lutarmos pelo fortalecimento dessas instituições, da Sudene, da Sudam, em um processo que é fácil de entender, de descentralização administrativa, e de distribuição melhor dos recursos para salvar as regiões mais pobres. Era só isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - O Senador Lavoisier Maia não formulou nenhuma pergunta aos depoentes. Falou com a voz da experiência com a sensibilidade de grande homem público brasileiro, e, por isso, ficam registradas nos Anais as suas palavras. Aliás, é preciso dizer que, neste recinto, com um número relativamente pequeno de ouvintes devido às agendas de todos, a impressão que se tem é que se está se fazendo uma discussão, quase que uma reflexão, que não teria repercussão fora, mas nosso trabalho utilizará tudo o que foi aqui dito, principalmente depoimentos como o do Dr. Walfrido Salmato e do Deputado José Reinaldo. Todos os trabalhos desta Comissão deverão ser divulgados para todo o País, assumimos este compromisso com o Congresso e com os Membros desta Comissão.

Aos Srs. Deputados e Senadores querem ainda se pronunciar?

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO - No que respeita aos depoimentos do Dr. Walfrido Salmato e do Deputado José Reinaldo, apenas os cumprimentos pelo brilhantismo e o nível das informações que deram. Não tenho mais nada a pedir com informação e nada a acrescentar sobre os debates.

Agora, como desde a primeira reunião ficou em aberto a questão das autoridades a serem convidadas para os debates, quero sugerir, por intermédio de V. Ex., ao plenário, os nomes de alguns brasileiros, de alguns nordestinos que ocuparam diretorias da Sudene e órgãos importantes da administração federal. São eles o Dr. Antonio Juarez Farias, que foi diretor da Sudene na época de Celso Furtado - foi o seu braço direito - foi diretor do BNB, do BNB, secretário das finanças e vice-governador do Pa-

raiba - eu gostaria que o seu nome fosse objeto de consulta ao plenário e de convite, se aprovado; o Dr. José Aristóteles Pereira, que todos conhecemos e é uma autoridade nas questões de planejamento do Nordeste; o Dr. Luiz Carlos Vinagre, que foi diretor de incentivos fiscais da Sudene; e o

Dr. Hugo Almeida, que foi diretor da área industrial da Sudene e da Sudam. Naturalmente, isto deverá ser processar na medida da conveniência dos debates, sempre que possível, intercalando-os, para não se tornarem monótonas as reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Por sugestão e a requerimento do ilustre Deputado José Maranhão, digno representante da Paraíba aqui no Congresso Nacional, gostaria de submeter a questão ao plenário. Se não houver objeção e se ninguém se manifestar, os nomes todos estarão aprovados.

Sabemos que os depoimentos são uma questão de agenda, que vamos administrar junto com o Relator.

Consideramos aprovados os nomes.

O SR. JOSÉ MARANHÃO - (fora do microfone) - Sr. Presidente, gostaria de fazer mais uma observação, e não mais sobre as informações prestadas, mas sobre uma colocação que V. Ex.^a fez sobre a divulgação desses trabalhos. Até nesse fato se verifica o tratamento desigual que recebe o Nordeste. Por sinal, isto não me surpreende, pois somos uma região que não está inserida no dentro do sistema de comunicação. Não conheço nenhuma emissora de televisão nacional, que seja de grupo de nordestino ou que tenha sede no Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Mas hoje tivemos uma concorrência desleal na sala vizinha.

O SR. JOSÉ MARANHÃO - Teríamos até muita projeção se o fato não fosse construtivo, fosse negativo. Lembro-me que, quando cheguei aqui, na Câmara Federal, em 1983, o eminente Presidente do meu Partido, Dr. Ulysses Guimarães, foi envolvido na ciranda da Rede Globo, que estava fazendo um verdadeiro carnaval com a seca de 1983, tendo transmitido aquele programa "Nordeste Urgente", que serviu para mostrar que nordestino comia lagartixa e rato. O País inteiro acreditou nisso e o Dr. Ulysses Guimarães ajudou a formar essa imagem, porque aceitou um convite, que, evidentemente, lhe projetou para ir à Fortaleza com outras autoridades do Nordeste encerrar o programa da TV Globo.

E todo cidadão do Centro-Sul do País, ao contribuir com cinco mil réis para salvar o nordestino, que estava comendo rato na seca, pensava estar resolvendo o problema do Nordeste.

As nossas questões são resolvidas sempre assim, superficialmente: têm divulgação quando interessa ao marketing de alguém, o marketing político ou empresarial de alguém, como aconteceu na seca de 1983.

Infelizmente, Sr. Presidente, V. Ex.^a pode ficar certo de que os trabalhos construtivos desta Comissão não terão a menor repercussão na imprensa nacional.

Lembro-me dos escândalos da mandioca, do adubo - papel e no Centro-Sul do País, e outros que teria muita divulgação.

Essa desinformação serve para formar hoje uma mentalidade separatista: na Centro-Sul do País: somos espoliados a vida toda e ainda consideramos, pelo cidadão comum - não me refiro às elites, pensantes do Centro-Sul do País, de formação intelectual média, como um peso morto para o Centro-Sul, porque ajudamos a sustentar, como consumidores, uma indústria gravosa, que é ineficiente como essa que está sediada no Centro-Sul. Somos um peso morto porque ajudamos a construir, realizando o trabalho mais duro, ingrato e selvagem, das grandes cidades do Centro-Sul do País; somos um peso morto porque exportamos mão-de-obra barata para o Centro-Sul do País.

Essa é a realidade, Senador.

Malgrado a sua boa vontade, não resisti à tentação de fazer esse registro, embora pessimista, mas creio na minha visão, que é muito realista.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - A Mesa registra, com satisfação, as considerações de V. Ex.^a e também comunica que todos iremos lutar contra essa corrente, cobrindo a corrente de informação.

Gostaria de saber do eminente Relator se tem alguma intervenção a fazer antes de encerrarmos o nosso trabalho.

O SR. RELATOR (José Múcio Monteiro) - Em nome da relatoria, quero agradecer os depoimentos dos Drs. Walfrido Salmito e José Reinaldo, que muito irão contribuir para o relatório final, e fazer um apelo aos companheiros.

Estamos com uma chance rara neste momento. Não se trata apenas da questão nordestina, mas do Brasil como um todo. Poderia dar o meu depoimento e dizer que talvez a Sudene não tenha resolvido todos os nossos problemas. Mas, no momento em que colabora para a descentralização industrial e de oportunidades, além de uma modificação na expectativa do homem do Norte e do Nordeste, estamos contribuindo para que haja um desenvolvimento menos desigual no Brasil como um todo.

Quero, como Relator, comunicar que, na próxima semana, na terça-feira, teremos dois depoimentos simultâneos de dois competentes ex-superintendentes da Sudene e da Sudam, para os quais os Srs. estão convidados. Sou otimista e creio que a imprensa do Centro-Sul começa a colaborar, no momento em que na Comissão inauguramos esta etapa ao promover artigos, criticando incentivos fiscais. É uma colaboração negativa a que precisamos reagir. Não podemos ficar com um pedaço do Brasil apenas como fabricante de serventes e ajudantes para uma região. Precisamos de um tratamento para problemas desiguais, não podemos pensar numa solução igual.

Por isso é muito importante que cada um chame outros companheiros do Sul, do Centro-Sul, para que, com depoimentos como esse de José Reinaldo e Dr. Salmito, vissemos que não é essa a realidade. O dinheiro está sendo bem empregado; foram outros setores que se desenvolveram.

Para encerrar, quero apenas contar uma história que ouvi de Ariano Suassuna, um dos mais respeitáveis escritores desse País, paraibano como Maranhão. Num palestra para estudantes, ele disse:

"Não gosto da Sudene, tenho uma crítica enorme da Sudene que tirou o romantismo da minha região. Minha cidade era uma maravilha. Não havia luz à noite e ficávamos conversando à luz do candeieiro. Na hora de beber água, íamos buscá-la na caciaba. E havia gente para conversar sempre porque eram todos desocupados na cidade."

A Sudene tirou esse romantismo de Ariano e trouxe para nós o sentimento de que somos Brasil e que, um dia, iremos nos desenvolver também.

Eram essas as minhas considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Minha palavra de encerramento dos trabalhos é para reiterar os agradecimentos já feitos pelo Relator aos dois depoentes de hoje. Dr. Walfrido Salmito, ex-Superintendente da Sudene, e ao nosso companheiro de Congresso, atualmente, o Deputado Federal José Reinaldo Tavares, também Superintendente da Sudene.

Não tenhamos dúvida de que esses dois depoimentos foram fundamentais para os trabalhos da nossa comissão, pois deram um impulso. Temos que divulgá-los e assumir o compromisso do desafio da comunicação.

Quero agradecer a participação de todos os Srs. Senadores e Deputados, dos técnicos aqui presentes e de todos os que contribuíram para a realização dos trabalhos da tarde de hoje, em circunstâncias um tanto adversas, tendo em vista a vasta agenda de depoimentos realizados no Congresso.

Agradeço aos Srs. Walfrido Salmito e José Reinaldo e até a próxima reunião, na terça-feira.

Está encerrada a reunião.

4ª Reunião, realizada em 24 de março de 1992

Aos vinte e quatro dias do mês de março de mil novecentos e noventa e dois, às dez horas, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Congressistas, Senadores Mansueto de Lavor, Coutinho Jorge, Onofre Quinan, Lavoisier Maia, Jonas Pinheiro e Deputados José Múcio Monteiro, Pedro Irujo, José Maranhão, José Luiz Maia e Carlos Kayath. Havendo número regimental, o Senhor Presidente dá a Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passou a palavra ao Doutor Alcyr Boris de Sousa Meira, Superintendente da Sudam, que lembra da finalidade precípua daquele órgão, que é de promover o desenvolvimento da região Amazônica, a agilização dos recursos repassados à Sudam, frisou a urgência de uma legislação específica com recursos da União para o Finam. O Presidente passa a palavra ao Superintendente da Sudene, Doutor Elionaldo Maurício Magalhães que fez um apanhamento geral sobre os projetos daquele órgão e, as adequações que devem ser promovidas pelos parlamentares, a fim de um idispensável desenvolvimento do Nordeste. Pizeram ainda o uso da palavra os Senhores Parlamentares: Senadores Jonas Pinheiro, Lavoisier Maia, Onofre Quinan, Ney Maranhão e Deputados José Luiz Maia, José Múcio Monteiro, Pedro Corrêa, José Maranhão, Osvaldo Coelho. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu como encerrado os trabalhos da Comissão e solicitou-me, Edson de Alencar Dantas, Assistente da Comissão, que lavrasse a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Anexo à Ata da quarta reunião, realizada em 24 de março de 1992, da Comissão Mista destinada a examinar o Requerimento nº 445-91-CN, do Senhor Senador Mansueto de Lavor, solicitando o cumprimento do art. 26 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, que determina a criação de uma comissão mista do Congresso Nacional, destinada a reavaliar os incentivos fiscais regionais, propondo medidas corretivas à luz de suas conclusões.

Convidados: Lavoisier Maia - Osvaldo Coelho - José Luiz Maia - Onofre Quinan - Elionaldo Magalhães - Alcyr Meira - José Múcio - José Mendonça - Pedro Corrêa - José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Declaro abertos os trabalhos, da nossa 3ª reunião.

Hoje, vamos ouvir os depoimentos dos dois superintendentes dos organismos regionais; do Dr. Alcyr Boris de Sousa Meira, Superintendente da Sudam, e do Dr. Elionaldo Maurício Magalhães Moraes, Superintendente da Sudene.

Convidamos os depoentes a tomarem assento à mesa, assim como seus assessores.

Lembro aos eminentes membros da Comissão e aos Srs. presentes, que as nossas reuniões serão sempre às terças-feiras, às 18 horas. Dia 21 de abril é terça-feira mas, como é feriado, teremos de discutir sobre isso, assim como dia 14, que cai na Semana Santa, temos que evitar a falta de quorum por causa dos convidados que vêm de lugares distantes.

Na próxima terça-feira estarão aqui depondo, e já confirmaram sua presença, o Presidente do BASA, Dr. Silvestre de Castro Júnior, e o Presidente do BNB - Banco do Nordeste do Brasil, Dr. Jorge Lins Freire.

Temos que agendar alguns nomes já aprovados para depoimento, após a audiência com os presidentes dos bancos regionais que será dia 31.

Tendo em vista a questão de comunicação, a agenda das autoridades que vão depor, dos empresários, dos técnicos, ninguém pode ser convocado com apenas 8 dias de antecedência tem que ser pelo menos 15 dias antes. Por esses motivos é oportuno que hoje determinemos quem vai depor no dia 7 de abril. Aceito sugestões do plenário, porque isso é muito importante para a formação da nossa pauta.

Com a palavra o nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO - Quando da instalação da nossa Comissão, entre os nomes cogitados listados para serem ouvidos, foram propostas do Sr. Relator, Deputado José Múcio, foram incluídos presidentes de associações de servidores que possam existir, tanto na Sudam como na Sudene, para termos aí a visão de dentro para fora, do que pensam os servidores a respeito dos modelos em curso nas instituições.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - V. Ex.^a então sugere que no dia 7 tenhamos audiência com os presidentes das Associações dos servidores da Sudene e da Sudam?

O SR. JONAS PINHEIRO - Ou órgãos equivalentes, que representem o pensamento dos servidores.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Se não houver no plenário alguma posição em contrário, considero aprovada a proposta do Senador Jonas Pinheiro.

Aprovado.

Isso não quer dizer que só ouviremos esses dois no dia 7, mas, de antemão, estarão convocados.

Com a palavra o nobre Senador Lavoisier Maia.

O SR. LAVOISIER MAIA - Foi levantado o nome de uma figura muito importante para depor na nossa Comissão, o do Ministro Celso Furtado. S. Ex.^a já confirmou se vem?

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - A notícia que dou a V. Ex.^a e a Casa é que o Ministro Celso Furtado se encontra fora do País, em Paris, e seu retorno está previsto para início de maio. Tão logo S. Ex.^a assegure a data do retorno, o que ainda não está certo, será agendado o seu depoimento.

Está confirmada a sua presença nesta comissão, só não está acertada a data.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Presidente, aproveitando essa oportunidade, eu gostaria de prestar alguns esclarecimentos à esta comissão.

Sabe muito bem V. Ex.^a, e os meus pares desta Comissão, do Senado e da Câmara, quer sempre fui um dos mais ferrenhos defensores de nossas regiões, a Norte e a Nordeste, e, sobretudo desses incentivos fiscais, me parecem, são da maior importância para as duas regiões.

Eu diria até que o Norte e o Nordeste, hoje, podem ser vistos com alguma coisa graças a esses incentivos. Pior seria se não os tivéssemos.

Sr. Presidente, em função do inusitado episódio na minha bancada, fui alçado à condição de Líder. Lamentavelmente que essa condição me impede de estar sempre aqui nas nossas reuniões.

São tantas as obrigações e as tarefas atribuídas a nós, que temos a responsabilidade de conduzir uma bancada, sabe muito bem V. Ex.^a Contudo, quero dizer que isso não impede de que possa, na Liderança do meu Partido, conduzindo a minha Bancada, prestar todos os serviços necessários, ou o apoio indispensável, para que essa Comissão alcance os objetivos colimados.

Inclusive, como Relator da lei que revitalizou o Finor e o Finam, acolhendo propostas do eminente Presidente Mansueto de Lavor, que permitiu esta Comissão de reavaliação por parte do Congresso Nacional.

De modo que eu gostaria de deixar claro, que se muitas vezes aqui não puder comparecer, como hoje tenho que me retirar para uma reunião da Mesa, daqui a poucos minutos, quero dizer a V. Ex.^a que isso não diminui em nada a minha vontade e o desejo de colaborar, com a minha presença marcante, aqui nesta comissão, e ficarei acompanhando pari passu seus trabalhos.

Apenas quero deixar claro, e colocar a liderança do meu Partido à disposição de V. Ex.^a, do eminente Relator e de todos os Pares, porque, sabem V. Ex.^{as} que às nossas causas regionais são para mim como uma religião.

Era o que eu gostaria de esclarecer, e dizer que podem contar sempre comigo, embora pela própria natureza do ofício de Líder, não posso estar aqui presente em todas as oportunidades.

Mas, tem V. Ex.^a a minha colaboração e o meu apoio naquilo que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Como Presidente desta Comissão, e creio que seja também um pensamento do nobre Relator o Deputado José Múcio, eu gostaria de dizer que a presença e a contribuição de V. Ex.^a aos trabalhos desta comissão é de fundamental importância. Condição sine qua non para o resultado dos trabalhos, desta Comissão.

Aliás, tenho recebido manifestações, enquanto Presidente da Comissão, de diversos Estados do Nordeste não propriamente do de V. Ex.^a, pedindo que sejam um dos depoentes desta Comissão.

É preciso que a Comissão ouça o Deputado José Luiz Maia.

Não sabem essas sugestões que V. Ex.^a é membro titular desta Comissão, e como tal está impedindo de prestar regimentalmente depoimento, uma vez que já tem aqui o seu papel de destaque.

Apenas eu quero realçar a importância da contribuição de V. Ex.^a, como membro titular.

Agora, entendemos que essa acumulação de membro titular desta Comissão, com a função de Líder de uma grande e ilustre Bancada na Câmara dos Deputados, vai nos tolher, em grande parte, da sua presença aqui.

Mas é fundamental que V. Ex.^a faça o possível para estar presente, e é claro que na redação final do relatório - sei que esse é o pensamento do Relator - V. Ex.^a terá contribuições importantíssimas, para oferecer a este nosso trabalho.

Agradeço, portanto, a manifestação de V. Ex.^a

Para iniciarmos os trabalhos dentro da pauta estabelecida hoje, passo a palavra ao Dr. Alcyr Boris de Sousa Meira, que é Superintendente da Sudam. Normalmente, nos depoimentos, concedemos 20 minutos iniciais, que podem ser acrescidos de mais 10 minutos perfazendo 30 minutos de exposição. Mas, como o importante é colhermos subsídios, termos meios de discutir, se V. S.^a considerar que os 30 minutos são poucos, poderemos prorrogar mais um pouco, antes de estabelecermos o debate.

O SR. ALCYR BORIS DE SOUSA MEIRA - Exmo. Senhor Mansueto de Lavor, Presidente da Comissão, Exmo. Deputado José Múcio Monteiro, Relator da Comissão, Srs. Deputados, Srs. Senadores, meu querido companheiro da Sudene, Elnivaldo e seus auxiliares, meus auxiliares aqui presentes, meus Senadores e Deputados do Pará, senhoras e senhores:

Acredito que para que se possa dar a V. Ex.^a uma perfeita visão do que é o sistema de incentivos fiscais é necessário que se fale um pouco e rapidamente sobre o que é a Sudam, porque, sendo ela a autarquia que foi criada com a finalidade de promover o desenvolvimento da Região Amazônica, cabe a esse órgão, através da formulação de um plano de desenvolvimento integrado, promover esse desenvolvimento. E, em função de tudo aquilo que emanou desse documento maior, que será o nosso plano de desenvolvimento integrado da Amazônia, uma vez aprovado, teremos todas as diretrizes de desenvolvimento estabelecidas, o que permitirá que se cumpra, de uma maneira efetiva, essa missão básica da instituição, que é promover o desenvolvimento regional. Para que isso ocorra, e, ainda, para a missão precípua que a Superintendência tem de coordenar a ação do Governo Federal na Região Amazônica, dispõe a Sudam de determinados instrumentos de natureza financeira que se dividem em dois grupos distintos: o primeiro se refere aos recursos orçamentários, aqueles vinculados ao orçamento da União e que, hoje, devido à crise por que passa o nosso País, são bastante limitados, já que existem contingenciamentos orçamentários. Estamos vivendo, agora, o drama da discussão do orçamento de 1992 e sabemos das dificuldades que existem de se conseguir manter um equilíbrio em função das parcas disponibilidades orçamentárias. Resta, portanto, para a nossa instituição, o caminho dos recursos obtidos através da opção dos incentivos fiscais, justamente o que foi facultado pela legislação, de que se permita que as empresas jurídicas façam a opção dos incentivos fiscais. A opção do seu imposto de renda, voltado a aplicação de incentivos fiscais, é onde reside, realmente, o caminho mais próximo para que a Sudam possa promover o desenvolvimento a que ela se propõe.

Os incentivos fiscais da Sudam são resultados da opção que as empresas de personalidade jurídica podem fazer do seu imposto de Renda, num valor de até 24% do seu imposto. Temos ainda um outro instrumento, que é o PIN-PROTERRA, onde são destacados 16% dos recursos do imposto de renda para ações, também, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, na sua região. Essas duas vertentes que a Sudam utiliza para o desenvolvimento se aplicam, uma, em direção dos empresários e a outra em direção do Governo. Logo, os projetos empresariais são atendidos através do Fundo de Investimentos da Amazônia, o FINAM, com aplicação desses 24% de opções do imposto de Renda, e os 16% de opção do imposto de Renda voltados ao PIN-PROTERRA são destinados a ação governamental na Região Amazônica. Esses são os instrumentos de que dispomos para promover o desenvolvimento.

O FINAM dispõe de uma legislação específica para a sua aplicação, promulgada não faz muito tempo, através da Lei nº 8.167. Nesta lei, promulgada pelo Presidente Fernando Collor de Mello, se estabeleceu a suspensão da opção dos incentivos fiscais para o imposto de Renda, por prazo indeterminado, enquanto se fazia a avaliação dos resultados desses incentivos. E ficou patente, durante toda a discussão do processo, que haveria realmente uma dificuldade muito grande na reestruturação do sistema, até mesmo porque parte do Governo que tinha uma intenção deliberada, no caso o Ministério da Economia, de promover a eliminação dos incentivos fiscais, o que acarretaria, consequentemente, na eliminação da Sudam e da Sudene como órgãos do desenvolvimento regional. Foi uma luta árdua com debates prolongados, exaustivos dos quais resultaram, no final, a formulação da lei, que estabeleceu toda a sistemática da legislação dos incentivos fiscais. Essa Lei de nº 8.167 foi promulgada pelo Sr. Presidente da República no dia 16 de janeiro de 1991. A partir dessa data, foi formulado o Decreto nº 101, que estabeleceu a sua aplicação. Depois, tivemos o Decreto nº 153, dando uma definição ao Decreto nº 101, com relação à aplicação dos recursos em projetos agropecuários e o Decreto nº 101, definindo a necessidade de a empresa trazer, no bojo do projeto, certidões da SAE, da SEMAM, do IBAMA, do INCRA e da FUNAI, para que se habilitassem aos recursos incentivados. Posteriormente, o Decreto nº 153 reformulou parte do Decreto nº 101, estabelecendo que exigência da documentação deveria se estender a todos novos projetos. Finalmente, tivemos a formulação de uma portaria interna da Sudam, regulamentando os incentivos na instituição, que foi a de nº 70/77, aprovada pelo CONDEL, transformada em resolução do Conselho Deliberativo da Sudam, publicada como documento regulador de todo sistema. Entre o momento em que foram suspensos os incentivos fiscais pela lei presidencial, até o momento em que foi reativado o sistema, através da Portaria nº 70/77, decorreram exatamente 14 meses e, desses 14 meses, a partir do momento em que já tínhamos publicado a Lei nº 8.167, começaram a fluir recursos, advindos da captação do imposto de Renda, para a conta específica do Finam, no Baza, ocorrendo o mesmo com relação ao FINOR e o Banco do Nordeste. Verificamos que começaram a se acumular recursos consideráveis no Baza, sem que se pudesse fazer a sua utilização, porque partimos do princípio de que só poderíamos restabelecer o sistema quando houvesse regulamentação devidamente estabelecida ou definida. Nos primeiros 14 meses houve uma estagnação muito grande, profunda dos incentivos fiscais. A partir daí, procuramos intensificar a análise e aprovação de projetos, estimulando, inclusive, os empresários da região a que apresentassem projetos, porque havia a necessidade premente de se fazer com que o sistema voltasse a sua plenitude, sem o que seria realmente difícil comprovarmos a necessidade da manutenção do próprio sistema. Se ficassem os recursos no Banco da Amazônia, simplesmente colocados, sem utilização, estaríamos confirmando que o sistema realmente era dispensável, porque estávamos com recursos disponíveis e, no entanto, não havia demanda de projetos para a utilização deles. Sabíamos perfeitamente que a situação econômica e financeira da região era gravíssima. Tínhamos plena convicção da penúria por que passavam as empresas, na Região Amazônica, justamente por falta de recursos e as pressões que estavam sendo exercidas sobre nós, para que se pudesse reativar todo o sistema. Daí por que houve uma ordem de agilização do processo, no sentido de que pudessemos, com isso, recompor o sistema, com plenitude.

No documento que foi distribuído para os Srs. Deputados e Senadores, procuramos colocar os pontos fundamentais em que se suporta o sistema de incentivos fiscais, para mostrar, primeiro, a sua viabilidade, a sua necessidade. Fizemos colocações que a exigência do tempo não me vai permitir discutir, mas que estão registradas no documento. Primeiro, de que os incentivos fiscais do FINAM e o mesmo

acontece com o FINOR, são muito reduzidos, comparados com outros incentivos, ou com outras isenções estabelecidas em lei, inclusive há aqui uma constatação de que a isenção para táxis é superior a todo o incentivo fiscal do FINAM num ano, o que mostra que, na realidade, são recursos parcos, são recursos exíguos. Mas, apesar das suas limitações, são recursos que consideramos indispensáveis ao desenvolvimento regional. Se na Amazônia não houvesse o fluxo de recursos, através de incentivos fiscais, teríamos a região ainda em um estado muito primitivo, não teríamos o desenvolvimento e o progresso chegando a nossa região. Esse é um instrumento absolutamente necessário e indispensável a que se possa promover o desenvolvimento de fato da Região Amazônica, daí por que insistimos que eles não só devem ser mantidos como devem ser aprimorados. A própria legislação fala na necessidade de se fazer uma reformulação a partir do primeiro ano de vigência da lei, é o que estamos fazendo aqui, por isso está existindo esta comissão, por isso estamos aqui discutindo o assunto. Mas nos antecipamos, de muito, a essa necessidade. Inclusive, a Sudam partiu, imediatamente, para um estudo dos incentivos fiscais e temos, por exemplo, a avaliação da política de investimentos do FINAM na Região Amazônica Legal, feita pela Sudam com a cooperação internacional do PNUD-Nações Unidas, em que se fez um estudo completo do levantamento da situação real dos incentivos fiscais, para que se tivesse um diagnóstico do mesmo. Agora, há uma necessidade de atualização desse trabalho, mas a equipe técnica da Sudam já promoveu um segundo estudo interno, que está aqui: "Fundo de Investimento da Amazônia, FINAM, avaliação em 30 de novembro de 1991", em que já estamos fazendo justamente a atualização desses dados, porque sentimos a necessidade imperiosa de modificações.

Por que detectamos a necessidade de modificações? Até mesmo porque, durante a discussão em que se realizaram todas as análises, no sentido de se estabelecer a nova legislação, ficou bem patente que havia, por parte do ministro da área de economia aquela intenção de eliminar, de acabar com os incentivos fiscais e, com isso, ocorreu um fato que foi realmente muito importante na decisão final da legislação: passamos a discutir o nível patamar de negociação muito mais baixo do que aquele que iniciávamos no princípio de todo processo. Aí, restava salvar, de alguma maneira, o sistema de incentivos e fazer com que não se perdesse esse instrumento para a Região Amazônica, daí por que se analisamos hoje, firmemente, a legislação, sob o ângulo da atualidade, vamos verificar que existem deficiências e reconhecemos essas deficiências e sabemos da necessidade de avaliá-las agora, porquanto esse é realmente o caminho certo. De modo que é preciso que se entenda que naquele momento histórico melhor que se pôde conseguir para o sistema foi essa lei, foi o Decreto nº 101 e o de nº 153. Essas regulamentações de decretos, que hoje sentimos que realmente não são adequadas a realidade brasileira, a atualidade, naquela ocasião, foi o que se pôde alcançar. É importante que se coloque a esse nível de discussão o problema dos recursos disponíveis para a política de incentivos fiscais. Hoje, temos plena consciência de que o número de projetos aprovados, e o número dos que já foram solicitados, mas ainda não enquadrados, uma soma considerável de recursos e há realmente a necessidade de fazermos uma avaliação mais profunda do andamento e até que possamos continuar esse processo para aprovação dos projetos compatibilizando essa demanda com os recursos disponíveis. No caso da FINAM, há um orçamento previsto para de 1 trilhão de cruzeiros. Entretanto, se formos verificar os projetos já enquadrados, projetos que já estão com autorização de enquadramento e o ritmo de aprovação dos projetos novos, verificamos que atingimos essa cifra e há que ter um certo cuidado para que não se extrapole, pois a grande dificuldade que encontramos — os senhores podem verificar depois, no documento que foi distribuído — é que há uma defasagem muito grande, durante todo o correr da existência do sistema, entre a oferta de recursos e a demanda de projetos; e há determinados momentos em que essa defasagem é muito desfavorável ao sistema, no momento em que se passa a ter muito mais projetos aprovados do que recursos disponíveis. Isso se acentua muito até a nova legislação, porque não havia, por parte da legislação anterior, nenhum cuidado de se preservar recursos especificamente para os incentivos fiscais. A opção que era feita no imposto de Renda, simplesmente era contabilizada para o FINAM, mas ela era aglutinada no bolo de todo o recurso do Tesouro Nacional. E as liberações eram feitas parceladamente, de acordo com as habilitações que as empresas traziam nos seus projetos. E o que ocorreu é que começou a se aprovar projetos demais para recursos de menos. Isso se agravou muito na década de 70 para 80, em que houve realmente, um índice muito grande de projetos aprovados e um índice reduzido de recursos disponíveis. Hoje, há essa preocupação muito grande, de que se procure nivelar. Com a necessidade de habilitação das empresas até o dia 31 de dezembro de 1991, nós tivemos uma eliminação considerável de projetos que não se habilitaram até aquela data base, e que, com isso, nós tivemos projetos que saíram do sistema de incentivos fiscais, os números estão todos aqui.

Temos, ainda, os projetos que caducaram, temos projetos que foram simplesmente cancelados. E temos agora, uma outra data-base importante, que é agora em 30 de abril, quando também cessa a existência daqueles projetos que solicitaram enquadramento até 31 de dezembro mas que, até hoje, ainda não se habilitaram com a documentação de nem com o projeto concluído para que ele possa entrar na análise da Sudam. Essa é uma outra data fatídica e que certamente haverá cortes de cabeças de muitas empresas, haverá uma redução novamente do número de empresas que deverão ser consideradas para efeito de avaliação e aprovação.

O fato, Senhores, é que se nós realmente não tivermos um certo cuidado, a partir de agora, para se estabelecer esse equilíbrio entre recursos disponíveis e recursos que serão necessários para a implementação dos projetos, nós certamente teremos dificuldades.

E aqui vem, então, um apelo que quero fazer aqui, pessoalmente, em nome da minha instituição. Srs. Deputados e Srs. Senadores, para que haja realmente uma atenção maior no que diz respeito aos recursos disponíveis no fundo. Nós temos hoje, já a comprovação, que dos recursos do Finam no exercício de 1990, ano-base 89, deixamos de ser recursos do Finam no exercício de 1990, ano-base 89, deixamos de ser recursos do fundo uma quantia considerável de recursos, que hoje corrigidos estariam beirando os 100 bilhões de cruzeiros.

Nós temos informações hoje, do Ministério da Economia de que possivelmente estará encerrado o exercício de 91, quando existe dentro dos nossos cálculos um saldo aproximado de 40% desses recursos ainda disponíveis, a serem repassados e que, apesar de nós termos já hoje vinculada a um DARF específico de recolhimento de imposto de Renda para ser depositado na conta específica do BASA, ainda assim já começamos a receber repasses de recursos de 92 da antecipação do imposto de Renda e cessou de virer recursos de 91, e nós temos plena consciência de que existem cerca no mínimo de 40% ainda a ser colocado na conta.

Isso realmente representa fatos de uma gravidade enorme, porque isso representa um fluxo de recurso que deixa de ocorrer para uma região paupérrima como é a Região Amazônica, que começa a ter dificuldades de atendimento para os incentivos fiscais, dada a escassez dos recursos que estão depositados no Banco da Amazônia e que nós ficamos tendo recursos e ao mesmo tempo não os tendo.

Então, eu queria fazer esse apelo aos Srs. Parlamentares. Acrescento que isso aí envolveria uma pesquisa junto à Receita Federal, para que se verifique qual é o montante do imposto arrecadado para que, em cima dele, se estabeleçam os percentuais e se possa ter qual a realidade efetiva da disponibilidade de recursos do fundo.

O que realmente não é possível é que se deixe de atender projetos da mais alta importância para a Região Amazônica com a deficiência de recursos, quando eles existem e simplesmente não estão sendo repassados. Isso é, realmente, uma coisa que nos preocupa bastante.

Vale salientar uma coisa. Nós temos, como remuneração da instituição para a administração dos incentivos, um percentual de 13,5% sobre esses valores e que deixam de entrar como recursos próprios da instituição, e que estão nos criando uma dificuldade muito grande porque nós temos que ter, periodicamente, equipes de fiscalização que saiam da sede e que vão até cada um dos projetos para verificar o seu andamento porque os recursos não são repassados de uma vez única. Nós temos o parcelamento por etapa dos recursos que são incentivados para cada projeto, e a liberação de uma etapa tem que ser feita depois de comprovada a aplicação correta do recurso da etapa anterior. E uma coisa que tem que ser bem colocada aqui nesta reunião, principalmente para a imprensa, é de que nós temos a contrapartida de recursos próprios obrigatórios em cada projeto.

Quando uma empresa se habilita, ao ser aprovada pelo Condex, um determinado recurso, ela tem que colocar no mínimo 50%, quer dizer, quantia igual de recursos próprios, dependendo em que prioridade esse projeto esteja enquadrado. Nós temos 3 prioridades distintas que estão na legislação: prioridade A, B, C. Na Prioridade A são 50% de recursos próprios e 50% de recursos incentivados; na Prioridade B são 60% de recursos próprios e 40% de recursos incentivados; e na Prioridade C são 70% de recursos e 30% de recursos incentivados.

Então, não é aquilo que está se dizendo por aí, que está havendo uma orgia de se entregar dinheiro a qualquer empresa. A empresa pode estar habilitada a receber incentivos. Ela tem que ter recursos próprios e ela tem que comprovar a aplicação desse recurso. Cada etapa só é liberada após a comprovação de que foi aplicado recurso idêntico, sem o que não se libera esse recurso. Mas, nós temos que ter fiscalização disso.

É lamentável o que vem acontecendo, pela ausência de recursos próprios no orçamento da Sudam, porque os recursos que estão sendo repassados conta do BASA estão sendo insuficientes e os 13,5% de taxa para a administração não estão alimentando da maneira correta e desejável, para que a gente promova a fiscalização, nós, muitas vezes, atrasamos a fiscalização porque não temos recursos nem para passarmos nem para estadia.

Ultimamente, nós temos recebido socorros dos governos estaduais, que, preocupados, no andamento dos projetos nos seus Estados, estão nos enviando passagens para que as equipes da Sudam possam ir ao local dos projetos e, com isso, promover a liberação de recursos para o projeto naquele Estado, o que é uma situação que não é agradável para a Sudam. Isso poderia não existir se tivéssemos a alimentação correta como está em lei, recursos dos incentivos fiscais. São situações preocupantes.

Ainda há uma coisa que se deve colocar e ressaltando aqui, neste momento, é que uma equipe de fiscalização que sai da Sudam em Belém, muitas vezes sai da sede em avião a jato depois pega um avião de hélice, um teco-teco, depois pega uma lancha, depois pega um barquinho de remo para chegar na área do projeto. Porque nós estamos incentivando uma região que corresponde a 61% do Território Nacional. Nós temos, 5 milhões, 217 mil, 423 Km² na Região Amazônica. Isso é um continente cheio de problemas naturais, com uma refe hidrográfica que é a maior do mundo, com a maior floresta do mundo, que são elementos de riqueza potencial, mas, são ao mesmo tempo, obstáculos para que o homem possa cumprir a sua obrigação de fiscalizar um projeto no interior do Acre ou no interior de Rondônia, no interior de Roraima. Isso são fatos incontestes. Eu abro as portas da Sudam para que os Srs. verifiquem isso e sintam da necessidade que nós temos, premente, da ajuda de todos os Srs. Há uma necessidade, realmente, de que todos se unam para que se possa resolver esse problema.

Temos, aí, um problema que considero seriíssimo e que é vinculado já ao nosso Plano de Desenvolvimento da Amazônia.

O Plano de Desenvolvimento da Amazônia, já em fase final de conclusão, estabelece as diretrizes do desenvolvimento regional, estabelece quatro políticas básicas: a política ambiental, a política espacial, a política social-antrópica, e a política institucional. Estabelece 7 programas básicos que são priorizados de acordo com a sua importância para a região, que é o programa primeiro de todos, de que é Ciência e Tecnologia. Como é que se pode desenvolver uma região sem uma base científica e sem instrumentos tecnológicos? Por melhor que seja o plano formulado pela Sudam, dificilmente ele terá êxito porque nós não vamos ter recursos humanos qualificados para poder implementá-lo. Não vamos ter informações científicas que permitam a exequibilidade do plano.

Nós falamos muito na parte industrial, por exemplo, de bioindústria. Eu pergunto: o que existe, realmente, de dados científicos sobre a biotecnologia, sobre insumos bióticos? Muito pouco, em

que algumas universidades espalhadas na Amazônia. Nós precisamos de dados efetivos, de uma rede de informação de dados científicos. O que é que tem hoje de informações estatísticas na Região Amazônica que sejam confiáveis? Muito pouco!

Então, Ciência e Tecnologia é o fundamento de todo o desenvolvimento, é o ponto de apoio para o avanço do progresso na região. Sem isso não teremos nunca uma Amazônia desenvolvida. Precisamos, então, de recursos para promover esse programa. Depois vem o Programa da Infra-Estrutura Econômica. A Amazônia é carente de energia, transporte, comunicação. Como implantar projetos industriais onde não existe energia? Como levar a produção aos centros consumidores onde não existe rede de transporte? Como promover o fechamento dessa rede interativa sem o milagre da comunicação?

São fatos incontestes. Essa é a realidade amazônica. Ainda sabemos como solucioná-las, através do transporte intermodal, em que a rede fluvial se estabelece como a rede primária, à qual se conectam as redes rodoviárias e ferroviárias. Nós sabemos como resolver o problema, do mesmo modo, na energia hidrelétrica e nas energias alternativas.

Temos, também, o terceiro programa, que é o Programa da Infra-Estrutura Social, em que aparece uma coisa seriíssima que é saúde pública, que é saneamento. Nós, hoje, vivemos o problema do cólera, que é um problema hoje nacional e que é decorrente exclusivamente da falta de saneamento básico não só na Região Amazônica, como em todo o País. São problemas sérios.

Poderia relatar todos os demais programas, mas o tempo é curto. Mas, o que é importante é que hoje existe um documento, dentro da SUDAM, que define o seu futuro, não aquele futuro desejável que muitas vezes é utopia, mas, o futuro plausível, o futuro possível. E esse nós sabemos como fazê-lo e como conduzi-lo. Precisamos somente ter recursos para isso. E uma das maneiras será justamente a agilitação e racionalização do sistema de incentivos fiscais.

Nós temos um problema da mais alta importância, da mais alta seriedade que quero colocar para V. Ex^{as}, neste momento, que é o da isenção do Imposto de Renda.

A isenção do Imposto de Renda vem sendo colocada, até os dias atuais, como um polo de atração para as grandes empresas se implantarem na Região Amazônica e no Nordeste. Porque é uma das únicas maneiras que se pode ter de interessar uma empresa que já tendo o mercado consumidor nos seus pés na região desenvolvida, vem para a região subdesenvolvida para sofrer as agruras de falta de energia, de dificuldade de transporte, de dificuldade de mão-de-obra qualificada, e ainda assim se implantar e com isso ajudar a promover o desenvolvimento regional.

Então, como atraí-las? Um desses charizes é justamente a isenção do Imposto de Renda. Mas, ao mesmo tempo em que essa isenção é benéfica, porque atrai o grande empresário para se implantar na região subdesenvolvida, ele, por sua vez, promove também um problema de natureza econômico-financeira porque deixa de se capitalizar o tributo, durante 10 anos, 100% de isenção de Imposto de Renda, o que repercute de um modo não muito desejável na economia da região.

Então, eu venho remoendo na minha cabeça algum tempo em cima desse problema e achando que, talvez por aí, numa solução um pouco mais racional, um pouco mais arejada que tenhamos realmente um pouco mais do sentido prático, que talvez seja por aí o caminho da redenção da Região Amazônica.

Tenho já formulado aqui uma proposta de projeto de lei que poderia discutir com V. Ex^{as}. Mas, a idéia, basicamente, é a seguinte: no momento em que se promove a isenção de Imposto de Renda por 10 anos, isenção total, ou então a redução de 50% do imposto da Renda, também pelo prazo de 10 anos, dependendo das qualificações que a empresa venha a ter dentro da lei de incentivos e dentro da política de desenvolvimento regional preconizada pelo PDA.

Ora, se nós tirássemos um pouco uma parcela desse incentivo em favor dos programas de Ciência e Tecnologia ou até fazer um acordo um pouco mais amplo em favor do desenvolvimento regional, da implantação do PDA, nós já estaríamos realmente caminhando com um passo mais largo na direção do progresso e do desenvolvimento. Porque o medo que eu tenho, no momento, é nós formularmos um plano dos mais competentes, porque eu gostaria muito de voltar a V. Ex^{as} para falar um pouco sobre o desenvolvimento da Amazônia. Adetalhá-lo, e mostrar a importância desse plano, mas o receio que eu tenho é de que esse plano se torne mais uma utopia para a Nação e que venha a ser o que muitos já foram, documentos de consulta em prateleira de biblioteca.

Nós temos que formular um plano realmente coerente, um plano bem-feito, um plano exequível, e para essa exequibilidade o fundamental é recurso. Sem recurso, seja humano ou seja financeiro, nós jamais implantaremos um plano e jamais desenvolveremos a Região Amazônica.

Então, o instrumento que temos no momento, o PIN - Proterra, está sofrendo um esfacelamento. Nós já estamos sentindo que há uma dificuldade muito grande, através desse recurso, de promover a implantação gradativa do nosso PDA.

Incentivos fiscais podem permitir indiretamente que isso ocorra mas, também, de uma maneira lenta e nós encontramos, então, um dos caminhos mais aconselháveis, que seria o de trabalhar em cima das isenções.

Só para dar um exemplo: uma empresa de porte médio para baixo, teve, em 91, seis bilhões de cruzeiros de isenção de Imposto de Renda.

Quer dizer, uma empresa que tem 6 bilhões de cruzeiros de isenção do seu Imposto de Renda não estaria satisfeita com 5 ou 5 e meio? Acredito que sim, se esse saldo fosse aplicado em benefício da região, que vá direto, e até indiretamente, em benefício dele. Porque será traduzido em novas hidrelétricas, novas estradas, em tecnologia de comunicações, saúde pública, saneamento, abastecimento de água, em escolas.

Então, o que eu propunha, dentro de uma certa ação um pouco corajosa - não sei se foi distribuído para V. Ex^{as} também esse formuláriozinho aqui, mas ele está ali na mesa.

Eu faço, aqui, um quadro da denúncia fiscal que o Governo faz em favor das opções para os fundos. Seria interessante distribuir rapidamente, porque vamos raciocinar em cima do documento.

Temos aqui os dois fluxos realizadores através da renúncia fiscal pelas opções do Imposto de Renda - um voltado ao FINAM, 24%, e outro voltado ao PIN-Proterra com 16%.

O FINAM e mais as isenções do Imposto de Renda destinam-se ao setor privado, enquanto o PIN-Proterra, nos seus 16%, destina-se ao setor público. O setor público, através do PIN-Proterra, leva benefícios indiretos pela infra-estrutura que vai implementar ao setor privado: geração de energia, instalação de indústrias, como já falei há pouco etc.

Nós não temos o retorno do sistema vindo aqui do setor privado. Então, o que se propõe aqui nesta linha pontilhada? Que se provoque benefícios indiretos para a Ciência e a Tecnologia através da isenção do Imposto de Renda.

O meu primeiro raciocínio seria o seguinte: se vamos ter um período de 10 anos para isenção total, 100% do Imposto de Renda, e se fizéssemos um sistema inversamente proporcional, a imprensa se habituará à isenção do Imposto de Renda no momento em que recebesse o CI, o Certificado de Implantação.

Se for considerada implantada, então ela se habilita à isenção do Imposto de Renda. Ao se habilitar, no primeiro ano, com a necessidade de se estabilizar, se concretizar, porque precisa de capital de giro, ela teria 100% de isenção. No segundo ano, teria 90%, mas esses 10% que sobram não voltariam para o Tesouro, viriam para o Fundo de Ciência e Tecnologia ou para o Desenvolvimento Regional.

No terceiro ano, já teria 80% de isenção e 20% voltariam para o fundo, e assim por diante. Quando chegasse no último ano ela estaria sem nenhuma isenção, pagando integralmente o Imposto de Renda e teria todo o recurso daquela isenção voltado para a Ciência e a Tecnologia.

Então, os empresários venham a reagir violentamente dizendo que isso corresponde a uma isenção parcial de 50%.

Podemos estudar então, um outro sistema, e ao invés de ser 10, 10, 10, então seria 5, 5, 5, e, no final dos 10 anos, a empresa teria ainda o benefício de 50%, mas nesses 10 anos já estaria fortalecida, sem problema nenhum na sua implementação.

Haveria outros raciocínios a serem colocados em cima da mesma tese, mas o que é importante é o que poderemos captar através dessa isenção. Acho que já é grande demais 100% em 10 anos, se pudermos promover realmente os recursos necessários e indispensáveis à implantação do Plano de Desenvolvimento da Amazônia e também a melhoria da Ciência e Tecnologia na Região Amazônica.

Coloco-me à disposição para as perguntas e agradeço a atenção de todos e especialmente o convite a mim formulado para prestar esse depoimento perante V. Ex^{as}.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Agradeço, por enquanto, ao Sr. Superintendente da SUDAM e, como acontece sempre nos trabalhos desta comissão, iremos logo em seguida ouvir os depoimentos do Dr. Elinaldo Magalhães, para depois abriremos o debate.

Concedo a palavra ao Dr. Elinaldo, Superintendente da SUDENE.

O SR. ELINALDO MAGALHÃES MORAES - Exmo. Sr. Senador Mansueto de Lavor, Presidente da Comissão, Sr. Deputado José Múcio, Relator, Srs. Senadores e Srs. Deputados, minhas Srs^{as} e meus Srs.:

A essa altura, as considerações a respeito da parte legal que deu origem ao sistema de incentivos fiscais do Nordeste e do Norte, parecem-me amplamente já colocadas pelo Sr. Alcyr Meira e eu gostaria de demonstrar de uma maneira mais imediata a importância que teve o FINOR para o processo de desenvolvimento econômico e social do Nordeste e o que tem neste momento, e porque é imprescindível nesse prazo que a lei lhe reserva para a manutenção desse programa de desenvolvimento para aquela região.

Compreendo o Nordeste formado pelos nove Estados e pela parte norte do Estado de Minas Gerais, com 125 mil Km². Lembraria que a SUDENE foi criada com a missão institucional de promover, através de um processo de coordenação, as ações e o planejamento do Governo Federal pelos seus órgãos setoriais, para fazer com que se diminuíssem as desigualdades regionais do ponto de vista econômico e social com outras regiões do País, notadamente as regiões Sudeste e Sul. Evidentemente que, durante esse período, vários mecanismos indutores do processo de desenvolvimento foram criados e alguns deles aperfeiçoados, como é o caso, hoje, do FINOR. Mas eu colocaria que o FINOR é um dos indutores de que dispõe a região no seu processo de desenvolvimento. Não é o único e, realmente, não poderia ser o único.

Mas, falando especificamente no FINOR, eu diria que, hoje, no Nordeste e na região norte do Estado de Minas Gerais, através desse sistema de incentivos fiscais financeiros que foram evoluindo, foram aprovados 2.494 projetos que resultaram na implantação de indústrias, agroindústrias, projetos de agricultura, projetos de pecuária, turismo, telecomunicações, pesca, área de serviços e, mais recentemente, a partir do ano de 1988, para a agricultura irrigada.

Esses projetos encontram-se, no momento, com 1.582 concluídos, com certificados expedidos e em plena execução de suas atividades. Os projetos restantes encontram-se em fase de implantação, em torno de 912 projetos. Desse projeto, durante esse período, eu poderia dizer, aqui, que tivemos uma geração de empregos diretos - nos projetos que aqui relatei - da ordem de 554 mil empregos diretos. E, num total de empregos diretos e indiretos, em toda a região, de 2.800.000 empregos foram gerados. Quando teríamos uma relação de 220 diretos por projeto ou 1.110 empregos diretos e indiretos por projeto.

Fazendo essa colocação é que se justifica a importância que teve esse sistema de incentivos fiscais no Nordeste que tem e por que a sua permanência. Seria difícil - acredito eu - imaginar o que seria o Nordeste hoje se não tivesse havido, ao longo desses 32 anos de SUDENE e de 27 desse sistema de incentivos fiscais financeiros, a que ponto teríamos chegado. É bem verdade que, pela própria dinâmica da economia e da sociedade permanente das adequações que são necessárias tanto a nível da SUDENE como instituição, quanto a nível dos instrumentos que se dispõem. Temos, hoje, o FINOR, o FNE, o PAP, o PIM-PROTERRA e os próprios recursos orçamentários. Todos eles - no meu modo de entender - são mecanismos de indução ao desenvolvimento. Uns com ações maiores ou menores e até mesmo diferenciadas. Mas, na verdade, eu diria que esses números aqui apresentados justificam,

fontes. O que nos leva a afirmar que a lei foi realmente sábia nesse sentido. E ela mesmo procurou fazer uma depuração do número de projetos que existiam e eram implantados no Nordeste. E acredito que ocorra o mesmo também no Norte do País, na Sudam.

Então, com isso, estão ficando no sistema os projetos dos empresários que realmente tinham o objetivo de prosseguir no seu empreendimento. E, evidentemente, que a partir daí só entra no sistema quem está pensando em ser um empresário e dar continuidade aos seus negócios. A responsabilidade pela devolução dos recursos que estão sendo captados através do sistema Finor-debentures, das quais 30% são debentures não conversíveis e que têm que ser restituídas ao Fundo, realmente, faz com que o empresário veja que ele agora tem uma atividade empresarial, onde o risco também está presente.

É bem verdade que nesses 30% que devem retornar, o empresário, inclusive, responde pela totalidade do que toma com o seu patrimônio, como pessoa física, acionista daquele projeto e também com responsabilidades penais e administrativas. Então, houve realmente uma grande modificação. Eu diria que se isso tivesse ocorrido no começo do sistema, provavelmente, alguns problemas ou pelo menos grande parte deles, não tivessem acontecido.

Então, eu diria que o sistema, hoje, está realmente apto a ser um grande indutor no projeto de desenvolvimento, com bastante transparência. Mas, é preciso reconhecer que algo necessita ainda ser feito. E tenho certeza de que ao final dos trabalhos desta Comissão esse sistema estará muito mais seguro, muito mais objetivo e, sobretudo, demonstrando total transparência na maneira da aplicação desses recursos.

Mas, um dado interessante aqui, é que também se diz que esse sistema de incentivos de jogar dinheiro no Nordeste a fundo perdido, é jogar dinheiro no maluco. E isso é verdade, porque há uma falta de maiores informações. É possível que nós, como instituição, não tenhamos atendido à necessária divulgação que deveria ter sido feita de caráter informativo. Na verdade, os empresários que têm projetos no Nordeste, para cada um cruzzeiro que recebem do Sistema Finor, 3418, eles aportaram dois. Então, tenho aqui uma tabela também levantada em pesquisa pela Sudene e pelo Banco do Nordeste, onde temos um quadro que demonstra que dos recursos aplicados em todos esses projetos a que me referi, 33,9% são recursos do sistema de incentivo e 66,1% são recursos diretamente aplicados pelos empresários que participam desse sistema. Não é verdade, em absoluto, que os recursos que são aplicados no Nordeste são jogados fora. Pelo contrário, eles favoreceram fortemente o processo de desenvolvimento quando encaminharam para aquela região empresários que para cada 1 cruzzeiro de sistema incentivado receberam, e dos quais vai ter que dar retorno, ele aplicou mais 2 cruzzeiros. Este é um dado importante que demonstra, realmente, o que houve neste Nordeste ao longo de todos estes anos.

A Sudene que voltou a ter, por determinação do Presidente Fernando Collor de Mello, esta função de coordenador do planejamento e do processo de desenvolvimento do Nordeste apresenta também algumas propostas que servem de apoio ao PDRI. Como já falei, o PDRI busca o processo de desenvolvimento regional integrado. Há uma consciência do governo Federal, do Poder Executivo de que não há como promover o desenvolvimento do Nordeste se um Estado ou outro for penalizado nesse processo. As oportunidades têm que ser iguais para todos. É bem verdade que a economia atende também as suas próprias conveniências. Jamais se poderia imaginar que se poderia incentivar a um projeto para o refinanciamento de matérias-primas originárias do petróleo, se determinado Estado não houvesse a menor possibilidade de desta matéria ali aportar. As oportunidades são iguais quando se discute matérias-primas, mercado, distâncias e sobretudo a necessidade de fazer essa distribuição dos recursos dentro do plano que foi aprovado. Mas um coisa é importante: o Nordeste, neste momento, precisa de dois programas fundamentais para que este planejamento dê certo. Não é um plano para um ano. O plano que foi aprovado é de ações que se iniciam no ano de 1992, 93, 94 e 95, ele vai ser contido na Lei Orçamentária Anual mas também na plurianual, o que dá certeza para a região nordestina de que mesmo 1 ano após o término do Governo Collor haverá na lei a continuidade desses planos, porque os projetos não podem do ponto de vista de infra-estrutura ou daqueles projetos que a iniciativa privada está presente sofrerem dissolução de continuidade.

Existem duas coisas que são necessárias, sempre se fala em termo da seca do Nordeste, da crise e que ali é uma indústria da seca. A Sudene deixou completamente de atuar neste segmento, de trabalhar com carros-pipas ou com cestas básicas. Isto inclusive porque o Presidente entendeu que a Sudene deveria cuidar de um processo de uma coordenação, de um processo de planejamento agora que tivesse resultados auto-sustentável na economia e as consequências do social a médio e longo prazos. Entretanto, para isso ser atingido jamais poderíamos estar também trabalhando, ao mesmo tempo, nas emergências com carros-pipas, e com cestas básicas. Esta atribuição é do Ministério da Ação Social, e lá deve ficar. Estamos, portanto, fazendo um trabalho onde o combate sistemático à seca, essa tentativa de acabar com as secas não é o nosso objetivo. Vamos utilizar, hoje, esse recurso de que dispomos que é o sol o ano inteiro para fazer dele um aliado no processo de desenvolvimento do Nordeste. Por isso, temos duas programações com muita ênfase. Temos o turismo em toda a região nordestina, pois temos 3.200 km de costa onde todos os Estados participam da mesma igualdade de condições para desenvolver o turismo, não o turismo em separado, mas um processo turístico integrado a exemplo do que existe em outros países. Neste ponto, as vantagens comparativas da Região Nordeste com as Regiões do Sul e Sudeste do Brasil, ou até mesmo de outros países são realmente incomparáveis. Nesse aspecto, levaremos vantagem lembrando que o turismo é uma grande fonte de receita, altamente gerador de emprego, é um fator de distribuição de renda e, sobretudo, a influência que ele exerce sobre todo o desenvolvimento da economia periférica.

O turismo, portanto, é uma prioridade. Acabamos de elaborar na Sudene, em apoio com o Banco do Nordeste e com a Comissão de Turismo do Nordeste, o Produtor. Trata-se de um projeto que pretende aplicar em infra-estrutura pública, em apoio ao turismo do Nordeste recursos da ordem de 1 bilhão e 600 milhões de dólares, que serão financiados pelo Banco Mundial. O programa está pronto e os Governadores deverão nomear uma comissão para apresentá-los ao Banco Mundial. São entendimentos que já vêm sendo realizados há algum tempo. Isso demonstra

a importância que dá ao Governo Federal, em definitivo, de amarrar o processo de turismo no Nordeste.

O sol, neste momento, é o nosso grande aliado; é sol o ano inteiro no litoral, são cidades históricas que nos vão proporcionar, através desse programa, um grande desenvolvimento turístico. E aí a iniciativa privada vai estar presente, com o Finor, que faz o financiamento não da infra-estrutura pública mas, sobretudo, dos equipamentos de turismo necessários à exploração dessa atividade.

Ainda tratando do sol, que tem sido um problema secular, vamos utilizá-lo no Nordeste como um grande aliado, daí por que, hoje, a nossa ênfase é em um processo de agricultura irrigada. Quem tem o sol que nós temos o ano inteiro, quem tem a capacidade de áreas irrigáveis que nós temos, da ordem de 4 milhões e 700 mil hectares, com uma produtividade que já hoje alcança o vale do São Francisco, o exemplo aqui é a região de Juazeiro e Petrolina, onde já produzimos uva, manga, caju, laranja, enfim, quem exporta e inclusive é grande fabricante de vinho de uma das melhores qualidades no Brasil, demonstra que a agricultura irrigada no Nordeste é alguma coisa altamente viável. E com o potencial que possuímos, temos que esquecer, na Sudene, que temos que vencer a seca. Não. Precisamos criar um programa definitivo, uma proposta final de convivência com a região que temos, com o clima que temos, com a irregularidade das chuvas. No Nordeste chove regularmente. É preciso, portanto, quando chover, que nós tenhamos a capacidade de armazenar aquela água. Por isso, também por determinação do Presidente Fernando Collor, estamos elaborando um programa de fortalecimento dos recursos hídricos. Este programa está concluído e esta semana estará sendo apresentado ao Presidente. Sua Excelência vem acompanhando a sua formulação durante todo este tempo. Participaram da formulação os estados, os institutos dos estados que tratam do problema permanentemente; as comissões da defesa civil, o DNOCs, o Banco do Nordeste, a Embrapa, a Emater, enfim, todos os mecanismos e órgãos dos governos estaduais e federal, e entidades privadas, que vêm acompanhando a questão da seca, ou das estações chuvosas do Nordeste. É um projeto que eu diria audacioso, pelo seu tamanho, mas, como eu disse, é uma proposta definitiva, e não é para se implantar em 1 ano ou 2. É um programa que deverá ultrapassar o Governo Collor e o próximo que o venha a suceder. Mas é um programa que, transformado em lei pelo Congresso Nacional, quando concluído estará em definitivo colocando a infra-estrutura hídrica que o Nordeste necessita para ser uma região altamente produtiva. E aí lembro que enquanto no ano passado nós exportamos 80 milhões de dólares em frutas tropicais, o Chile exportou 1 bilhão e 600 milhões de dólares do mesmo produto. Este é o problema que nós temos que enfrentar.

Evidentemente, é necessário que no Orçamento da União se contemple a região com recursos para a infra-estrutura pública. Não se poderia pedir aos empresários que entrassem com a infra-estrutura pública, energia, rodovias, escolas e, enfim, saúde e educação. Mas não tenho dúvida de que a única maneira de se vencer essa disparidade regional é contando com a iniciativa privada, que realmente visa o desenvolvimento da economia. Agora, para isto, nós temos que manter e melhorar esse sistema de incentivos que é o Finor.

Meus senhores, ainda quero lembrar que o Finor não fez apenas isto. Hoje, nos Estados do Nordeste, as empresas que lá estão implantadas e que foram financiadas com recursos do Finor, respondem por até 80% da receita do imposto de renda e do IPI, como é o caso do Estado da Paraíba.

Mas, também, na média do Nordeste, as empresas que foram financiadas por este sistema de incentivos respondem por 59% do ICMS arrecadado em todos os estados.

Vejam o efeito multiplicador daquelas outras que não levantamos nesta estatística, mas que são fornecedoras de matéria-prima para essas empresas. Então, essa é a realidade dos investimentos que foram feitos. Apesar de tudo isto, o sistema entrou com 1/3 e a iniciativa privada com 2/3. Então, esse sistema, que já foi substancialmente melhorado quando V. Ex.ª aprovaram a Lei 8.167/91, necessita, agora, neste momento em que esta Comissão faz esta reavaliação, que se prepare uma proposta que dê mais segurança, mais condições efetivas da aplicação dos recursos, mais transparência na aplicação dos recursos, mas, sobretudo, que se continue a promover o desenvolvimento do Nordeste, porque não há desperdício de recursos e não há prejuízos para as outras regiões, se verificarmos que o Finor todinho correspondeu a 1%, na verdade a 0,9%, da receita orçamentária da União. É tudo isso que representa esse dinheiro que dizem ser uma fábula, se imaginarmos os investimentos feitos pela União nos Estados do Sul e do Sudeste, se lembrarmos os custos das usinas nucleares em Angra dos Reis e os custos de alguns investimentos fixos em infra-estrutura pública, verificaremos que, realmente, a maneira direta de se aplicar investimentos super, dezena e centena de vezes, todos os recursos que chegaram ao Nordeste através do sistema de incentivos.

Se verificarmos as isenções disfarçadas concedidas quando se realiza um projeto como aquele da aceleração da depreciação, ou as isenções concedidas às exportações, que são necessárias, mas que atendem de cheio aos grandes produtores dos Estados do Sudeste, a conclusão é uma só: temos que melhorar o sistema, criar mecanismos que transformem isso com todo o rigor da aplicação, mas temos, sobretudo, que aumentar substancialmente os recursos do sistema de incentivos que vão para o Norte e Nordeste do País.

Agradeço a atenção de V. Ex.ª e agradeço também por esta oportunidade de prestar esclarecimentos. Coloco-me à inteira disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - A Mesa agradece também, por enquanto, a V. Ex.ª e ao Superintendente da Sudam.

O debate vai ser aberto. Gostaria de lembrar que o tema é Sudam e Finan, de um lado, e Sudene e Finor, do outro lado. Lembrando ainda, como ponto fundamental dessa discussão, que o Finor não pode ser responsabilizado, ou melhor, que não se espere do Finor toda a responsabilidade pelo desenvolvimento integrado do Nordeste. Aqui mesmo foi citada a questão de que o Finor é apenas um instrumento; ao seu lado temos o FNE, o Pina-terra, os recursos orçamentários, os investimentos privados e, agora, os investimentos internacionais.

Aqui está o nosso eminente Líder do PRN, Senador Ney Maranhão, que, com sua experiência, pode muito bem nos dizer que há uma grande interesse de incentivos internacionais nessa região. Mas isso porque há uma base.

São diversos os instrumentos a serem conjugados e, dentre esses instrumentos, está o Finor e o Finan, que são temas da nossa discussão, do nosso debate de hoje.

Gostaria de passar a palavra ao primeiro inscrito, que é o Senador Jonas Pinheiro, para a intervenção que julgar conveniente no momento.

O SR. JONAS PINHEIRO - Gostaria de fazer um comentário ligeiro, Sr. Presidente, tendo em vista que tenho outros compromissos.

Lembro aqui que, quando discutimos a instalação da comissão, estipulamos que deveríamos começar às 18 horas, reservando de 2 a 3 horas para exposição e debate do assunto, encerrando-se os trabalhos por volta de 9 horas, o que nos daria tempo suficiente para atender a outros compromissos.

Primeiro, quero cumprimentar os dois expositores pela segurança, pela firmeza, pelo comprometimento demonstrado. Gostaria de dizer-lhes, como disse aqui quando ouvimos, na terça-feira passada, o Dr. Valdir Salmato e o Deputado José Reinando, também dois entusiastas defensores dos órgãos da Sudene, do qual foram superintendentes, que saíam muito mais alentados e mais confortados daquela reunião do que quando entraram. Recordava-me de, há alguns anos, no Rio Grande do Norte, ter visto esqueletos de obras inacabadas, prédios e projetos paralisados, o que nos passava a impressão de que havia uma generosidade muito grande com os recursos públicos, mas não havia acompanhamento; havia o financiamento, mas não havia o controle. Isso nos preocupava.

Perguntei a ambos, naquela ocasião, se haviam notado que essas duas entidades tinham sofrido algum aperfeiçoamento em seus critérios e controles. Eles nos asseguraram que sim. Estou constatando agora que os depoimentos apontam, cada vez mais, nessa direção. Isso é auspicioso para nós que temos vivido, principalmente nos últimos tempos, tantas denúncias de corrupção, tantos maltratos e poucos cuidados com os recursos públicos. Todo homem público se preocupa com isso, pois é nossa função, nosso dever fiscalizar a ação governamental, a aplicação dos recursos.

De modo que fiz rápidas anotações, entre as quais destaco uma observação que foi feita pelo Dr. Alcyr Meiras sobre o recolhimento de recursos da Receita Federal devidos e não repassados às instituições.

Estamos convencidos de que há critérios, há controles, há resultados positivos que reconhecemos, e temos que trabalhar na direção do fortalecimento desses órgãos. Sei que ao final a relatoria vai apontar numerosas recomendações, como foi dito pelos próprios expositores, passíveis de reparos. Os sistemas não são perfeitos, são também dinâmicos, e a cada dia, a cada mês e a cada ano são necessárias correções de rumos.

De modo que recomendaria à relatoria que observasse entre suas indicações providências decisivas junto aos órgãos próprios da Receita Federal, para apurar e garantir os repasses dos recursos devidos a essas instituições que vão fortalecer, claro, as nossas regiões Norte e Nordeste.

Vejo também com muita alegria essa nova visão dada pelo Dr. Elinaldo, da Sudene, que deixa ao largo o combate aguerrido à seca e se prepara para a convivência com a seca. Essa visão voltada para o turismo, como uma das outras alternativas para melhorar a nossa qualidade de vida, condições melhores de vida para nossa população nordestina, vejo e contemplo com muita alegria.

De modo que eram essas as considerações que queria fazer, parabenizando a ambos e confiante em que os órgãos estão entregues a pessoas de responsabilidade, com muito civismo, com muita dedicação para cumprir as missões que lhes forem confiadas. Era o que desejava dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Parece que V. Ex. não formulou qualquer pergunta em concreto, mas deixou uma pergunta implícita: "Onde ficam os recursos que deixam de ser repassados aos fundos?" Parece que V. Ex. quis tocar neste assunto, e eu, secundando sua colocação, pediria ao superintendente da SUDAN, que levantou essa questão, que respondesse, pois seria importante.

O SR. ALCYR MEIRA - Acho que realmente não cabe a mim responder esta pergunta; ela deve ser endereçada aos órgãos pertinentes. O que me parece realmente importante é que se estabeleça o fluxo necessário para que se possa, com esses recursos, implementar os projetos voltados ao desenvolvimento regional. O que é importante é isso que me dá inquietação, que haja esclarecimentos. Como bem colocou o nobre Parlamentar, há instrumentos dentro da própria administração que às vezes não são explicitados. Quanto a isso, é possível que haja uma explicação, inclusive para a não canalização de todos esses recursos que imaginamos que deve existir. É realmente importante que haja acesso a essas informações.

Então, parece-me que essa ação conjunta que teria a administração dos órgãos, mais os parlamentares e empresários, no sentido de que seja promovido esse esclarecimento, é realmente muito importante para que não se criem expectativas de recursos que depois não aparecem.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Só para um esclarecimento: V. Ex. afirmou que realmente existem recursos que são dos fundos, mas não são repassados. Isso V. Ex. afirmou.

O SR. ALCYR MEIRA - Não seria uma solução para que isso acontecesse, no momento, e que o contribuinte fizesse a sua opção, fizesse sua opção num DARF separado, e a canalização dos recursos fosse diretamente para o banco arrecadador, no caso da SUDENE ser o Banco do Nordeste, no caso da SUDAN ser o BASA. Isso não seria uma forma? Porque vir esse recurso que já está comprovadamente legal, para o Tesouro Nacional e para o Ministério da Fazenda, se foi feita a opção? Por que não ir diretamente para o banco arrecadador? Seria uma solução?

O SR. JONAS PINHEIRO - Se me permite uma rápida contribuição na direção do que o Deputado José Múcio, nosso relator, acabou de dizer? Acho que é mais ou menos semelhante ao que fez, a partir de pouco tempo atrás, a Eletrobrás fez com que apareça claramente na conta de luz o que é devido à concessionária e o que é devido à geradora.

O SR. RELATOR (José Múcio) - A relatoria entende que não há necessidade dessa opção vir aqui para o caixa único do Tesouro; poderia se fazer opção diretamente para o banco arrecadador, o que asseguraria os recursos sem precisar solicitar. Disse o ex-superintendente aqui, na última terça-feira, que o orçamento de 90 estava sendo ainda aplicado no ano de 91.

O SR. ALCYR MEIRA - O que me parece importante - essa é a finalidade da reunião - é que seja colocado esse equacionamento e que a partir de agora comecemos a formular as hipóteses que permitam uma agilização do processo e acima de tudo uma racionalização do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - O segundo inscrito é o Deputado José Mendonça, a quem dou palavra.

O SR. JOSÉ MENDONÇA - Quero me congratular com os expositores pela brilhante exposição, principalmente a de Elinaldo Magalhães, que teve a oportunidade de verificar, como discorreu sobre os problemas do Nordeste e os problemas atinentes à SUDENE.

Sr. Presidente, tenho uma sugestão a fazer, e por isso me inscrevi. Siquero a V. Ex. que antes de terminar o trabalho brilhante desta Comissão - que tem V. Ex. como Presidente e o Deputado José Múcio como relator - fossem convidados para assistir uma palestra como essa que acabamos de assistir os proprietários, os donos da opinião pública do Centro-Sul, os donos dos grandes veículos de comunicação. Porque são essas pessoas que distorcem a imagem da SUDENE e da SUDAN. É muito bonito falarmos aqui, nós que conhecemos esse trabalho desses órgãos. Conheço tanto quanto o Osvaldo, o Deputado Maranhão e outros.

Sei, por exemplo, o que era a minha terra, Belo Jardim, antes da SUDENE, e o que é Belo Jardim, hoje, depois da SUDENE. Belo Jardim é, hoje, industrializada; tem uma indústria, da qual se falou há pouco, que recolhe IPI, que mais recolhe IPI, de Gravataá a Petrolina, quer dizer, uma indústria que surgiu graças aos incentivos da SUDENE. Isto aqui é tudo muito bonito; sabemos dessa realidade. Agora, se não conseguirmos modificar a opinião do Sr. Otávio Frias, do Sr. Roberto Marinho, do Sr. Mesquita, dono do Estado de São Paulo, se não conseguirmos modificar a opinião dos grandes empresários de São Paulo que são contra o Nordeste, que conhecem mais Nova Iorque, Londres e Paris do que o Nordeste, se nós não conseguirmos isso, não vamos conseguir nada porque eles vão continuar influenciando a opinião pública brasileira, distorcendo, dizendo aquilo que não é verdade, como dizia ainda há pouco Elinaldo, a participação do Orçamento é de 0,9%, quer dizer, insignificante com relação ao gasto de dinheiro que existe aí fora. Quer dizer, a imprensa sulista se encarrega de abafar, mas tudo que existe de negativo no Nordeste eles procuram divulgar.

Sugeriria, Sr. Presidente, que V. Ex. convocasse - convocar não é o termo -, convidasse essas pessoas para que elas ouvissem, para tentarmos convencê-las, porque na hora em que convenceremos um Roberto Marinho, a Rede Globo, a falar bem da SUDENE e da SUDAN, do Nordeste, nós teríamos ganho a parada.

E isso é que precisa ser feito de imediato para que esta Comissão tenha o êxito que nós desejamos.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Gostaria de dizer ao eminente Deputado José Mendonça que essa mesma preocupação que ele externa no momento já foi objeto de colocações nas sessões anteriores. Constatou-se, possivelmente por mera coincidência, que no momento da instalação desta Comissão, no dia da sua primeira reunião de trabalho, dois jornais de São Paulo, que por sinal brigam entre si, mas que estão, nesse ponto, muito unidos, publicaram editoriais até com termos fortíssimos contra Parlamentares que defendem incentivos fiscais para regiões que não são de São Paulo, porque os incentivos para aquela região são, realmente, relegados.

Foi citado aqui, por um dos depoentes, o Dr. Meira, que o incentivo aos táxis supera os incentivos do FINAN por um longo período.

Por coincidência, no mesmo dia da reunião anterior, saiu na primeira página também de um grande jornal de São Paulo uma notícia sobre a aplicação de recursos no caso da SUDAN, referente a uma empresa que tinha saído etc.

Então, pode ser coincidência, Deputado José Mendonça, mas, realmente, é preciso haver um encontro entre os que detêm o poder de comunicação e este Poder, que têm a vontade política e têm a obrigação legal, por força do art. 26 da Lei nº 8.167, de propor, formular alterações, se for o caso, nessa política de incentivos fiscais, reavaliar a política de incentivos fiscais. Nós temos essa obrigação legal, mas ao lado dela nós temos a vontade política de fazê-lo. Não vejo Parlamentar, Senador ou Deputado que não queira abrir esse debate.

Então, a sugestão de V. Ex. coincide com o que já se discutiu nas reuniões anteriores.

E eu até disse: como Presidente, levarei esta Comissão, se necessário for e se aprovado pelo Plenário, à boca do leão; nós iremos à FIESP, à Rede Globo, à redação desses jornais; nós faremos fóruns em São Paulo, na federação das indústrias, no Rio de Janeiro, para levar realmente a verdadeira imagem dos incentivos fiscais, com os seus erros, com as suas distorções, mas com os seus grandes acertos, que estão aqui.

O que nós não podemos é deixar que essa imagem, simplesmente calcada em exceções, seja mostrada em todo o País, por meio dos poderosíssimos meios de comunicação social.

A Presidência desta Comissão está atenta a esse fato. Já discutimos e precisamos é que uma fórmula adequada e regimental, e dentro das nossas atribuições, seja proposta o quanto antes para fazermos esse trabalho e atingirmos o objetivo que V. Ex. propõe neste momento.

Mas, antes de passarmos a palavra ao próximo inscrito, gostaria de consultar, se diante da colocação do Deputado José Mendonça, os dois superintendentes têm algo também a colocar, rapidamente, dado o nosso tempo.

O SR. ALCYR MEIRA - Só quero reforçar um ponto: as isenções de exportação correspondem a 1,69% da receita tributária. As isenções do FINOR são 0,96, e do FINAM 0,66. As duas juntas são inferiores à isenção de exportação.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - V. Ex.^a tem a palavra, Dr. Elinaldo Moraes Magalhães.

O SR. ELINALDO MAGALHÃES MORAES - Sr. Presidente, neste momento, me parece que aqui se tomou uma decisão muito importante, porque, como eu disse durante a minha exposição, talvez nós tenhamos sido muito modestos na nossa missão de informar ao Brasil, à opinião pública, o que é que, efetivamente, fez a SUDENE e o sistema de incentivos fiscais pelo Nordeste.

Acho que é uma oportunidade ímpar essa em que esta Comissão vai proporcionar uma oportunidade, para, frente aos responsáveis, pelos maiores meios de comunicação do País, se dizer, realmente, o que é que de sério e de resultados produtivos se fez com os empresários do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Far-se-ia necessário, acredito, um tempo um pouco maior, para que se pudesse fazer uma apresentação mais consistente.

Solicitaria, então, que, se fosse conseguido, realmente, esse intento, houvesse uma dilatação do prazo de exposição, para que se pudesse dar uma demonstração mais verdadeira da realidade da política de incentivos nas duas regiões.

O SR. JOSÉ MENDONÇA - Quero dizer, Sr. Presidente, que V. Ex.^a reforçou o meu argumento quando disse que se for necessário nós nos deslocaremos para lá.

Acho que isso é que era importante, porque sei que essas pessoas que acabamos de citar são pessoas importantíssimas dentro do contexto e se for necessário, vamos nós, da Comissão, todos lá, com a presença dos superintendentes, para que essas exposições sejam feitas, para que eles sintam a necessidade de apoiar, porque Nordeste e Norte são Brasil.

Tudo é um Brasil só, a não ser que, daqui a pouco, tenhamos que defender aquela tese que não gosto, mas comento, que é dividir.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Obrigado. A proposta de V. Ex.^a coincide com o que já se discutiu anteriormente, reforça essa posição e nós vamos tomar essa deliberação oportunamente, seguindo, inclusive, aqui, a sugestão do superintendente da SUDAM. É necessário um tempo, precisamos preparar esse debate, que será numa fase final. Nós temos uma agenda, mas vamos fazê-lo.

O Relator havia pedido a palavra? Não?

Bem, pela ordem de inscrição, tem a palavra o Deputado Pedro Correa.

O SR. PEDRO CORREA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Superintendentes da SUDAM e da SUDENE Srs. Senadores, Srs. Deputados, inicialmente, quero pedir desculpas aos superintendentes da SUDAM e da SUDENE por não ter podido aqui chegar às 18 horas, até porque pensei que esse depoimento se realizasse às 16 horas e, aí, eu tinha marcado um compromisso anterior e, por essa razão, não pude estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - o horário normal é sempre às 18 horas.

O SR. PEDRO CORREA - Desculpe-me. Sr. Presidente tinha tido informação diferente. Mas, quero dizer que, realmente, sei da importância que têm para a região Norte-Nordeste a SUDENE e a SUDAM. Acho que se conseguirmos, através desta Comissão Mista no Congresso, destinada a avaliar a posição dos incentivos fiscais na SUDAM e na SUDENE, passar pelo menos, para os órgãos de comunicação, essa posição tão bem defendida pelo Presidente da Comissão e que aqui foi sugerida, nesta sessão, pelo Deputado José Mendonça, tenho certeza de que teremos cumprido, talvez, até tudo aquilo que propusemos na nossa região - defender o Nordeste e o Norte - quando disputamos eleições para representá-la aqui no Congresso Nacional.

É evidente que sabemos que existem descasos. Quem de nós não cometerá e não continuará cometendo descasos quando tenta acertar numa posição administrativa?

É evidente que temos conhecimento das regiões: nós as conhecemos. Barreiras, por exemplo; Imperatriz no Maranhão, pólos, hoje, de desenvolvimento, pólos agrícolas, pólos produtores de grãos para este País.

Descobriu-se uma fronteira na região central deste País e quem o fez foram os empresários que tinham os seus projetos aprovados na SUDAM, na SUDENE, eram verdadeiros bandeirantes, descobrindo toda aquela região, desafiando as intempéries do tempo em aviões pequenos, arriscando as suas vidas, levando para lá o seu conhecimento, levando para lá o desenvolvimento.

É evidente que somente com isso, tudo que se investiu na região, tão pouco que se investiu através de incentivos fiscais, apenas com a descoberta do Centro-Oeste do Brasil, com a descoberta de tanta coisa que se realizou através disso, já teria justificado todo o investimento que se fez neste País, e que se fez através desses órgãos.

Então, Sr. Presidente, quero, também aqui, me colocar à disposição desta Comissão para, juntos, irmos a São Paulo, ao Rio, a Minas, onde for necessário, porque acho que somente com isso, se nós despertarmos e fizermos com que esse povo tome conhecimento do que é feito com seriedade, no Norte e Nordeste deste País, nós teremos justificado os nossos mandatos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Obrigado a V. Ex.^a

O SR. LAVOISIER MAIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Superintendentes da SUDAM e da SUDENE, meus Colegas, venho acompanhando os trabalhos desta Comissão com muito interesse.

Não faltai a nenhuma reunião até agora, acho que é importante a participação dos Senadores e Deputados do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste.

Quero parabenizar os ilustres palestrantes pelas colocações que fizeram, a SUDAM e a SUDENE, a qual conheço de perto, porque acompanhei durante quatro anos, os seus trabalhos, como representante do Rio Grande do Norte.

Agora, o que é preciso - já enfatizei aqui é a união de todos, norte, Nordeste e Centro-Oeste para vencermos as grandes barreiras que temos pela frente. As discriminações contra essas regiões e a má-vontade de todos que vivem nas regiões mais prósperas deste País.

O Deputado José Mendonça colocou muito bem, a luta dos poderosos contra os fracos está vencendo, e se nós não nos unirmos ficará muito mais difícil.

A primeira colocação é essa. Eleinaldo, você é um misto de técnico e de político, conheci como técnico, mas hoje você é político. Começou a trabalhar no Rio Grande do Norte, prestando relevantes serviços, você que é um homem inteligente, preparado e competente.

Eleinaldo acho que a SUDENE não vai bem, lamentavelmente, nós todos desejávamos que a SUDENE estivesse melhor mas ela vem piorando, ficando enriquecida. Todos lamentamos essa circunstância porque se a SUDENE está enfraquecida o Nordeste piora; é o que está acontecendo, todos sabemos disso, nós todos gritamos, o que fiz muito quando era Governador do Rio Grande do Norte pretendendo um tratamento diferenciado para o Nordeste. À época 79/82, veio alguma coisa, mas, não era o ideal. Depois aqui no Senado, da bancada, do Nordeste, nós todos gritamos, nós todos falamos, nós todos batemos na mesa e nada de melhor para aquela região, essa é que é a verdade.

A desigualdade é muito grande entre as regiões ricas e as regiões pobres, e vai aumentando a cada ano que passa, isso é fato real, isso ninguém pode contestar.

Entendo que esse fato não era para acontecer. Tivemos dois presidentes, seguidos, do Nordeste, um, atrás do outro, conhecem bem a região, políticos, ex-governadores, sabedores das nossas necessidades, das injustiças contra essas regiões e, lamentavelmente, o Nordeste piorou nesses dois governos dos dois presidentes nordestinos.

O Presidente atual ainda tem três anos pela frente, porém a classe política é a acusada, nós, Senadores e Deputados, podemos ter alguma culpa que não é somente nossa, isso nós temos dito até com verdades que ferem, mas que devem ser ditas.

O Deputado Osvaldo Coelho sabe disso, de vez que é um lutador em prol da região. Enquanto não modificarmos essa situação, nós poderemos até fazer 10, 20, 100 comissões mas sem nada resolver.

Então, esta colocação do José Mendonça é importantíssima.

Precisamos de vontade política para inverter essa situação; nós a temos, o superintendente também, mas falta algo que está no ar, de nossa parte faremos tudo que estiver ao nosso alcance e a essa proposta do Senador Mansueto de Lavor, os poderosos que são contra nós.

Quero dizer, para terminar essas minhas ligeiras palavras, que é de causar revolta e indignação que está acontecendo no Nordeste, porque a pobreza aumentou tanto que passou a ser miséria.

É miséria o que está acontecendo na região nordestina, a fome está sendo o pior mal, pior do que a cólera. E as providências governamentais são lentas e insuficientes.

As bases básicas não estão mais sob o encargo da SUDENE e sim de outro órgão do governo. O combate à seca está certo, mas os recursos definitivos para que convivamos com ela são retardados, lentos.

Irrigação - espetacular o programa nesse sentido porque nós temos sol, que é a grande vantagem do Nordeste. Mas, Eleinaldo, está muito lento o programa de irrigação naquela região. Dou um exemplo. A maior barragem de irrigação do Nordeste está lá no meu Estado, Armando Ribeiro Gonçalves, com 2 bilhões e 400 milhões de metros cúbicos de água armazenada e os grandes canais para irrigação, feitos há 10 anos, não estão prontos ainda, então, a irrigação anda a passo de cágado não só no Rio Grande do Norte como no Nordeste também.

Outras barragens como de Santa Cruz, que é importante, o governo apenas começou a construir o canteiro de obras e não passou disso. As destinações para o Nordeste são difíceis e eu fico revoltado, não podemos desanimar. Estamos apelando até para o estrangeiro. Se só o brasileiro não está resolvendo, contamos que o estrangeiro venha descobrir o Nordeste.

Fica aqui o meu registro. A nossa situação é de precariedade, o êxodo rural aumentou de forma desmesurada, o campo está abandonado e as providências chegam a conta-gotas, sem resolver problema, e a iniquização social é grande pelas injustiças cometidas, pela grande diferença entre a região pobre e a região rica. Há quem diga: vamos separar o Nordeste do resto do Brasil, isso devido ao espírito de revolta pela falta de providências que deveriam ser adotadas pelo poder público visando resolver o nosso problema. Nós, como superavitários na balança de pagamento, temos condições de independentizarmos econômica e politicamente. Devido às dificuldades chegamos a esse estado de conformismo e revolta.

Eleinaldo, quero registrar esse fato, precisamos ter coragem para falar em qualquer auditório, o Nordeste unido, norte e centro-oeste irmos ao Presidente da República e dizer isso a ele, Sua Excelência sabe, mas, se nós nos unirmos e formos lá expor a nossa situação será diferente.

E o Senador Mansueto de Lavor é conhecedor dessa situação também, ele só poderá se resolver se dermos um muro na mesa, se formos à Rede Globo, se formos aos homens ricos do sul. Existe má-vontade contra o Nordeste.

Ministro do Planejamento no meu tempo, tinha o seguinte raciocínio, investir apenas onde o retorno é rápido, se no Nordeste o retorno é lento, fica tudo no Sul, e isso é um absurdo.

Concordo inteiramente com o que foi colocado pelo Senador Lavoisier Maia. Já trabalhei no Governo Federal à época do Presidente Figueiredo e, como nordestino, eu sentia muita dificuldade quando fazíamos um projeto para o Nordeste. Até parece que existe uma cultura em Brasília no sentido de que tudo deve ser centralizado aqui, de que quem está aqui sabe mais do que quem está em qualquer outro canto do mundo, mesmo que a pessoa daqui nunca tenha ido lá.

Mas posso afirmar que o Presidente Fernando Collor de Mello tem uma firme determinação de querer promover o desenvolvimento do Nordeste. Por isso, determinou que fosse feita esse PDRI - Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos - e o Programa de Turismo. Na próxima semana, tão logo o PDRI seja apresentado ao Presidente, ele o enviará ao Congresso.

Creio que um grande passo foi dado quando V. Ex.^{as} aprovaram o PDRI. Uma parte já está contida no Orçamento da União de 1992, e vai ter que ser cumprida. A outra parte é um anexo. Quando for feita a revisão do Orçamento, muita coisa se encaixará.

O fundamental é que com o decisivo apoio de V. Ex.^{as}, os Planos do Nordeste e do Norte devem ser colocados, na íntegra, dentro do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos. Uma vez transformado em lei, com a força das Bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, não haverá como deixarem de ser aplicados.

Não quero tentar "tapar o sol com a peneira", jamais o farei. Às vezes, até em pequenas decisões domésticas, estabelecemos uma posição a seguir, no caminho, quando os fatos se vão desenrolando, as posições ficam distorcidas. Portanto, creio que deve haver a vigilância permanente de nossa parte, que constituímos a Região Nordeste e Norte. Creio que, às vezes, somos encarados como pessoas diferentes, no Governo, porque lutamos por interesses regionais. Com o apoio de V. Ex.^{as} e se nos transformarmos em municionados de informações em caráter permanente, esses planos serão cumpridos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO - Sr. Presidente, continuo interessado em ouvir os debates, que são vivos e esclarecedores. Não obstante, estou notando que a hora está muito avançada. Quero dar uma sugestão para economizarmos tempo: os interelatores devem fazer suas indagações, e os expositores devem ir anotando e responder a todas juntas, no final. Ganharíamos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - A Mesa acolhe a sugestão de V. Ex.^a no que se refere aos três oradores finais, já inscritos aqui. Seguirá, também, essa sugestão, aprovada tacitamente pelo Plenário, em outras reuniões. A sugestão é muito prática e importante, devido ao nosso tempo, que deve ser administrado.

Estão inscritos, ainda, o Senador Ney Maranhão, o Deputado Osvaldo Coelho e o Senador Onofre Quinan.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Superintendente da Sudene, Sr. Superintendente da Sudene, não posso deixar, no exercício da Liderança do Governo, de, primeiramente, congratular-me com os dois expositores, conhecedores profundos dos problemas das respectivas regiões, pelas exposições de V. S.^s, que foram transparentes, com números irrefutáveis, mostrando os benefícios que a Sudene presta, desde o encontro de Salgueiro, desde a criação pelo grande Presidente Juscelino Kubitschek.

Quero, também, completar as palavras do Senador Lavoisier Maia. Quando falo do Nordeste, lembro-me do maior Ministro - a meu ver - que esteve nesta República: José Américo de Almeida, Ministro de Viação e Obras Públicas de Getúlio Vargas. Ele dizia que o Nordeste não precisa de esmolas, que o Nordeste precisa apenas viabilizar o rio São Francisco, os agüdes do Rio Grande do Norte, para que possa molhar as terras calcinadas pelas secas e se tornar a Califórnia da América do Sul, abastecer o Brasil e exportar para o mundo.

Portanto, Senador Lavoisier Maia, se nós, Congressistas do Nordeste, na época em que o Congresso tinha força, tivéssemos elaborado um plano quinquenal, um plano de irrigação, essas palavras proféticas de José Américo teriam sido realizadas. Não estariam vindo para o Sul os nossos paus-de-arara e nem estaria havendo essa campanha difamatória contra o Nordeste e a má vontade de Sul para com o Nordeste. Mas, queiram ou não, esse trabalho da Sudene - com o qual o Presidente Collor tem compromissos com esses dados irrefutáveis, demonstrados pelos dois Superintendentes esta Comissão, e com a vontade férrea dos nordestinos que representam a região, tenho certeza, até o fim do mandato do Presidente Collor, terá um êxito importante.

Assim sendo, quero terminar, formulando uma pergunta feita a mim por alguns empresários, e que não poderia ter uma melhor oportunidade do que esta para fazer uma consulta aos dois Superintendentes.

Os empresários reclamam que quando são liberadas as verbas pela Sudene, a Sudene comunica a liberação da verba que vai para o Banco do Nordeste e às vezes demoram dez, quinze, vinte dias para que o empresário receba e eles não recebem nada de juros, de correção. E nesse sentido há uma reclamação geral.

Gostaria de saber de V. S.^s se está havendo alguma modificação nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Fica registrada a pergunta, porque logo depois das intervenções dos demais colegas, os Superintendentes terão a palavra para responder a todas as questões formuladas.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Coelho.

O SR. OSVALDO COELHO - Sr. Presidente, começo por dizer que o nobre Senador Lavoisier Maia, falou por nós. Mas acho por bem falar que louvo a exposição dos representantes da Sudene e da Sudene. Foram duas exposições muito lúcidas, muito simples, e, por isso, muito convincentes.

Apenas quero fazer duas lembranças, uma ao Relator. Creio que esta Comissão deve encerrar os seus trabalhos - aqui vai a sugestão - com uma visita ao Senhor Presidente da República para que nós, de acordo com o pensamento do Senador Lavoisier Maia, façamos uma advertência em relação à Região, embutindo nisso o problema dos incentivos e, na ocasião, peçamos ao Presidente um decreto, a exemplo do que foi o da Eletrobrás. Porque, por exemplo, a minha ocupação, quando chega o mês de outubro até dezembro, janeiro, é ir ao Minis-

tério da Economia para dizer que não roube o dinheiro da Sudene. Essa tem sido um pouco a minha ocupação que não deve ser, pois tenho que ter coisas maiores para fazer ao invés de ir atrás de ladrão da Sudene, e ladrão do Nordeste.

A outra coisa que gostaria de dizer - e já especificamente, para a Sudene - é que este problema da pecuarização ou não-pecuarização da Região não pode ser encarada com muita simplicidade. Não. Tem que haver aprofundamento. Primeiro, no meu entender, o saldo dos projetos foi positivo. Regiões como o semárido baiano, que conheço, foram civilizadas neste século também pela pecuária. Como nos séculos passados, aquela região foi ocupada pela pecuária. Como nos séculos anteriores, vacas e bois e cabras e assim por diante. Mesmo porque nessas regiões, onde as chuvas são muito irregulares e até escassas, ninguém planta 2 mil, 3 mil hect. de milho, porque vai à breca, sobretudo no semi-árido, morre, fica falido, vai para o hospício. O que tem que plantar mesmo é capim e produzir carne, que é um produto nobre e do qual muito precisamos para nossas populações.

Mas, da forma como está sendo colocada, parece que foi um pecado mortal se investir na pecuária. Entendo que não. É por isso que faço essa advertência. Faço essa advertência porque, relativamente ao Fundo de Desenvolvimento Regional, estou lutando todos os dias para que ele tenha recursos adequados à pecuarização do semi-árido nordestino, porque ali o que conheço - se não for plantado o capim buffet vamos ficar miseráveis o tempo todo. A Embrapa nos informa que num período de dez anos só uma ou duas safras satisfatórias ocorrem no plantio do milho ou do feijão. De oito a nove safras são frustradas. Então, quero que se plante essa graminha, que se chama buffet para se criar a pecuarização lá e se fazer uma composição com as áreas irrigadas e com o litoral, que produz outras coisas.

E só vejo essa saída para o semi-árido nordestino. E porque tenho ansiedade de uma vitória política, econômica, na nossa região, faço essa lembrança que não se discrimine, porque se isso ocorrer poderemos entrar novamente num caminho errado, não encontrando a solução que tem que ser encontrada, porque o estado de pobreza do Nordeste, daquele que mais conheço, o semi-árido, já está insustentável.

Creio que não teremos mais condições de continuar a contemplar aquelas coisas sem que haja uma reação muito grande em prazos curtos. Então que todos se unam, que todos deem o seu contributo para irrigar o milhão de hectares que há no São Francisco, sem limitação de água, sem limitação do sol, sem limitação de solo. Não há fatores limitantes para esse um milhão de hectares. Hoje, temos no São Francisco pouco mais de 100 mil hectares.

Vamos, realmente, fazer uma cruzada de homens confiantes, cheios de esperanças, de homens que acreditam no cumprimento do seu dever. Porque essa desigualdade regional existente, esse desequilíbrio não diz bem a quem é rico, muito menos a quem é pobre.

Encerro, porque já falei demais.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Muito obrigado, Deputado Osvaldo Coelho.

Concedo a palavra ao nobre Senador Onofre Quinan.

O SR. ONOFRE QUINAN - Sr. Presidente, Srs. Superintendentes da Sudene e da Sudene, após ouvir a exposição do meu colega Lavoisier Maia, infelizmente, sou obrigado a dizer que não é só a situação do Nordeste é grave. Hoje podemos dizer que quase todo o Brasil está igual ao Nordeste. Apenas alguns Estados, por exemplo São Paulo, e talvez outros do Sul, mas muito poucos não estão na situação do Nordeste. E a Sudene e a Sudene, ou qualquer outra área que precise de incentivos não irá conseguir se não houver, sem dúvida alguma, uma proteção à atividade produtiva. Estamos, no meu entender, vivendo de uma política monetarista suicida. A atividade produtiva tem que ser protegida a qualquer custo, para o bem de toda a população, para o engrandecimento do Brasil. Esta recessão, que estamos vivendo através de medidas monetaristas, as mesmas adotadas pelo Governo Sarney, recentemente, foi um fracasso total. Não entendo como homens públicos que viram, recentemente, o fracasso de uma política, possam continuar insistindo no mesmo caminho. Todos sabem, a maioria dos homens que compõem não só o Senado, como a Câmara, são homens de empresas, são comerciantes, pecuaristas, industriais, ou mesmo profissionais liberais, e sabem que dinheiro tem que chegar a todos recantos do Brasil e a toda a população. Mas sem produção, jamais atingiremos essa meta.

O meu Estado, Goiás, no Centro-Oeste, não conta, absolutamente, com nenhum incentivo fiscal. Tivemos a Sudene, que, infelizmente, não fez muito pela região - desconheço as razões. Mas acredito que se não dermos um basta a essa ciranda financeira se não voltarmos os nossos olhos, a nossa capacidade, o nosso trabalho, a nossa experiência para a atividade produtiva, sem dúvida não iremos encontrar nunca o nosso destino promissor que é o que todos almejamos.

Infelizmente, essa é a realidade nacional, no meu ponto de vista. Conheço praticamente todos os estados brasileiros e, praticamente todos os estados brasileiros e, praticamente, todo o mundo. Não é concebível que um país com essa potencialidade viva dias tão difíceis como os que estamos vivendo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Quero registrar que a participação de V. Ex.^a - mesmo não sendo propriamente um representante de um Estado de regiões incentivadas, junto com o Senador José Richa, que tem participação de reuniões anteriores - é da maior importância pela contribuição que nos traz.

Passo a palavra ao Relator, Deputado José Múcio e, logo em seguida, passaremos às considerações finais dos dois Superintendentes.

O SR. RELATOR - (José Múcio Monteiro) - Sr. Presidente, Srs. Superintendentes, meus Camaradas Congressistas, meus Senhores, minhas Senhoras, louvo-me na opinião do Deputado Osvaldo Coelho, em nossa primeira reunião para fazer minhas considerações finais, primeiro como um participante da Comissão e depois como relator.

Sr. Presidente, preocupa-me que não façamos todas as semanas uma reunião só de discursos, um festival de depoimentos e passemos a administrar quase à unanimidade nos depoimentos. Os ex-Superintendentes que fizeram uma brilhante palestra e os palestrantes de hoje, com brilhantismo, disseram dos benefícios que os incen-

tivos trouxeram para o Norte e Nordeste, e todos disseram que inclusive havia necessidade de correção, de adequação aos novos tempos, de melhoria dentro dos órgãos e nas providências para que eles funcionassem melhor.

Mas durante a semana fui surpreendido por alguns jornalistas que me procuraram para saber quem era o culpado que procurávamos. Se estávamos atrás de bandidos, de pessoas que se favoreciam em função dos incentivos fiscais. Disse-lhes: vocês perderam a oportunidade de assistir duas grandes palestras referindo-me aos dois Superintendentes, mas poderão fazê-lo na próxima semana, quando serão prestados alguns esclarecimentos sobre incentivos fiscais.

Os jornalistas, tanto de um jornal como de outro, ambos de São Paulo, já citados pelo Sr. Presidente, disseram: isto é uma Comissão de nordestinos presidida por nordestinos. O relator é nordestino e vocês irão continuar com aquela mesma conversa de pedir esmolas para o Nordeste. E hoje insisti para que esses jornalistas viessem assistir os depoimentos. Ficamos satisfeitos, usando uma linguagem popular que o bicho é menos feio do que imaginamos e que estamos tendo uma oportunidade rara, Deputados do Norte e do Nordeste.

Louvo aqui a presença do Senador Onofre Quinan, preocupado em diminuir esses esforços regionais e que, como brasileiro, quer ajudar a construir regiões menos pobres. Gostaria de pedir aos colegas que trouxeram colaboração — essa é uma oportunidade raríssima que temos — em discutir o Norte e o Nordeste.

Mas inspirando-me nas palavras de José Mendonça, meu caro Presidente, precisamos fazer um trabalho paralelo. Preciso colocar no meu relatório algumas modificações necessárias à modernização do sistema, precisamos investir no conceito do sistema. E esse conceito não irá sair desta sala; mas das salas dos formadores de opinião. Queria que V. Ex.^a apaixonado pelo tema e que tão bem tem conduzido esta Comissão, colocasse nos nossos trabalhos um fórum no Rio de Janeiro outro em São Paulo, como disse José Mendonça, e reconvoquesse os palestrantes da semana passada e os de hoje, porque, na realidade, estão prestando um serviço à integração nacional. Eles irão prestar contas do dinheiro que foi, mas que voltou, dos incentivos que recebemos, mas que contribuímos para diminuir o fosso existente entre as regiões.

O SR. JOSÉ MENDONÇA — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RELATOR (José Múcio) — Pois não, Deputado.

O SR. JOSÉ MENDONÇA — Essa sugestão que V. Ex.^a acaba de fazer ao Presidente é correta. Gostaria de acrescentar que nesse primeiro ponto, no Rio, o Presidente fizesse um esforço no sentido de que o fórum ocorresse por exemplo, no auditório da TV Globo, com uma participação se possível do Sr. Roberto Marinho ou de seus direitos. E em São Paulo, ao invés de se realizar na FIESP que fosse, por exemplo, na Folha de S. Paulo lá com a participação de todos daquele jornal e também Estado de S. Paulo. Tenho certeza de que iríamos atingir os objetivos.

O SR. RELATOR (José Múcio) — Não tenha dúvida nenhuma que era necessário que tentássemos o máximo para não perdermos essa oportunidade.

O SR. ONOFRE QUINAN — Quero só uma informação do Deputado José Múcio.

O SR. RELATOR (José Múcio) — Pois não.

O SR. ONOFRE QUINAN — Na sua revelação foi procurado por vários jornalistas que queriam fazer caça à bruxas. V. Ex.^a convidou a todos para aqui comparecerem. Quantos vieram?

O SR. RELATOR (José Múcio) — Nenhum.

O SR. ONOFRE QUINAN — V. Ex.^a se enganou na sessão anterior, em resposta a minha intervenção, de que eu era pessimista, realista.

O SR. RELATOR (José Múcio) — É verdade. Talvez os seus cabelos brancos o tornem mais realista do que eu, mas estou com tempo para aprender com V. Ex.^a Quero dizer que não podemos perder esta chance. Não digo nem que sejamos otimistas nem realistas. Mas que a presença de Deputados que participam da Comissão oficialmente ou não como tantos que abrihantam aqui, participando, não podemos perder esta oportunidade. A pressa no relatório final, por exemplo, a adequação da Sudene e da Sudene. Essa questão do boi que o Deputado Osvaldo Coelho colocou, falando agora mais para o interior, assisti um pedaço da Amazônia ser conquistado pela Sudam, através do boi e sem o qual não teria alcançado esse objetivo. É preciso que se faça a reavaliação onde de que forma, de que maneira, não é o boi que vai pagar pelos empresários que se aproveitaram, não foram que não cumpriram os seus projetos, questão da debênture, como tão bem disse Elionaldo, que aprimorou o processo, o empresário que busca o risco atrás do lucro, participa também do risco na ora procura que o Governo.

Quero, louvando a opinião dos Deputados José Mendonça, Osvaldo Coelho, e aceitando a repressão do meu colega Maranhão da Paraíba fazer uma colocação final aos dois depoentes a quem parabeno por essa dosagem de otimismo depoentes a quem parabeno por essa dosagem de otimismo e esse estímulo que deram essa reunião de hoje, fazendo duas perguntas. Seria a mesma pergunta a cada um e quero que respondam de norma sucinta para ajudar à relatoria.

Dr. Elionaldo e Dr. Alcyr, como os Srs. pensam à Sudam e a Sudene moderna se aproxima do real?

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lacerda) — Antes de passar a palavra aos nossos dois superintendentes, que nos brindaram com duas exposições fundamentais para o nosso trabalho, gostaria de dizer que a Mesa está acolhendo as sugestões levantadas aqui pelos Deputados José Mendonça, José Múcio, Osvaldo Coelho, José Maranhão e tantos outros que querem vencer as barreiras da comunicação.

O nosso desafio é esse. No momento a lado do trabalho específico precisamos levar a realidade os fundos de investimentos à opinião pública do País. Nesse sentido, convoco todos os senhores para a próxima reunião, no dia 31, na qual ouviremos os depoimentos do Pre-

sidente do BASA, Dr. Silvestre de Castro Júnior, e do Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Jorge Lins Freire. São os dois bancos regionais, gestores dos fundos.

Antes dos depoimentos deles iremos colocar na pauta essa proposta concreta que hoje foi feita. Como viabilizá-la? No sentido de que a Comissão se desloque e lá reconvoque os depoentes, aqueles que decidirmos da maior importância para que nos acompanhem dentro de um fórum cujo local será posteriormente avaliado, estudado. Houve sugestão para que acontecesse, no auditório da Globo, mas aí haverá o problema da Manchete, do SBT. Houve sugestão do auditório da Folha de S. Paulo, mais terá o problema do Estado de S. Paulo e de outros órgãos. Vamos discutir isso na próxima reunião.

A sugestão está acolhida, precisa só de detalhes que delinearemos na próxima reunião. Por isso gostaria de convidar V. Ex.^a, Deputado José Mendonça, e todos os demais aqui presentes para colaborarem no sentido de formalizarmos e deixarmos definida essa proposta.

Gostaria de dizer que aqueles que pensam que esta Comissão está defendendo o Finor e o Finan estão enganados que ela está defendendo meramente o Nordeste e a Amazônia estão também enganados. O que estamos defendendo aqui é a Federação brasileira, é o País e seus interesses. Quem não tiver essa visão não está entendendo e precisa ir para o bê-a-bá do desenvolvimento nacional.

Essa não é uma Comissão nordestina nem de amazônidas. Ela visa ser um dos instrumentos a reforçar a federação brasileira a superar as desigualdades regionais. Há um questionamento também feito aos dois superintendentes sobre o cumprimento da Lei Complementar nº 66 de 12 de junho de 1991 que "trata da composição dos Conselhos Deliberativos da Sudene e da Sudam. Se realmente aquela composição já foi colocada em prática; há queixas de que o representante dos trabalhadores não está tendo condições de atuar nesses Conselhos; se essas queixas procedem. Gostaria de ter esclarecimento a pedido de componentes também daqui que fizeram perguntas à própria Mesa.

Passo a palavra ao eminente superintendente da Sudam e, após, ao superintendente da Sudene, lembrando que estamos às 21 horas e cinco minutos. Nosso tempo está praticamente esgotado. Estamos com duas horas e meia de trabalho e alcançamos quase três horas, e pediria a compreensão da síntese.

Foi muito importante tudo o que se disse. Digo que isso é exatamente o cerne do nosso Plano de desenvolvimento da Amazônia. É que se prova através do Plano de Desenvolvimento da Amazônia a capacidade de geração de riqueza por meio de atividades produtivas para a região.

Como fazê-las no caso de Amazônia? Através da utilização de insumos naturais que a Região oferece para a implantação, inicialmente de um extrativismo racional, a partir do qual virá um processo de industrialização, iniciando-se pela aplicação de matéria-prima local, insumos bióticos, por exemplo, para fármacos, cosméticos, madeira, etc., e daí, chegando até ao patamar da indústria média e pesada, que um dia alcançaremos. Mas o importante é que o setor produtivo seja realmente acionado, porque sem isso não teremos desenvolvimento. Concordo plenamente com o nobre parlamentar.

Finalmente, o nosso Relator falou sobre ação da imprensa que foi colocada por quase todos os parlamentares aqui presentes. Ressalto que antes da reunião fui procurado como também foi o meu colega Elionaldo Moraes, do Nordeste por um repórter do Estado de S. Paulo que nos entrevistou justamente em cima de denúncias que teriam sido feitas sobre projetos que estariam possivelmente irregulares. E quando disse a ele: "Você poderia prestar-nos um grande serviço de esclarecimento se permanecer na reunião e ouvir a nossa palavra, porque dela o senhor tirará as conclusões necessárias para que possa divulgar a verdade". E disse: "Não tenho tempo para isso e vou embora". Então, ele colheu simplesmente aquilo que interessa sair publicado para dirigir a opinião pública de uma maneira criminosa contra as nossas instituições não quis, de modo algum, permanecer no auditório, porque ali ele seria esmagado pela verdade isofismável decorreram dos nossos depoimentos.

Com relação ao Condel — quero esclarecer que o Conselho Deliberativo da Sudam está integrado de acordo com a nova legislação e que, realmente, os representantes dos empresários e dos trabalhadores estão participando ativamente de todas as reuniões e lá, realmente, não há nenhum problema.

Renovo mais uma vez, meus agradecimentos pessoais por esta oportunidade e quero louvar o depoimento do Presidente da Comissão que mostrou que, realmente, o que se discute aqui, muito embora sejam problemas da Amazônia e do Nordeste, são na realidade os problemas da Nação brasileira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lacerda) — Tem a palavra o Superintendente da Sudene.

O SR. ELIONALDO MAGALHÃES MORAES — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, parece-me que as perguntas feitas foram devidamente respondidas pelo Dr. Alcyr Meira e seria repetitivo se fosse entrar novamente nesse mérito.

Então, gostaria de ir diretamente à pergunta feita pelo Presidente em relação ao Conselho. Estamos também de acordo com a nova lei, reduzimos de quarenta e dois para vinte e um. A classe trabalhadora tem um representante. Ele representa a Federação dos Trabalhadores na Indústria, na Agricultura e no Comércio, em caráter alternativo. E numa das classes produtoras, seis Ministros de Estado, dez Governadores, o Secretário de Desenvolvimento, a Superintendência e o Banco do Nordeste, de acordo com a nova lei. A pergunta que fez ao Sr. Relator é de como seria uma Sudene moderna neste momento. Diria que a Sudene moderna agora teria de ser a Sudene que foi criada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, com a missão de promover o processo de coordenação do planejamento daquela região. Essa é a sua grande missão. Agora, sem abrir mão desses mecanismos indutores do processo de desenvolvimento, sem abrir mão do Finor que tem que ser melhorado, tem que ser modernizado, sem abrir mão do FME para os pequenos e médios produtores e empresários, reforçando o Programa de Assistência aos Pequenos Produtores, que é o PAPI e, sobretudo, reforçando os recursos orçamentários da Sudene.

Agora, na sua função de coordenadora do planejamento que faz em todos os órgãos setoriais, que são os ministérios, as autarquias e empresas públicas, uma coisa é fundamental é que esse plano elabora-

do quer seja pela Sudene, quer seja pela Sudam, seja transformando em lei aqui no Congresso Nacional, ou seja, o orçamento da União para o Norte e Nordeste não pode ser feito, aqui, nos órgãos setoriais, mas tem que ser colocado em cima do plano que foi aprovado pelos Conselhos Deliberativos, porque nasceram com base nos planos dos governos estaduais, que representa realmente aquilo que é prioritário para o Nordeste. Ninguém mais do que os nordestinos, do que os seus governadores para saber o que interessa aos seus Estados. Então, o Plano de Investimentos, que é contido no Orçamento da União, tem que ser feito aqui, mas com base naquilo que foi aprovado nos respectivos Conselhos, que são os Planos de Desenvolvimento PDRI e o PDA, na Sudam. Isso sim. Esse ano já tivemos um grande salto que foi o fato de muita coisa do PDRI e do Plano da Sudam estarem no Orçamento. Vou só citar aqui um fato concreto. Nesse momento de tremenda crise da cólera, o Ministro da Saúde ligou para mim na Sudene, dizendo-me que ia se reunir com os Governadores dos Estados do Nordeste, e que estavam lá procurando uma solução para o problema. O que fazer? S. Ex.^a precisava saber se fossem os outros compromissos, passariam a noite aqui reunidos mas sei que cada um tem outros compromissos parlamentares. Então, é importante resumirmos o que temos ainda para saber ou comunicar.

Tem a palavra o Sr. Alcyar.

O SR. ALCYR MEIRA - Procurarei ser breve. O Senador Ney Maranhão fez duas colocações. Uma colocação eu respondo de duas maneiras. Há atualização dos projetos, quando ocorreu o enquadramento deles na nova legislação. Então, os projetos que já estavam defasados em seus orçamentos foram atualizados. Os recursos liberados pelas execuções e que são depositados nos bancos, também sofrem correção. No momento em que se estima o valor das etapas que serão liberadas, na liberação de uma etapa, a partir desse momento é que realmente interrompe a correção. Se há demora na instituição bancária em atender a liberação do recurso haverá, evidentemente, um prejuízo para aquela empresa. Vejam como é importante esta colocação, porque estamos neste momento sendo acusados da aprovação de um projeto, porque este projeto foi analisado em dez dias e aprovado. Ora, o que estamos colocando desde o início da nossa exposição é que o retardamento de todo o sistema de incentivos fiscais levou quatorze meses para ser implantado, exigindo da nossa parte um esforço que, por sinal, sempre que há uma reunião do Condell, parabenizo meu corpo de funcionários, principalmente os da área de incentivos fiscais, do DAL. Esse grupo de abnegados trabalha de manhã, de tarde e de noite para tentar colocar o número máximo de projetos na pauta. A nossa obrigação é de agilizar os processos. Se não os agilizarmos, com a inflação galopante que estamos sofrendo, eles tendem a não se realizar, e se tornam inviáveis. Daí por que a colocação é muito oportuna e que vai justamente ao encontro da defesa que estamos fazendo da agilização, hoje, que se tem na Sudam para avaliação e aprovação dos projetos.

Agradeço Senador.

O Deputado Osvaldo Coelho fez também uma colocação muito importante que é sobre os projetos pecuários.

Vou procurar ser, também, breve.

Houve uma época em que a pecuária foi colocada como prioridade maior na aplicação de incentivos. Era uma política do Governo, porque era voltada à ocupação dos espaços vazios da Amazônia, que necessitava, realmente, dessa ocupação imediata.

Em função disso foi dada prioridade a esses projetos. Hoje, esses projetos são acusados de serem os promotores da modificação da natureza e de agressão ao meio ambiente. Quando na realidade temos, inclusive, aqui, uma tabela mostrando que as áreas alteradas pelos projetos pecuários sem incentivos fiscais, o que corresponde a 5,99% dos projetos incentivados e que equivale a mais do dobro dos projetos não incentivados. E que se coloque, também, uma verdade. É que nos projetos pecuários se faz substituição de cobertura vegetal. Derruba-se mata e planta-se pasto. Não se deixa a terra estéril. Há uma modificação da cobertura vegetal. Mas vamos agora verificar as implicações econômicas que decorreram da implantação dos nossos projetos pecuários na região amazônica.

Como seria possível implantar no Estado de Mato Grosso indústrias como a Sadia, como a Perdigão, que hoje representam uma parte considerável dos empregos existentes naquela região, e que representam, também, um fator considerável da economia do Estado, se não houvesse um plantel de gado que possibilitasse a implantação daquelas indústrias?

Como se justificaria a melhoria do plantel de gado de toda a região amazônica, que hoje está exportando não só reprodutores como sêmen, constituindo-se uma fonte de recursos considerável para a economia da região amazônica?

Esse lado não se coloca à toa e só se joga a pseudodestruição da floresta que não existiu, e que é uma realidade distorcida e que interessa a alguém mostrar como sendo realmente uma ação nefasta. E que na realidade não ocorreu.

Então, vamos fazer justiça. Acho, também, que chegou a hora de pensarmos com mais clareza, estabelecendo diretrizes para verificar qual é efetivamente a tendência natural da área, a vocação natural da área, onde vai ser implantada. Quais são as áreas vocacionadas para a pecuária? Campos naturais, savanas, áreas já degradadas, e dar a elas a prioridade devida. Então, que se faça justiça a esses projetos. O Senador Onofre Quinan fala também sobre o retorno às atividades produtivas. Poderia colaborar. Respondo que sim, que estava seguindo o Diretor de Desenvolvimento Global acompanhado por técnicos da Sudene. Quando eles chegaram e participaram da reunião, o Ministro ficou impressionado com o que assistiu: a Sudene havia previsto, pelo PDRI, tudo o que era necessário fazer para o combate e prevenção da cólera, que é o mais importante.

O Ministro disse que o que deveria ser feito agora seria aplicar o plano que a Sudene havia feito para o Nordeste, ou seja, ele vai antecipar as ações que estavam previstas para o decorrer deste ano e que vão ao encontro das necessidades. O Plano atende ao caráter comercial da situação e a um planejamento a médio e longo prazo. Isto é importante: quem tem conhecimento do plano do investimento da União para o Nordeste e para o Norte é a Sudam e a Sudene, que são, constituídas, sobretudo, por Governadores que para elas levam seus planos. Isso, sim, é transformar em lei, dentro do Orçamento e

na Lei Plurianual de Recursos da União, os planos da Sudam e da Sudene.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - A Presidência quer lembrar, mais uma vez, aos eminentes colegas que na próxima terça-feira às 18 horas estaremos aqui para o depoimento dos presidentes dos dois bancos regionais. Queremos agradecer aos dois superintendentes pela grande colaboração que prestaram, lembrando que eles ficam convidados para outras ocasiões.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

5ª Reunião, realizada em 7 de abril de 1992

Aos sete dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e dois, às dezoito horas, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Congressistas, Senadores Mansueto de Lavor, Divaldo Suruagy, Lavoisier Maia e Senador Jonas Pinheiro. Havendo número regimental o Senhor Presidente dá como aberto os trabalhos da Comissão e solicita a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passou a palavra ao Doutor Jorge Lins Freire, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, que fez uma avaliação do trabalho de que o Banco vem realizando em relação aos incentivos fiscais, especialmente no Fundo de Investimento do Nordeste, (Finor). Considerou que o Finor é um dos principais instrumentos de apoio a dinamização de setores estratégicos na região Nordeste e a redefinição do perfil industrial agropecuário daquela região. Fizeram ainda o uso da palavra os Senhores Senadores Divaldo Suruagy, Eduardo Vieira, Jonas Pinheiro e Lavoisier Maia. O Presidente fez o uso da palavra e expôs sobre a necessidade de se convocar um fórum público a fim de se esclarecer as questões desenvolvimentistas e um maior intercâmbio, Sul, Sudeste, Norte e Nordeste do País. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu como encerrados os trabalhos e solicitou-me, Edson de Alencar Dantas, Assistente da Comissão, que lavrasse a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e levada a publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Anexo à Ata da quinta reunião, realizada em 7 de abril de 1992, da Comissão Mista destinada a examinar o Requerimento nº 445-91-CN, do Senhor Senador Mansueto de Lavor, solicitando o cumprimento do art. 26 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, que determina a criação de uma comissão mista do Congresso Nacional, destinada a reavaliar os incentivos fiscais regionais, propondo medidas corretivas à luz de suas conclusões.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Declaro abertos os trabalhos da reunião de hoje, que tem por finalidade ouvir depoimentos sobre os incentivos fiscais por parte dos Srs. Presidente do Banco do Nordeste do Brasil e do Banco da Amazônia.

O Presidente do Banco do Nordeste já se encontra no recinto. Regimentalmente, para a tomada de depoimento, a mesa compõe-se do Presidente e do Relator. O Relator da Comissão já havia anunciado que não poderia estar presente hoje. Uma vez que o PFL está com sua Bancada reunida neste momento, como também o PSDB, há uma dificuldade de quorum. Mas não será por uma dificuldade de quorum que nos vamos privar do depoimento, mesmo não havendo quorum, creio que no correr da exposição conseguiremos um número substancial. Mas o mais importante é o que fica nos Anais para o estudo, a apreciação e o trabalho do Relator, visando a proposta que vamos fazer ao Congresso Nacional de uma nova política dos incentivos fiscais.

Portanto, peço que não relevem essa situação de quorum hoje. Realmente, temos muito trabalho nas duas Casas, e temos ainda essa situação de uma discussão que hoje é nacional, se vai ou não haver casamento entre os Tucanos e o Governo, questão muito importante para a composição do Ministério. Isso tem absorvido a tarde de hoje toda dos ilustres integrantes, tanto na Câmara como no Senado, da Bancada do grande Partido, que é o PSDB. Enquanto isso, nas Lideranças da Bancada do PFL estão reunidas e informam que, tão logo sejam liberados os seus integrantes, mandarão representantes para esta Comissão.

Quero, então, convidar o ilustre Senador, pelo Rio Grande do Norte, participante ativo dos debates desta Comissão, Senador Lavoisier Maia, para ocupar o cargo de Relator ad hoc, nesta reunião de hoje, e tenho a honra de convidar o Dr. Jorge Lins Freire, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, para tomar assento aqui, ao meu lado, junto à Mesa. Se V. S.^a tiver algum assessor que queira estar mais próximo, creio que é o Dr. Valfrido Salmato, S. S.^a está convidado para sentar-se também à mesa.

Gostaria de submeter aos membros da Comissão presentes para dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Não havendo objeção, fica dispensada a sua leitura.

Realizamos nossas reuniões sempre às terças-feiras, às 18 horas. A próxima terça-feira será feriado da Semana Santa, e como sabemos que há muitas viagens programadas, no correr desta semana os senhores membros da Comissão e seus suplentes serão avisados se mantemos a reunião nesta data.

O dia 21 será feriado nacional, então, não haverá a reunião da terça-feira nesta data.

No dia 28, está confirmada a reunião para os depoimentos de pessoas, já aprovadas em reuniões anteriores. Está sendo programada uma espécie de audiência externa, em São Paulo, numa segunda-feira, possivelmente na primeira semana de maio, e, neste ponto, teremos também a presença dos dois Superintendentes dos organismos regionais. Vamos examinar a possibilidade de agenda, e talvez tenhamos também o comparecimento dos dois Presidentes desses bancos regionais.

Todos os parlamentares e membros desta Comissão estão convidados, porque lá haverá um verdadeiro fórum, durante uma manhã toda. Depois haverá um contato, à tarde, dos membros da Comissão e um debate com organismos da imprensa, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e a Gazeta Mercantil.

Haverá uma reunião similar desta Comissão no Rio de Janeiro, em data a ser posteriormente programada.

Vamos, também, fazer uma visita à Amazônia, possivelmente no período de reunião do Conselho Deliberativo da Sudam; igualmente outra visita ao Nordeste em data, também, a ser estabelecida em reunião do Conselho Deliberativo da Sudene.

Com esses avisos, tenho a honra de passar a palavra ao Dr. Jorge Lins Freire para o seu importante depoimento a esta Comissão, que reavalia os incentivos fiscais do Norte e do Nordeste.

Com a palavra V. S., digno Presidente do Banco do Nordeste.

O SR. JORGE LINS FREIRE - Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão Mista, Senador Mansueto de Lavor, Sr. Senador que secretaria esta reunião, Senador Lavoisier Maia, Sr. Senador Divaldo Suruagy e Senador Eduardo Vieira.

E, realmente, uma satisfação muito grande atender a esta convocação do Senador Mansueto de Lavor, na qualidade de Presidente do Banco do Nordeste, para participar desta Comissão, trazendo uma avaliação do trabalho que o Banco vem realizando em relação aos incentivos fiscais, especialmente o do Fundo, de Desenvolvimento do Nordeste com o nosso conhecido FINOR.

Embora a nossa exposição inicialmente refira-se à experiência especial do Finor, acho que é oportuno enfatizar o entendimento de que esta Comissão, pelo trabalho e pelas pessoas que estão ouvindo, já está dando importância e levando a uma análise um pouco mais profunda aos incentivos fiscais no sentido de contemplar todos os sistemas institucionais e legais de natureza regional, além disto, de caráter também setorial, a exemplo dos incentivos à exportação, à modernização tecnológica, à produção de bens de capitais.

Então, dessa maneira, acreditamos seja possível obter uma avaliação integrada dos efeitos líquidos e finais desse mecanismo na atenuação dessas disparidades inter-regionais no Brasil.

No caso específico do Nordeste são conhecidos os seguintes benefícios: temos isenção parcial ou total, durante dez anos, do imposto sobre Renda para empresa em funcionamento, desde que o valor do incentivo seja incorporado ao capital desses empreendimentos. Temos a faculdade das empresas industriais e agroindustriais utilizarem, em novos investimentos, 40% do seu imposto de Renda anual, calculado sobre o lucro da exploração condicionada ao recolhimento simultâneo do Banco do Nordeste, no caso específico de lá, para a mesma finalidade, em quantia equivalente a 50% desses recursos, com aporte próprio. E aplicação em empreendimentos prioritários para o desenvolvimento do Nordeste, de recursos oriundos das opções de parcela do Imposto de Renda devido pelas Pessoas Jurídicas em favor do Finor, que é a lei mais recente, a Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991.

O Finor - procurarei enfatizar particularmente - pode ser considerado um dos principais instrumentos de apoio à dinamização de setores estratégicos na nossa Região Nordeste e a redefinição que temos do perfil industrial e agropecuário da nossa Região.

Esse incentivo originalmente foi conhecido como Sistema nº 3.418, criado em 1961. Em 1963 ele foi aperfeiçoado e em 1974 foi criado o Finor que foi suspenso, por medida complementar, em 1990, e agora, através da Lei nº 8.167, regulamentado por Decreto de abril de 1991, passou a vigorar dentro das características atuais.

O FINOR, na forma desses instrumentos legais, tem por finalidade principal aplicar recursos através da subscrição de debêntures (convertíveis ou não em ações) de emissão de pessoas jurídicas titulares de projetos aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, além de buscar modelo auto-sustentado de mobilização de poupanças para investimentos privados, fomentando, dessa maneira, o desenvolvimento econômico regional.

Ainda nos termos desses dispositivos, o FINOR é gerido pela SUDENE e tem o BNB como operador de seus recursos.

2. Ação do BNB como Banco operador

Na qualidade de instituição operadora do FINOR, o BNB tem a seu encargo a execução das seguintes principais tarefas:

- a) recebimento dos recursos das opções e posterior repasse às empresas beneficiárias;
- b) emissão das cotas referentes às opções;
- c) subscrição de títulos (ações e debêntures) das empresas beneficiárias do FINOR;
- d) administração da Carteira de Títulos do FINOR;
- e) processamento da contabilidade do Fundo; e
- f) organização e promoção dos Leilões Especiais de Títulos do FINOR em Bolsas de Valores.

Dentro deste universo de atividades, avultam duas preocupações básicas: o estrito controle contábil dos negócios do Fundo e o empenho em transmitir às empresas beneficiárias do FINOR as exigências legais e normativas que um mercado de capitais moderno exige dos agentes que nele pretendam se inserir.

No exercício de suas funções de controller do FINOR, o Banco mantém sistemas de acompanhamento e executa as tarefas a seguir especificadas:

- a) elaboração de relatórios básicos referentes à composição da carteira do Fundo;
- b) emissão de balanços mensais;
- c) emissão de balanço patrimonial (semestral);
- d) controle de optantes do FINOR;
- e) controle de emissão de cotas;
- f) controle das baixas de ações negociadas em leilão;
- g) controle das bonificações e dividendos atribuídos ao FINOR, em função de sua participação acionária; e
- h) controle dos juros, amortizações e resgate de debêntures.

Com relação especificamente aos sistemas de Controle de Optantes e de Administração da Carteira de Títulos do FINOR, o papel do BNB é desenvolvido em quatro ações básicas:

- a) divulgação, para todo o país, de informações diárias sobre valores patrimoniais do FINOR (patrimônio líquido, quantidade de cotas e valor patrimonial unitário das cotas);
- b) implantação do sistema escritural para controle de cotas. Este sistema constitui importante aperfeiçoamento no controle de emissão de cotas, ensejando benefícios para o BNB e, principalmente, para os investidores, pela segurança e facilidade de negociação que propicia a seus possuidores;
- c) tratamento específico aos investidores do art. 18 do Decreto-Lei nº 1.376/74 e do art. 9º da Lei nº 8.167/91, operacionalizando as operações diretas de seus investimentos; e
- d) acompanhamento sistemático dos atos societários das beneficiárias, compreendendo a análise de estatutos sociais, demonstrações financeiras, assembleias gerais e demais informações relevantes, com vistas à avaliação dos títulos da carteira e o exercício de direitos.

Com respeito à promoção de leilões especiais, o FINOR já alcançou a marca de 100 leilões de títulos realizados, com mais de 220 bilhões de ações negociadas, envolvendo cerca de 50 mil adquirentes. Esses leilões, além de sua função principal de assegurar a liquidez das cotas e sua conversão em ações da carteira do Fundo, têm ainda contribuído para a integração e o fortalecimento do mercado de capitais regional e nacional.

Este ano estão sendo programados seis leilões, a partir de junho, nas bolsas da Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

O primeiro leilão começa em junho e a razão básica para começar nessa época é também um aperfeiçoamento. Espera-se a publicação dos balanços, que têm prazo para serem publicados em março, para que os dados que serão apresentados aos investidores sejam atualizados.

Cumpra aduzir que a promoção dos Leilões Especiais do FINOR envolve, dentre outras, as seguintes iniciativas:

- a) regularidade da documentação pertinente (estatuto social, demonstrações financeiras, assembleias gerais etc.), inclusive no que se refere ao registro junto à CVM;
- b) busca de adequada representatividade de empresas dos três setores da atividade econômica (primário, secundário e terciário), além de conferir-se prioridade a empreendimentos localizados na sede da Bolsa promotora do leilão;
- c) elaboração e divulgação prévia do calendário anual dos leilões;
- d) elaboração, impressão e divulgação do exemplar "Perfil de Empresas", contendo informações sócio-econômico-financeiras das empresas selecionadas para os leilões;
- e) acompanhamento da realização dos leilões;
- f) divulgação, através dos principais jornais do País, de matéria publicitária sobre a realização dos leilões;
- g) acompanhamento dos processos de transferência das ações negociadas; e
- h) relacionamento com as entidades de mercado, notadamente as Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Bolsas de Valores e Sociedades Corretoras.

Além disso, o BNB ainda executa atividades de orientação e consultoria aos beneficiários do FINOR, com destaque para:

- a) proteção aos investidores do Fundo, através de metódico exame dos estatutos sociais e demais atos societários, a fim de qualificar, adequadamente, os títulos subscritos pelo Fundo, exercendo ainda papel pedagógico em face da complexa situação jurídica que envolve as empresas beneficiárias, em obediência aos preceitos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas definidas pela CVM e SUDENE; e

- b) orientação ao empresariado, beneficiário do FINOR, esclarecendo-lhe as responsabilidades que assume ao ter o Fundo como seu legítimo sócio, o qual passa a fazer jus a dividendos e bonificações. Essa tarefa tem tido conteúdo educativo, mas encontrado dificuldades naturais, principalmente no Nordeste, em decorrência da ausência de completa familiaridade dos beneficiários do Fundo com os padrões e exigências de um mercado de capitais moderno.

Para melhor avaliar a dimensão dos encargos do BNB como operador do FINOR, destacaria a existência de 2.500 empresas já beneficiadas com o Sistema 34/18-FINOR, que conta hoje com cerca de 1.500 empreendimentos em sua carteira. Além disso, o número de cotistas do Fundo eleva-se a 285.000, em 1991, emitindo o Banco, anualmente, em média, cotas para 65.000 investidores.

No mesmo sentido, cumpre ainda mencionar outras contribuições e melhorias realizadas pelo Banco do Nordeste, na consolidação, simplificação e institucionalização do sistema FINOR.

- a) efetivação de subscrição de ações e debêntures, que ocorre no momento de a empresa beneficiária receber os recursos, eliminando-se a intermediação dos Agentes de captação existentes na antiga sistemática de Incentivos Fiscais;
- b) elaboração e distribuição de calendário, contendo orientações às empresas beneficiárias do Sistema, sobre suas obrigações legais e normativas;
- c) elaboração de modelos de atos societários necessários à subscrição de títulos pelo fundo;
- d) elaboração de instruções sobre adaptação estatutária às normas do FINOR;
- e) realização de Leilão Especial de Títulos do FINOR, fora do eixo Rio-São Paulo, como forma de difundir o Sistema e o próprio mercado de títulos e valores mobiliários em todo País;
- f) divulgação do Calendário Anual dos Leilões do FINOR, o que veio permitir aos investidores e demais entidades integrantes do mercado de títulos e valores mobiliários elaborar a sua programação de participação nesses eventos;
- g) emissão de caderno "Perfil de Empresas", contendo informações sócio-econômico-financeiras de empresas participantes dos leilões do FINOR;
- h) transformação das quotas em ações escriturais, conforme estabelecido pela Lei nº 8.167/91, que restabeleceu os fundos de investimentos regionais; e
- i) emissão das contas escriturais e encaminhamento aos investidores de extratos contendo suas posições, via ECT.

3. Avaliação Patrimonial e Financeira

O Fundo de Investimentos do Nordeste, no final de 1991, atingiu um patrimônio líquido da ordem de US\$ 342,7 milhões, valor este correspondente a cerca de 45 bilhões de quotas.

A carteira de títulos do Fundo, considerando a posição em 31-12-91 era composta por ações - compreendendo 62% do total - e debêntures - com participação de 38%. Se comparada com a situação no exercício anterior, onde as ações representavam 91% e as debêntures apenas 9%, já se observa uma mudança de perfil na composição da carteira. Essa forte tendência de incremento da participação de debêntures no "portfólio" total dos títulos sinaliza para uma maior rentabilidade da carteira do Fundo, uma vez que o título de crédito proporciona uma taxa de retorno real de 4% ao ano, o que não ocorre com as ações incentivadas.

Com relação às fontes de recursos, o Finor conta com as receitas provenientes de: I) incentivos fiscais à pessoa jurídica; II) atualização monetária; e III) resultados de suas aplicações (dividendos e juros, amortização e resgate de debêntures). Os dois primeiros itens são os mais expressivos, respondendo por cerca de 99% do total de recursos.

O patrimônio líquido do Finor apresentou um desempenho satisfatório, no último exercício (1991), comparado com o ano anterior, com um crescimento real da ordem de 50%.

Neste mesmo exercício, foram liberados para aplicação na Região Nordeste US\$ 221,7 milhões, com uma evolução real sobre o exercício de 1990 de 27,6%. Foram beneficiadas 456 empresas, fato que contribui para o dinamismo da economia regional e revela a importância desse instrumento na manutenção do crescimento sustentado.

4. Importância do Finor para o desenvolvimento regional

Feitas essas considerações sobre o desempenho patrimonial e financeiro do Finor, aproveito a oportunidade que me é concedida para, à luz da experiência do Banco do Nordeste, tecer comentários a algumas das críticas comumente feitas ao Sistema, além de apresentar as evidências da relevante contribuição que o Fundo tem oferecido ao progresso do Nordeste. Esses efeitos positivos, em última análise e segundo meu juízo, alicerçam a necessidade de preservação do Finor como instrumento de política de desenvolvimento regional, incorporadas as melhorias julgadas adequadas.

As três principais críticas usualmente feitas ao Sistema são apresentadas a seguir:

a. desvirtuamento dos objetivos originais do Finor pela extensão dos incentivos a projetos agropecuários, além dos empreendimentos industriais e de infra-estrutura tradicionalmente favorecidos. São ainda apontadas as limitações à avaliação e fiscalização desses projetos e as dificuldades de ajustamento dessas empresas à forma jurídica de sociedade anônima requerida pelo Sistema.

Comentários: O incentivo a investimentos agropecuários, principalmente no semi-árido nordestino e em projetos que incorporam inovações tecnológicas, tem grande impacto positivo sobre a economia regional, contribuindo para a interiorização do emprego, da renda e para a produção de matérias-primas. Há, no entanto, como reconhecida pela Sudene, elevada taxa de perdas dos recursos de Fundo aplicados neste setor, recomendando um aprofundamento das medidas já adotadas no sentido de promover maior seletividade dos projetos e de reparear à Sudene para o seu acompanhamento e fiscalização efetivos, de modo a que se alcancem os objetivos macro-econômicos mencionados.

b. concentração espacial dos projetos aprovados. (56,7% dos recursos do Finor foram destinados aos Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará).

Comentários: A desconcentração espacial dos recursos do Sistema é um objetivo desejável e a ser perseguido, não apenas do ponto de vista inter-estadual mas também intra-estadual, voltando-se esses fundos para a interiorização dos investimentos, principalmente na zona semi-árida nordestina. Contudo, existem fortes limitações à obtenção desse propósito, porque há uma concentração da população e da renda, dos mercados, da infra-estrutura e das atividades econômicas nesses Estados e em suas áreas metropolitanas. Esse perfil, por seu turno, exerce uma forte atração sobre os investimentos do Fundo, descompensando os estímulos à desconcentração que tem sido estabelecidos no Sistema. Além disso, a análise da concentração pelo enfoque de variáveis relativas ao tamanho, das economias em consideração. Dessa maneira, sugere-se sejam ponderados os recursos destinados pelo tamanho populacional e pelos produtos setoriais e totais dos Estados, de modo a se incorporar a diferença de portes econômicos;

c. concentração dos recursos em projetos de grande porte.

Comentários: De modo semelhante é igualmente desejável que se atenda o maior número de projetos possível, evitando-se a concentração em pequeno número de beneficiários de grande porte. Deve-se reconhecer, contudo, que a estratégia adotada objetivava reproduzir as condições de competitividade da indústria nacional como meio de alcançar a auto-sustentação empresarial, motivo por que se necessita obter uma combinação no emprego de mão-de-obra, capital e tecnologia compatível com o padrão de eficiência e economias externas obtíveis pelas grandes empresas. Os pequenos empreendimentos, em geral, são pouco intensivos em tecnologias, apresentando menor poder de catalizar mudanças estruturais.

A despeito das críticas que têm sido feitas, é inegável que o Finor tem oferecido contribuição relevante ao desenvolvimento nordestino. Em particular, as evidências disponíveis demonstram que, na ausência do Sistema 34/18 - Finor, a economia industrial nordestina não teria atingido os níveis presentes de modernização e diversificação e obtido a expansão verificada nos últimos 30 anos.

Nesse sentido, considero importante ressaltar resultados de pesquisa realizada, em 1986, pelo BNB/Sudene no universo de 910 empreendimentos industriais incentivados:

a. cerca de 51% dos empreendimentos em implantação, à época da pesquisa, estavam localizados no interior nordestino, refletindo significativa contribuição do Finor à estratégia de descentralização concentrada defendida no âmbito de uma política de interiorização do desenvolvimento econômico nacional;

b. a importância da indústria incentivada pode ser avaliada ao observar-se que:

- os empreendimentos do Finor contribuíram com 33,5% do emprego da indústria regional;

- com 51% da produção industrial da Região;

c. a indústria incentivada também contribuiu para a melhoria da renda regional, considerando que apresentou salário real médio correspondente a 4 (quatro) salários mínimos;

d. as empresas incentivadas responderam por mais da metade da receita do IPI (56%) e ICMS (66%), configurando elevado retorno à renúncia fiscal do setor público;

e. 56% da produção das indústrias incentivadas destinaram-se a mercados consumidores extra-nordestinos, sendo que 11% foi exportado para o exterior, refletindo o elevado grau de integração econômica desses empreendimentos e sua contribuição ao equilíbrio cambial nacional;

f. 42% das despesas com serviços, 32% das compras de matérias-primas e 67% das aquisições de equipamentos das indústrias incentivadas foram feitas no restante do País, representando relevante contribuição ao desenvolvimento de outras regiões;

g. 41% das compras de serviços, 19% das despesas com matérias-primas e 64,7% das aquisições de equipamentos dessas indústrias foram feitas exclusivamente no Sudeste e Sul do Brasil, correspondendo a elevadas do retorno econômico a essas regiões principais supridoras dos recursos do Finor; e

h. os investimentos incentivados concentraram-se nos setores dinâmicos da indústria, contribuindo fortemente para a redução da importância

dos setores tradicionais e para a modernização do perfil industrial nordestino. A título de exemplo, ressalte-se que os empreendimentos incentivados dos setores minerais não-metálicos e metalurgia contribuíram com 85,1 e 78,4% da produção das indústrias nordestinas nesses segmentos.

5. Sugestões de aprimoramento

Com base na experiência do BNB como operador do Sistema, e decorrido um ano de promulgação da Lei nº 8.167/91, consideramos oportuno sugerir, na forma a seguir discriminada, aprimoramentos à atual sistemática do Finor:

a. mudança de sistemática de transferência de recursos aos Bancos Operadores.

Justificação: A Lei nº 8.167/91, em seu Art. 3º, estabelece que as empresas recolherão suas deduções nas agências bancárias arrecadoras de tributos federais, cabendo a estas repassarem os recursos correspondentes à Secretaria do Tesouro Nacional. A STN, no prazo de quinze dias, transferirá esses recursos aos Bancos Operadores. Nossa sugestão é a de que os recursos sejam transferidos dos Bancos Arrecadores diretamente aos Bancos Operadores, permanecendo o controle dos Darc relativos ao incentivo sob a responsabilidade do Departamento da Receita Federal a quem competiria validar os valores.

b. fixação de novos critérios e limites para a prorrogação dos prazos de implantação dos projetos incentivados, além de instituir impedimento para que empresas, as quais ultrapassem esses limites, continuem recebendo incentivos.

Isso é algo que vem melhorando bastante. A Sudene, inclusive, encerrou vários projetos que há muitos anos vinham se arrastando. Acha-mos que isso deveria ser feito, inclusive, com fixação de penalidade. O prazo de conclusão desses cronogramas deveria ser seguido como um ponto de honra dos órgãos operadores, a fim de que não houvesse um alargamento de expansão de prazo na implantação desses projetos. Só com uma justificativa técnica de um parecer é que se poderia fazer, porque acaba se constituindo em uma das críticas, em uma das formas onde se dilui, de uma maneira ou de outra, os recursos que são alocados às empresas.

Outra justificativa correta para o aperfeiçoamento da fiscalização: avaliação e auditoria. Essa parte melhorando bastante. Sabemos das dificuldades existentes, até no volume de pessoal, e geralmente esses acompanhamentos são feitos nas épocas que são feitas as medições.

Achamos que também deveria ser estabelecido o sistema de fiscalização com periodicidade mínima de duas vezes por ano, independente da empresa solicitar medições ou recursos, como uma forma sistemática de apresentação.

Um outro assunto até certo ponto polêmico, é o reexame do uso exclusivo de debêntures pelo Finor.

A lei foi estabelecida e aprovada na Câmara e no Senado, num momento extremamente crucial e num aperfeiçoamento muito grande, quando introduziu o mecanismo de debêntures.

Entretanto, naquele momento, não há dúvida de que se não fosse um esforço político do Congresso, o Fundo estava paralisado e ameaçado, inclusive, a sua continuidade. E foi adotado o sistema exclusivamente de Finor, com a exceção daquela opção do art. 18.

Não somos contrários às debêntures, achamos que elas devem continuar. Entretanto achamos que deveria haver a brecha de se fazer o controle via, também, participação acionária. Isso até olhando sob o ângulo de uma entidade financeira, porque a debênture é exigível em qualquer instituição, apesar dela vir a se transformar no final em ações; 70% para ser convertido no BNB, que consideramos como recurso próprio, porque vivemos na região, mas não podemos exigir que outras entidades, até entidades internacionais, que vão dar apoio financeiro, adotem o mesmo procedimento. Então eles acabam considerando como exigível a debênture e às vezes limitam o volume maior de aportes. Quando seu projeto for implantado já está garantida aquela transformação da debênture em ação automática em 70%, que deveria ter abertura e, de acordo com uma análise da própria Sudene, poder fazer em determinados projetos a participação acionária.

Bu diria, como funciona no próprio sistema do BNDES, que faz a participação acionária: aloca o empréstimo, até debênture, sem considerar a parte de empréstimo do banco. Quer dizer, ela foi limitativa nesse aspecto.

Outro aspecto, é que, também, ela cria a obtenção para ativo fixo e proíbe colocação para capital de giro, além de orientar esse ativo fixo para aparelhos, máquinas, equipamentos e instalações.

Achamos que não deveria haver essa limitação na legislação, deveria haver o capital de giro. Em qualquer projeto que é analisado, isso já é tradicional em todas as instituições financeiras, nacionais e internacionais, que se integra ao projeto na sua origem. Deveria ser tratado como um todo e não ter essa proibição e a destinação só para o ativo fixo, para máquinas e equipamentos, pois de analisarmos de maneira isolada, vamos ver que estamos liberando recursos que poderiam ir para a região e que deixam de ir porque acabam tendo uma certa competição de recurso com as outras fontes disponíveis.

Temos financiamentos para ativo fixo pelo BNDES, de máquinas e equipamentos. Também, se o Finor aporta recursos da mesma forma, não há dúvida que estamos deixando de liberar esses recursos que vai faltar justamente para o capital de giro ou para a construção civil quando ela é necessária. O projeto deveria ser analisado como um todo.

Então, achamos que também deveria ser eliminada essa restrição e que a Sudene, ao analisar, fizesse a alocação do recurso pelo valor global do investimento e fizesse a fiscalização para que não houvesse essa competição de fontes de recursos.

Outro aspecto é, meramente, eu diria, operacional definido por uma portaria da própria Sudene.

Foi uma portaria feita no sentido de alavancar recursos para a região, mas que sentimos na área financeira do banco que isso limita, às vezes, alguns recursos, porque ela exige que haja uma participação maior de recursos de empréstimos para que a Finor faça a parte os seus recursos.

Convenhamos que essa obrigatoriedade deveria deixar de existir. Se o empresário tem recursos próprios ele pode buscar o financiamento diretamente do fornecedor. E se tiver recurso próprio, ele próprio comanda, porque o empreendimento vai ficar mais bem administrado e deveria, então, ser tirada essa obrigatoriedade da portaria e deixar de ter essa exigência de pelo menos ter 20% de financiamento para fazer jus ao Finor.

Essas são as observações de ordem mais genéricas que trago a V. Ex^a. Gostaria, também, apenas de trazer uma palavra a respeito do Fundo Constitucional onde o banco é o gestor e o operador, cabendo ao Conselho Deliberativo da Sudene, depois do exame dos órgãos técnicos da Sudene, a aprovação dos programas anuais desse fundo.

Não tratamos aqui o Fundo Constitucional como um incentivo fiscal. O Fundo Constitucional compõe-se de recursos com destinação específica para uma região que é auto-alimentada com fins de aplicação financeira e com retorno de aplicação financeira garantida. Portanto, não se trata de incentivo fiscal.

Se verificarmos todos os aspectos de renúncias fiscais etc., verificamos que o Nordeste só teria 24% dos incentivos fiscais do Brasil.

A região Sul/Sudeste, por exemplo, tem 19,5%; a região Norte tem quase 50%. Então verificamos que realmente, sob esses mesmos aspectos, analisando os setoriais, esse incentivo fiscal é extremamente importante e não pode ser analisado sob o aspecto meramente de arrecadação, mas, sim, sob o aspecto de desníveis regionais e de equiparação, já que o crescimento sustentado dessa região, quando verificamos aqui, é extremamente importante também como mercado, como integração e fortalecimento dos mercados.

É uma forma, inclusive, de integração e de retenção de mão-de-obra e eliminação de miséria, de pobreza numa região mais pobre, evitando as migrações para as regiões mais desenvolvidas.

Um outro aspecto que a pesquisa revelou e que é importante ressaltar, é que a maior parte dos controladores desses empreendimentos localizados na região Nordeste são de acionistas de empresas ou pessoas físicas residentes fora da região Nordeste.

Eram esses os dados que gostaria de trazer, colocando-me à disposição do Sr. Senador para qualquer esclarecimento.

O que ficou por esclarecer, provavelmente os meus assessores terão os dados.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - V. Ex^a tem a palavra.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Eu gostaria, caso V. Ex^a concorde, como tenho outros compromissos, de formular algumas perguntas ao Dr. Jorge Lins Freire.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - V. Ex^a tem a palavra. Antes eu gostaria de indagar se está presente no recinto o Presidente do BASA. (Pausa.)

Ainda não chegou.

Deve ter havido algum motivo de ordem superior, porque tínhamos combinado três depoimentos.

Nesse caso, passo a palavra a V. Ex^a, Senador Divaldo Suruagy, dizendo que realmente essa contribuição do Presidente do BNB foi da maior importância para os nossos trabalhos. Inclusive, as sugestões de aperfeiçoamento da sistemática do Finor que ele oferece aqui serão registradas para a nossa análise, principalmente durante a confecção do relatório e da proposta de alteração da Lei nº 8.167, que atualmente rege os incentivos fiscais do Finan e do Finor.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Muito obrigado, Presidente.

Dr. Jorge, mais de dois mil, quinhentos e poucos projetos foram financiados?

O SR. JORGE LINS FREIRE - Dois mil e quinhentos projetos foram financiados.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Quantos estão funcionando normalmente e com plena vitalidade econômica? O levantamento tem esses números?

O SR. JORGE LINS FREIRE - Pelos dados da última reunião da Sudene, temos cerca de 1.532 projetos em pleno funcionamento.

O SR. Superintendente declarou na oportunidade, que havia 12 projetos considerados problemáticos e 852, se não me engano, em implantação.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Tenho ouvido de vários empresários da região a crítica de que entre a liberação da primeira parcela e a conclusão da obra, o financiamento final, a empresa praticamente fica inviabilizada, em termos financeiros, tal a dificuldade de caixa, de liberação de recursos.

Outra queixa sobre a qual gostaria de ouvir a explicação de V. Ex^a é que, após a aprovação do Conselho Deliberativo da Sudene, como há um número enorme de projetos aprovados pelo Colegiado e com uma dificuldade visível de caixa, de transferência de recursos para a liberação, do financiamento desses projetos, então se estabelece outros tipos de influência na liberação, permitindo, verdade ou não, uma série de comentários os mais desairosos no momento em que surgem essas especulações, as mais negativas, em torno da aplicação do dinheiro público nos mais diversos órgãos do País.

Gostaria de saber qual o mecanismo que está sendo implantado, qual o critério da liberação dos recursos. Foi aprovado um projeto, há "n" projetos. Está se obedecendo critério de classificação ou está se obedecendo critério de prioridade para a aplicação desses recursos, prioridades, assim, setoriais, de política empresarial, aquele que vai absorver maior volume de mão-de-obra, qualquer coisa desse tipo, ou se simplesmente a vontade de alguns dirigentes, de alguns técnicos estabelecem essa prioridade. Então, em vez de ser de Pedro, será de Paulo; em vez de ser de Paulo, será de João. Qual é o critério que está sendo adotado? É possível ouvirmos essa explicação.

O SR. JORGE LINS FREIRE - Pois não, Senador. Não sei se posso responder todas as perguntas, mas pelo menos vou dar o depoimento do Banco e das funções que ele exerce. E aí, como declaramos no início, somos um banco operador de recursos financeiros.

A primeira preocupação, a nível do empresário, de falta de recursos, era verdadeira, seria com relação ao não seguimento do cronograma. Essa é uma crítica constante na região. Inclusive, eu diria até o próprio banco, ou qualquer organismo, quando analisa o projeto, tem a preocupação de que

o grupo possa ter outra frente de recurso para alocar se houver algum atraso.

Há uma preocupação muito grande da Sudene no sentido de uma aprovação desses projetos que se acumularam. Isso pode acontecer, ainda mais agora, no sistema de debêntures, porque passa a ser exigível. Se não tiver a liberação no momento imediato, isso pode provocar um descompasso de equilíbrio na implantação dos projetos muito grande.

Uma das formas de se resolver esse aspecto é a da arrecadação mais rápida chegar ao banco ficar à disposição do órgão gestor, que é a Sudene, para que ela proceda às liberações e aprove dentro de um orçamento programado. Essa é uma preocupação da Sudene. Agora não sei dizer se V. Ex^a se o volume de projetos aprovados é o que está previsto no orçamento, em termos de desembolso dos cronogramas consolidados, ou se, realmente, é aquilo ou além. Mas essa era a crítica que com o sistema de debêntures ficou resolvida. Inclusive, com o sistema de debêntures houve realmente uma liberação no ano passado e um volume maior e mais rapidamente colocado à disposição. E até deu essa receita financeira, que foi no período de ajustamento. Mas temos recebido, como banco operador, como Finor, as listas, as fitas magnéticas para as liberações.

O banco não interfere no processo de liberação. O banco recebe dentro dos critérios que a Sudene estabelece - não sei dizer se V. Ex^a quais são esses critérios. Acredito que está dentro daqueles critérios de ingresso de projeto. Mas são critérios estabelecidos pela Sudene, que analisa e vê se há condições de haver a liberação ou se o empreendimento atingiu o objetivo. O valor a ser liberado, quem deu entrada inicialmente, tudo isso é estabelecido dentro da própria Sudene, como prioridade. Quando recebemos a fita magnética, apenas colocamos o dinheiro à disposição, verificamos se preenche aquelas exigências da CVM. Havia muita crítica ao banco no que diz respeito a demora na liberação dos recursos, que, às vezes, ficava. Esse processo, em termos de banco, está diferente; não há essa retenção. Ela foi simplificada. Não retiramos mais o dinheiro, colocamos na conta do cliente. O dinheiro permanece como recurso do Finor até a data da liberação. A Sudene hoje manda, com dez dias de antecedência, carta para quem ela vai liberar. O cliente, "hoje" sabe, antes do próprio banco, que vai receber aquele recurso. Então ele providencia os aspectos legais de ata, de preenchimento, essas coisas todas. O processo de debêntures da primeira vez é um tanto burocrático, porque tem que fazer registro. Então ele recebe e dez dias antes, antecipa procedimentos legais. Quando o banco recebe a fita magnética, 48 horas depois o recurso está na agência, a disposição do cliente. Mas ele não sai da conta Finor. Anteriormente, havia essa crítica, que saía da conta Finor e ia para a conta empresário. Então, se ele demorasse 30 dias para fazer a liberação, os recursos ficavam e ficam - pelo valor histórico. Mas tinha que sair de conta do Finor e entrar na conta do empresário. É lógico que o caixa do banco ganhava esses 30 dias como depósito a vista. Isso foi eliminado. Hoje, se levar 30 dias, o empresário vai receber o valor histórico. Ele pode vir à Sudene pedir uma reavaliação, mas recebe o valor histórico. Nós não tiramos recursos da conta Finor. Só tiramos da conta Finor na hora em que ele saca o dinheiro. Enquanto isso, estamos pagando rentabilidade ao Fundo.

Então essa é a parte do banco relativa à liberação. Agora, os outros aspectos, infelizmente, são de gestão interna do Finor.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Dr. Jorge Lins Freire, apenas deixaria uma sugestão. Conhecendo muito bem V. S^s, estou incluindo o Dr. Valfredo Salminto, são dois - sem nenhuma preocupação de jogar confete - dos técnicos mais sérios que o Nordeste deve possuir. O passado de V. S^s representa o melhor aval do presente, da atual situação de V. S^s no BNDES e na Sudene. O Dr. Salminto, também, já foi Superintendente da Sudene - seria muito conveniente se estabelecer extra-oficial um melhor relacionamento, porque está sobrando para o banco uma série de comentários. E comentários os mais negativos estão circulando em torno dessa liberação. Tenho certeza também que o Dr. Eleonardo não deve estar sabendo, mas a verdade é que nessa onda, esse clima que está imperando no Brasil, está permitindo todos esses tipos de boatos. E essas dificuldades estão atingindo duas instituições que são patrimônios morais da gente do Nordeste. Sou de uma geração que via o Banco do Nordeste e a Sudene como símbolos; não apenas um mero estabelecimento bancário, não uma repartição pública; eram considerados símbolos de tudo o que o Nordeste tinha de melhor.

São sugestões que deixo, porque, na verdade, os comentários que estamos ouvindo por aí são de empresários. Vou dar um depoimento. Há três dias ouvi de um empresário que o financiamento Sudene-BNB só é bom para o empresário que quer fazer mureta. Expressão dele. O empresário sério, que deseja fazer um projeto, está fugindo dos recursos da Sudene. Não sei se ele está dizendo a verdade ou não; se ele está sendo sério ou não. Mas foi a expressão que ouvi, por uma coincidência, sábado, no interior de Alagoas.

Tenho certeza que essas duas instituições, que são presididas e dirigidas por V. S^s, estão muito atentas a esses aspectos, porque isto é muito importante para todos nós. Eu agradeceria aos Senhores.

O SR. JORGE LINS FREIRE - Eu agradeço a V. Ex^a, nobre Senador. Com o Fundo Constitucional há toda uma responsabilidade do banco, não só da aprovação do projeto, da escolha do cliente, da análise do projeto, da liberação do contrato e da garantia. Esse Fundo Constitucional é todo o Banco. Aí é o Banco quem faz a contratação. Na operação do Finor nós procedemos à liberação como gestor e como mandatário do órgão gestor, como operador. Havia essa crítica, realmente, de demora e retenção que, às vezes, era provocado pelo próprio empresário, que não levava o documento, mas que, não tem a dúvida, ele recebia o seu dinheiro defasado. Esse dinheiro acabava ficando, realmente, no caixa do banco num curto período. Mas isso não existe. Hoje, ele recebe o dinheiro pelo valor histórico que recebeu a debênture, mas o banco não se beneficia disso como depósito. O banco só retira o dinheiro do Finor na hora em que ele saca o dinheiro. Enquanto isto, está rendendo e pagando a remuneração para o Finor. Está é, hoje, a forma de atuação que nós temos e que, no início, deu um certo trabalho porque quando havia a liberação de ações, já havia uma rotina isto se fazia de maneira rápida. Quando foi colocada a ação do Finor, em termos de debêntures, houve uma certa demora, porque, até se registrar, houve, realmente, nos primeiros momentos um atraso nessas liberações. Mas o banco, em nenhum momento, seleciona nem escolhe clientes nem aprova projetos. Só o Fundo Constitucional. O fundo constitucional, nós, normalmente, somos responsáveis por qualquer demora, por qualquer aprovação além da normal ou por qualquer atraso. Esta é uma responsabilidade exclusiva do Banco do Nordeste.

Agradeço as manifestações dos Srs. e, também, ao meu companheiro.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Eu quem agradeço pela sua contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Muito obrigado a V. Ex.^a, nobre Senador Divaldo Suruagy.

Eu gostaria de consultar os Srs. Senadores José Eduardo e Jonas Pinheiro, se S. Ex.^as têm algum questionamento a fazer.

O SR. JOSÉ EDUARDO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Tem a palavra o nobre Senador José Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO - Sr. Presidente, o meu conhecimento é mais dirigido à área SUDAM, na área de reflorestamento, onde o nosso grupo desenvolve projetos, e, a não ser nos processamentos burocráticos, normais, de apresentação de documentação, etc., nunca tivemos maiores problemas para a liberação os recursos que pudessem comprometer os projetos que o nosso grupo tem desenvolvido.

O problema do incentivo é complexo. Nós sabemos do fracasso de inúmeros projetos por má administração, por interferências de mercado, ocorrências mercadológicas, projetos mal desenvolvidos, ainda que estudados por técnicos competentes, na prática se mostraram inviáveis, tanto na área da SUDAM quanto na área da SUDENE. O que nos parece, pela nossa experiência, é que justamente, na análise desses projetos, há muito tecnicismo e poucas pessoas com experiência prática maior na área industrial. Nós entendemos da necessidade de incentivos para as regiões menos desenvolvidas no País. Mas justamente por ser menos desenvolvidas, os projetos nelas a serem executados carecem de maiores cuidados, porque, obviamente, a sua execução será mais difícil, mais problemática por estar justamente, numa região de maiores deficiências.

Um aspecto bastante grave e que aconteceu no passado é o caso dos incentivos fiscais para os reflorestamentos e as mudanças ocorridas nos projetos SUDAM e SUDENE, que, no meio do seu curso, tiveram as regras alteradas, prejudicando o cronograma financeiro das empresas. No caso dos incentivos fiscais para reflorestamento, foram, simplesmente, abolidos os incentivos de projetos que estavam em execução, sem nenhum aviso prévio, sem nenhuma outra compensação para os empresários. Então, após um grande esforço, houve esta ruptura num processo que estava em curso, ferindo a credibilidade da classe empresarial.

Eram estas as observações que tinha a fazer. Sei que existem problemas de maior complexidade nessa área que carecem, realmente, de um maior estudo: que está sendo levado a feito pela Comissão, mas a minha observação é neste sentido. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Obrigado a V. Ex.^a, nobre Senador José Eduardo.

Eu gostaria de informar que o Sr. Superintendente da SUDAM já foi ouvido nesta Comissão, exatamente como Superintendente da SUDENE, mas ambos se colocaram a disposição para outros questionamentos. Agora, as questões levantadas por V. Ex.^a são importantes, principalmente esse tema do setor reflorestamento e será importante que a própria SUDAM e a própria SUDENE se pronunciem sobre essa questão de interrupção de projetos em andamento - interrupção de financiamentos e recursos incentivados. Tem havido bastante queixas não só aos incentivos setoriais - no caso de reflorestamento - mas, também, nos próprios incentivos regionais. Isto é, há uma queixa de que se está mudando a regra do jogo no meio do jogo e isto, talvez, não seja bom nem para as empresas incentivadas - com certeza não é - nem, principalmente, para o conceito dos fundos de investimentos.

V. Ex.^a teria alguma questão a colocar sobre isso?

O SR. JORGE LINS FREIRE - Eu acrescentaria - não sei se fui bem claro - quanto à questão dos projetos nessas áreas mais carentes. Nós, por exemplo, temos projetos em Roraima e no sul do Pará. São projetos pioneiros que apresentam dificuldades imprevisíveis no seu desenvolvimento, pelo fato de serem pioneiros. O que nós percebemos, então, é que houve grandes projetos nessas áreas e que, no seu curso, fracassaram por essas circunstâncias imprevisíveis que ocorreram. No caso da Amazônia, o Projeto de Pecúria, já existe, hoje, uma tecnologia para o domínio da Juruá, que, então, viabiliza. Mas, inicialmente, houve enormes prejuízos, porque ninguém imaginava que a Juruá na Amazônia tivesse uma força tão grande e fosse tão difícil de se controlar como se apresentou naqueles projetos iniciais, na região de Roraima, naquela região carente de desenvolvimento e que, realmente, precisa de incentivos. Os projetos, então, terminam mas, ainda, há necessidade de incentivos para essas regiões porque, na realidade, nós temos que pesquisar lá por 10 a 15 anos para podermos viabilizar, totalmente, o projeto. O tempo de maturação é muito maior do que se previa inicialmente. As dificuldades são maiores do que se previa inicialmente. Um projeto, depois de encerrado na sua proposta inicial, pode sofrer um ajuste de 10% do seu valor e, depois, não terá condições de ter continuidade, de ter assistência financeira como no caso da SUDAM. E, na prática, está-se revelando que há necessidade de um prazo maior. Baseado nos projetos atuais, os futuros deveriam ser de doze, quinze anos, e não cinco, como foi o nosso. Fizemos um projeto de cinco anos, esgotou-se, tivemos uma prorrogação de um ano, um acréscimo de 10% do valor inicial e agora a maturação do projeto só vai ser alcançada com mais quatro, cinco anos, por ser, como disse antes, uma região nova, pioneira, com dificuldades maiores do que inicialmente pareciam.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Agradeço a V. S.^a O Presidente do BSA está fazendo falta hoje, deve ter havido algum motivo para a sua ausência, mas se o Presidente do BNB quiser se pronunciar sobre o assunto, seria interessante.

O SR. JORGE LINS FREIRE - Gostaria apenas de reforçar um pouco a posição defendida pelo Senador José Eduardo, porque é extremamente importante o depoimento de uma pessoa que está fazendo um projeto pioneiro na região. E o é sob vários aspectos.

Primeiro, justifica o problema do tamanho do projeto. Pica-se sempre naquela preocupação de que a não se deve apoiar projeto grande, porque há sempre uma crítica: Entretanto, às vezes é necessário ter um projeto grande para que haja esse pioneirismo. Há tempos fora do incentivo, ocor-

reram esses problemas. Na época dos financiamentos subsidiados, houve a mesma coisa, as indústrias de celulose que começaram a ser implantadas tiveram, inicialmente dificuldades com o financiamento. Temos o exemplo de empresas na área de minerais, da própria indústria siderúrgica, que nasceu estatal e teve dificuldades, precisou de mais apoio. Tudo isso é uma forma de benefício e incentivo e isso é muito importante nessas regiões.

O Senador foi mais longe do que aquela preocupação nossa, de uma certa rigidez, quanto ao problema dos prazos, que é talvez aquela rigidez da defesa da crítica. O depoimento do Senador foi extremamente importante para termos que, às vezes, há uma razão tecnológica e pioneira na implantação, na necessidade de se avaliar, saindo até do tecnicismo que acaba alterado em função dessa análise fria do projeto. Isso reforça os aspectos.

Fizemos um estudo no Banco, de uma maneira geral, e verificamos que vários incentivos já passaram pelo Nordeste e todos sempre sofreram críticas. No entanto, ao invés de se corrigirem as distorções, como está-se fazendo com o FINOR, procurando aperfeiçoá-las, a solução foi sempre a interrupção desses incentivos. Assim aconteceu com o PROJETUR, PROTERRA e outros programas.

Entretanto, com esse estudo que foi realizado, verificamos que esses fundos sempre deixaram benefícios extremamente importantes na região, o que nos leva à conclusão de que talvez tivesse sido melhor não a interrupção brusca desses recursos, mas, sim, a correção daquilo que não estava sendo bem aplicado, com as punições adequadas. Acho que são válidas contribuições desse tipo.

O SR. JOSÉ EDUARDO - V. S.^a aborda um aspecto relevante, porque eu tenho sido crítico de grandes projetos em determinadas áreas, mas concordo - e não só concordo como defendo - que em certas regiões, como a Região Amazônica, só grandes projetos podem ser interessantes para grupos do Sul. Por exemplo, porque empresários do Sul não vão enfrentar uma distância tão grande, com tantas dificuldades, para desenvolver um projeto pequeno. O grande projeto desenvolvido por empresários do Sul vai ajudar a promover projetos médios e pequenos dos empresários locais. Eu jamais iria para Roraima para fazer um projeto pequeno. Então, deve ser um projeto grande para justificar os gastos com locomoção de funcionários, gerentes, engenheiros, técnicos. Realmente, precisa ser um projeto grande. Claro, que em regiões já desenvolvidas, com aportes de recursos do BNE, talvez seja melhor investir-se em dez empresas médias e pequenas do que num grande projeto, isso em regiões já desenvolvidas.

Realmente, é preciso cuidado na aplicação. Reforço que há mais de dez desde 68 - temos projetos na área da SUDAM - não conheço a SUDENE -, mas, como diz meu querido amigo Senador Divaldo Suruagy, nós nunca fomos solicitados a dar nenhuma contribuição, nenhum pagamento de comissão e nunca tivemos dificuldades nas tratativas de liberação de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Antes de passar a palavra ao Senador Jonas Pinheiro e ao nosso Relator, gostaria de avisar que haverá, numa próxima reunião desta Comissão, que sempre se realiza às terças-feiras, às 18 horas, o depoimento do Secretário de Desenvolvimento Regional. Todos sabemos que o atual Secretário, Dr. Eberto Guimarães, está demissionário. Não sabemos se S. S.^a vai ser confirmado ou se haverá um novo Secretário. De qualquer maneira, é de fundamental importância o depoimento do Secretário de Desenvolvimento Regional, como da maior importância foi hoje o depoimento do Dr. Jorge Lins Freire, Presidente do BNB e, antecipado, pelo depoimento do Dr. Valfrido Salmito, que falou na condição de ex-Superintendente da SUDENE. Hoje está aqui como integrante da equipe de alto nível técnico do BNB para prestar outros esclarecimentos.

Consultaria o Senador Jonas Pinheiro se tem alguma colocação a fazer.

O SR. JONAS PINHEIRO - Sim, Sr. Presidente. Vou fazer algumas colocações fundadas nas observações aqui já registradas pelo Senador Divaldo Suruagy e pelo Senador José Eduardo Vieira. Penso que o Dr. Valfrido Salmito é o mais indicado para responder às minhas observações relativamente àquelas já feitas pelo Senador Divaldo Suruagy.

Tenho a informação de que foi o Dr. Valfrido Salmito, senão um idealizador, pelo menos um dos agentes principais dessa modificação no sistema de financiamento, retendo 30% dos recursos do financiamento e idealizadores?

O SR. WALFRIDO SALMITO - Sim. Participamos desse trabalho quando estávamos na Superintendência da SUDENE, quando contamos com a colaboração de técnicos de alto nível do BNB. Mas estivemos envolvidos, Senador.

O SR. JONAS PINHEIRO - Isso é um avanço, uma modernização e um dos objetivos dessa idéia, porque é verdade - inclusive já foi confirmado pelo Presidente do Banco do Nordeste - que a defasagem é responsável pela inanição, estagnação ou falência de um projeto. Pelas informações que tenho, uma das diretrizes dessa idéia era poder corrigir os recursos que seriam pagos de forma defasada, ou seja, esses 30%, seriam para corrigir esses recursos, dentro do tempo empregado até o pagamento da importância devida. É isso mesmo?

Há outras informações que dão conta que essa correção não tem sido observada. Os tomadores de financiamento, os empresários, sentem-se amplamente prejudicado porque não estão tendo a correção do que é devido, tendo em vista a inflação - que só agora é contida, mas não está declinando da forma desejada - que corrói os recursos e contribui para a estagnação e falência de determinados projetos.

V. S.^a Dr. Valfrido, confirma que essa correção não está sendo feita e que existe, portanto, um direito a ser cobrado por esses empresários que se sentem prejudicados? (Pausa.)

Então, eu instaria à Relatoria a registrar essas observações e levar a quem de direito no sentido de promover a correção disso, para que não aconteçam essas falências, que são, por tudo, nocivas. São recursos aplicados que ficam sem resposta. E, não tendo resposta, não há emprego, impostos gerados, produção, nada. Eram essas as observações que queria fazer às observações procedentes do Senador Divaldo Suruagy.

Relativamente ao que foi colocado pelo Senador José Eduardo Vieira, também instaria a relatoria no sentido de fazer essas observações e sugerir que o conselho ou órgão avaliador do projeto admita uma flexibilidade, tendo em vista as diferenças regionais, climáticas, hidrográficas, de mão-de-obra, de especialização, de recursos, de insumos, para poder medir a resposta de cada projeto, como no caso, de acordo com o tempo. Quer dizer, um projeto que foi contratado para cinco anos, viu-se depois, por causa dos percalços de natureza diversa que são identificados, que não poderia ser desenvolvido, complementado e completado nos cinco anos aprazados.

Era necessário e interessante que os órgãos de acompanhamento, uma vez constatado que os procedimentos foram todos adotados, que o empresário tomador do financiamento está cumprindo, na medida das possibilidades os recursos, das diferenças e dificuldades, objetivamente, interessadamente, as etapas do projeto, tivessem o poder de flexibilizar esse prazo, tendo em vista que existem a boa fé e a boa intenção e que se trata de um empresário que quer cumprir aquilo que foi contratado. Era essa a observação que queria fazer sobre o que disse o Senador José Eduardo Vieira.

E mais não faria, até porque, confesso, não pude chegar no início das exposições. Perdi porque estava no gabinete e até um pouco cansado, se não fosse um copo de suco de laranja tomado antes de sair de casa; asseguraria a V. Ex.^{as} que estou no mais absoluto jejum; e que aqui estou por reconhecer o valor desta Comissão, estou aqui pelo apreço que tenho a esse trabalho, que é difícil realizar nesta Casa, onde existe uma superposição de eventos, o que só falta nos deixar loucos! Quem quer cumprir seu dever direitinho tem que se submeter aos sacrifícios mais variados.

Eram essas as observações que queria fazer, Sr. Presidente, mais uma vez enaltecendo o Dr. Valfrido Salminto e o Presidente do Banco do Nordeste, que eu não conhecia, mas as informações dadas pelo Senador Divaldo Suruagy, que nos merece toda a credibilidade, todo o apreço, servem como aval. O Dr. Valfrido Salminto eu conheço por tabela, porque sou amigo de seu irmão, Álvaro Salminto, a quem sucedi como delegado do SESC no Ampá. Sou muito amigo e conheço a fibra da família.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — A Presidência é testemunha de que o Senador Jonas Pinheiro tem sido de uma assiduidade exemplar nos trabalhos desta Comissão e tem dado contribuições da maior importância e do melhor conteúdo à Relatoria e aos trabalhos finais.

Os questionamentos que foram feitos agora e que foram confirmados pelo Dr. Valfrido Salminto constituirão peça da maior valia para as conclusões finais desta Comissão. Gostaria de passar a palavra ao Presidente do BNB porque S. S.^a tem alguma colocação a fazer sobre os seus questionamentos, Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JORGE LINS — Senador, queria apenas acrescentar algumas informações ao que foi levantado sobre o aspecto da correção. Há dois tipos de correção que teríamos para discutir: primeiro, a correção do recurso até ele estar à disposição do Fundo de Investimento do Fioir. A lei estabeleceu que ele seria corrigido pelo Tesouro a partir do 15.^o dia do seu recebimento, para fazer o depósito no Fundo. Esse aspecto a Sudene tem procurado observar e discutido com o Tesouro para corrigir.

No momento em que ele chega ao Fundo, ele está recebendo uma correção — a partir daí, também pela TRD — que o banco é obrigado a pagar como remuneração. Esse é o aspecto de correção do ingresso dos recursos. Quanto aos 30% que não são reversíveis, o objetivo foi — o Salminto participou da origem, ele era o Superintendente Adjunto na oportunidade, discutiu muito aqui no Congresso — melhorar a rentabilidade do Fundo, como receita e em todos os aspectos.

Um outro aspecto, que também me parece ser uma preocupação talvez até mais do empresarial, é o da correção do seu orçamento, dos recursos que ele dispõe. No depoimento que o Superintendente da Sudene fez aqui, ele reconhece esse problema da correção e, inclusive, propõe que a correção dos orçamentos não seja pela TRD, e aí existem dois aspectos a considerar: segundo o que diz a lei, a partir da data em que o projeto for aprovado, os recursos devem ser corrigidos pela TRD, que é o índice financeiro. Ele até propõe que deveria seguir os orçamentos ou o preço de mercado — é o outro critério, que é feito na hora em que a Sudene vai fazer a medição e verificar os investimentos. Então, existe essa correção, ela não fica parada, estática.

E tem um outro tipo de correção que é questionada, que é a da data em que é liberada a parcela. A Sudene manda a fita magnética para o banco e a data que ele saca, que pode ser rápida, em 48 horas, se ele recebeu a carta em 10 dias e a Sudene só manda a fita quando existem recursos disponíveis, ou pode demorar, se houver algum aspecto burocrático e legal a ser seguido. Essa correção é que alguns empresários reclamam e é essa que a Sudene tem examinado e que fica estática, a partir do momento que sai a fita, ele fica estático.

São vários aspectos. E há questionamento de empresários sobre vários aspectos. Há um questionamento do gestor do fundo da SUDENE, do banco para corrigir, aumentar o recurso do fundo. É natural, não que está defasado, e há o questionamento do empresário para corrigir, e a Sudene já faz essa sugestão, e daquela parcela que fica disponível.

Então, são aspectos diferentes. Eu diria que talvez o que não esteja sendo feito ainda seja essa ponte em favor do empresário, do período que nós recebemos a fita com aquele valor histórico que ele disse que vai receber, até a data em que ele fica livre dos trâmites burocráticos. Esse é o único ponto que não está corrigido, mas que sei que está em análise na Sudene. E o resto, até no depoimento do Superintendente da Sudene, ele dá como sugestão mudar o indexador para os orçamentos. Porque, de fato, a TRD é financeira, não é própria para orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Muito obrigado. Eu queria lembrar que temos aqui umas publicações do maior interesse que ele trouxe em número suficiente para entregar, inclusive, a V. Ex.^{as} Com a palavra o eminente Relator.

O SR. RELATOR (Lavoisier Maia) — Nós estamos comparando sempre às reuniões porque achamos que tem uma importância muito grande, não só para o Nordeste, mas, para o Brasil.

Foi em boa hora que essa Comissão foi constituída e está ouvindo depoimentos da maior importância, de eminentes brasileiros que participam da administração nacional, principalmente a nível regional.

Nós, desde que chegamos a esta Casa e conhecendo os problemas da região, por ter sido já administrador, Governador num período e ter frequentado a Sudene durante quatro anos também tendo um bom relacionamento e o acompanhamento das ações do Banco do Nordeste do Brasil em relação à região, que são dois organismos inquestionavelmente importantes para o desenvolvimento da região.

Agora, aqui chegando, eu comecei a fazer uma análise da evolução, do aperfeiçoamento desses instrumentos, do fortalecimento do Banco do Nordeste e da Sudene. Porque nós ouvimos falar — e todo o dia se ouve falar — que os Presidentes da República dizem que vão fortalecer a Sudene. Eu fico tão satisfeito quando ouço isso de um homem público do Brasil. E nós tivemos, ultimamente, dois presidentes do Nordeste. Eu fico triste, porque acho que era hora e vez da região tomar um impulso, porque dois homens que conhecem bem a região, ex-governadores de dois Estados nordestinos.

Mas, Dr. Jorge, o Senhor fez um pronunciamento tão bom, nos trouxe tanto conhecimento que tem do Banco do Nordeste, que é um instrumento importante.

A Sudene eu sei que não está andando para frente, o que lamento profundamente. A Sudene está parada, a Sudene não está recebendo aquele estímulo que devia receber. Ainda hoje, numa reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, eu, que desde o ano passado venho insistindo para que os instrumentos desenvolvimentistas do Nordeste funcionem, estava vendo que não funcionava. Então fiz um depoimento no Senado, depois, um requerimento para o Secretário do desenvolvimento regional comparecesse à Comissão dos Assuntos Econômicos para dar subsídios, informações de projetos de Governo, de um plano tecnológico para o Nordeste, de um plano com o qual o Presidente Collor se preocupou desde o início do Governo, e para o qual chamou o Secretário de Ciência e Tecnologia, Dr. José Goldemberg, o de Assuntos Estratégicos, Dr. Pedro Paulo Leoni Ramos, e do de Desenvolvimento Regional, Dr. Egberto Batista, com intenções muito boas! Determinou que estudassem o Nordeste. E esses três eminentes brasileiros, realmente imbuidos das melhores intenções, convocaram dezenas de homens que conhecem o Nordeste, de professores de universidades de técnicos da Sudene, do Banco do Nordeste etc. e durante 60 dias essa comissão funcionou em ritmo acelerado, o que resultou num projeto extraordinário!

Sr. Presidente desta Comissão e Sr. Presidente do Banco do Nordeste, foram dez ou doze volumes, em um estudo sem precedentes da região. Levataram-no no prazo ao Presidente da República. Sua Excelência convocou a Ministra da Economia, da época, Dr.^a Zélia Cardoso de Mello, e estimaram recursos para atender aquela programação da ordem de 13 bilhões de cruzeiros.

A partir daí, o Presidente não mais prosseguiu com o apoio ao projeto. Não sei quais as razões que o levaram a tal procedimento. Isso ocorreu em 1990. Soube disso em 91 e fiquei incomodado com as informações recebidas a esse respeito. Então fiz pronunciamento e lutei para que o Secretário Nacional do Desenvolvimento Regional desse explicações à Comissão de Assuntos Econômicos, já que não pode ir ao Plenário, uma vez que é Secretário, e não Ministro! Mas qual a minha decepção, ao chegar hoje à Comissão de Assuntos Econômicos, depois de seis meses cobrando do Presidente da Comissão, Senador Raimundo Lira, a presença do Secretário na Comissão, S. S.^a compareceu, mas a minha surpresa é que estava o Superintendente da SUDAM, e o assunto abordado, tanto pelo Secretário Egberto Batista como pelo Superintendente foi a Sudam. Ora, há seis dias o Superintendente da Sudam esteve lá fazendo essa explanação. Quanto ao Secretário, há seis meses eu lutava pela presença dele.

Fiz minhas indagações ao Secretário sobre esse plano, de grande importância para o Nordeste. Qual a minha decepção quando o Dr. Egberto Batista disse que não estava preparado para responder aos meus questionamentos. Fiquei alegre com a presença de S. S.^a, mas triste com a sua resposta!

Na verdade recebi um impacto negativo! Todos presenciaram a minha luta, e o meu esforço de quase nada valeu. Mas não desanimi! Estou aqui, ao lado do Presidente, deste eminente brasileiro e nordestino de Pernambuco que, com muita garra, está enfrentando toda a ordem de dificuldades! A imprensa nacional, os órgãos de comunicação do Brasil não estão presentes. Não há qualquer representante de nenhum jornal do Brasil para acompanhar e fazer uma crítica construtiva das nossas reivindicações, a ponto de determinados Deputados e Senadores fazerem proposta de que esse fórum de debates que estamos realizando seja feito também em São Paulo e no Rio de Janeiro. E segundo a notícia agradabilíssima que o Presidente está nos dando, vamos, em maio, à São Paulo. E quero saber se lá eles não vão ouvir os nossos depoimentos: dos Superintendentes da Sudene e da Sudam, do Banco do Nordeste, do Bana, de ex-superintendentes, como Valfrido Salminto, uma belíssima conferência aqui, para mudar a opinião desse povo! Não existem dois "Brasias", mas apenas um, sendo que uma parte é rica e outra é pobre! O rico quer acabar com o pobre e que não me entra na cabeça! Para isso, Dr. Jorge, não baixamos a cabeça! A gente vai até o fim da linha! Se necessário for e tenho certeza de que não vou sozinho, vamos bater à porta da Rede Globo, do jornal O Estado de São Paulo, da Folha de São Paulo, do Jornal do Brasil. Vamos conceder entrevistas e permitir que saibam o que está acontecendo; porque, se não tivermos essa disposição, quem vai sofrer não é só o Nordeste, mas o Brasil todo! A questão nordestina não é regional, mas nacional.

Então, Dr. Jorge, estamos com essa disposição. E V. S.^a irá, com certeza, à São Paulo e ao Rio de Janeiro, para dar essas informações tão valiosas e tão importantes para os brasileiros, a fim de que os órgãos de comunicação saibam da situação difícil que estamos vivendo, porque a Sudene está esvaziada! Isso eu sei! Quanto ao Banco do Nordeste, eu pergunto — esta é uma oportunidade importante para nós; desculpem-me o preâmbulo — esta é uma oportunidade de homem que ama a Região e vai lutar por ela até o fim, enquanto tiver vida — durante esses dois anos do Governo Collor — eu queria uma opinião pessoal de V. S.^a, Dr. Jorge — o Banco do Nordeste tem sido estimulado, tem recebido um tratamento condigno das autoridades maiores do Brasil? O Banco do Nordeste, com esse apoio, tem transmitido para o povo da região condições para um desenvolvimento dos projetos do Fioir? Em relação ao Fundo Constitucional, sei que foi uma "guerra" para ser aprovado. O Senador Mansueto de Lavor acompanhou conosco essa luta.

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar o Requerimento nº 445 de 1991-CN, do Senhor Senador Mansueto de Lavor, solicitando o cumprimento do art. 26 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, que determina a criação de uma Comissão Mista do Congresso Nacional destinada a reavaliar os

incentivos fiscais, propondo medidas corretivas à luz de suas conclusões.

6ª Reunião, realizada em 28 de abril de 1992

Aos vinte e oito dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e dois às dez horas e trinta minutos, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Congressistas: Senadores Mansueto de Lavor, José Richa, Lavoisier Maia e Deputados José Múcio Monteiro, Sérgio Machado, Álvaro Ribeiro. Deixam de comparecer por motivos justificados os demais membros. Havendo número regimental o Senhor Senador Mansueto de Lavor solicita a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi considerada aprovada. O Senhor Presidente passou a palavra ao Doutor Sávio Vieira que apresentou o seu depoimento sobre o FINOR. O Senhor Presidente agradece ao Doutor Sávio Vieira e passa a palavra ao Doutor Roberto Paranhos, Presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, que falou sobre o FINAM. O Senhor Presidente abriu os debates, concedendo a palavra aos Senhores Parlamentares, Senadores Lavoisier Maia, Beni Veras e Deputado José Múcio Monteiro, Álvaro Ribeiro e Sérgio Machado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrado os trabalhos. Agradeceu a presença de todos e solicitou-me, Edson de Alencar Dantas, Assistente da Comissão, que lavrasse a presente Ata, que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação, juntamente com apanhamento taquigráfico.

Anexo à Ata da sexta reunião, realizada em 28 de abril de 1992, da Comissão Mista destinada a examinar o Requerimento nº 445-91-CN, do Senhor Senador Mansueto de Lavor, solicitando o cumprimento do art. 26 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, que determina a criação de uma Comissão Mista do Congresso Nacional, destinada a reavaliar os incentivos fiscais regionais, propondo medidas corretivas à luz de suas conclusões.

Convidados: Saulo Vieira — Roberto Paranhos — Lavoisier Maia — Beni Veras — José Múcio Monteiro — Sérgio Machado — Aldo Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Vamos começar os trabalhos da reunião de hoje.

Gostaria de convocar, para compor a Mesa, os Deputados José Múcio, eminente Relator da Comissão Mista de Incentivos Fiscais e o Sérgio Machado, do PSDB.

A finalidade desta reunião é ouvir os representantes dos empresários investidores nas áreas do FINOR e do FINAM.

Neste sentido, eu gostaria de convidar o Dr. Sávio Vieira, Presidente da AGROPENE — Associação dos Investidores na área da SUDENE e o Dr. Roberto Paranhos, Presidente da Associação dos Empresários da Amazônia.

É sempre bom registrar, principalmente aos visitantes, a presença de diversos outros empresários da Amazônia e do Nordeste. Consignamos também a presença do Dr. Eliezer Menezes, Superintendente Adjunto da SUDENE.

Hoje, falei com o Dr. Meira, Superintendente da SUDAM sobre essa colaboração e estamos solicitando informações que estão sendo providenciadas.

Gostaria que o Dr. Eliezer Menezes ocupasse um lugar mais à frente.

Como todos sabemos, temos problemas de quórum. Tivemos até este momento, a presença em plenário do Sr. Ministro da Saúde num debate sobre a cólera em todos o País, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste. Encerrada a sessão, foi iniciada outra para a votação da questão do Acordo de Paris, relativo à dívida externa.

A Câmara está com suas lideranças e os Presidentes de Comissões, além do seu Presidente, reunidos desde às 16h para estabelecer problemas de pauta. Portanto, há realmente um problema de quórum, mas o Regimento é claro, a presença do Presidente e do Relator permitem o funcionamento da Comissão. Temos aqui a honrosa presença do Senador José Richa, do Deputado Alves Ribeiro e do nosso Vice-Presidente. Todos os depoimentos serão publicados nos Anais — todos eles são gravados e o nosso sistema de taquigrafia é fiel. O importante é que a contribuição, que os representantes dos empresários vem trazer aos trabalhos desta Comissão, será estudada posteriormente, avaliada e analisada, como valioso subsídio ao relatório final.

Estamos pedindo ao Plenário do Senado e do Congresso a prorrogação do prazo da nossa Comissão até agosto, pois, pela Regimento, deveria chegar a termo agora no começo de maio, quando acreditado, se Deus quiser, teremos o relatório final concluído, com a proposta de alteração da legislação atual sobre incentivos fiscais, até porque há a possibilidade de o recesso avançar um pouco mais no mês de julho.

Quero, portanto, saudar a todos e dar por iniciados os nossos trabalhos.

Se o Sr. Relator tem alguma colocação a fazer, tem V. Ex.ª a palavra, assim como o nosso Vice-Presidente também.

Consultaria a Mesa e os parlamentares presentes se estariam de acordo em dispensar a leitura da Ata da reunião anterior.

Não havendo oposição, considero-a como lida.

Conforme já é do conhecimento de todos, no dia 11 de maio, segunda-feira, haverá uma audiência pública da Comissão em São Paulo. Todos os seus membros, Senadores e Deputados, são convidados para essa audiência, que começará às 9h no auditório do Maksoud Plaza Hotel, em São Paulo — que, por sinal, nos foi cedido gratuitamente. No caso das Srs. Parlamentares, membros da Comissão, receberão um subsídio para hospedagem em São Paulo, de acordo com a média estabelecida. Contudo, se quiserem se hospedar em qualquer outro hotel poderão fazê-lo, até porque hospedando-se no Maksoud terão que pagar a complementação da diária. Haverá também um almoço e é importante que se saiba com antecedência o número de parlamentares presentes. A relação dos convidados é a seguinte: dois convidados da SUDENE, o Sr. Superintendente e outro indicado por ele; dois convidados da SUDAM; um do Banco da Amazônia — BASA — e outro do Banco do Nordeste. Em São Paulo, serão convidadas as lideranças empresariais que façam opção pelo FINAM e pelo FINOR. Já estão convidados e confirmaram presença os editores econômicos da Gazeta Mercantil, da Folha de S. Paulo e do O Estado de S. Paulo. À tarde, a Comissão, junto com os integrantes do Fórum de São Paulo, visitará a redação desses órgãos e haverá entrevista coletiva também para a imprensa, televisão e rádio, quando se iniciarem os debates. Essa audiência pública em São Paulo permitirá à Comissão, ouvir esses segmentos empresariais e também fazer com que os elementos colhidos, os dados relativos ao desempenho do FINAM e do FINOR, sejam levados àquele principal centro financeiro do País.

Nosso interesse também é quanto à verdade sobre FINAN e FINOR, seja ela qual for, positiva ou negativa, sobre elementos que reforçam a continuidade do FINOR, elementos que possam porventura desaconselhar a sua continuidade, enfim, devemos informar-nos da realidade desses Fundos, que as propostas de alteração da sua legislação sejam debatidas em São Paulo, junto a esses segmentos de indiscutível influência na opinião pública nacional e no empresariado nacional. Isso é de fundamental importância.

Esse é um trabalho eminentemente parlamentar, mas não pode dispensar a colaboração de todos os setores envolvidos.

Gostaria de dizer também que vamos ter uma sessão especial para ouvir os Governadores da Amazônia e do Nordeste. Nesse sentido, três Governadores já foram contatados e deram resposta afirmativa, entre eles, o do Ceará, Ciro Gomes; o de Pernambuco, Joaquim Francisco; da Bahia, Antônio Carlos Magalhães; e o Governador do Maranhão, Edison Lobão. Na próxima reunião da Sudam, faremos o convite pessoalmente aos Governadores da Amazônia, mas antes disso vamos manter contato.

Gostaria que ficassem atentos, porque vai haver uma reunião especial, com audiência dos Srs. Governadores da área da Sudam e da Sudene.

Haverá também uma audiência dedicada às representações dos servidores da Sudene e da Sudam. Todos já estão convidados e contatados e essa audiência ainda não ocorreu, tendo em vista a turbulência da reforma ministerial, que não permitiu que nos reuníssemos naquela época. Presidente da AGROPENE — Associação dos investidores da área da Sudene — Dr. Sávio Vieira, médico, empresário da área de saúde no Estado, também na área rural. O seu depoimento diz respeito à sua vivência e o seu contato direto com a questão dos incentivos fiscais, do desenvolvimento regional e da revitalização da Sudene e é uma experiência muito válida que, certamente, vai juntar-se ao acervo que já temos de contribuições colhidas anteriormente nesta Comissão. Um contributo valioso para o avanço de nossos trabalhos, principalmente para o do Relator, que colherá subsídios valiosos desse depoimento.

Tem a palavra, portanto, V. S.ª, Dr. Sávio Vieira.

O SR. SÁVIO VIEIRA — Sr. Senador Mansueto de Lavor, Sr. Deputado José Múcio, respectivamente Presidente e Vice-Presidente desta Comissão, Sr. Deputado Sérgio Machado,

Quero, inicialmente, registrar os agradecimentos da Associação das Empresas Agropecuárias do Nordeste — AGROPENE — pelo convite formulado ao seu presidente para depor nesta Comissão, a respeito do impacto social e econômico decorrente da aplicação dos recursos do FINOR no Nordeste.

A iniciativa de constituir esta Comissão, com aquele objetivo, é extremamente conveniente porque significa colocar em pauta a questão regional, do ponto de vista da necessidade de se dar continuidade à política de desenvolvimento do Nordeste. É oportuna porque se trata, igualmente, de garantir a existência de políticas compensatórias, para as regiões mais carentes, sobretudo no quadro das medidas de estabilização da economia, tendo em vista atenuar seu custo social.

Vou compor este depoimento em duas partes: na primeira, acentuarei o conjunto de benefícios de ordem social e econômica, observados em consequência da prática do FINOR ao longo dos últimos 30 anos. Na segunda parte, procurarei destacar aqueles pontos sobre os quais poderia incidir um trabalho de aprimoramento por parte do Governo, de modo a elevar continuamente a eficácia do mecanismo dos incentivos fiscais regionais.

Benefícios sociais e econômicos do FINOR:

A política de desenvolvimento para o Nordeste, apoiada, principalmente, nos incentivos fiscais, gerou um elenco de benefícios para a economia e para a sociedade nordestina, de 1960 até hoje.

Com efeito, é possível reconhecer, na dimensão produtiva, três aspectos importantes, em decorrência do FINOR:

- A ampliação do nível de investimentos na produção regional, promovendo o surgimento, na região, de um pólo manufatureiro e a configuração de áreas vocacionadas para a agricultura irrigada e a pecuária de alto nível tecnológico;

- Em segundo lugar, o aumento da arrecadação tributária do setor público, seja da União, seja dos estados, propiciando o fortalecimento das finanças públicas e a consequente capacidade para construção de infra-estrutura necessária aos investimentos privados;

- Em terceiro lugar, a abertura de condições objetivas para a afirmação da capacidade empresarial na região, mobilizando recursos privados e demonstrando o poder de decisão da iniciativa privada regional.

Com relação ao maior nível de investimentos no Nordeste, pode-se tomar dois indicadores que certificam os efeitos positivos do FINOR: a taxa de crescimento do PIB regional e a pauta de exportações.

No caso do PIB, observe-se que, na década dos 60, quando ainda não estavam maturados os projetos, financiados com o FINOR, o País cresceu a uma taxa média anual de 6,1% e o Nordeste, 3,5%. Na década dos 70, o Brasil cresceu a 8,6% e o Nordeste a 8,7%. Na década dos 80, enquanto a taxa média anual do PIB nacional foi de 1,5%, a do nordeste foi de 4,0%. No período que abrange de 1960 a 1990, o País cresceu a uma taxa de 5,4% e o Nordeste registrou exatamente a mesma taxa de crescimento do PIB nacional.

Significa dizer, por um lado, que se não fosse a presença do FINOR no financiamento de projetos produtivos, a região certamente não teria obtido as taxas de crescimento do produto regional como as que se verificaram, no período.

Aliás, é importante sublinhar que, no universo dos 1.509 projetos aprovados e concluídos, com recursos financiados pelo FINOR, abrangendo recursos de US\$8 bilhões de dólares, desde a implantação dos incentivos até hoje, a perda financeira correspondeu a apenas 3,6% do montante aplicado.

Mas, por outro lado, é igualmente verdadeiro que a análise daqueles dados enseja a afirmativa de que, se a sociedade nacional quiser reduzir as disparidades inter-regionais, que ainda separam os brasileiros, é urgente o aprofundamento da política de tratamento diferenciado para o Nordeste porque, nos trinta anos de existência do FINOR, a média de crescimento do PIB foi a mesma entre o País e o Nordeste: 5,4%.

Até mesmo a desenvolvida Europa implementa vigorosas políticas de desenvolvimento regional, para preparar seus países membros de menor desenvolvimento relativo para a integração. Seria inconcebível que o Brasil

pretendesse se integrar ao mundo desintegrando-se internamente. O Nordeste precisa continuar seu desenvolvimento em benefício de todo o País. E esta continuidade se encontra, hoje, estritamente vinculada ao aperfeiçoamento e à ampliação dos incentivos fiscais.

No caso da pauta de exportações, observa-se que, no período de 1972 a 76, a participação dos produtos industrializados foi de 31%, enquanto que, em 1988, aquela participação foi de 70%, revelando uma alteração substancial no perfil de produção do Nordeste na direção de uma organização mais moderna e diversificada.

Com relação ao aumento da arrecadação tributária do setor público, o impacto dos projetos financiados com o FINOR é crescente. Em 1990, o recolhimento de IPI, por parte das empresas incentivadas com o mecanismo fiscal, correspondeu a 64% do total recolhido na região. Por outro lado, o recolhimento da ICMS aos estados do Nordeste, no mesmo ano, e, em igual universo empresarial, correspondeu a 60% do total recolhido.

Mas, sob este aspecto, é necessário destacar que, em 1985, o Nordeste absorveu apenas 12,5% do investimento bruto fixo nacional e o Sudeste, 48,5%. Considerando que, naquele ano, a população nordestina correspondia a 28% da população brasileira e a do Sudeste, a 43%, verifica-se que existe uma desproporção entre o volume de investimento fixo a quantidade de população, ensejando indesejável assimetria na capacidade de gerar novas oportunidades de ocupação de mão-de-obra em face da população existente, com evidente prejuízo para o Nordeste. Sobre o plano da perspectiva de um declarado esforço nacional para reduzir a distância econômica e social entre as regiões brasileiras, que precisa se concretizar na prática da decisão pública.

Pontos passíveis de aperfeiçoamento no mecanismo do FINOR:

É nítida a modificação observada na estrutura da economia nordestina em razão da manutenção dos incentivos do FINOR, não obstante sua insuficiência em razão do fracasso que sofreu, reduzidos hoje a apenas 17% do valor na época da sua criação.

Com efeito, em 1960, quando foi iniciada a política de desenvolvimento para o Nordeste, o setor agropecuário participava com 30% do PIB regional; em 1990, aquela participação caiu para metade; 15%. No caso do setor industrial, em 1960, sua participação no PIB da região era de 22%; em 1990, aquela participação subia de 22% para 27%. E no caso do setor de serviços, sua participação, em 1960, era de 47%; e, em 1990, cresceu para 57%.

Na dimensão social, é possível identificar três aspectos relevantes em decorrência do FINOR:

- A ampliação do número das oportunidades de emprego no Nordeste, contribuindo para distender socialmente a região e para fortalecer a formação de um mercado de consumo local;

- A elevação do grau de conhecimento técnico e científico sobre aspectos da realidade nordestina, forma a possibilitar a identificação de novas oportunidades de investimento na região;

- A formação de quadros técnicos e de especialistas com competência profissional para apoiar a formulação e a execução de programas de desenvolvimento regional.

Muito do crédito pelos benefícios do crescimento deve ser dado aos incentivos fiscais. Sem eles não existiriam os 616 mil empregos diretos e os mais de 2 milhões e 400 mil empregos indiretos, boa parte deles de elevada qualificação, que foram criados pelos projetos incentivados.

Esta é uma contribuição socialmente expressiva porque representa uma via para ingresso de parte do contingente de pessoas que anualmente buscam inserção no mercado de trabalho, numa região em que o sistema formal precisa aumentar a absorção de trabalhadores, visando diminuir a pressão psicossocial especialmente nas cidades.

A questão que se põe à consideração dos decisores públicos e privados, interessados na resolução dos problemas que ainda afetam a região, é avaliar o que significa, do ponto-de-vista do sistema produtivo regional, aquela evolução.

Do lado do setor agropecuário, é preciso verificar o volume de investimentos destinados à agricultura e à pecuária de alto nível, de maneira a aproveitar as possibilidades de irrigação no Nordeste e suas múltiplas vantagens sobre a produção regional, em especial sobre a implantação de agroindústrias.

Sem o FINOR, os avanços da irrigação e, consequentemente, da agroindústria no Nordeste teriam sido muito menores. Os projetos do FINOR-Irrigação já aprovados, no curto espaço de tempo de três anos em que este programa existe, irão produzir 650 mil toneladas de alimentos, tanto para consumo interno quanto para exportação.

Na verdade, a prioridade conferida à implantação de agroindústrias pode ser uma escolha economicamente oportuna e socialmente correta na medida em que os núcleos agroindustriais representam efetiva chance de ligar a produção agrícola ao processamento industrial, ampliando mercados, desenvolvendo tecnologias, e articulando uma desejável integração entre setores produtivos.

Do lado do setor industrial, é preciso verificar as repercussões dos incentivos do FINOR sobre os subsetores, sob o aspecto não apenas da modernização do parque industrial, mas também do ponto de vista da estruturação e da integração dos sistemas industriais em cada um dos estados da região, destes entre si, e de seu conjunto em relação ao País.

É necessário acompanhar a evolução do perfil industrial do Nordeste, visando a fixar diretrizes oportunas não só para sua atualização tecnológica, como também para assegurar suas funções reais no contexto de indústria nacional.

Isto significa atribuir ao setor industrial no Nordeste um papel dinâmico e não apenas complementar ao Sudeste; significa conferir à indústria regional capacidade própria, coerente com suas vocações naturais; implica em reconhecer ao setor industrial no Nordeste participação específica no conjunto da indústria nacional.

Uma avaliação deste tipo certamente conduzirá à afirmação de que o modelo de industrialização do Nordeste, com base na política de substituição de importações, tende a esgotar-se. Nesse sentido, é urgente estabelecer prioridade e recursos voltados à implantação de complexos industriais integrados, articulados a uma política de industrialização moderna, apoiada em setores tecnológicos de ponta, objetivando inserir a região, como centro dinâmico e autônomo, no processo de modernização da economia nacional.

Do lado do setor de serviços, é preciso verificar a natureza de sua evolução, da composição de seu produto, visando a registrar o grau de seu dinamismo, a direção de seus investimentos, e sua capacidade de absorver,

do ponto de vista da economia formal, as reconhecidas potencialidades regionais.

Nesse sentido, é imprescindível observar a participação relativa do setor público sob o aspecto de uma política voltada ao estímulo da ciência e tecnologia, com é igualmente importante considerar a presença do setor privado, no que diz respeito ao comércio e ao turismo.

Sugestões:

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares,
Quero encerrar a parte expositiva de meu depoimento, apresentando um elenco de cinco sugestões, a esta Comissão:

- quanto a uma estratégia global para o desenvolvimento do Nordeste;
- quanto à compatibilização entre os instrumentos que procuram promover o desenvolvimento da região;
- quanto à política de liberações de recursos do FINOR;
- quanto à sistemática de opção por parte das empresas; e,
- quanto à conversão de parcela da dívida externa em cotas do FINOR

Quanto a uma estratégia global para o desenvolvimento do Nordeste, quero enfatizar que o entendimento mais acatado e mais moderno, a respeito da concepção e implementação de políticas de desenvolvimento para regiões pobres, abrange uma visão integrada das ações públicas e privadas.

Significa dizer que o processo de desenvolvimento somente alcançará resultados quantitativos e qualitativamente esperados na medida em que envolver, na sua elaboração e concretização, medidas integradas pelos vários setores da ação pública e coordenada entre o setor público e a iniciativa privada.

Trata-se, de lado do setor público, de assegurar investimentos simétricos na infra-estrutura econômica de transportes, energia e comunicações, como também à infra-estrutura social na prestação dos serviços básicos de educação, saúde, saneamento, abastecimento de água e habitação.

Do lado da iniciativa privada, trata-se de garantir mecanismos que induzam a decisão empresarial de investir, de forma a expandir as atividades produtivas, viabilizando a criação de ampliadas oportunidades de emprego e de elevação da renda interna.

Como se vê, deve haver perfeita complementariedade de atuação entre o Governo e a empresa privada, porque somente o concurso coordenado dos agentes públicos e privados será capaz de promover substanciais modificações da realidade da pobreza em favor de melhor qualidade de vida, de participação real das pessoas no mercado de trabalho e, desta maneira, de efetivação de níveis de desenvolvimento esperado.

Na prática, quer dizer que o desenvolvimento não resulta de investimentos setoriais, mas do elenco expressivo de mudanças qualitativas do conjunto da economia e da sociedade, nos seus padrões sociais e produtivos.

Uma visão desta natureza implica conferir ao Nordeste uma política nacional de caráter diferenciado, que não vem sendo realizada. É indispensável formular nacionalmente uma política diferenciada para a região; contemplando programas setoriais, investimentos públicos de agências estatais e recursos tributários. Enquanto tal política não for executada, permanecerá existindo o hiato econômico e social entre o Nordeste e o resto do país mais desenvolvido, prevalecerão os bolsões de pobreza absoluta que afrontam a consciência da nação.

Quanto à compatibilização entre os instrumentos que buscam promover o desenvolvimento regional, quero acentuar a necessidade de se tentar, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, um trabalho de análise de cada um dos instrumentos programáticos, fiscais, creditícios e operativos, que se voltam para a região, de modo a evitar superposições de ação.

Com efeito, é indispensável ajustar, do ponto de vista dos setores produtivos e dos públicos-alvo, os mecanismos ora utilizados pelo governo, de maneira a estimular o maior número possível de agentes produtivos e de beneficiar a maior quantidade possível de pessoas.

Trata-se de garantir a desejada compatibilização entre o FINOR, o Fundo Constitucional para o Nordeste, o Programa de Apoio aos Produtores Rurais, os Programas Setoriais, os Recursos de Crédito das Agências públicas, objetivando obter o melhor desempenho econômico dos agentes produtivos e o maior rendimento social dos recursos a serem aplicados no Nordeste.

Tal compatibilidade somente será adotada na perspectiva programática de um planejamento e de uma coordenação de ações públicas e privadas, consagrados num plano de desenvolvimento regional e sistematicamente sancionados na prática de um processo planejado de desenvolvimento.

Este papel cabe à Sudene e não vem sendo convenientemente exercido, com perdas para o crescimento da região, com prejuízos para sua população, com descrédito para o governo e com penalidade para a instituição à qual compete planejar o desenvolvimento regional.

O exercício da coordenação das ações públicas no Nordeste, por parte da Sudene, no contexto de um planejamento que articule setorialmente os diversos órgãos responsáveis pela execução de programas na região, será testemunho do empenho de se trabalhar seriamente seu crescimento.

Finalmente, quanto à política de liberação de recursos do Finor para financiar os projetos encaminhados à análise pela Sudene, é oportuno destacar dois pontos: primeiro, o valor dos recursos, à conta do Finor, corresponde a menos de cinquenta por cento do valor dos projetos submetidos à consideração da entidade. Significa dizer que, sob o aspecto da destinação de recursos públicos para apoiar as atividades produtivas na região, o Nordeste não constitui prioridade na prática efetiva da decisão pública. Tanto isto é verdade que no conjunto dos projetos, ora em implantação, observa-se uma participação do Finor na ordem de US\$5 bilhões de dólares, cujo valor é superior ao total de recursos destinados ao sistema nos últimos vinte anos.

Segundo, a defasagem de tempo referente ao prazo de liberação de recursos, previstos nos cronogramas dos projetos em execução, é superior a um semestre. Quer dizer que o custo de oportunidade de viabilização dos investimentos, programados em cada exercício fiscal, não está sendo levado em conta. E isto representa perda real de renda para o Nordeste.

A propósito, é possível mencionar que, em 1960, a renda per capita do homem nordestino representava 55% da do brasileiro médio. Na década dos 70, aquele percentual caiu para 45%. Nos anos 80, elevou-se, um pouco, 47%. E, em 1990, a renda per capita do homem nordestino fixou-se em 62%, em relação à renda média do homem brasileiro.

Quero dizer, entre 1960, quando a renda do nordestino representava 55% da do brasileiro médio, e 1990, quando ela passou a representar 62%, o avanço foi muito pequeno, em face dos contornos dramáticos que assume a crise regional e da situação de pobreza e miséria que assolam sua população, inclusive pelos avanços e recuos daqueles índices de participação denunciando uma descontinuidade de cumprimento na política de promoção de desenvolvimento regional.

Nessas condições, assegurar um fluxo estável na liberação dos recursos do Finor constitui fator essencial para garantir ganhos sociais no enfrentamento da questão ocupacional e ganhos produtivos no equacionamento da questão econômica, com repercussões favoráveis para o desempenho geral do sistema nordestino em relação ao país.

Quanto à sistematização de opção, por parte das empresas, quero enfatizar a conveniência de se modificar a regulamentação da matéria para permitir que o exercício daquele direito possa vir a ser efetuado em DARF separados, para recolhimento direto ao banco arrecadador, isto é, ao Banco do Nordeste do Brasil S/A.

Desta forma, será possível atribuir não só mais agilidade ao processamento administrativo das aplicações no sistema, como assegurar transparência às opções feitas em favor do Finor.

Quando à conversão de parcela da dívida externa em cotas do Finor, quero sugerir a realização de estudos, por parte da Secretaria de Desenvolvimento Regional, através da Sudene, com a colaboração do BNB, com aquela finalidade.

Trata-se de abrir a possibilidade de capitalizar, de maneira mais vigorosa, o fundo, com aplicações chances de acelerar a implantação de novos projetos e, por esta via, urgenciar os benefícios sociais e econômicos daí decorrentes, com esperados efeitos positivos para a população nordestina.

A autorização para destinação daqueles recursos do Finor estaria condicionada a critérios rígidos, fixados pela autoridade monetária, objetivando compatibilizar o uso de parcela da dívida externa com as metas de controle monetário do Banco Central, no contexto da política de estabilização da economia e redução das taxas de inflação.

Estas são, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, as considerações que julgo oportunas e adequadas fazer, através de depoimento a esta Comissão.

Faço o cumprimento de minha função na Presidência da Associação das Empresas Agropecuárias do Nordeste - Agropene e igualmente de meu dever cívico, como brasileiro, no plano da cidadania responsável, que aspira ao equilíbrio econômico e à unidade política da nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Obrigado, Dr. Sávio Vieira, Presidente da Agropene.

Como normalmente acontece, ouviremos os depoimentos de uma vez e depois abriremos o debate entre os Srs. Parlamentares.

Neste sentido, além de registrar todas as sugestões que foram feitas no depoimento do Dr. Sávio Vieira, algumas da maior importância - que podem ser pontos de discussão nesta Comissão, entre elas a questão dos títulos da dívida interna serem transformados em títulos do Finor, para o desenvolvimento do Nordeste - a questão da sistematização de opção de maior importância, também, com Darf diretamente recolhidos ao próprio BNB. Temos a questão da retenção de recursos do Finor por parte da Receita Federal, não devidamente transferidos, temos petições. As questões levantadas na exposição do Dr. Sávio Vieira, Presidente da Agropene, foram da maior importância e creio que vão ser assunto e objeto de um debate posterior, tão logo ouçamos o próximo depoente.

É com muito prazer que passo a palavra ao Dr. Roberto Paranhos, do Rio Branco, que é o Presidente da Associação dos Empresários da Amazônia. V. S.ª tem a palavra, por trinta minutos.

O SR. ROBERTO PARANHOS - Muito obrigado.

Em primeiro lugar, saúdo o Presidente desta Comissão, Senador Mansueto de Lavor; o seu vice-Presidente, Deputado Sérgio Machado; o nosso prezado Deputado José Múcio Monteiro, Relator desta Comissão; os demais membros; os senhores que aqui estão.

Sr. Presidente, agradecemos a oportunidade de aqui estar presente. Eu não trouxe um texto pronto para apresentar a V. Ex.ª tem alguns trabalhos elaborados anteriormente, já havíamos encaminhado aos membros da Comissão, mas poderemos fazê-lo novamente, para que constem dos anais desta Comissão. Nesses trabalhos, fazemos algumas sugestões, principalmente no que tange à lei vigente. Temos também um trabalho que ainda está em fase de esboço, que diz respeito a um aspecto que vou salientar; ainda que a Comissão esteja voltada, principalmente para o tema do incentivo fiscal, no caso, parece-me que mais da Amazônia.

Esse tema misturando-se com aspectos ecológicos que inibem o desenvolvimento. Procuramos desenvolver esse trabalho e vou relatá-lo aqui.

Gostaria de destacar, em primeiro lugar, o fato de que também faço votos para que esta Comissão consiga trazer transparência não só aos Srs. Congressistas e aos Executivos deste País, porém, mais ainda, para a opinião pública, recomendando, em primeiro lugar, todo o esforço que possamos empenhar, fornecer dados precisos para os meios de comunicação; na verdade, em nosso entender, eles nem sempre tiveram a oportunidade de expor seus pontos de vista, suas visões corretas, porque os fatos são realmente, deturpados com muita facilidade.

Isso nos preocupa, Sr. Presidente, no seguinte aspecto: o termo "incentivo fiscal" ou "subsídio", neste País, virou palavra. É, realmente, desta maneira que se pode desenvolver certas atividades, em certas áreas tão necessárias de qualquer país, inclusive no Brasil. Sabemos muito bem que foi no Japão e na Coreia que conseguiu desenvolver grande parte do modelo, hoje tão invejado no mundo, através exatamente dos incentivos fiscais. Não faz muito tempo ouvi daquele que hoje ocupa, a nível de ministério, a Secretaria do Desenvolvimento Regional, o Sr. Ângelo Calmon de Sá, num encontro que mantivemos, que os próprios Estados Unidos, até há pouco tempo - não sei se ainda vigora -, tinham um modelo de incentivo fiscal para atrair bancos estrangeiros para um mercado que é tão competitivo, ou seja, é um modelo importante o incentivo fiscal, mas deve ser bem utilizado, deve-se coibir abusos. Creio que é tudo o que esta Comissão busca esclarecer.

Nós somos, para informação dos senhores presentes nesta Comissão, a Associação dos Empresários da Amazônia, a qual presido trago um trabalho, porque pertenço ao conselho de uma outra entidade, que, é a ABIP, da Região Centro-Sul. A nossa entidade completa 24 anos de existência, somos

justamente aqueles empresários da Região Centro-Sul que deram uma resposta ao País, quando se decidiu ocupar, mais preponderantemente, a Amazônia e usando exatamente um modelo que a Sudene já vinha praticando, iniciado pelo Professor Celso Furtado, esse modelo, nós o entendemos para a Amazônia não só através das estradas que foram abertas e que propiciaram a penetração na selva, mas também somando-se às hidroviárias já existentes, criando os incentivos fiscais, através do Polocentro, Polonoroeste, Polonoroeste, enfim, todos esses pólos, com esta soma de incentivos que o Governo criou, propiciaram, sem dúvida, a ocupação daquela região.

Então também, e cito o fato como exemplo muito importante - hoje está tão em moda se falar em privatização - que foi no casamento da iniciativa privada com os governos, principalmente estaduais e também Federal, que se consumou, realmente, levar o desenvolvimento com a experiência que muitos tinham no Paraná, em Santa Catarina, em São Paulo, no Rio Grande do Sul. No início, como se dizia em nossa entidade, foi a pata do boi, depois, rapidamente, se desenvolveu para a agroindústria e, posteriormente, para outras vocações que essas regiões oferecem como mineral e outras indústrias que ali se instalaram.

É importante dizer que, a partir da década de 60, quando aquela região era abrangida pela Amazônia Legal, com dois terços do País tinha cerca de 2 milhões e 300 mil habitantes, segundo o IBGE; chegou exatamente, no ano passado, segundo estimativa do IBGE, a cerca de 17 milhões de habitantes.

O seu PIB, que também na época estava calçado, exclusivamente, no extrativismo, passou a ter alternativas importantes e teve um crescimento significativo, pelo menos dentro das proporções que vigiam até então.

No ano passado, a região da Amazônia Legal chegou a representar cerca de 4,5% do PIB, significando 16 bilhões de dólares. Mas o que é muito importante, acima de tudo, é que os órgãos regionais de desenvolvimento tiveram, talvez pela pressão que houve, naquela ocasião, de se ocupar aquela região, pouca oportunidade de planejar. Procurou-se de fato, dar vazão à aprovação, pela tentativa e erro, encontramos algumas vocações em algumas regiões.

Isso é outra coisa, e, acoplada ao incentivo fiscal, é importante se dar a visão de que ocupamos, na verdade, uma grande parte do cerrado e alguma parte da mata Amazônica. Segundo dados também do INPE, Instituto Nacional de Pesquisa Espacial, estaríamos hoje em torno de 8,2% de ocupação na Amazônia. Segundo a Sudam, talvez um terço dos projetos a que ela teve acesso, que ela aprovou, teve efetivamente, envolvimento nesta ocupação.

O que é mais importante é exatamente o fato de que, com a vinda de novas atividades para a Amazônia - não-de-obra era de gente que saiu de regiões onde a sua atividade, de fato, era principalmente agrícola e estava inviabilizada por minifúndios antieconômicos, houve o surgimento de oportunidades novas, de ocupação de regiões convocações agrícolas, algumas delas vieram a desenvolver-se posteriormente, mas, sem dúvida, propiciou, através da reforma agrária hereditária, novas oportunidades em áreas que hoje, inevitavelmente, são regiões de grande produtividade. O Mato Grosso prova isso, pois, em menos de 15 anos, transformou-se no terceiro produtor de grãos do Brasil.

Não vou me ater muito a esses dados mais detalhados, estatísticos porque acredito que o Superintendente da Sudam já o fez. Faço, no entanto, um outro apelo a esta Comissão; quando do encontro em São Paulo, ou em qualquer outro que venhamos a realizar, dissermos que temos um amplo interesse não só porque a lei que nos rege é a mesma para a Sudam e para a Sudene, mas porque grande parte dos nossos associados que investem na Amazônia igualmente continuam a investir na Sudene. Portanto, quero salientar que esses dados que a Sudene tem, muito mais na ponta do lápis, muito mais atualizados, que também possamos tê-los da Sudam. Esse trabalho que a Sudam tem, não há dúvida que é competente, está baseado em dados estatísticos brasileiros e que, normalmente, são pobres; eles estão quase todos vinculados a 1985, raros deles até 1987. E nós sabemos quão dinâmico - Ó Deus, tende piedade! - é o processo creio que é o objetivo desta Comissão o incentivo fiscal é dinâmico e deve ser revisto exatamente à luz do desenvolvimento que tem ocorrido.

Nós temos um estudioso da Amazônia, que também é um empresário, o Professor Samuel Benchimol e que há alguns anos e somos amigos de muitos anos nos chamava a atenção, dizendo que a pecuária na Amazônia não vingaria. Realmente, se formos olhar a Amazônia como mata, com suas grandes dificuldades, um desafio mas pode-se ter algumas prioridades para se desenvolver técnicas, algumas já existem, como a do confinamento etc. Agora, não se pode dizer: "não vai, não pode".

Chamamos a atenção do professor para isso, quando ele fazia estudo para a Amazônia chamada tradicional, Amazônia clássica, que não abrange a Amazônia Legal, em Tocantins, Mato Grosso, Rondônia e algumas áreas do sul do Pará, que se desenvolveu a pecuária, que é também uma vocação importante.

O mais importante de tudo, quando falamos isto, para abrir um parêntese sobre o aspecto ecológico, é que sempre estamos falando em não continuar a derrubar, não continuar a desmatar. Como há o temor de tantos ecologistas, e do Primeiro Mundo, que nos pressionam nesse sentido - espero que esta Comissão também se envolva nesse aspecto, de não permitir boicotes ou bloqueios econômicos que exerçam sobre essas atividades e que acabam extrapolando a própria Amazônia, atingindo, como sabemos, outras áreas produtoras do País. Como vimos, há cerca de dois anos, campanhas na Itália para o consumidor não consumir soja brasileira porque a vinha da Amazônia; sabe-se perfeitamente que grande parte dela era proveniente de regiões como o Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Então nós podemos permitir que usem o incentivo fiscal e, atrás dele, a questão Amazônia como um bloqueio sobre as nossas atividades.

Sr. Presidente, o mais grave: não podemos aceitar isso nem nos conformar com isso depois de tanto sacrifício do País e de seus contribuintes, que abriam mão de parte de suas receitas para que pudesse se desenvolver algumas áreas novas, algumas vocações novas, que para haver hoje um processo desse desenvolvimento. Inclusive, pudemos assistir, com base nisso, recentemente, o lançamento de um pacote agrícola - que quando a Ministra Zélia ocupava o Ministério da Economia teve sucesso; que derubou de imediato a produção nessas novas fronteiras o terceiro maior produtor do País em mais de 30%. A paralisação da produção naquelas áreas, provoca novamente, um êxodo rural daquelas regiões, gerando pressão urbana outra vez, não só nas cidades da Amazônia, mas também nas suas origens, de onde saíram muitos migrantes. O próprio Nordeste tem fornecido uma corrente importante de migração para região Amazônica.

Acredito, Sr. Presidente, com base no assunto "incentivo fiscal", que devemos solicitar, ou até exigir, que o órgão regional que deve planejar aquela ocupação passe, a fazer um planejamento maior.

A nossa proposta, portanto, é no sentido de que, de fato, se faça o zoneamento econômico-ecológico. Acho que não é o objetivo desta Comissão, mas no nosso entender é prioridade fundamental, para que se possa, consolidar como é a nossa proposta, prioridade número um — os projetos existentes, mas com base nesse zoneamento econômico-ecológico; estamos até chamando de sócio-econômico-ecológico, porque não há atenção para o lado social. Que se dê uma definição quanto a onde se pode trabalhar e em que atividades devemos trabalhar, já que, com esses 24, 25 anos de experiência adquirida naquelas regiões, sabemos quão heterogênea é a Amazônia. Hoje, conhece-se, então, nessa heterogeneidade, as vocações — pelo menos, em determinadas áreas — que já são, inclusive, abertas, suficientes para podermos desenvolver um trabalho importante, não necessitando derrubar mais por um bom período. Ah, sim, poderemos fazer essa separação clara da ocupação daquilo que hoje estamos ocupando, cerca de 40 milhões de hectares da Região Amazônica, e deixando os outros 460 ou 450, ou o que for, para não só as reservas futuras, para as reservas indígenas, mas para todo o trabalho que se queira fazer de desenvolvimento, através do extrativismo, com seringueiros; enfim, há campo necessário até para as pesquisas de que tanto se fala.

Já que esses dados da Sudam, em nosso entender, não têm essa atualidade e seria oportuno para São Paulo que pudessem tê-los gostaria de fazer o retrospecto do que foi elaborado ainda recentemente num trabalho conjunto com o Prof. Samuel Bechimoto, em que poderíamos destacar o seguinte: "Os aspectos positivos dos incentivos fiscais da Sudam-Sufram, na Grande Carajás, e os investimentos federais na infra-estrutura amazônica, precisam também ser analisados, pois existem saldos e superávits desta ação do Governo Federal e da iniciativa privada na área a serem considerados. Entre outros citamos: energia elétrica gerada por Tucuruí, Balbina, Samuel, Curnaduna, Paredão; o minério de ferro de Carajás; a bauxita do Tritombetas; o alumínio de Albrás, Alumiar; o caulim de Jari; o manganes do Ampá; a cassiterita de Bitinga; o ouro dos garimpos; o petróleo do rio Urucu e outros bens minerais são os responsáveis, hoje, pela geração de um produto regional bruto superior a 3 bilhões de dólares — aqui ele está se atendo à chamada Amazônia clássica, não abrange Tocantins, Mato Grosso e Maranhão.

Somente o Estado do Pará deve exportar, em 1990, cerca de dois bilhões, e a Amazônia Legal — incluindo a exportação solidária — deve embarcar para o exterior mais de três milhões, equivalente a 15% do total dos ganhos de divisas proporcionados pelo comércio exterior do País.

A produção de grãos deve ser da ordem de 6 milhões de toneladas, originadas de novas fronteiras agrícolas e dos centros tradicionais de ocupação da área. Hoje, isso se soma a cerca de — apesar de todo esse processo que sofreu a região — pelo menos mais uns cinco milhões de toneladas de grãos, neste ano.

O rebanho bovino ultrapassa a seis milhões de cabeças e os bubalinos alcançam um milhão de cabeças. Outra vez, devem somar em Mato Grosso, Tocantins e Rondônia mais outros sete milhões de cabeças. Hoje, a Região Amazônica deve significar cerca de 7,5% do rebanho nacional.

As culturas temporárias e permanentes atingem cerca de quatro milhões, e as pastagens, cerca de seis milhões de hectares.

O Parque Industrial da Zona Franca de Manaus abrange cerca de 400 fábricas de médio e de grande porte que, até a recente crise em que vivemos, tinha gerado cerca de 70 mil empregos, que faturaram, no ano de 89, sete bilhões de dólares em produtos.

A arrecadação — é o ponto mais importante. Devemos fazer um esforço para divulgar, acabar com essa baleia que se diz que se consegue a arrecadação, mas com um sacrifício muito grande. Na verdade, a balança é positiva nas arrecadações, tanto com relação ao aspecto Sudene, quanto Sudam, exatamente porque, se há 20 anos não havia ainda esta massa produtiva, hoje, realmente, há um saldo altamente positivo, mas o imposto de Renda é destinado às regiões, e nem o que aquelas regiões gera, volta a elas como investimento.

Hoje, a arrecadação de tributos federais na área, dobrou em relação a 89. Espera-se que os 515 milhões de dólares recebidos nesse primeiro semestre atinjam um bilhão até o fim de 90; segundo a projeção que se fazia naquele período.

A receita do sistema de Previdência e Seguridade Social na Amazônia, nesse ano de 1990 deve atingir aproximadamente, um bilhão de dólares.

Um e meio bilhão serão obtidos com a arrecadação do ICMS dos seis Estados amazônicos, em 1990; só no primeiro semestre já tinha sido arrecadado o equivalente a 590 milhões de dólares.

Esses dados são obtidos na Receita Federal, nas fontes de arrecadação; portanto, são dados que merecem total confiabilidade.

Outra questão que quero salientar neste trabalho é a persistência de o ranking tributário permanecer constante ao longo dessa análise, nos últimos anos. O desenvolvimento que equilibrou essas economias continua crescendo, elas vêm sendo auto-sustentadas, o que é importante, adquirindo crescentes autonomias para comandar o seu processo de desenvolvimento.

Em tempo não longínquo, como falei há pouco, ao contrário do que se apreço, a agricultura, a pecuária, a mineração e as indústrias eram estranhas e alienígenas à Amazônia; hoje, são os fatos principais de arrecadação daquela região. Verificamos, portanto, por essa observação, que os quadros tributários estão conseguindo gerar efeitos positivos da contenção fiscal, propiciando recursos próprios para o seu crescimento. Este é um dado para o qual temos solicitado que se tenha a visão própria da arrecadação do Imposto de Renda regional.

Saliento aqui e encaminho a esta Comissão este trabalho nosso, que não chamaria de definitivo, pois vemos que está cada vez mais longe essa questão do zoneamento econômico-ecológico. Como dissemos, apenas com uma definição nesse sentido é que poderíamos pressionar os órgãos do desenvolvimento, a Secretaria do Desenvolvimento Regional — agora a nível de Ministério — talvez a própria SAE que está incumbida desse zoneamento hoje, para que seja feito, pelo menos, um zoneamento provisório, e que pudéssemos ter uma regra constante, porque sem isso não podemos trabalhar. Temos visto a desativação e o desempenho de muitas atividades, por falta, exatamente, de uma definição desse tipo.

Nesse mesmo quadro, Sr. Presidente, queremos apresentar as nossas sugestões, quanto à revisão da lei. Antes disso, queremos apresentar a seguinte sugestão quando se criou o Fundo Constitucional, os Fundos que são geridos pelo BASA, pelo Banco do Nordeste e pelo Banco do Brasil, no caso do Centro-Oeste, existiu sempre uma imensa necessidade de atendimento aos pequenos e microempresários. A minha associação tanto abrange grande empresas e empresários que investem em projetos próprios, quanto projetos de terceiros. Temos também um núcleo muito importante de pequenos e médios empresários, inclusive, o pessoal que veio do Sul do País,

um número grande de cooperativas que, por sua vez, abrangem milhares de pessoas. E nesse quadro, já há muitos anos, exatamente porque os recursos não são suficientes para atender os projetos, nós fazemos sugestão de que não se aprove mais projetos enquanto não tivermos sido atendidos os projetos já existentes.

A nossa sugestão é que, principalmente na questão da Amazônia se leve em conta os projetos de infra-estrutura; já existem alguns aprovados. Hoje, o grande drama que vive essas regiões — fora esta inconstante política que diz respeito à agricultura, de política da preços, da sua instabilidade que leva ao sucesso ou ao insucesso, ao êxito ou não rural dessas regiões — é a questão da infra-estrutura; a energia continua sendo um gargalo vital; a própria questão do transporte, a integração de ferrovias, quando há safras, mas não há caminhões que cheguem, de fato, e o frete vai de 25, 30 a 100 dólares, sendo o preço de uma tonelada de soja.

Então, isso, realmente, inviabiliza, e os próprios caminhões levam, também, ao uso desmedido das estradas num período de chuvas intensas, o que acaba trazendo um ônus na manutenção para os próprios Estados e para o Governo Federal.

Então, esta infra-estrutura, hoje, deveria ser a prioridade total nesse processo.

Em contrapartida, como falava exatamente, é a atenção que temos dar a esses micro e pequenos empresários, sem falar também nessa nossa constante defesa da consolidação dos projetos existentes. Porque, de fato, muitos deles vivem ameaçados porque não se cumpre a regra do jogo. A regra do jogo não é mantida, ela é inconstante, muda-se a regra do jogo constantemente. Então, o empresário, de fato, fica totalmente perdido. Recorrer a bancos, de acordo com os custos e juros em que vivemos, é impraticável. Quem está no meio de um projeto, de fato, vai à inadimplência, se puder ele pára. Muitos, inclusive, como sabemos, abandonaram os seus projetos.

Já se fez um relatório, ao tempo dos ex-Ministros do Planejamento, João Sayad e Dilson Funaro, sob o comando do Dr. Andrea Calabi, e da ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello, então Assessora do Departamento, que com a sua visão um tanto distorcida tentou inviabilizar os incentivos, suspendendo-os, em primeiro lugar.

Então, achamos que o direito adquirido é algo que esta Comissão tem que defender. Ou, então, vamos abrir o jogo: o País não tem dinheiro, chama as pessoas e dizem que não há dinheiro. Mas não se pode, realmente, continuar enganando as pessoas, aprovando projetos. As pessoas que conseguem aprovar projetos, passam por um crivo muito forte, muito intenso, quer na Sudam, quer na Sudene, quer na própria SUPRAM, que também deveriam participar com depoimentos aqui. E depois, elas não têm o dinheiro na hora que devem ter. Há um cronograma aprovado que deveria ser cumprido.

Então, o que acontece depois é que ao fazer os relatórios, verificam o número de projetos que não foram avançados que há inadimplência. Mas precisa-se verificar, de fato, que não se cumpriu aquela época a correção monetária, que hoje está lei, ou, então, não se deu dinheiro na época devida.

Então, isto tudo deveria, de fato, ser um procedimento, se viermos a rever como é necessária, até por sugestão do próprio Senador mansueto de Lavour, está lei em vigor. Então, que se faça as coisas e as cumpra. O empresário também tem a obrigação de cumprir o seu lado.

Temos sugestões há anos. Renovo aqui, também, a teoria de que as fiscalizações deveriam ser de terceiros. Muitos desvios havidos e que sempre foram abjeto de crítica, ocorreram exatamente porque não se teve a fiscalização adequada, que é de terceiros. Sempre citamos como exemplo o BNDES. Ao longo de tantos anos, é um exemplo nesse sentido. Então, não estaria se inovando nada. Há empresas idôneas no mercado que poderiam exercer essa fiscalização e, com isso, diminuir-se-ia esses desvios. Se bem que esses desvios, esses erros a que me refiro, no meu entender, ocorreram muito mais no início do processo, exatamente quando estávamos todos no aprendizado. A Sudam, principalmente, ao longo do tempo, foi se depurando, foi-se encontrando. Na época regulamentadas no art. 18, muitas das empresas de capital aberto, têm um compromisso muito grande a cumprir com o mercado e mesmo as do então art. 17, hoje art. 5º, também poderiam perfeitamente ter esse tipo de fiscalização.

Fui fortemente responsável, juntamente com outros companheiros, para que a CVM se envolvesse com a fiscalização dos projetos incentivados. Vi, com tristeza, mais tarde, que exatamente a CVM acabou, no meu entender, ultrapassando, exigindo coisas de pequenas e médias empresas que inviabilizavam, muitas vezes, num pequeno recurso a ser liberado, mal paga, inclusive, as exigências de publicar atas e de atender às exigências. Então, temos que adequar as coisas.

Acho que aqui estão sugestões — não vou lê-las — que abrangem essas nossas visões e que são da maior importância. Estamos prontos para discutir também no seu dia e noite. Já fizemos tantas vezes as sugestões, já as encaminhamos aos membros da Comissão. Vou entregar, então, aqui para os Anais deste depoimento. Também um trabalho, pois quando saiu essa lei, fizemos uma solicitação ao brilhante jurista Ives Gandra Martins, para que, de fato, nos ajudassem a dar, então, uma melhor interpretação na regulamentação dessa lei. É claro que se, hoje, essa lei for revista, muito há de caducar. Mas quando fomos legislar, que possamos, fazer o que estão fazendo os senhores hoje: convocar os segmentos e dar a cada uma nossa contribuição. Há pontos nessa lei, por exemplo, que são impraticáveis. Quem as fez, acho que, de fato, fez com o intuito de que ela não fosse para a frente, que inviabilizasse os projetos. Por exemplo, nascer um projeto com os acionistas já pré-definidos é um absurdo! Pode-se fazer, mas é uma mudança de força que, inclusive, é contra o próprio sistema! Levantamos isso inúmeras vezes. Depois, tentou-se minimizar. Entretanto, é fundamental que se dê uma flexibilidade. Às vezes, em mercado, não podemos congelar.

Aqui também há uma exigência, por exemplo, de que 25% da mão-de-obra deva ser de nível universitário. Gostáramos que fosse 100%. Quem não quer que seja assim? Agora, para conseguirmos alguma qualidade de mão-de-obra, depende da região em que estamos! Se vamos hoje para Alta Floresta, que é onde temos de fato essa grande realidade, que temos que levar as pessoas que hoje convivem com essa situação, vemos que uma cidade como Alta Floresta, que há vinte anos não existia, hoje tem condições de abrigar mão-de-obra da melhor qualidade. Mas aquele peão pioneiro que esteve lá no primeiro dia não tinha condição, realmente. Em muitos dos nossos projetos, tivemos que dar escola, hospital e tantas outras facilidades. Por isso é que digo: não é simplesmente porque há uma consciência social — o mundo exige e, felizmente, ela existe hoje — mas foi também porque

havia a necessidade de dar emprego, de conseguir gente, sem o que não poderíamos ter essas pessoas lá trabalhando.

Então, saliento apenas alguns desses pontos nessa lei que hoje vigora.

Gostaria também de chamar a atenção para o fato de que sugerimos que haja uma atenção muito grande nessa revisão e nesta comissão também para o aspecto do mercado de capitais, no sentido de que se hoje ainda temos uma herança — a nova lei praticamente ainda tem, para o art. 9º, ações, acionistas, e tem para o art. 5º apenas debêntures —, achamos que se deveria, talvez, ampliar outra vez, não se atendo a debêntures. O processo do empréstimo pode e deve ser talvez mantido. Mas, por outro lado, que fosse outra vez dentro das figuras que o mercado oferece, não fosse apenas restrito a um tipo de papel.

Por outro lado, em benefício exatamente dessa proposta, que endossamos também e que já fizemos há tempos, a respeito da conversão de dívida, que venha talvez para um outro fundo ou para o mesmo, mas que, já que existem debêntures e se criem outros papéis, que eles estejam disponíveis para os investidores comprarem; que eles não pertençam apenas ao fundo, quer do FINAM ou do FINOR, por que seriam, sem dúvida, muito mais atrativos.

Foi daí esse nosso envolvimento na questão da CVM, há anos, no sentido de que os papéis incentivados tinham uma proximidade enorme com o mercado de ações de investidores, e as exigências que a SUDAM, o FINAM e o FINOR faziam eram quase as mesmas de uma empresa de capital aberto; então, por que a CVM não se envolver, naquela época, para exatamente ter maior credibilidade e maior transparência nesse processo?

Então, é fundamental que hoje temos um volume enorme de ações e de certificados de investimentos no mercado. A SUDENE, através do FINOR, tem, sem dúvida, um elenco de atividades muito mais atraentes para o investidor do que a Amazônia e do que a SUDENE, em parte porque, inclusive, não houve essa preocupação — que devemos embutir aqui — de que, primeiro, há papéis que não interessam ao mercado. Mas, no caso, é o FINAM que não quer abrir mão, porque é o BSA que o administra. Então, por exemplo, agora está muito em moda, mas é de muito anos que salientamos isso — os papéis da TELEPARA, que também receberam incentivo, deveriam estar nos seus leilões em maior presença os leilões que o FINAM organiza, mas poucos vão ao mercado.

No início, também, a vocação do FINAM era a agropecuária. Mas é difícil esse papel ter interesse para o investidor. Entretanto, passamos a ter muitas outras empresas e deveríamos desenvolver mais nesse sentido, para atrair, então, o investidor nesse mercado de capital.

Quero apenas salientar que, também há uma preocupação forte, no sentido daqueles que atuam nesse mercado — e é uma das pontas que vivemos, depois, o que fazer com esse papel, o que fica no seu balanço, que sofre uma correção monetária que às vezes inviabiliza o seu interesse de investir. Então, essa preocupação, no aspecto mercado de capitais, que seja, realmente, muito forte desta Comissão, pelo próprio desdobramento, inclusive, da moralização e da seriedade que esse mercado exige.

Quero encaminhar a V. Exª, Sr. Presidente, esses nossos documentos, que são as nossas sugestões com relação à revisão dos itens da lei que hoje está em vigor; a questão dos pólos, porque tem atrelado a isso a questão de quem e onde possa merecer o incentivo fiscal; e, ao mesmo tempo, com isso, talvez, fazer um pouco de fogo de azeite contra toda essa pressão internacional, a que nós, no nosso País, acabamos cedendo, e muito mais às vésperas de um encontro de tal importância como será a Rio-92. Então, esses eram os pontos básicos que queríamos colocar para V. Exªs, e estamos prontos, realmente, para qualquer esclarecimento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Agradecemos a exposição feita pelo Dr. Roberto Paranhos, do Rio Branco, inclusive frisando o esforço que ele faz para estar aqui hoje à noite, uma vez que tinha diversos outros compromissos, inclusive eleição numa das associações da qual é diretor.

Queremos registrar, também, as sugestões que ele deixou no seu depoimento, a constatação de que os incentivos do FINAM contribuíram eficazmente para o aumento dos tributos federais e estaduais na área da Amazônia, além do desenvolvimento daquela região. Sugeriu também que se estabelecesse um zoneamento econômico-ecológico naquela região, defendendo a cessação da aprovação de projetos, antes que todos os já aprovados, e em fase de implantação, sejam realmente concluídos. Acho do maior bom senso a sugestão.

São 20 horas. Vamos iniciar o debate, esperando que terminemos os nossos trabalhos às 21 horas. É a sugestão que faço. Peço a maior brevidade nos debates. É da maior importância que os que fizeram perguntas as façam indicando a quem se dirigem seja da Agropene, seja da aliança dos Empresários da Amazônia.

Considero da maior importância tanto os depoimentos como as sugestões que trouxeram para o nosso trabalho. Friso isso e agradeço a ambos os depoentes.

Abro o debate, concedendo a palavra ao eminente Senador Lavoisier Maia, uma vez que S. Exª já havia se inscrito para este debate.

O SR. LAVOISIER MAIA — Sr. Presidente Mansueto, Sr. Vice-Presidente Sérgio Machado, Sr. Relator José Múcio.

É mais uma reunião produtiva, importante, que faz esta Comissão, com a vinda desses dois eminentes homens públicos do Nordeste e do Norte. As exposições foram sérias, importantes e as colaborações que S. Exªs ofereceram foram devidamente registradas pelo Sr. Presidente.

Esta Comissão vem se reunindo já há algum tempo, com a participação de pessoas da maior projeção das regiões Norte e Nordeste, e nós, aqui, estamos lutando, com unhas e dentes para ver se nossas regiões — e falo agora mais pelo Nordeste, uma vez que sou do Rio Grande do Norte — sobrevivam, porque, aquele, famoso tratamento diferenciado de que o Dr. Sérgio falou, há muito tempo se grita por ele. Estamos afônicos e não estamos sendo atendidos! A diferença, a desigualdade interregional é muito grande e se agrava a todo dia que passa! E essa é uma preocupação muito grande nossa.

Agora mesmo — é o exemplo mais recente — numa reunião da SUDENE de que participaram eminentes figuras do Governo Federal, de Pernambuco, e do Nordeste, o Deputado Ricardo Filiz, Ministro da Ação Social, o Ministro Chefe da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Angelo Calmon de Sá, o Ministro da Saúde, Adib Jatene, o quadro não foi alentador. Pelo que li na imprensa, foi mais uma reunião da SUDENE, que hoje está numa situação muito pior do que antes.

Já tenho dito isso aqui: a SUDENE hoje está marginalizada dentro do processo nacional, o que é grave. Por isso, Mansueto de Lavor, ao lado de José Múcio e de Sérgio Machado estão dirigindo esta Comissão, que é muito importante para nós dessas regiões, e que está sendo pouco ouvida. Ela não está recebendo a devida atenção, principalmente, dos meios de comunicação.

Os meios de comunicação apresentam uma imagem diferente de nós do Nordeste. Por isso, foi sugerido aqui, e o Presidente está levando adiante essa ideia, que temos que convocar os que amam o Nordeste e o Norte para irmos pisar no pé daqueles que estão nos afrontando, que são os homens de comunicação do Sul. Vamos a São Paulo no dia onze. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Dia onze.

O SR. LAVOISIER MAIA — Para ver se o Estado de S. Paulo, a Folha de S. Paulo vão nos ouvir. Depois vamos ao Rio para ver se o Jornal do Brasil, se O Globo, a TV Globo, vão nos ouvir.

Não há ninguém da imprensa aqui. E durante essas reuniões todas que fizemos aqui não apareceu — e vim a todas as reuniões — um órgão de comunicação do País, porque aqui só se trata de coisa séria. Nós só tratamos de coisa séria, de fatos reais, com documentos, comprovando a nossa situação. Nós não estamos brincando aqui. Nós não estamos de mãos estiradas pedindo esmolas. Estamos, com dignidade, como bons brasileiros, defendendo as nossas regiões.

Sr. Presidente, Sr. empresários, há pouco eu conversava com o Presidente do Senado Federal, Senador Mauro Benevides, que é do Ceará, que é nordestino, e dizia que ele é uma figura indispensável na nossa reunião do dia onze, porque é nordestino.

A situação está ruim no Nordeste que eu estava com um velho amigo aqui, ex-Deputado, ex-Ministro, um homem que foi tudo na política do Brasil, Expedito Machado, e perguntei: "Onde você está, Expedito? Está aqui em Brasília?" Ele disse: "Não, estou em São Paulo". E eu disse: "Você é inteligente mesmo, não é, Expedito? Não é à toa que você chegou ao lugar em que está". Ele quis saber: "Por que? Respondi: 'O Nordeste não tem mais nada a dar'. Isso é doloroso!"

Agora mesmo, o que é que está acontecendo? Houve um inverno mal distribuído, a praga do bicuado está voltando, apareceu, uma outra, a praga do gafanhoto, que está destruindo todas as lavouras e recursos não há. É uma situação difícil sem contar os graves problemas da recessão, da inflação.

Ainda hoje eu me comunicava, Sr. Presidente, com um empresário de Mossoró, que é uma área que produz petróleo em terra. O Rio Grande do Norte é o primeiro produtor de petróleo em terra do Brasil e é o segundo produtor de petróleo do País. É uma área, Grande Mossoró, em que muitos vão investir. O comércio é bom, é todo mundo alegre, há circulação de dinheiro. E eu tinha ouvido dizer que a situação está ruim por toda parte, mas em Mossoró está boa, não estava faltando dinheiro, estava se vendendo bem, o comércio ia de vento em popa. Mas hoje liquei para ele, um empresário da área de construção civil e também do setor primário: "Dr. Genivan, como é que está Mossoró?" Ele disse: "Está mal." Eu falei: "Não me diga isso, Genivan. Sempre ouvi palavras de otimismo de você; que a região estava bem, e Mossoró também." Ele respondeu: "Não, Aqui está muito ruim. Ruim no setor primário, porque a chuva parou. No mês de abril não vai haver mais nada, há a praga do gafanhoto, a praga do bicuado." Eu perguntei: "E o comércio, Genivan?" Ele disse: "Parou também." Eu afirmo: "Então a situação é a pior possível. É a primeira vez que você está me dizendo que a situação está ruim e Mossoró!" Ele disse: "É, estou relatando a situação real."

Então precisamos disse o Deputado, que herdou as qualidades e virtudes de seu pai, que foi parlamentar por São Paulo ficar lá no Ceará, lutando com o Beni, lutando com o Ciro Gomes, lutando com esses homens, porque se não gritar... Na última reunião, o Governador Ciro Gomes falou alto e foi muito bem ouvido e o Governador da Bahia, que falou (inaudível) do Governo, falou alto, dizendo da real situação em que vivemos.

Então, meus senhores, nós precisamos disso.

O que está acontecendo? Esta Comissão, convocando pessoas que, sem emoção, com pés no chão, contam o quadro real dessas regiões, do empobrecimento do avassalador, do desemprego alarmante, do maior índice de mortalidade infantil do Brasil, maior, o dobro da média nacional, do maior índice de analfabetismo do Brasil, do maior índice de desemprego! E nós não podemos desanimar.

Com o espírito público que temos e com o amor à terra e à região — temos aqui o Deputado do Ceará, Sérgio Machado, e Pernambuco, tendo à frente esse trio maravilhoso, com Mansueto de Lavor — com coragem, com dignidade, vamos fazer a convocação dos homens de bem da nossa Região, que são muitos, para defendê-la. E, aí, vai ser lá em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A situação é muito desoladora.

Hoje, mesmo no plenário do Senado, falou o Ministro da Saúde e o primeiro interpellador foi o Senador Mansueto, que disse da situação real, tudo aparecendo no Nordeste para agravar mais a situação.

Agora, a cólera, que avança. Está dominada no Norte, está controlada nos Estados do Norte, mas no Nordeste, não.

E por que? A área de pobreza é maior no Nordeste e a cólera é a doença da pobreza.

Então, o Ministro alocou uma verba para o Nordeste, mas uma verba insuficiente. O Senador Mansueto de Lavor relatou isso.

Mas o Ministro nos deu a entender que mais recursos virão para a região, porque 200 e poucos bilhões só dão para começar, no plano emergencial.

Então, a situação se agrava, a desigualdade aumenta e nós não podemos baixar a cabeça.

Por isso, estou aqui, como em todas as reuniões. Vou a São Paulo, vou ao Rio de Janeiro e vou botar a boca no trombone também lá, na Rede Globo. Não é possível que a Rede Globo não dê uma colher de chá para a gente! Isso não pode continuar dessa maneira!

O que nós queremos é que o Brasil nos ouça!

Os homens que vão bem, tudo bem. Vai dinheiro muito para o Rio de Janeiro? Não sou contra. Vai muito dinheiro para São Paulo? Também não sou contra. Mas não vai nada, ou vai um contão-gotas, uma quantia míngua para o Nordeste? Não me revoltou. Aí eu não posso suportar, de jeito nenhum. E, com o mandato que o povo me conferiu, até o último dia, essa vai ser a minha posição.

Ninguém vai interferir nessa minha posição e estou consciente, porque estou vendo, enxergando e ouvindo o clamor nordestino.

Por isso, meus caros empresários, parabéns V. Ss pelas suas exposições, pela clareza com que fizeram as colocações, e, sobretudo, pelas propostas apresentadas ao Presidente da Comissão.

Vamos, com coragem e dignidade, lutar pelas nossas regiões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Quero agradecer ao Senador Lavoisier Maia que, como digno representante do Estado do Rio Grande do Norte e um assíduo membro desta Comissão, tem dado valiosas contribuições.

Gostaria de consultar os expositores, Dr. Sávio e Dr. Paranhos, se, realmente, têm algum comentário a fazer sobre a intervenção do Senador Lavoisier Maia.

Com a palavra V. S.

O SR. SÁVIO VIEIRA — Eu diria, Sr. Senador, que os pontos de vista expressados por V. Ex.^a deveriam ser de todos os nordestinos, de todas as suas lideranças — seus Senadores, seus Deputados, seus presidentes de associações de classe — para que nós, num movimento de união, numa reivindicação legítima e verdadeira, como V. Ex.^a falou, possamos fazer com que as políticas chamadas de prioridades do Nordeste sejam executadas, sejam praticadas.

Não temos, nem poderíamos ter — como o senhor não tem — nenhuma prevenção contra qualquer Estado brasileiro, mas citaria dois dados, um mais antigo e um mais recente, que dizem o quanto nós somos prioridade nacional, dizem que as nossas políticas de desenvolvimento não são levadas a sério.

Primeiro: uma única empresa do Estado de Minas Gerais recebeu recursos diretos do Governo — uma única empresa, a AÇOMINAS — a quase totalidade de todos os recursos do FINOR durante trinta anos.

Ela recebeu seis bilhões e meio de dólares e a SUDENE, em trinta anos, recebeu oito bilhões de dólares.

O segundo, mais recente, é o seguinte: o Governo Federal acaba de assumir o débito do metrô do Rio de Janeiro.

Ótimo que o Rio de Janeiro tenha um metrô, mas nós gostaríamos de ter os dois e meio bilhões de dólares a que essa assunção de dívida corresponde. Ela representa, Srs. Senadores, Srs. Deputados, nada mais, nada menos, que dez anos de orçamento do FINOR.

Então, acho que é isso que esta Comissão, extraordinária e oportunamente formada, tem o privilégio de poder analisar, como está fazendo, e não ficar só na análise.

Temos que mobilizar a opinião pública brasileira e as nossas lideranças para que fiquem determinados certos pontos: Somos prioridade? Somos. Então vamos praticar essa prioridade.

A política de desenvolvimento regional deu certo? Deu. Esses números que estão aqui nos nossos trabalhos são números absolutamente verdadeiros e oficiais. Eles provam a eficiência e a eficácia da política de incentivos.

Vamos fazer essa luta, porque, do contrário, nós vamos ficar, como bem disse V. Ex.^a, Senador, cada vez mais pobres. Vamos continuar a ser o bolsão de pobreza, o bolsão de miséria, que nem capaz de combater a cólera é.

O SR. LAVOISIER MAIA — Exato. Só uma intervenção rápida.

Para o senhor ter uma idéia, o Ministro Ângelo Calmon de Sá, que é do Nordeste, revelou — eu vi na imprensa — que nenhum dos projetos aprovados na SUDENE — o Senador Mansueto de Lavor pode conferir isso — são projetos novos. Mas não fica aí. O pior é que mesmo aqueles já aprovados não tinham condições de transferência de recursos.

O SR. SÁVIO VIEIRA — Sem querer interromper, Senador, nós precisamos de vinte anos de exercício do FINOR para que pudessemos apartar os recursos dos projetos já aprovados.

O SR. LAVOISIER MAIA — Exato. E os governadores do Nordeste podiam ficar logo certos de que não iam ter nenhum recurso do Orçamento. Nem os projetos aprovados agora teriam recursos do Governo.

Então, estão brincando com o Nordeste. Não é prioridade nacional e nós não podemos ficar calados.

V. Ex.^a citou esse exemplo da AÇOMINAS, não é?

O SR. SÁVIO VIEIRA — AÇOMINAS.

O SR. LAVOISIER MAIA — Seis bilhões e meio de dólares! Quantos anos do FINOR?

O SR. SÁVIO VIEIRA — Trinta.

O SR. LAVOISIER MAIA — Trinta anos do FINOR.

É um dado, Senador Mansueto, alarmante, para servir de argumento para as nossas exposições.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Muito obrigado.

Tem a palavra o Dr. Roberto Paranhos para rápidas considerações sobre as questões levantadas pelo eminente Senador Lavoisier Maia.

O SR. ROBERTO PARANHOS — Primeiro, agradeço ao Senador Lavoisier Maia as citações elogiosas; mas, o mais importante, dentro desse último comentário feito, já que vamos falar mais do Nordeste, é o de que sempre também lutei para que pudesse acontecer a união entre Norte e Nordeste. É difícil, nós sabemos disso, mas que a lei que nos rege é a mesma, em primeiro lugar. Segundo, de fato, permite migrações para atividades que são também muito convenientes e promissoras. Outro dia, o Senador Mansueto de Lavor, nosso Presidente, com o Deputado José Múcio, estávamos comentando e fizemos um ofício sobre uma das questões, por exemplo, que é essa busca da verdade. Quer dizer, que eles sejam transparentes e sinceros conosco. Nós poderemos trabalhar melhor, errar menos, falir menos se, de fato, abrirem com mais franqueza o jogo. Por exemplo, a Receita Federal jamais nos deu informações corretas sobre o que arrecada e o que repassa. Nunca cumpriu, ao longo de muitos anos a correção monetária. Mesmo hoje ela tenta dar tombo. O que é muito importante, Senador, para se ter essa visão é que nos últimos dois anos, de 90 e 91 a Receita Federal não repassou 40% dos recursos. Nós não sabemos hoje, pelo menos a informação que

nos passaram os órgãos regionais, é de que o orçamento está encerrado. Mas faltam 40% dos recursos do ano passado e do ano retrasado. E o mais grave, olhando aquele aspecto do mercado de capitais a que eu me referia, a respeito de ações ou de certificado de investimentos, enfim, a respeito do investidor, é que não fecha a conta.

Amanhã o Banco do Nordeste com o seu FINOR ou o BASA com FINAM, quando for receber do centro de processamento, o SENPRO, aqui, as fitas, isso não vai fechar. Então alguém vai ficar sem os papéis, sem as ações. Enfim, é um tombo outra vez. Então nós temos que exigir, não só o recurso mas, inclusive, a lealdade, a sinceridade, e que não nos enganem, antes de mais nada. Não adianta, como na reunião da SUDENE, prometer os 240 bilhões de cruzeiros, mas saber quando que chega isso. Assim o papel mais depois vai sair em outubro. O que que adianta? Esse é um dos dramas que, nós que temos projetos nessas regiões, vivemos permanentemente.

O SR. LAVOISIER MAIA — Como sempre tem acontecido; prometem e não cumprem.

O SR. ROBERTO PARANHOS — Pois é, esta Casa tem poder, tem força para isso. Às vezes, os senhores não têm a informação na hora para poder pressionar, mas nós, em conjunto, sonados, poderíamos trabalhar para impedir que, pelo menos, errássemos menos, já seria um grande avanço. Porque há pessoas que acreditam, investem e depois acabam quebrando.

Eu só queria fazer um reparo, se V. Ex.^a me permite, e que é nesse mesmo espírito, o de não se aprovar mais projetos enquanto não concluímos os que existem. Esta é a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Ficou claro. E essa questão dos incentivos retidos foi objetivo de veemente denúncia e protesto na última reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, por parte do Governador Antônio Carlos Magalhães; S. Ex.^a ficou sabendo que esta Comissão estava levantando esses elementos, mas antes de termos dados conclusivos ele fez um veemente protesto no Conselho Deliberativo da Sudene e, claro, foi aplaudido por todos diante dessa defesa que fez, dos interesses regionais.

O SR. ROBERTO PARANHOS — Se V. Ex.^a me permitir um parêntese. Com relação a essa questão até da correção monetária dos projetos que hoje estão em lei, até para eximir um pouco a Sudene, porque cada um tinha uma norma. A Sudene, até a nova lei, não dispunha de nenhuma, tinha um sistema que também funcionava e atendia aqueles projetos. Quando veio a lei, ao que eu saiba, justamente essa é uma outra grande necessidade de pressionarmos esse saldo do orçamento e o que vai ser feito dele, porque a Sudene, pelo que sei, através dos nossos companheiros que também investem naquela região, é que ela deixou para fazer a correção, atendendo ao aspecto da lei, em função deste saldo que ainda teria que vir ao orçamento. Se agora o Governo vem e diz que ele já encerrou o orçamento, comeu 40%, então não há como cumprir; não é que não desejássemos fazê-lo. Mas de fato, não nos estão dando os recursos para esse fim. Esse esclarecimento junto à Receita é fundamental para que tudo seja reposto no seu devido lugar.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Muito obrigado.

Gostaria de passar a palavra ao Dr. Eliezer, que é um depoente, digamos assim, sempre à disposição desta Comissão. E já que estamos falando da questão do ponto de vista da Sudene tantas vezes aqui, gostaria de lembrar que essa documentação, que chegou a nossas mãos é da maior importância. Precisamos colher dados, também, relativamente à Sudam, e que eles sejam fornecidos para cada um daqueles participantes da audiência pública em São Paulo.

Essa coleção, Dr. Eliezer, solicita a V. S.^a que houvesse a providência anterior para que todos os membros da Comissão pudessem discutir, em cima desses dados e até desse visual de uma nova realidade do Nordeste que muitos não conhecem. Nós sabemos que a crise econômico-financeira do País, em geral, afeta essas indústrias. Em algumas delas, o Senador Lavoisier Maia, por exemplo, da última vez, na sua intervenção, citou o caso das Confeções Guararapes, que estão em crise. Mas esses são problemas conjunturais, esperamos que o sejam.

O importante é saber que o desenvolvimento do Nordeste se faz através desses empreendimentos, que são responsáveis, hoje, pela grande parcela da contribuição tributária da Região e da grande parcela ou a maioria de oferta de empregos da Região, como no caso da Amazônia também.

Concedo a palavra ao Senador Lavoisier Maia.

O SR. LAVOISIER MAIA — A Guararapes, realmente, fechou as suas portas, deixando 6.500 pessoas na rua, como é a maior fábrica de confeções do Rio Grande do Norte.

Por outro lado, tenho o registro positivo, nem tudo é negativo não. Visitei uma empresa, agora, no Vale do Açu, de terras fertilíssimas, a Prunorte que está com um desenvolvimento há cinco anos muito grande, produzindo melão, manga, uva e acerola e exportando. É um empresário competente, o maior do Rio Grande do Norte, e que emprega, hoje, 1.900 pessoas numa área de 11 mil e 500 hectares, com um sistema moderno de irrigação, em sintonia, em contato com o mundo todo, porque ele exporta diretamente para o exterior o melão e a manga; e, em crescimento, tecnologia de ponta, emprega 11 agrônomos, quer dizer, é um oásis dentro da crise, no Rio Grande do Norte, que é um Estado que tem potencialidade, bem como outras regiões do Nordeste, em Pernambuco há o São Francisco que, repeti também é um oásis dentro do Nordeste, e para dizer do que somos capazes, na hora em que o Governo nos der uma mãozinha, multiplicaremos por 10 e por 100. Essa é que é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) — Nós vamos fazer uma relação dessas empresas para a Comissão se deslocar até áreas da Sudam e da Sudene para visitar essas regiões. Vamos escolher os projetos que foram sucessos e também aqueles que fracassaram para saber as razões que levaram esse projeto de um extremo a outro. Se foram somente razões empresariais ou se decorrem, realmente, desse corte, dessa intermitência no fluxo dos recursos prometidos. Até por que se se aprovam 100 projetos e os recursos são suficientes para 10, 90 vão morrer à míngua por falta de disponibilidade Orçamentária. Isso é uma insensatez, nós temos que conseguir instrumentos na legislação a ser alterada para que isso não ocorra. A sugestão aqui é a de que se completem os projetos com os recursos programados para, depois disso, comecemos os novos projetos.

O SR. LAVOISIER MAIA - Então, Sr. Presidente, gostaria que tomassem notas das empresas: Frunorte, Vale do Açu, proprietário Mancel Dantas Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - V. Ex.^a traz notícias, assim, desalentadoras quanto à Guararapes, que é uma grande empresa, esperamos que seja um projeto conjuntural. Esperamos. Também tivemos notícias, agora, que em um dos distritos da área metropolitana do Recife uma empresa está desempregando 1.200 pessoas de uma vez, está levando à rua 1.200 desempregados, não é porque quer; é pela crise. Eu posso até citar o nome, porque aqui estamos em uma Comissão pública, é importante saber, e é bom avaliar essa situação, parece-me que é a Microlite que está dispensando. Isso é um problema conjuntural.

Na área da construção civil, no mês passado foram mais de 5 mil pessoas desempregadas.

Mas, por outro lado, para citar um exemplo positivo que V. Ex.^a citou, há um laboratório, que não é nem na capital, é na cidade de Caruaru, que está em plena expansão, produzindo medicamentos da maior importância, inclusive querendo se habilitar a medicamentos de combate à diarreia, à cólera, e a outras enfermidades. É um grande sucesso empresarial no setor de indústria farmacêutica, no interior de Pernambuco, na cidade de Caruaru.

V. S.^a tem a palavra, Dr. Eliézer, se quiser complementar, trazer alguma informação de caráter rápido.

Queremos encerrar a nossa reunião às 21 horas e ainda há alguns oradores inscritos.

O SR. ELIEZER MENEZES - Só queria fazer algumas observações, Presidente, em relação a algumas colocações do Dr. Roberto Rio Branco, quando, nas suas sugestões, fez ver a necessidade de se estabelecer um zoneamento agro-ecológico e um zoneamento econômico.

Queria adiantar que a Sudene também tem essa mesma visão, e nós estamos concluindo o zoneamento agro-ecológico do Nordeste em conjunto com o Ibama, o Ibrapa, o Inbra, a Funai e os órgãos da área de agricultura dos Estados.

Já está em fase final, inclusive de assinatura de um convênio, onde foram estabelecidas as regras, as normas desse zoneamento agro-ecológico e a Sudene vai ficar coordenando isso, com a anuência desses outros órgãos.

Estamos também em fase adiantada, mas um pouco menos do que o zoneamento agro-ecológico, criando o zoneamento econômico, onde se identificam as potencialidades de cada região e os lugares em que os investimentos dão retorno maior e mais produtivo. A Sudene também tem a visão do Dr. Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Quer dizer que essa proposta na área da Sudene já está em execução?

O SR. ELIEZER MENEZES - Na área da Sudene, já está em execução. O zoneamento agro-ecológico está quase concluído e mais de 50% do zoneamento econômico, na área da Sudene.

Em relação à aprovação de projetos em número exagerado, também temos sido avaros. Nesta administração, o ano passado, não aprovamos nenhum projeto por conta da escassez de recursos, e este ano, só a partir de fevereiro começamos a aprovar no máximo um por cada Estado, e nem sempre em todos os Estados. Com essa preocupação também da escassez de recursos e da visão que temos de que não adianta aprovar o projeto que achamos até que prejudica o empresário, porque na hora em que aprovamos o projeto, ele aporta os seus recursos e nós não chegamos na hora, isso pode levar a um problema sério na empresa, e a culpa é da instituição.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Muito obrigado.

Queria conceder a palavra ao Senador Beni Veras. Este nobre Senador é Relator de uma outra importantíssima Comissão, que é a Comissão que avalia os desequilíbrios regionais, com vistas a propostas de correção dessa situação de desequilíbrios regionais. É também uma comissão mista do Congresso, que trabalha em caráter complementar aos trabalhos desta Comissão, ou melhor, ambas se complementam, e a sua palavra e presença aqui são da maior importância, assim como a nossa presença, enquanto possível, nos trabalhos da sua Comissão.

Tem a palavra V. Ex.^a, Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS - Eu, propriamente, esperava que fosse feito um aprofundamento da questão do financiamento da agropecuária como parte do Finor; porque me parece que talvez o Finor não seja a forma mais adequada de (inaudível) das atividades agropecuárias, e devesse usar um sistema mais próprio para esse tipo de iniciativa. Mas imagino que o companheiro tenha deixado para outra oportunidade.

Eu vejo o seguinte: o Nordeste paga um preço muito alto, porque é cobrado em valores muito evidentes, como o Finor, por exemplo. No entanto, são valores irrelevantes em relação ao volume da economia regional, que, mesmo pequena, é uma economia de 30, 40 bilhões de dólares. O Finor é alguma coisa como 250 milhões de dólares-ano, ou seja, é um valor muito pequeno para ter uma ação realmente transformadora sobre a Região. Por ser muito transparente, muito evidente, o País todo nos cobra. O Finor é como se fosse uma dívida salvaçãoista da Região. É, de fato, um pequeno esforço que o País faz ao desenvolvimento regional, mas insuficiente para transformar a Região Nordeste.

Por esse valor que nos é cobrado persistentemente, pagamos um alto preço. Embora saibamos que da forma que vai o Finor para o Nordeste, volta através da forma concentradora do regime capitalista, que tem a sua força maior no Centro-Sul, com recursos bancários e outras formas mais, recursos maiores do que o Finor.

Creio que devemos lutar mais por uma política nacional, justa, até por uma política regional. A prova disso é a questão da Açominas, que 6 milhões de dólares são lançados nela como parte de uma política nacional de reforço da siderurgia.

Se a política nacional exerce ação sobre o Nordeste teria um valor muito maior do que é aplicado no Finor. Realmente se ressentem a atividade industrial e em grande vulto passa a ter uma ação importante sobre a transformação da economia regional. Mas no Nordeste, empresas governamentais tipo Suez, Cloroquímica, tipo Sal do Rio Grande do Norte, irrigações no Ceará, são projetos que não são levados a termo, apenas iniciados. Às vezes, abandonados ao longo do tempo, que não se concluem. A região sofre a falta desse projeto. O País não assume, na região, o papel

que adotou aqui no Centro-Sul, dinamizador de um processo real de desenvolvimento econômico.

Estamos nos ressentindo muito, e é natural que queiramos uma política nacional que inclua o Nordeste, semelhante às que são realizadas no Centro-Sul. Já deveriam ter a abrangência que precisam ter, para o Nordeste e para o (fora do microfone) também.

Essa é uma questão que temos que levar às últimas consequências. É o País que precisa ser examinado como um todo, não como Centro-Sul apenas, como hoje.

Estamos sofrendo muito, atualmente, a falta de um planejamento mais abrangente na nossa região, planejamento que faça um projeto de integração mais forte entre o Norte e o Nordeste, e pode ter um papel de complementação muito mais importante. Hoje um dos desafios que temos é que os custos entre o Nordeste e o Norte são muito altos.

O transporte de cabotagem, por exemplo, é muito caro, dificulta a relação entre as duas regiões. É preciso que esse problema seja resolvido para que as regiões possam se integrar muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Agradeço, e queria lembrar V. Ex.^a que é importante sua presença naquela reunião do dia 11, em São Paulo. Queria que marcasse na sua agenda para podermos comunicar a reunião do dia 11 de maio.

Gostaria de saber se alguns dos expositores têm algo a comentar? Ele formulou uma pergunta sobre a questão agropecuária. V. S.^a tem a palavra.

O SR. SÁVIO VIEIRA - Senador Beni Veras, a sua observação, evidentemente, tem cabimento e foi no setor de projetos agropecuários onde se verificou alguns dos insucessos da aplicação de recursos do Finor, insucessos esses que, na sua totalidade, como citei no texto do nosso trabalho, totalizaram perdas da ordem de 3,6%.

Outro dado com relação aos projetos agropecuários é que eles, na sua totalidade, que era a pecuária bovina de corte, era pecuária de leite, caprinocultura, ovinocultura, avicultura e a parte de agricultura eles não absorveram no curso de todos esse tempo mais do que 20% da totalidade dos recursos carregados para o Finor.

Se verificarmos que as perdas ocorridas no global da ordem de 3,6% e o percentual pequeno dos valores de projetos agropecuários no contexto geral do Finor, essas perdas não chegam a ser alarmantes, melhor seria que elas não houvessem ocorrido, mas elas não chegam a ser alarmantes. Mas, a política de projetos agropecuários trouxe alguns benefícios para a região que são marcantes, hoje, e alguns deles são definidores até de comportamentos da nossa região.

Eu colocaria para V. Ex.^a alguns dados em relação, por exemplo, ao consumo de carne bovina. Antes de 1960, o boi do Nordeste chegava ao açougue aos 4 anos de idade, com um peso que não passava de 7 ou 10 arrobas. Este animal hoje chega ao açougue com peso em torno de 15 arrobas, com idade de 3 anos. Então, houve um aumento da qualidade do rebanho bovino. Este é um número qualitativo.

Há um outro dado que é o seguinte: até aquela época, apenas os Estados da Bahia e de Sergipe eram auto-suficientes em produção de carne bovina para as suas necessidades. Todos os outros eram importadores de carne bovina. Importávamos a nossa carne de onde? Importávamos uma parte da Bahia; do norte do Espírito Santo; de uma parte de Minas Gerais; muito de Goiás; e até de São Paulo - carne frigorificada.

Hoje, os Estados da Bahia e de Sergipe são auto-suficientes, a Bahia já com uma grande capacidade de produzir carne para fora, até exportar; o Estado do Maranhão é auto-suficiente; os outros Estados melhoraram a sua capacidade. A quantidade de boi que hoje vai de Goiás, de Minas, do Espírito Santo para o Nordeste é infinitamente menor do que era naquela época.

Então, melhoramos o perfil genético do nosso rebanho, melhoramos o perfil da capacidade de desfrute, conquistamos espaços importantes, porque o boi tem sido, na história das Américas, o que vai na frente, assim como a agricultura de sequeiro e a agricultura irrigada, e depois os processos mais sofisticados vão chegando.

Então, sobre esse aspecto, eu diria que foi válido e ainda é válido, até porque temos áreas absolutamente vocacionadas para a pecuária de corte, extensiva. Repito, houve erros, houve falhas, houve diagnósticos empresariais errados, mas, neste caso, alguns empresários pagaram o preço por esses erros. Diria também que, provavelmente por conta desses erros ocorridos anteriormente, nas sucessivas revisões dessa política de incentivo ela tem sido aperfeiçoada, aprimorada. E mais recentemente essa lei, que hoje se discute aqui, foi bem mais rigorosa neste responsabilização do empresário. Porque antes as transformações de ações deixavam alguns empresários muito à vontade, porque o Finor passou apenas a ser um acionista igual a ele; e se o empreendimento foi bem sucedido ou não, o risco era diluído entre eles. Hoje, com a adoção do sistema de debêntures e o aval do empresário tomador daquilo, e somente transformado em ações quando da conclusão do empreendimento, nos parece que foi um fator de modificação para melhor, de grande significado, um fator de responsabilização do empresário, que evita o aventureiro, o pouco responsável, ou aquele que quis fazer adivinhações de projetos imaginários com o dinheiro público.

Penso que esta comissão terá oportunidade, na análise de tudo, de introduzir outros aperfeiçoamentos, controles mais rigorosos, mais rígidos para que as perdas sejam menores ainda.

Também é dentro do item agropecuário, onde esses 20% estão englobado, que nasceu a agricultura melhorada do Nordeste e o grande segmento, que nos parece o segmento mais promissor da nossa região, que é agricultura irrigada. Hoje com resultados extraordinários, como aqui acabou de ser citado pelo Senador Lavoisier Maia, e outros tantos que podem ser mostrados já em produção e outros já em processo de implantação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Tem a palavra o Sr. Roberto Paranhos.

O SR. ROBERTO PARANHOS - Gostaria de fazer alguns comentários nesse tema, porque inclusive dá-me oportunidade de falar sobre algo que não salientei anteriormente.

Em primeiro lugar com relação a agropecuária, também partilho com o companheiro Sávio. Acho que na nossa Região de cerrados isso é o maior testemunho, inclusive. Dos meus associados, por exemplo, temos a Sadia, Firdigão e outros tantos, e que de fato o pessoal que fundou a associação falava com orgulho da pato do boi, há 24, 25 anos, hoje temos vários fri-

goríficos ativos naquela região do Mato Grosso, Rondônia, sul do Pará, que hoje estão evoluindo para projetos que trouxeram a sua vocação, de origem do Sul, que são avicultura, inclusive para exportação.

Enfim, como o Sávio salientou muito bem, foi graças a isso que conseguimos realmente uma evolução na agricultura e, hoje na agroindústria, tão forte naquelas regiões.

Outra coisa que gostaria de solicitar a esta Comissão é o seguinte: não se em aqui, não se permite, inclusive, que se faça pré-definições que impossibilite, por exemplo... Antes, falava-se que era Amazônia, agora é no Estado da Amazônia, mas seja onde for, a pecuária primeiro não vai; segundo, o Brasil tem o terceiro maior rebanho bovino do mundo, sendo que a Índia tem o maior, mas é intocável por razões religiosas. De fato, vem daquelas pressões externas que acabamos comprando. Eles têm, efetivamente, algumas das nossas vocações que incomodam realmente, não só em alimentar ao nosso povo, em primeiro lugar, mas de fato podemos transear ter essa riqueza para efeito da exportação. Apesar dos subsídios de que a Europa dispõe, o Brasil consegue - com raros momentos, como agora que não está sendo muito bom para avicultura - que o frango brasileiro, na França, seja mais barato do que o frango francês, com todos seus subsídios. Temos, sem dúvida, algumas vocações inequívocas. O Nordeste, neste caso, com mais razão, porque estaria com proximidade maior - já ouviram falar no plano de cabotagem.

Esta Comissão representa, hoje, um papel importante a fim de não permitir que se definam certos conceitos sem haver uma discussão maior. Gostaria de colocar dois conceitos antes não colocados.

Defendemos que não se tenha o incentivo fiscal em termos perpétuos. Há certas regiões, certas atividades que talvez não precisem mais. A Zona Franca sem essa atividade até outro dia estava indo muito bem, agora, está numa crise. Mas é uma outra disposição muito mais séria que deveria passar por aqui, como salientei.

Com relação à questão, por exemplo, do pólo petroquímico na Bahia, talvez algumas empresas não necessitem mais de incentivo. O incentivo deveria ser dirigido para uma outra atividade, numa outra região. Na próxima pecuária pode ser que haja uma região no Nordeste que hoje esteja indo magnificamente bem. Por que então não se aprovar numa Região que tenha vocação e que não teve oportunidade de desenvolver?

Ou o fato que o Sávio apontava, no sentido de ver se buscando, porque cada um de nós quer o melhor, quer ter um resultado melhor, por uma série de razões. Mas por que não acelerar o processo de melhoria genética, ou acelerar um processo de confinamento. Enfim, coisas que permitem realmente uma otimização daquilo que já foi investido.

Vamos dizer que não se pode mais aprovar projetos de incentivo para a pecuária. São conceitos que vão se impregnando nas pessoas e se coloca uma barreira.

Quero salientar outro ponto, aproveitando a oportunidade, que tem relação com o comentário que feito foi pelo companheiro anterior, na questão do zoneamento agro, etc. - A minha preocupação é que vejo que há muitos Estados que estão cada um fazendo seu zoneamento. Acho produtivo, mas se não houver do Congresso uma pressão no sentido de haver uma determinação - hoje está na Secretaria de Assuntos Especiais, pode amanhã estar em outro lugar. Mas o importante é que a EMBRAPA tem há muitos anos estudos sobre isso. O Sr. João Alves, hoje, Governador, na época em que era Ministro, discutimos muito isso. A pressão maior que o Presidente Sarney sofreu foi porque a FAO dispunha de recursos, mas no fim o objetivo era utilizar todo trabalho que a EMBRAPA tinha. Sabemos que há esse trabalho. Mas o importante é que haja uma época nacional. Sou, inclusive, municipalista, acho que o município é que sabe das suas necessidades. Mas neste caso, digo por que tem servido esse problema da falta dessa regra do jogo, de barreira para nossas atividades. Serve mesmo para dizer. Não! Isso no Rio-92 vai estar muito forte e não permitir que o Banco Mundial, dê recursos para isso ou para aquilo, que muitas vezes se acopla ao recurso do incentivo fiscal.

Chamaria a atenção fortemente para esse aspecto.

Por último, tenho visto que a comissão tem colocado que o assunto deveria chegar até agosto. Preocupa-me muito o fato, pois sabemos que a comissão está estudando a reforma tributária, e que, de acordo com o Ministério da Economia, há uma meta de se concluir tudo isso em julho. Então para que não ficássemos depois sem a oportunidade de atuarmos naquele trabalho da reforma tributária, que pode inclusive invalidar grande parte. Acho que devia haver algum grupo desta comissão que estivesse atuando, junto aquela da reformatributária - não sei se há - ao mesmo tempo, junto ao Ministério da Economia. Talvez essas coisas trouxessem o que foi apontado aqui, um número maior, não só de pessoas, mas de interesses do meio de comunicação.

Por exemplo, essa reforma tributária pode jogar por terra completamente a Zona Franca de Manaus, independentemente do modelo industrial que hoje está em questão e que está atingindo, fora a recessão, a Zona Franca. Mas se de fato tivermos mudanças, de vantagens de IPI, etc., não tem mais porque estar na Zona Franca de Manaus. É muito melhor estar no Ceará, no Recife ou em algum lugar que tenha porto, que tenha consumidor ali na esquina da fábrica.

Tudo isso tem que ser trazido realmente a esta Comissão, provocando um interesse ainda maior do que aquele que já tem aprovado, mas aí abrangendo ministros e assessores, para que haja um casamento melhor.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Muito obrigado.

A questão da reforma tributária já foi levantada várias vezes em debates que tivemos; o último foi na Associação Comercial de Pernambuco e anteriormente houve um na Câmara Nordeste do Brasil/Estados Unidos.

Estamos procurando esse intercâmbio, e em última análise, a proposta dessa equipe vai, via Executivo, chegar ao Congresso. O Congresso está avaliando também essa questão dos incentivos fiscais, como já avaliou e votou a questão da Zona Franca de Manaus. O mesmo Congresso, que votou projeto da Zona Franca, vai votar as propostas desta Comissão e ao mesmo tempo a mensagem do Executivo relativo à reforma fiscal. Estamos realmente preocupados em que uma questão não vá se chocar com a outra.

O SR. ROBERTO PARANHOS - Mas não conviria, Sr. Presidente, convocar - eu não sei se é o caso convocar o Ministro Marcílio - mas pelo menos o Ariosvaldo Matos Filho, que está com a missão de redigir essa reforma tributária. Nós estamos precisando de uma revisão do modo de uma lei, e creio que eles estão pensando questões muito diferentes até que imaginamos.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Existe o temor de que essa equipe, que está elaborando o anteprojeto da reforma fiscal do Executivo, elaborando o temor que se tem levantado e que V. Sa. levantou agora também com toda a procedência - de que a equipe não esteja sensibilizada para esses problemas dos incentivos regionais; aliás, podem até ter certo preconceito contra esses incentivos, porque são remanescentes daquela equipe que dominou a economia nos primeiros meses do Governo Collor. Esse perigo existe. Não queremos propriamente uma equipe que defenda pura e simplesmente os incentivos, mas queremos pessoas que tenham visão de um planejamento nacional, de acordo com o que falou o Senador Beni Veras. Essa questão tem que ser aprofundada posteriormente. Nós vamos tomar conhecimento, vamos nos aproximar para observar mais atentamente os trabalhos dessa comissão. Mas, hajam que houver, seja qual for a proposta que ela faça, é apenas uma proposta do Executivo. Ela não tem força da lei simplesmente como proposta. Esse técnico que estão trabalhando vão assessorar o Poder Executivo, que mandará uma mensagem ao Cor. Aí, sim, o que o Congresso aprovar é o que vai valer. Antes disso, nada vale, pouco importando quais são as propostas, se vão ao encontro dos incentivos regionais ou se não vão.

O SR. ROBERTO PARANHOS - Eu sugeriria, não sei se alguém sugeriu ou se já está na linha, convocar o ex-Ministro Ozires Silva, que hoje voltou à EMBRAPA, e alguém também do setor da informática.

O País, em certo momento, quis ter uma indústria competente de aviação. O modelo instituído para a EMBRAER foi um modelo de sucesso - se foi bem ou mal gerido, está no bojo desse julgamento. A retirada dos incentivos e outros problemas de mercado deixaram a empresa realmente sem base.

A informática, outra vez, com todo o seu protecionismo, não deixou de ser um modelo. Essas nossas sugestões nós voltamos às origens no sentido de que os incentivos fossem diretamente dirigidos aos bancos regionais, sem passar por órgãos que ficam retendo o dinheiro, dificultando informações. Enfim, eles estão, junto com a SUDENE e a SUDAM, interessados em agilizarem o processo. E a informática foi um modelo idêntico. As pessoas escolhiam os projetos de forma direta, encaminhando o recurso através do sistema do Imposto de Renda. Esse é um modelo que poderia voltar a ser reavaliado, porque foi altamente eficiente, pelo menos, para aqueles modelos.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - A sugestão é muito importante. Nós vamos avaliar, nas próximas reuniões, questão de novas convocações. Senador Beni Veras, V. Ex. tem algo a observar?

O SR. BENI VERAS - É muito grave a revisão constitucional que vem aí. Por causa da revisão, eu temo que o Nordeste vá sofrer grandes prejuízos através de pequenas medidas. Dou o exemplo do fundo constitucional, que foi criado para desenvolver as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e hoje está financiando empresas e substituindo recursos que o Banco do Brasil e o Bndes retiraram para aplicar na região. Não é algo mais que a região ganhou. Está entrando e substituindo recursos que estão sendo retirados progressivamente.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Mais grave do que esse proposta, que virá de uma mera reforma tributária, é a própria revisão constitucional.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Quero apenas perguntar se V. Ex. vai realmente seguir o horário, porque tenho algumas perguntas para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Vou passar a palavra ao Deputado Álvaro Ribeiro e depois a V. Ex.

O SR. ÁLVARO RIBEIRO - Procurando ser bem objetivo, eu gostaria de dizer que, mesmo não sendo membro da Comissão Mista, como pernambucano e nordestino eu não poderia me furtar, eu não poderia deixar de vir aqui trazer a minha contribuição para esta comissão.

Quero de formular algumas perguntas ao Sávio Vieira, que poderão ser extensivas ao Dr. Roberto Paranhos. Como dessas perguntas consequem uma certa seqüência, eu pediria permissão V. Ex. para fazê-las uma a uma; na medida em que eu fosse perguntando, os dependentes iriam respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - V. Ex. quer formular as perguntas para serem respondidas uma a uma?

O SR. ÁLVARO RIBEIRO - Eu gostaria, porque o assunto a ser abordado ficaria melhor explicado para todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - V. Ex. pode fazê-lo, conquanto que seja com a maior brevidade possível, porque o nosso tempo já está se esgotando. É um prazer dizer da contribuição que V. Ex. traz, será sempre bem-vinda.

O SR. ÁLVARO RIBEIRO - Muito obrigado. Não tenho dúvida de que cumprirei a mensagem de V. Ex. quanto ao tempo.

Eu gostaria de saber do Dr. Sávio Vieira, na qualidade de empresário e Presidente da Agropene se a Sudene vem cumprindo o dispositivo do art. 14, II, do Decreto nº 101, que se refere à liberação dos recursos do FIC-92 com a respectiva correção monetária, aplicando-se a variação da TRD, ou vem liberando os ditos recursos sem qualquer correção, em descumprimento ao dispositivo legal.

O SR. SÁVIO VIEIRA - Eu posso informar que até a data da nossa saída de Recife, a Sudene não havia procedido à correção dos saldos, como manda a lei a que V. Ex. se referiu. A lei determina que essa correção ocorra a partir da data de sua publicação, que foi o dia 18 de abril. Essas correções não foram feitas. Os empresários sabem dos aportes que fizeram, dos saldos que geraram, sabem que receberam esses saldos meses depois, mas eles receberam nos seus valores originais, sem nenhuma correção.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - V. Ex. pode prosseguir.

O SR. ÁLVARO RIBEIRO - Então, é um fato. A Sudene não vem cumprindo o que determina a lei.

Eu gostaria também de saber do Dr. Sávio Vieira por que ele, em novembro de 1991, em resposta a um telex subscrito por mim e por vários outros membros da Câmara dos Deputados, afirmou que a Sudene vinha cumprindo

do fielmente aquele dispositivo legal. Eu gostaria, neste instante, de saber com quem está a verdade.

O SR. SÁVIO VIEIRA - Eu não entendi, Deputado. O telex foi encaminhado a quem?

O SR. ÁLVARO RIBEIRO - Ao Dr. Egberto Batista, então Secretário de Desenvolvimento Regional, e ele, em resposta, afirmou que a Sudene, juntamente com a Sudam, vinha cumprindo esse dispositivo.

O SR. SÁVIO RIBEIRO - Eu não sei nem posso saber, evidentemente, que motivações teve o Secretário Egberto Batista para dar essa resposta. Na realidade, nem naquela época, nem hoje, a correção foi feita na área da Sudene. Nós temos informações, e o Dr. Roberto Paranhos que está aqui presente pode confirmar, mas ela foi confirmada numa dessas reuniões aqui pelo próprio Superintendente da Sudam, numa reunião em que eu estive presente, onde ele disse que lá a Sudam procedeu à correção e a liquidação desses valores junto ao empresariado. Na Sudene, isso até hoje não ocorreu.

O SR. ROBERTO PARANHOS - Seria importante que houvesse uma uniformidade em certos conceitos entre Sudene e Sudam.

O SR. ÁLVARO RIBEIRO - Dr. Roberto, aí não precisa uniformidade, a lei determina.

O SR. ROBERTO PARANHOS - Com isso essa exigência acabou se incorporando à lei porque, até então, a vida inteira, a Sudam sempre pagou a correção monetária, ela sempre fez a correção. E no ano passado também cumpriu.

O SR. ÁLVARO RIBEIRO - O que nós vimos e lamentamos é que, com relação à Sudam a Secretaria do Desenvolvimento Regional cumpriu o que determina a lei, mas com relação à Sudene, isso não ocorreu.

Com base nisso, Sr. Presidente, eu gostaria de, brevemente, indagar do Dr. Sávio Vieira quais os prejuízos que o não-cumprimento da determinação legal vem ocasionando às empresas e, conseqüentemente, à economia nordestina como um todo.

O SR. SÁVIO VIEIRA - Os prejuízos são muito grandes para os dois segmentos do empresariado individualmente e à região nordestina. A região pelo não-ingresso de recursos no seu todo. O empresariado, porque ele recebeu um aporte em valores que ficaram estagnados. A Sudene considerou o saldo naquela data e fez o aporte à empresa em outra oportunidade. Esse aporte, após entrar na empresa pelo mecanismo que a lei determina, é corrigido e tem juros de 4% ao ano. Aquela outra parcela de um, dois, três, quatro meses e até de seis meses de correção, ficou lá com o empresariado, sem receber, impedindo que ele continuasse na aplicação do seu programa de implantação. Quando cada um de nós fez, à luz da lei, aquelas contas, aquele aporte estava contando com aqueles recursos, evidentemente, corrigidos. Não se pode deixar de falar em correção num País que tem inflação mensal acima de 20%. Esse recurso está lá. O prejuízo é muito grande para o empresariado, para o andamento do projeto e para a região.

O SR. ÁLVARO RIBEIRO - Eu gostaria de complementar a sua observação. A lei foi aprovada em dezembro do ano retrasado, regulamentada em janeiro. As nossas primeiras liberações, fora a questão da correção monetária, só vieram em outubro. Isso levou, sem dúvida, muitos projetos à inadimplência. Alguns faliram e tiveram atividades paralisadas. Há anos que a maioria dos nossos recursos, 90% vêm do bolso e 10% do Governo, apesar de que as aprovações eram 50% - 50%; no início, era 75% - 25%. É preciso consolidar o que existe, o que já está no meio do caminho. Implantar com 70% ao mês, implantar com 80%, mas que tenha condição de sobrevivência. O ano passado foi um ano de calote, porque só em outubro, apesar de o dinheiro estar depositado há muito tempo, é que começamos a ter as primeiras liberações.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - V. Ex.^a tem mais alguma pergunta para formular?

O SR. ÁLVARO RIBEIRO - Como última pergunta, eu gostaria de indagar o Dr. Sávio Vieira. Tendo V. S.^a informado que a Sudene não vem cumprindo tal determinação e que esse descumprimento da lei tem causado graves prejuízos, que agora há pouco foram informados por V. S.^a - porque as empresas prejudicadas ou até mesmo a entidade representativa de várias delas, V. S.^a dirige uma, que é a Agropene, não exigiu judicialmente a satisfação dos seus direitos por parte da Sudene, uma vez que se trata de direito líquido e certo previsto em lei, haja vista que os recursos para o cumprimento dessa obrigatoriedade legal encontram-se com dotação orçamentária aprovada por esta Casa?

O SR. SÁVIO VIEIRA - Sr. Deputado, temos sido incitados, na Associação que presidimos, por diversos companheiros associados a assim proceder. Já existem estudos feitos por ilustres advogados de associados, de clientes desses escritórios, para se tomar essa providência. O que ocorreu e ocorre é que nunca, pelo menos na nossa gestão, questionamos judicialmente a Sudene; nunca nos confrontamos com a Sudene por entendermos que ela é uma parceira, pelo menos teoricamente deveria ser nossa parceira. Ela deveria ser tão reivindicadora das coisas do Nordeste quanto nós. Temos mantido diálogo com o Superintendente, com o Diretor da Administração de Incentivos, com assessores, há algum tempo, sobre esse assunto e temos sido informados de que, oportunamente, esse assunto será tratado. Lamentavelmente, até agora, não foi. Imaginamos que por muitos motivos, inclusive com o empenho que esta Comissão, com toda certeza, fará, esse assunto será equacionado, resolvido e dirimidas as dúvidas, porque com o cumprimento da lei não pode haver dúvida. Esperamos que isso ocorra o mais breve possível. E mais, que a Sudene providencie recursos para reparar as empresas dos prejuízos que ela impôs. De um lado, o que ela investiu, nós corrigimos. Somos devedores, corrigidos. Mas, o que temos a receber não é. Imaginamos que não precisaremos recorrer à Justiça e que teremos em breve uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Tem a palavra o Deputado Álvaro Ribeiro.

O SR. ÁLVARO RIBEIRO - Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a oportunidade que V. Ex.^a me concedeu de participar dos trabalhos e parabenizar a Comissão pela iniciativa que tomou no sentido de ouvir o Superin-

tendente, os empresários, as entidades de classe, inclusive os funcionários que serão ouvidos aqui. A título de sugestão, gostaria que V. Ex.^a solicitasse do Ministro Ângelo Calmon de Sá informações sobre essas disparidades, porque, como ouvimos aqui hoje, a Sudam cumpre com o que determina a lei e a Sudene não. Fica aqui a nossa sugestão de que V. Ex.^a, para maiores esclarecimentos e andamento dos trabalhos desta Comissão, solicite essas informações em caráter de urgência, para que esse assunto seja definitivamente esclarecido. Eram estas as minhas intervenções, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Pergunto a V. Ex.^a se a manifestação do Dr. Egberto foi a um pedido de requerimento feito por V. Ex.^a

O SR. ÁLVARO RIBEIRO - Não. Fiz a solicitação através de um telex subscrito por mim e por aproximadamente 40 deputados do Norte e Nordeste do País.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - V. Ex.^a tem a cópia da resposta do Dr. Egberto?

O SR. ÁLVARO RIBEIRO - Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Eu pediria que V. Ex.^a fornecesse uma cópia a esta Comissão, com base nessa resposta e nas informações aqui trazidas pelo Dr. Sávio e pelo Dr. Paranhos; podemos formular um pedido de informação ao novo Secretário Regional, pedindo as medidas cabíveis para o cumprimento da lei.

O SR. ÁLVARO RIBEIRO - Tenho a cópia e vou fazê-la chegar às mãos de V. Ex.^a Tanto o telex quanto a resposta que foi enviada pelo Sr. Secretário do desenvolvimento regional.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Muito obrigado. É da maior importância essa questão levantada aqui. Creio que ela vai contribuir. É uma ação concreta de uma Comissão pode realizar; não se trata de uma Comissão de Inquérito, mas de levantamentos da situação dos incentivos fiscais. Essa situação é esdrúxula no que toca à Sudene, realmente a correção monetária é um pré-requisito; está na lei atual, e não vejo por que a Sudene não a esteja cumprindo. Mas como não há ninguém aqui para responder pela Sudene, nem nós vamos responder; pessoa mais indicada, V. Ex.^a já convocou, é o novo Ministro-Chefe da Coordenação do Desenvolvimento Regional.

O SR. ÁLVARO RIBEIRO - Agora, uma sugestão na mesma linha daquele ofício que foi encaminhado à Receita Federal; como de janeiro a outubro, muitos pagam o Imposto de Renda do ano anterior, antecipadamente, seria interessante que a Receita também nos informasse o que é feito da correção a partir do dia em que alguém começou a pagar o Imposto de Renda, até outubro; parte deve estar aí e precisaria de alguma forma aparecer. Mesmo que diga que não fez, porque não tinha o dinheiro. Mas isso é lei. Esse repasse tem de ser feito a cada quinze dias com correção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Eu pediria a V. Ex.^a para trazer essa documentação o quanto antes, a fim de oficiarmos ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria do Desenvolvimento Regional.

Finalmente, tem a palavra o nosso ilustre Relator, e depois ouviremos o nosso Vice-Presidente.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Vou falar muito pouco, até porque algumas perguntas que iria formular já foram feitas pelo Álvaro. Mas vou aproveitar os doze representantes dos empresários do sistema para fazer algumas perguntas para facilitar o relatório. A primeira é a seguinte: o que a Sudene e a Sudam têm feito com o mau empresário?

O SR. SÁVIO VIEIRA - Anteriormente à lei, o máximo que a Sudene fez em relação ao mau empresário, e foi pouco, foi deixar de liberar para ele. Hoje, esse mau empresário tem um procedimento diferente - já abordamos esse assunto - porque hoje ele não é um acionista da Sudene, até concluir o seu projeto; ele hoje é um devedor ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste da totalidade dos recursos que lhe foram aportados. Este é um dado muito importante. Anteriormente, esse era um dos pontos mais falhos do sistema; porque o empresário errava, desviava - quando desviava - não sofria qualquer penalidade.

O SR. ROBERTO PARANHOS - Na Sudam eu diria que é praticamente a mesma coisa. Há anos pedíamos que eles fossem mais rigorosos, que a fiscalização fosse de terceiros, para evitar qualquer tipo de má interpretação, para que o processo fosse mais transparente. Nós mesmos pedimos punições rigorosas. Por muitos anos não houve isso, mas apenas cancelamento o que era até uma premiação. Cancelava-se o projeto.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Quer dizer, antes o aventureiro tinha vez, agora não tem.

O SR. ROBERTO PARANHOS - Fora o caso da Sudam, em que houve realmente uma depuração ao longo dos anos, no início houve abusos maiores; de 2 anos para cá, o processo passou a ser mais rigoroso.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Dr. Sávio e Dr. Roberto.

O SR. SÁVIO VIEIRA - Apenas para complementar, Deputado José Múcio, queria dizer o seguinte: o aventureiro realmente teve vez antes. Mas considero da maior importância que se diga que este aventureiro, ou estes aventureiros todos, apesar do afrouxamento do sistema, conseguiu dilapidar o número de 3.6% do total de recursos investidos.

O SR. RELATOR (José Múcio) - É uma coisa que é intangível é macular o conceito da instituição, não é verdade? Uma outra pergunta importante para relatoria.

Os senhores são a favor do sistema debenture? Consideram-no um aperfeiçoamento do sistema?

O SR. SÁVIO VIEIRA - É um aperfeiçoamento, um avanço como outros que poderão ocorrer. Penso que o mecanismo de controle que o processo instituído pela debenture exerce é um mecanismo salutar, é um mecanismo que faz bem à saúde do sistema e da instituição que o serve.

O SR. ROBERTO PARANHOS - Penso também que é uma evolução, ajuda a esse processo ser realmente mais autêntico; só ele é mais restritivo e, principalmente, no caso, não dá para atender, no meu entendimento, os pequenos e médios empresários; é preciso haver outros sistemas e mecanismos.

O SR. RELATOR (José Múcio) - O Senhor acredita que não atende pequenos e médios empresários, ou não atende a uma parcela de aventureiros?

O SR. ROBERTO PARANHOS - Creio que quando se criou as debêntures, o objetivo era tentar colocar dificuldades. Essa questão, por exemplo, de nascerem os acionistas já definidos no art. 9º também tem o mesmo objetivo.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Outra pergunta: os senhores são a favor desse sistema de debênture ser retroativo a projetos que já haviam sido aprovados no sistema, sem ser debênture? O novo eu não vou discutir. Daqui para a frente tudo é debênture.

Qual a posição da AGROPENE e da Associação de Empresários da Amazônia, com relação aos projetos passados?

O SR. ROBERTO PARANHOS - A minha é totalmente frontal contra qualquer coisa retroativa. A pergunta que o nosso Deputado fez anteriormente, que diz respeito a ir à justiça etc., chegamos a ter, inclusive, as ações legais prontas. O que houve, de certa forma, foi um temor que, lamentavelmente, existe sempre, de duas coisas: uma, que, discutindo na Justiça, num sistema que já está com a imagem muito ruim, contribuiríamos para piorar esta imagem. Segundo, o medo de sofrer realmente sanções nas liberações dos seus projetos. Essa lei hoje, em vigor na visão de todos aqueles que tinham projetos aprovados até então, era de que realmente fomos forçados a aceitar esta nova regra do jogo, quando na verdade fomos aprovados de uma outra maneira. Acabaram alguns realmente se adaptando, na SUDAM, pelo menos, acabaram se ajustando a menores projetos, pequenos projetos, - art. 17, uma boa parte com recursos de base, mas, no fim, são empréstimos que inviabilizam muitas vezes; tanto que renovo sugestão antiga: - o fundo constitucional deveria se dirigir em boa parte a pequenos e médios projetos; os agentes bancários, as suas agências, têm possibilidade de atender; os gerentes conhecem; e deixar os fundos, realmente, para projetos de infra-estrutura, projetos novos, e mesmo os antigos serem consolidados.

Penso que houve um abuso, ocorreu-se a uma situação de terem de se adaptar a essa nova legislação. Sou, portanto, frontalmente contra inclusive esse item, ou a qualquer outro que seja retroativo, porque as pessoas aprovaram dentro de um conceito. Alguns puderam sair, desistiram, pararam.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Será que nem esses empresários confiavam no seu projeto?

O SR. ROBERTO PARANHOS - Por causa de debênture?

O SR. RELATOR (José Múcio) - Se o projeto dele deu certo, ele participa apenas com 30%.

O SR. ROBERTO PARANHOS - Depende do estágio em que está o projeto. Muitos aceitaram, foram em frente. Agora, a questão é que a debênture tem um custo, por menor que seja - que sejam 4% mais correção - e hoje é um dos melhores recursos que há no País. Mesmo assim temos problemas; tem-se que melhorar o mecanismo aqui. Hoje bata que a pessoa vá registrar a sua garantia, mas já o cartório interpreta que é uma hipoteca e hipoteca custa muito mais caro. E já houve casos pelo menos conosco na região da SUDAM, que não foi o que o Baza exigiu, mas assim foi entendido não sei onde. O sujeito acabou enfrentando o problema ou pagando. Então, a própria garantia é flutuante.

O SR. SÁVIO VIEIRA - Vou ter, pela primeira vez na noite, que divergir um pouco do meu companheiro e colega do Amazonas.

Desde a discussão da lei, fomos convencidos até por juristas a quem consultamos, de que não se configurava, não amarrava o direito adquirido, até porque cada um de nós, empresários, ao mandarmos o projeto para a pauta, assinamos um documento no qual nos submetemos ao Fundo de Investimento do Nordeste nas suas regras atuais e nas modificações que ele viesse a sofrer. Isto foi a nossa convicção, e discutimos em conjunto na época em que esta lei estava em tramitação no Congresso Nacional. Ficamos absolutamente convencidos de que a debênture era legítima para atingir aqueles projetos em implantação. A aplicação da debênture foi tão benéfica que produziu, primeiro, a quase totalidade dos projetos existentes no FINOR. Um pequeno número deixou de se enquadrar. Depois, houve outro fato, quem vive o dia-a-dia disto pode até ser criticado sobre outros ângulos, mas nós, que estamos no sistema, que somos empresários, que temos a responsabilidade de dirigir uma associação, consideramos um fato muito salutar; houve um grande número de projetos que trocaram de mãos, houve um grande número de empresários que venderam seus projetos, porque acreditavam que não podiam tocar naquela nova modalidade, que daquela forma não interessava a ele. E quem comprou, comprou com a consciência de que dentro daquela forma; dentro da sua visão empresarial, era um bom projeto, poderia ser tocado; o projeto se pagaria e daria a lucratividade que estava no papel na forma como ele se enquadrava. Este dado é muito importante e indicativo de uma mudança que queremos que exista, para benefício da nossa região, para benefício de nós mesmos que estamos no sistema, e para que a imagem da nossa instituição fique melhor; com isso ela se restaura, melhora, se aperfeiçoa. Quando nós reconhecemos os nossos erros, nós melhoramos.

O SR. ROBERTO PARANHOS - Só uma observação. Aquela história de advo-gado, cada um tem sua sentença e tal. No caso, o nosso Dr. Luís Viana Martins chegou a estabelecer, é uma questão que não está no momento em discussão, mas ele chegou a montar, com o seu peso de jurista, toda uma questão. A única questão de direito adquirido para que nunca conseguimos respeito é um cronograma, alguém ser obrigado a dar-me o dinheiro.

Agora, a forma inicial com que aprovei meu projeto, não deveria sofrer nisso em que ele se baseou, para resolver o problema. De qualquer forma se a essa altura é um assunto vencido porque não quiseram discutir. Havia um prazo para se adaptar a um novo processo. Superi, aqui, hoje, que até a debênture fosse objeto de leilões; seria uma forma de estimular mais investidores e dar mais peso àquele dinheiro que é considerado um lixo e que é proveniente do incentivo fiscal. E confirmo essa questão de vendas também. Houve uma mudança importante.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Não temos os dados da SUDAM, como temos os da SUDENE, estamos até formulando uma carta para ser submetida à apreciação do Presidente, para solicitar do superintendente da SUDAM, no sentido de fazermos uma avaliação dos números.

Com relação à SUDENE, em que os números são recentes, estivemos conversando com alguns técnicos daquele órgão, e vimos que o problema tem sido realmente falta de recursos; mas a aplicação do dinheiro tem sido fiscalizada e os efeitos do sistema têm sido positivos, agora, fizemos algumas avaliações onde tem havido uma maior resposta - esta é uma pergunta importante que vou fazer ao Dr. Sávio Vieira e também para o Senhor. É o seguinte: no setor industrial temos tido uma maior geração de empregos e, evidentemente, uma maior geração de impostos para o Estado. Eu digo sempre que a SUDENE e a SUDAM têm feito escolas, têm iluminado as ruas, têm feito praças, têm construído hospitais, porque essa é uma forma indireta do incentivo chegar, porque no momento em que construímos uma indústria, ela paga imposto e recolhe ICMS, o incentivo fiscal também está servindo também ao administrador público.

É injusto que pensemos que está apenas servindo à iniciativa privada. Os governadores - vamos dizer aqui na semana que vem - têm sido beneficiados pelos incentivos também através dos impostos gerados. Temos números de Salvador, Recife, Fortaleza; nas grandes capitais quase que 70 a 80% do ICMS são frutos de empresas incentivadas. Se nós hoje não somos menos pobres, nós seríamos mais miseráveis se não fossem os incentivos fiscais. Não tenho essa avaliação da SUDAM e preciso ter.

Mas, na semana passada, acompanhando o Senador Mansueto de Lavor numa palestra, ouvi um vereador do PT - que até se saiu muito bem - se manifestando favorável ao sistema; ele colocou que o relator deveria beneficiar esses projetos que gerassem mais empregos e que recolhessem mais impostos.

Não tenha dúvida que, se fôssemos fazer uma análise econômica matemática, cartesiana, se fosse deixado de lado o social, nós iríamos direcionar todos os incentivos para o setor industrial e iríamos promover a grande urbanização; os homens do interior viriam todos para os grandes centros.

Então, não vamos poder deixar de lado a questão da pecuária; sabemos que a questão dos projetos irrigados é um sucesso indiscutível; a agro-indústria tem um sucesso indiscutível; os investimentos na área de turismo, embora pequenos, também têm tido uma boa como resposta. A minha pergunta final diz respeito a questão do boi porque tem sido o grande tema na Amazônia. Conheço os projetos da pecuária da Amazônia, onde vivi, em áreas da SUDAM, durante quatro anos, conhecemos lá a questão da vocação, o retorno da floresta, que vocês chamam de juquirá; a vocação dos varjões mato-grossenses do Novo Tocantins; a adaptação do humidicola aos varjões mato-grossenses, mas temos a questão do semi-árido nordestino, onde o campim realmente tem sido o grande bandeirante.

Não podemos marginalizar e fazer com que o boi, que foi um bandeirante, se transforme num bandeiro. Mas já avançamos: temos a infra-estrutura que a SUDAM não tem; temos estradas e um mercado consumidor mais próximo. Os números que o senhor deu são indiscutíveis. O que o senhor defende com relação à questão da pecuária, aqueles grandes projetos de 30, 40, 50 mil cabeças de gado que existem na Amazônia, isso definitivamente é algo que esta Comissão tem combatido em todos os pronunciamentos.

O que a AGROPENE defenderia no modelo moderno para um País em dificuldades, um País de poucos recursos que temos que administrar?

O SR. SÁVIO VIEIRA - Diria ao Sr. Deputado e aos Senhores aqui presentes, o seguinte: sem que seja um modelo definitivo, único, imaginamos que o Nordeste tem áreas diversificadas; ele não é um; não é apenas a mata maranhense, o cerrado baiano ou o semi-árido de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte ou do Ceará, nem alguns vales úmidos, nem os microclimas das serras. O nordeste é como o Brasil: é múltiplo.

Sou a favor da pecuária de corte em três planos distintos. Quanto ao projeto de criação extensiva nas áreas vocacionadas, estas que estão muito bem definidas, inclusive pela EMBRAPA. A SUDENE está fazendo hoje o seu zoneamento. A EMBRAPA, por determinação do Presidente Collor, já um ano atrás, já o fez.

O SR. RELATOR (José Múcio) - V. S.ª teria um limite?

O SR. SÁVIO VIEIRA - Eu acho que um projeto de pecuária extensiva tem um limite, que é o econômico, pois abaixo disso não seria viável.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Que número seria esse?

O SR. SÁVIO VIEIRA - Não pode ser um número menor do que 2 mil matrizes. Poderíamos estabelecer dentro de uma filosofia de não haver maiores concentrações nesta área e democratizar oportunidades; poderia ser instituído um número também de limite superior. O primeiro por impedimento econômico, o segundo por parâmetro político. Seria um projeto de agropecuária extensiva que deveria estar entre 2 mil e 4 mil matrizes. Isso deve criar uma área de 3 mil a 6 mil hectares de pastagem, numa região de menor capacidade de suporte. E um pouco menos do que isso, 30%, em regiões de melhor suporte como é o caso do Maranhão, como é o caso do cerrado baiano quando a terra é tratada, corrigida.

Mas, o semi-árido nordestino tem uma oportunidade muito grande na área pecuária, não só do boi para corte mas com a pecuária leiteira. Temos um déficit de produção de leite no Nordeste; somos importadores de leite em pó todos os dias. Temos uma capacidade imensa de criar o "bode" de criar ovelha. Todas essas áreas podem ser contempladas.

Como devemos, da mesma forma, contemplar a agricultura irrigada dentro do prisma de vocacionamento da área, não se faz agricultura irrigada onde se quer fazer, faz-se onde se pode fazer, para determinados produtos numa área, para determinadas frutas noutra, para determinados grãos noutra.

Não existe nenhuma área onde se possa fazer toda a agricultura irrigada imaginada, porque as plantas também têm suas aptidões, suas exigências e suas rejeições.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Essa pergunta é para efeito de aprovação de projeto. Lembro a V. S.ª que a Amazônia compreende desde o final do pantanal, que é extremamente extensivo, até chegar a mata. Eu não gostaria de fixar um número, porque depende do fato de sabermos que região da Amazônia estamos tratando. Citou V. S.ª com seu conhecimento, por coincidência, que vários fazendeiros hoje estão mais preocupados com o fator

ecológico. Brasília tem sido uma alternativa fantástica, voltou-se a ter uma preocupação de melhor ocupar essas áreas.

Visitas às regiões da Amazônia, pelo sul do Pará, onde se jogava de azeite com a comida para os trabalhadores da fazenda. Na região que não há estrada, não há absolutamente nada, o boi foi um desbravador.

Agora se questiona a vocação, a volta da floresta. Questiona-se a concentração de renda. Projetos como aquele da Volkswagen de 100 mil cabeças, 80 mil cabeças, projeto do Bradesco, essa coisa toda.

O SR. ROBERTO PARANHOS - Quero complementar que há áreas que são inclusive das alternativas que deveriam ser prioritárias e vão ter apelo para recurso internacional, sem dúvida, com essas definições da ECO-92. Hoje, já temos companheiros associados que desenvolveram plantio em regiões que anteriormente não eram certo como castanheira e pasto. Então, onde será o limite? Tenho uma área de 4 mil hectares. Poderia ter a plantação da castanheira, associada, ou o cacau associado ao capim. Não gostaria de fixar esse número.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Presidente, gostaria de parabenizar os dois, e dizer da minha preocupação em relação à questão das reformas tributárias. Sugiro que o Senhor aproveite a presença do nosso Vice-Presidente porque, se não me engano, a questão do projeto da reforma tributária está com o Senador Fernando Henrique Cardoso, pois estamos cuidando de aprimorar uma lei que essa reforma poderá derrubar.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Ele se refere mais àquela equipe, encarregada pelo Poder Executivo, que está fazendo o anteprojeto para vir com mensagem do Presidente da República.

A questão da proposta do Senador Fernando Henrique Cardoso tramita no Senado e se refere a uma nova sistemática de distribuição da receita tributária, mas não propriamente de reforma tributária. Tenho a honra de passar a palavra ao nosso Vice-Presidente, Deputado Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, gostaria de fazer um questionamento numa direção um pouco mais profunda como já estamos extrapolando o horário talvez ficasse como tema para a próxima reunião.

Os incentivos foram criados dentro de um modelo de desenvolvimento, não vejo nenhum sentido pensar em incentivo a não ser inserido em um programa e dentro de um projeto de desenvolvimento.

No Norte e Nordeste, pelos idos de 50, os incentivos foram colocados no sentido de poder dotar a região de uma infra-estrutura produtiva. Naquele momento não tínhamos empresários nem vocação definida. Eles foram introduzidos de uma forma generalizada, ampliando todos os setores.

O que se observa hoje no mundo desenvolvido? Claro que no mundo desenvolvido há subsídio. A Europa tem 1,75% do PIB como subsídio, não é discriminado que visa e objetiva projetos em áreas que se querem desenvolver, áreas que se querem priorizar. Quando cremos que todos os incentivos do Nordeste, todos os projetos já aprovados levariam 20 anos para serem executados, obviamente estamos sendo ineficientes, obviamente não estamos atingindo aquele objetivo de gerar a riqueza, a produção e propiciar o salto de qualidade que a região precisa.

Observamos, hoje, o mundo saindo da segunda revolução industrial para a terceira. E o que estamos definindo, quais são os nossos nichos em que queremos ser competitivos, quais são os nossos nichos onde queremos ter vantagens comparativas, o que nós estamos induzindo nessa direção, o que nós estamos tirando proveito?

Incentivo não é liberdade de mercado, incentivo é uma forma através da qual o governo abre mão de imposto para induzir uma determinada atividade econômica. Liberdade de mercado é outra onde busca-se os livres mecanismos da livre iniciativa. Incentivo não tem essa finalidade. Incentivo tem uma finalidade: desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.

O que vemos no Nordeste?

Dos projetos implantados, criamos 351.277 mil empregos em 30 anos. Analisando o tempo: 30 anos divididos por 10 Estados, isto quer dizer 1.000 empregos diretos por Estado e por ano. Pensando em termos de 41 milhões de pessoas, é uma coisa absolutamente sem nenhuma expressão econômica e social dentro desta visão de desenvolvimento.

Creio que é muito importante essa Comissão fazer uma reflexão sobre isso. Não resta nenhuma dúvida que os incentivos tiveram um papel fundamental no desenvolvimento da região mas foram criados dentro de determinadas circunstâncias. Temos que começar a preparar a região para o Século XXI, para que surja uma indústria de ponta, uma indústria dinâmica, e que possamos combater a pobreza gerando riqueza, não uma riqueza concentrada em alguns, não a riqueza que exclua o conjunto da sociedade nordestina. Os 250 milhões de dólares investidos historicamente, somados aos recursos que temos no Fundo Constitucional, já vão quase a um bilhão de dólares. É pouco? É, mas dá para que possamos ter claramente uma política de desenvolvimento. É isso que falta no Nordeste. Qual o caminho? Quais são os nichos em que teremos de ter vantagem comparativa? Onde vamos induzir? O que vamos fazer? O Brasil continua naquela política errada de querer atuar em todos os setores, de querer ser bom em tudo. A conclusão é a ineficiência em quase todos. Não temos nenhum poder de competição. Temos que reavaliar a nossa política de incentivos. Gostaria de aprofundar o assunto, mas a hora não permite.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - O País pagou muito barato para aplacar a sua consciência.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Isso que V. Ex.^a está levantando e o Senador também, passaria por uma reavaliação de um projeto nacional.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Veja bem, se dispomos de recursos escassos, temos obrigação de aplicá-los racionalmente, para que possam dar o retorno econômico e social. É impossível aceitarmos que projetos estejam levando vinte anos. O que quer dizer isso? É que esse projeto nunca vai ter resultado produtivo. Aprovar um projeto desses é jogar dinheiro pela janela.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Então, qual seria a sua sugestão?

O SR. SÉRGIO MACHADO - Temos que repensar um pouco. Estamos muito preocupados. Nós, nordestinos e noristas, precisamos sair de uma política

ca defensiva. Estamos na visão de tentar preservar o que temos, e o que temos é insuficiente, a nossa linha é completamente insuficiente. Os pressupostos, hoje, não são mais válidos para uma sociedade que se prepara para o Século XXI. Devemos adequar esses mecanismos para isso e, aí, vamos deixar de ser criticados pela imprensa. O que choca é quando se vê que todo esse modelo deu resultado, e ninguém pode questionar, mas, do ponto de vista do conjunto da economia, continuamos sendo periféricos, continuamos tendo poucos nichos onde temos vantagens comparativas com São Paulo. Hoje, a nossa oportunidade é única, porque o mundo está sofrendo, nesses últimos cinco anos, um processo de transformação mais profunda. Temos a chance de definir um projeto para o Nordeste. São Paulo está totalmente atrelado ao modelo do desenvolvimento da segunda Revolução Industrial. Podemos ter uma série de segmentos e vantagens comparativas efetivas. Vamos poder gerar um modelo de desenvolvimento realmente abrangente e eficaz, tendo o maior retorno possível sobre aquele recurso que estamos investindo. Essa é a função do incentivo.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Qual a sugestão prática no processo?

O SR. SÉRGIO MACHADO - Não podemos nos limitar a discutir só os aspectos que foram aqui levantados, muito brilhantemente, por aqueles que participam do processo. Temos que repensar mais profundamente. Por que aquela história de que a Sudene está ociosa? Ninguém deixa espaço vazio, ninguém ocupa o espaço, a pessoa é que perde. E, se perde, é porque perdeu o dinamismo. A Instituição, quando deixa de responder aos anseios da comunidade, perde o seu espaço e é substituída por outra. Isso é irremediável, não adianta queremos defender. Qual o nosso interesse? Qual o nosso objetivo? É gerar um processo de desenvolvimento, melhorar a situação no Nordeste, romper com o bolsão de miséria e pobreza, reavaliar os incentivos fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Há dois aspectos que V. Ex.^a está abordando: primeiro, o número de empregos, seja ele trezentos ou seiscentos. Seria bom se a Comissão pudesse buscar esses dados. Temos defendido o efeito multiplicador. Entendo que isso são os empregos diretos. De outro lado, quando se fala que são vinte anos, ou o que for, - figura aqui usada pelo Sr. Sávio Vieira - é o seguinte: hoje, ao ritmo de dinheiro que vamos receber, poderemos levar vinte anos, mas os nossos cronogramas são de cinco anos normalmente.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Parto sempre do princípio de que o inimigo do bom é o ótimo. Evidentemente que queremos coisa melhor. Houve um desestímulo por conta do Governo e dos investidores. O que acontece não é só um problema de informação, da imprensa, que não nos acompanha no trabalho. Há uma desinformação até de políticos nordestinos. Com essa oportunidade que temos agora, era para esta Casa estar lotada de deputados do Nordeste. Pode ser ruim, mas é o único instrumento de desenvolvimento de que dispomos.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Nesse ponto discordo de V. Ex.^a Penso que o momento não é para defender, mas resolver o problema. Não adianta mais - e esse tem sido o mal - buscar soluções paliativas. Temos que aprofundar. Temos que procurar o ótimo que é sempre o objetivo. Se chegar a um bom iremos avançar...

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - O José Serra diz isso mesmo.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sou do Ceará, tenho uma longa trajetória de luta em favor da região. Temos feito discussões bastante profundas e o que queremos é aperfeiçoar o sistema.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Claro!

O SR. SÉRGIO MACHADO - Esse o objetivo. Não estamos satisfeitos com os resultados. Nenhum de nós. E aqui foi o discurso geral. Estão todos revoltados com a situação de miséria e pobreza que, como foi dito, piorou.

Qual é a nossa situação do Nordeste em relação ao contexto do Brasil de hoje?

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) - Sérgio, podemos otimizar isso que aí está.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Quero dizer que louvo muito a sua posição, realmente essa discussão é rica. Lamento profundamente você não ter ouvido os depoimentos do Salmir. O Presidente convocou o ex-Ministro Celso Furtado para falar sobre o que ele implantou e ao que chegou. Evidentemente sabemos do enfraquecimento político. Na Sudene superintendente se entendia com o Presidente da República. Ele hoje fala com o Secretário. O Secretário é que então, se for o caso, o encaminha ao Presidente da República.

O SR. BENI VERAS - Vou contar um exemplo de que isso não foi verdade.

Tivemos um momento em que tínhamos como Superintendente o José Reinaldo. Ninguém poderia ter uma ligação mais direta com o Presidente José Sarney, que era o Governo de então, do que ele, pois depois foi até Ministro. No entanto, o que foi que transformou?

O SR. RELATOR (José Múcio Monteiro) - Não transformou, mas fez com que não fôssemos mais pobres. Se você observar o depoimento do Salmir, os números, as tabelas fazendo a comparação do Nordeste de antes... Não estou dizendo que vamos bem. Não! Sou até um pouco mais radical do que você. Apenas acho que precisamos ter cuidado para que o único instrumento que ainda temos no Norte e Nordeste não se acabe, pois, há muito interesse para que isso ocorra. Muito! O Nordeste foi escolhido para ser a área produtora de servente...

O SR. SÉRGIO MACHADO - Mas Múcio, quem pode acabar com esse instrumento somos nós mesmos. Na medida em que não seja eficiente e que não consigamos obter respostas às necessidades.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Sr. Presidente, como Relator, quero sugerir - acho que Sérgio abriu uma discussão inteligente - que façamos uma discussão intramuros, sem depoentes, até por que preciso ver a direção do meu relatório. Se V. Ex.^a marcasse uma reunião extraordinária...

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Gostaria de dizer que é com o maior prazer, até com alegria, que recebemos essa contribuição do nosso Vice-Presidente, Deputado Sérgio Machado, que por motivo de viagens, no exercício da função parlamentar não havia podido oferecer contribuições anteriores. Em todas as nossas reuniões S. Ex^a sempre nos mandava um de seus assessores, já que não podia comparecer.

Agora, é importante dizer que hoje o objetivo da reunião foi colher um enfoque empresarial, como em reunião futura iremos colher o enfoque dos servidores da Sudene, e em outra colheremos o enfoque dos Governadores que se assentam no Conselho Deliberativo da Sudene. É portanto o órgão gestor que traça os destinos desses fundos de investimentos.

A nossa tentativa é ter uma visão, a mais abrangente e ampla possível; vamos fotografar esses incentivos sob todos os ângulos, de cima para baixo, de baixo para cima etc.

Essa discussão, talvez, complemente outros elementos que ainda nos faltam. No final, com toda essa massa de informações nas mãos, talvez jogássemos esses argumentos do Sérgio Machado está hoje lançando aqui e que são da maior importância.

Acho realmente que isso foi só um preâmbulo. Estamos no meio do nosso trabalho. Nem sei se no fim não iremos sugerir, quem sabe, outra forma, quem sabe se não?

O que não podemos é partir do pressuposto que não é a sua intenção - de não acabar. Não vamos dizer: isso não serve e acaba! Até porque, realmente, de acabar estamos fartos.

A experiência recente de acabar com Ministérios nos mostra que não dá certo, pois estão todos voltando, inclusive as repartições públicas. A experiência de dispensar 30 mil servidores, porque eram "marajás" etc., também não deu certo. Estão todos voltando. O prejuízo para o País foi enorme, pois esses servidores passaram um bom tempo sem trabalhar e talvez agora muitos não queiram voltar porque perderam o hábito do trabalho e da remuneração justa de seu salário.

Então é preciso que tenhamos cautela. Porém, quando tivermos essa massa de informações, que já estamos colhendo - e muito boa hoje, pois os dois depoimentos de hoje e o debate que se seguiu foram de uma riqueza extraordinária - poderemos, no final, debruçarmo-nos sobre essa massa para fazer a discussão final digerindo as informações e aí, creio, o Relator terá realmente pistas extraordinárias para seguir o seu relatório. Será, como ele sempre se dispõe, a fazer um relatório colegiado.

O Deputado Sérgio Machado, de agora em diante, esperamos, terá mais tempo para dedicar à Comissão. Vamos entrosarmo-nos com esta Comissão - seguindo a sugestão de Paranhos e de outros, que foram feitos no Recife - encarregada pelo Executivo de fazer uma reforma tributária para não sermos surpreendidos, pois quem sabe se não pode ocorrer de estarmos aqui trabalhando e vem uma proposta do Executivo eliminando os incentivos, que acabe com a Zona Franca. Esses fatos que estamos vendo: "Acabar! Acabar!"

O SR. RELATOR (José Múcio) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. RELATOR (José Múcio) - Desculpe interromper V. Ex^a mas se partirmos - como estamos fazendo - do exame de um incentivo, chegaremos à discussão de uma política nacional...

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Não tenha dúvida.

O SR. RELATOR (José Múcio) - Esse compromisso que hoje temos com o sistema antigo de incentivos, talvez se transforme em um compromisso novo uma nova forma de encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - O método que estamos seguindo, o método da Comissão, onde o Senador Beni Veras é o Relator, é o dedutivo, ou seja, parte do geral, da tese, para o particular e o nosso é o indutivo, porque o particular para o geral. Aí vamos nos encontrar depois, porque o que interessa é uma política de desenvolvimento nacional.

É preciso que nos convençamos que somos encarregados pela Lei nº 8.167, art. 26, da reavaliação dos incentivos fiscais e propor uma nova política. Não estamos defendendo Pinor, Finam, Sudene ou Sudam, não! Estamos defendendo a Federação Brasileira. O futuro da Federação Brasileira e do desenvolvimento nacional. Se não entendermos isso - e V. Ex^a colocou isso muito bem aqui - não estaremos atinando para os objetivos. Não é só defender Pinor. Isso é um particular e desse particular iremos para o geral.

V. Ex^a tem alguma observação?

O SR. BENI VERAS - Sr. Presidente, eu só queria dizer o seguinte, nesta conversa intramuros, há anos falo - não sou nascido na região que adotamos, investimos e acreditamos - que se acabarmos será um erro. Não somos apegados ao processo, mas por termos convivido - acho que o José Múcio viajou muito por aquele lado - foi mais fácil visualizar nessa região das novas fronteiras, o zero que existia há 20 anos e o que hoje existe. Portanto o modelo deu certo. Tem que ser aprimorado, melhorado, mas foi algo que deu certo. Na crise de 1981 quem queria ter estímulos para trabalhar neste País ia para aquela região. Hoje, porém, o País está numa crise muito forte.

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) - Amigos, esta reunião já se prolonga por quase quatro horas e parece que agora é que está esquentando. Assim, para não correremos o perigo de atravessarmos a noite, quero agradecer aos dois depoentes as contribuições que trouxeram aos nossos trabalhos e dizer que, possivelmente, no dia 5 de maio, ouviremos os governadores.

Lembro que não só os depoentes, mas também os empresários, a quem agradeço a presença nesta reunião, estão todos convidados para a reunião em São Paulo. A reunião será aberta, apenas gostaria que me comunicassem com antecedência os nomes das pessoas interessadas, para que haja as devidas comunicações.

Agradeço a todos. Até uma próxima reunião.

Está encerrada a presente reunião. Muito obrigadq.

COMISSÃO ESPECIAL MISTA

Criada através do Requerimento nº 810, de 1991-CN, de autoria do Senhor Senador Beni Veras, destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro e propor soluções.

7ª Reunião, realizada em 21 de maio de 1992

Às dez horas e cinquenta minutos do dia vinte e um de maio de mil novecentos e noventa e dois, na sala número 5 (cinco) da Ala Senador Alexandre Costa, reuniu-se a Comissão Mista, acima especificada, presentes os Senhores Parlamentares Francisco Rollemberg, Elcio Álvares, Beni Veras, Marluce Pinto, Magno Bacelar, Albano Franco, Vicente Fialho, Luís Girão, Paulo Delgado, Ariosto Holanda, Marco Penaforte e B. Sá. Deixam de comparecer por motivos justificados os demais membros. Havendo número regimental, assumiu a Presidência o Senhor Senador Elcio Álvares Vice-Presidente da Comissão, que deu como aberto os trabalhos, comunicando o objetivo da reunião, debate sobre "Desigualdades Regionais no Brasil", com a presença do Dr. João Paulo dos Reis Velloso, convidando o mesmo para tomar assento à mesa. Em seguida o Senhor Presidente faz elogios à pessoa do convidado e passa a palavra ao Senhor Relator Senador Beni Veras que também faz elogios ao convidado. Ato contínuo o Senhor Presidente passa a palavra ao Dr. João Paulo dos Reis Velloso. Concluída sua exposição o Senhor Presidente suspende a reunião por alguns minutos para o convidado dar um telefonema e ao reiniciar os trabalhos dá início à fase de interperações, onde fazem uso da palavra os Senhores Parlamentares Ariosto Holanda, Marco Penaforte, Vicente Fialho, B. Sá e Luís Girão. Terminada a fase de interperações o Senhor Presidente passa a palavra ao Relator. De posse da palavra o Senhor Relator faz comentários a respeito da exposição do convidado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença do convidado, dos Senhores Parlamentares e demais presentes, encerrando a reunião, lavrando eu, Adalberto de Menezes Dantas, Assistente da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Anexo à Ata da 7ª Reunião da Comissão Especial Mista, criada através do Requerimento nº 810, de 1991-CN, de autoria do Senhor Senador Beni Veras, destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro e propor soluções.

Presidente: Deputado César Maia
Vice-Presidente: Senador Elcio Álvares
Relator: Senador Beni Veras
(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião)

Convidados: Reis Velloso - Ariosto Holanda - Marco Penaforte - Vicente Fialho - B. Sá - Luiz Girão.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) - Declaro instalada mais uma Comissão Mista para o estudo do Desequilíbrio Econômico Inter-regional Brasileiro.

Teremos, hoje, a exemplo do que ocorreu ontem com o Ministro Ângelo Calmon de Sá, a presença de um dos estudiosos do planejamento e do desenvolvimento nacional, o ex-Ministro João Paulo dos Reis Velloso, realmente, uma das maiores autoridades no assunto.

A preocupação da Comissão tem sido a de trazer, para realizar essas palestras e promover os respectivos debates as maiores autoridades brasileiras no setor do desenvolvimento econômico regional, porque é pensamento nosso editar, através do Senado, exatamente a soma desses trabalhos.

O Sr. João Paulo dos Reis Velloso - seria até dispensando fazer a apresentação do seu currículo - foi Ministro de Estado, atualmente é uma das figuras mais acatadas dentro da inteligência brasileira no tocante ao desenvolvimento nacional. O seu nome tem sido vinculado permanentemente a todo grupo que pretende estudar o desenvolvimento brasileiro dentro uma trilha permanente de patriotismo e de objetividade.

De uma maneira muito especial, a exemplo do que ocorreu ontem, quero fazer um registro, de cunho pessoal.

Quanto tive oportunidade de governar o Estado do Espírito Santo, no quadriênio de 1975 a 79, contei com a colaboração intensa, participativa, atual, do Ministro João Paulo dos Reis Velloso em favor do Estado do Espírito Santo.

E no momento em que estamos examinando esse desequilíbrio econômico inter-regional, quero repassar apenas um dado como registro. Em 15 de março de 1975, assumimos o governo do Estado do Espírito Santo, que era o último Estado brasileiro em matéria de arrecadação e de desenvolvimento e, com sete meses de salários do seu funcionalismo atrasados.

O Ministro Reis Velloso viveu conosco todo aquele processo que despertou o Espírito Santo para uma economia, que hoje é saudada como uma das cinco mais adelantadas do País, solicitando-se que o Estado do Espírito Santo, em matéria de dívida, apresentasse-se inteiramente solvente e adimplente em todos os seus compromissos.

E tenho sempre oportunidade de dizer isso como uma homenagem a um dos presidentes que marcou a vida do meu Estado. O Espírito Santo tem duas fases: antes e depois do Presidente Ernesto Geisel. E, na ocasião, o Ministro João Paulo dos Reis Velloso era quem tinha a responsabilidade de formular todo o planejamento nacional. Ajudou-nos de maneira vigorosa. Hoje, o Estado do Espírito Santo - e temos orgulho de proclamar isso - é um Estado que tem os seus problemas sociais bem resolvidos e, cada vez mais, o nosso parque industrial se acentua.

Então, faço este registro como uma homenagem de um ex-governador, hoje investido no honroso mandato de Senador, ao Ministro que nos ajudou a formular, realmente, uma política efetiva de desenvolvimento para o Estado do Espírito Santo, que apresentava uma economia caótica, uma situação financeira das mais precárias. E, hoje, com muito orgulho, proclamamos que é um dos Estados brasileiros, ao lado do Ceará, do nosso querido Senador Beni Veras, de Santa Catarina, do Paraná e outros Estados brasileiros, que tem uma situação invulgar em relação exatamente à dívida nacional.

Antes de pagar a palavra ao Ministro Reis Velloso, faculto-a ao Relator, Senador Beni Veras, que tem sido o grande fomentador desta Comissão e o seu grande entusiasta.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Reforçando as afirmações de V. Ex^a, o Ministro Reis Velloso é piauiense - com muita honra - e esteve durante um longo período cuidando do planejamento nacional, quando a chance de examinar profundamente o problema do Nordeste. S. Ex^a, não só conhece muito bem a realidade do Nordeste, como também tem estudando a forma que queremos encontrar para compatibilizar esta realidade que o País enfrenta, muito mais referente ao Centro-Sul do País, como uma região periférica, que tem um grande atraso, como é o caso do Nordeste. Essa compatibiliza-

ção entre uma ideologia, vamos dizer, supostamente modernizadora, 'neoliberal', que é cabível em relação ao Centro-Sul até certo ponto, pode apresentar problemas muitos sérios em relação às regiões periféricas.

Então, preocupa-nos ouvir do Ministro se há formas eficientes de compatibilizar esses dois países que aí estão: um que necessita de um tipo de ação governamental e o outro que pede um outro tipo de ação.

A compatibilização dessas duas tendências é uma questão relevante, que o Ministro tem bastante condições de expor a todos nós.

Recebemos com muito orgulho e satisfação o Ministro João Paulo dos Reis Velloso. Esperamos que desta reunião possa sair uma luz para o nosso trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elicio Alvarez) - O Ministro João Paulo dos Reis Velloso vai realizar palestra e colocar em debate o tema: Desigualdades Regionais do Brasil.

Portanto, com a palavra o Ministro João Paulo dos Reis Velloso.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO - Sr. Presidente, Sr. Relator, meus amigos, é uma grande satisfação voltar a um dos meus temas prediletos, que é toda a questão das desigualdades regionais no Brasil.

Entendo, que por que o País ainda se encontra na tentativa de superar a sua crise da década perdida, não devemos ficar parados em termos de desenvolvimento regional; podemos, pelo menos, buscar soluções e, em particular, procurar novas idéias.

Trago a V. Exs algumas idéias preliminares que temos discutido no fórum nacional. Inclusive, já começamos a focalizar essa temática do desenvolvimento regional, particularmente no tocante ao Nordeste. Não vou apresentar nenhum trabalho exaustivo, diferentemente de outros pronunciamentos meus, praticamente não haverá números, porque quero me concentrar na sugestão de três idéias. Evidentemente, poderemos abordar quaisquer temas na fase de discussão.

A primeira idéia é a importância da dimensão continental para a economia e a sociedade brasileiras e, particularmente, para o que se poderia chamar um novo modelo de desenvolvimento brasileiro.

A minha visão é que essa crise da "década perdida", no fundo, foi a exaustão do modelo de desenvolvimento econômico, social e político em todas as suas dimensões que vinha desde os anos 30 e que começou a fazer água em todos os sentidos.

Temos agora de pensar o que seria um novo modelo que, evidentemente, como todo mundo diz, na parte industrial vai dar muito mais atenção à competição, à competitividade global do País, à melhor inserção na economia internacional, e tudo isso que sabemos.

Agora, o que é preciso tornar claro é o seguinte: essa atenção à competição e à competitividade não vai significar que o Brasil se transformará num novo tigre asiático. O Brasil é uma animal diferente, principalmente por causa da sua dimensão continental, que sempre terá uma significação extraordinária para o País.

Primeiro, do ponto de vista de que o Brasil tem que se desenvolver através da idéia do grande espaço econômico. No fundo, a transferência da Capital do País para Brasília significou isso.

Gilberto Freyre fala dos fundadores verticais, aqueles que desenvolveram o País em profundidade na sua orla marítima. Mas fala também nos conquistadores horizontais, aqueles que conquistaram o grande espaço econômico e deram ao Brasil a dimensão que tem hoje.

E a verdade é que o País se desenvolveu sob a forma de ilhas, como se fosse um arquipélago; era como se fossem países dentro do País. E o que o processo de desenvolvimento entre 1930 e 1980 significou foi a tentativa de converter esse arquipélago num continente de fato e evoluímos muito nesse sentido.

Dentro ainda dessa idéia da dimensão continental do desenvolvimento, temos que observar o seguinte:

O grande dinamismo, principalmente do período de 1950 a 1980 - e, em particular, a década de 70 - trouxe avanço para todas as regiões. A dinâmica do País, diferentemente do que muita gente pensa - e Roberto Cavalcanti já caracterizou isso aqui até com números - a dinâmica nacional alcançou as regiões, e a verdade é que as regiões mais pobres, nos anos 70, cresceram mais do que o Sudeste.

Em terceiro lugar, a importância da expansão da fronteira agrícola. O Brasil ainda é um dos poucos países em que se pode falar, em grande escala, em expansão de fronteira agrícola. Hoje, na direção de Goiás, de Mato Grosso, de Rondônia, de Tocantins, ordenada ou desordenadamente, mas também podemos mencionar que há um cerrado maranhense, um cerrado piauiense, um cerrado baiano e várias áreas novas dentro do próprio Nordeste.

Por outro lado, apesar de todo esse desafio da Amazônia, que vai estar agora em foco durante a Rio-92, a verdade é que o Brasil não sabe ainda como desenvolver essa região. A Amazônia é o continente novo.

Finalmente, há importância da criação de um modelo de aplicação de tecnologia moderna ao desenvolvimento dos recursos naturais do País.

Os países escandinavos fizeram o seu progresso econômico através exatamente disso. A diferença da América Latina e, principalmente, do Brasil, é que havendo uma grande disponibilidade de recursos naturais, a aplicação da ciência e da tecnologia modernas ao desenvolvimento desses recursos naturais tem sido muito lenta.

Bom, diante disso, como é que nós devemos ver o Brasil? Eu - é uma conceitualização pessoal - vejo o Brasil principalmente como uma grande economia industrial e agroindustrial. O Brasil não é a oitava economia industrial do mundo, mas é a sexta, segundo a OECDE, que se integrou em grande medida do ponto de vista regional, criando, de fato, um mercado nacional, que significa, não apenas a integração de mercados e de produtos, mas também de mercados e de fatores, isso é de mercado e de mão-de-obra - o que acontece com o mercado de mão-de-obra do Centro-Sul tem reflexos sobre o mercado de mão-de-obra do Nordeste -, mas significa uma integração.

Onde está o sentido da modernidade quando aplicado a essa questão da dimensão continental do desenvolvimento brasileiro? Ele está na idéia da integração com diferenciação. A integração é um fenômeno irreversível crescente, mas ela tem que ser acompanhada pela diferenciação para que haja realmente oportunidade para todos as regiões e para que cada região constitua, de fato, uma diferenciação do modelo nacional.

A minha conclusão sobre essa primeira idéia é que a solução está, primeiro, no crescimento com integração, para se criar realmente a integração dinâmica do mercado nacional, tanto em termos de produtos, como em termos de fatores. Seria um erro histórico que qualquer das regiões tentasse se opor à idéia dessa crescente integração nacional.

Mas, segundo, como já dissemos, integração com diferenciação, ou seja, o dinamismo nacional tem que alcançar necessariamente todas as regiões. E aqui eu já começo a sugerir as formas de se fazer aquela conciliação solicitada pelo nobre Senador Bení Veras no sentido de que sempre tem que haver os mecanismos de compensação.

É preciso levar em conta para isso que, no fundo, os desequilíbrios regionais brasileiros decorrem de duas coisas: primeiro, de que nas regiões mais pobres o crescimento foi praticamente nulo no passado remoto; eram todas regiões de decadência ou de ausência de um processo de desenvolvimento. Foi assim que se criou o semi árido do Nordeste. Segundo, da insuficiência de desenvolvimento na fase mais recente isto é, regiões como o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste cresceram mais do que o Sudeste nos anos 70, mas por um período que ainda era curto para permitir a superação das maiores desigualdades.

Por exemplo: na década de 70, o Sudeste cresceu a uma taxa de 5,4% em termos de renda per capita, enquanto o Nordeste cresceu a 6,7%, o Centro-Oeste a 8,7% e o Norte a 6,9%.

Então, o que temos de procurar agora é o crescimento rápido, porque o que a experiência revelou é que ele beneficia mais as regiões mais pobres. Pelo menos foi essa a experiência brasileira; isso se nós soubermos fazer acompanhar o crescimento de mecanismos que realmente criem processos dinâmicos nas diferentes regiões. Tenho muito medo daquela atitude que procura restabelecer restrições ao crescimento nacional, em nome de um crescimento das regiões, o que é uma rota de suicídio, no meu entender.

Mas falamos em integração com diferenciação. É preciso tornar claro o que isso significa: é a diferenciação de todos os programas e políticas nacionais.

Há uma certa tendência, no Brasil, a tentar uniformizar tudo, enquanto penso que a riqueza da experiência brasileira está exatamente na viabilidade da diferenciação dentro da unidade, e em um País como o nosso não se pode aplicar políticas nacionais, uniformes. Então, eu diria que há uma necessidade da diferenciação na aplicação dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e do Banco do Brasil; diferenciação nos programas sociais, em educação, habitação e saneamento; diferenciação nas condições para créditos para a exportação; diferenciação no apoio ao desenvolvimento tecnológico; diferenciação nos investimentos das grandes estatais, e diferenciação no tocante às restrições da política monetária quando ela se orienta fortemente, como agora, para conter uma explosão inflacionária. É através, principalmente, desses mecanismos de diferenciação - nada pode ser igual entre Sudeste e Nordeste, por exemplo. É este o primeiro caminho; e não se pedir medidas inviáveis, paternalistas, ou que iriam prejudicar o desenvolvimento nacional.

Acho que tudo deve ser diferenciado, mas em tudo se deve colocar a condição de que é do interesse do Nordeste, como é do interesse da Amazônia e do Centro-Oeste que o País conquiste a vitória na política de estabilização; que o País volte a crescer e que o País tenha condições de recuperar o crescimento rápido.

A segunda idéia é que dessa diferenciação dentro do continente brasileiro deve surgir uma nova visão da federação; quer dizer, um País com a dimensão continental e com diferenciação regional do Brasil está condenado a ser uma Federação ativa. Essa é uma condição, natural do País. Todos nós sabemos que a Federação, no Brasil, surgiu artificialmente, já que foi um novo regime que definiu que o Brasil seria uma Federação. Ela não veio de baixo, como nos Estados Unidos, através de estados soberanos que se associaram numa confederação e depois numa federação, mas se politicamente isso é verdade, existe uma outra verdade, que é mais natural ainda, que é aquela que eu já citei: que é a realidade de um continente diferenciado e que não poder ser governado de um centro todo poderoso que nivela e uniformiza a sua atuação através de toda aquela grande espaço econômico. Então, se nós temos tido um movimento pendular na questão federativa - lembrando até aquela isola-díscote do Ministro Golberi, imagem que ficou famosa - se isto acontece realmente, se o País tem passado por esses movimentos pendulares é porque para o País a Federação é uma questão mal resolvida e nós devemos procurar defini-la melhor.

O que me ocorre é a idéia de uma Federação em que a União seja principalmente um órgão nacional de coordenação e promoção - e em muitos setores um órgão normativo, responsável, certamente, pelos projetos de dimensão nacional, ou que fiquem na dimensão das grandes regiões, assim também como pela correção dos desequilíbrios regionais mais graves. Mas uma Federação que não tenha atuação direta, executiva nos projetos de ações de caráter estadual e local. Uma Federação em que, por outro lado, os Estados também tenham iniciativas - não é uma federação em que as iniciativas vêm da União. Isso ocorre em certas dimensões, mas as iniciativas de sentido local e, até mesmo, a participação na arena da discussão das políticas e das estratégias nacionais deve caber também aos Estados; ou seja, há iniciativa nas três esferas de poder.

Isso significa ter a Federação uma contrapartida nos Estados e municípios. Primeiro, eles têm que se aparelhar para funcionar nessa Federação ativa. Acho que realmente temos que correr riscos. Há uma espécie de círculo vicioso: nós não queremos dar mais iniciativas aos Estados, porque achamos que eles estão despreparados, e se não damos mais iniciativas aos Estados, eles continuam despreparados. Só que agora, com a inócu deterioração no Estado a um nível nacional, vemos que muitos Estados - no sentido de unidades da Federação - às vezes estão se tornando mais competentes até do que instituições federais.

Por outro lado, como eu já disse, os Estados têm que ter realmente participação na arena das decisões nacionais. Ou seja, o programa de estabilização não é apenas uma questão do Presidente da República, do Ministro da Economia ou do Governo Federal. Ele é também um problema dos Estados.

E aí eu colocaria a idéia da proposta de um pacto para o desenvolvimento sustentável. Já tivemos no Brasil o Pacto dos Coronéis, na Velha República, em que o Governo Federal delegava aos Estados obter para a União o apoio político necessário, através da manipulação dos sistemas políticos locais, e, em contrapartida, atendia aquilo que os governadores desejavam. Houve um "Pacto Populista" em que o Estado Nacional Populista definia quais eram os limites da participação do povo, principalmente das grandes zonas urbanas, na arena política nacional, e, em contrapartida, fazia concessões a essas mesmas massas urbanas. O que se propõe a essas mesmas massas urbanas. O que se propõe agora é esse pacto para o desenvolvimento sustentável em que, como ficou mais ou menos implícito, os Estados apóiam as estratégias nacionais, principalmente as reformas econômicas, sociais e políticas, para sair da presente crise, enquanto o Governo Federal, por seu lado, apóia as estratégias de desenvolvimento das regiões e os projetos prioritários de interesse dos Estados.

E com isso podemos passar à terceira idéia. Exemplificamente - e, como é a região da qual estou mais próximo - é a idéia de uma nova visão estratégica do desenvolvimento do Nordeste. Vejo, em matéria de desenvolvimento da região nordestina, a necessidade de uma descontinuidade, de uma ruptura com um certo passado do Nordeste, muito ligado ao paternalismo do Governo Federal. Há setores econômicos na região sem dinamismo - são até setores que nós podemos chamar de ?????????, são os perdedores na história econômica mundial - e aos quais continhamos apegados, porque são setores que só podem viver com subsídios. Há certos tipos de elites - existem elites e elites cujas idéias e atitudes retardam o desenvolvimento da região. O sentido dessa descontinuidade é que o Nordeste deve propor a sua própria estratégia de desenvolvimento e as principais idéias para o seu futuro econômico e social. Evidentemente, isso não é uma ruptura com a esfera federal, muito pelo contrário, porque já colocamos a idéia da integração com a diferenciação, e é dentro dessa idéia de integração com diferenciação, que iria funcionar essa proposta.

É preciso lembrar, rapidamente, o que aconteceu no Nordeste nas últimas décadas. Naquela fase de autodesenvolvimento já mencionamos que o Nordeste intensificou substancialmente a sua integração com o dinamismo nacional e recebeu benefícios dessa integração. Mesmo a agricultura do Nordeste se transformou. Inclusive, a agricultura de subsistência perdeu substância e as formas capitalistas de produção experimentaram avanços constantes. Por exemplo, é sabido que mais de 50% da mão-de-obra do Nordeste no semi-árido, hoje, já são os assalariados. Surgiram novos produtos, novas áreas se incorporaram à economia da região.

Tal como no nível nacional, é o pressuposto para que o Nordeste possa declarar a sua maturidade e propor a sua própria estratégia de desenvolvimento. Esse pressuposto, é que acaba o discurso da choradeira e do paternalismo, as práticas clientelistas e a tentativa de eternização de cartórios para setores e grupos empresariais, que se instale o empório da auto-ajuda, como já está acontecendo. Os Governos Estaduais, porque existem os Governos Estaduais competentes, muitos já são, técnicos e políticos e financeiramente irresponsáveis.

Uma palavra sobre a questão das novas prioridades. O ponto principal é o seguinte: o Nordeste tem que apostar em novos setores dinâmicos e, em consequência, tem que se dissociar mais daqueles - setores não dinâmicos históricos que eu chamei de perdedores. Setores dinâmicos, como o potencial da irrigação empresarial; algumas indústrias de altas tecnologias: pólos químicos e o pólo petroquímico; o potencial das culturas xerófilas empresariais; a introdução de novas culturas como a soja; oportunidade da fruticultura de exportação; oportunidade da agroindústria empresarial, frequentemente para exportações; oportunidades do turismo internacional, que já começa a ser realidade na região.

Além disso, evidentemente, teremos que manter os programas integridades voltados para os agricultores de baixa renda e investir mais em tecnologias de convivência com as secas, eliminando aquele mito de que a região semi-árida do Nordeste é inviável. O outro lado, como já indiquei, é reduzir a importância dos velhos setores tradicionais condenados à decadência. São certas culturas não econômicas, ou em que há projetos econômicos e outros não econômicos. E precisamos também deixar de apoiar com incentivos fiscais projetos industriais não competitivos. Se vamos entrar num esquema de integração, os projetos não competitivos vão arrastar-se eternamente às custas de recursos que poderiam estar sendo aplicados em setores competitivos e setores dinâmicos da região. Qualquer recurso - é preciso entender isso muito claramente - que se aplique nos setores não competitivos e nos setores inviáveis, são recursos que estão deixando de serem aplicados em novas regiões e em setores dinâmicos; é o próprio Nordeste quem sofre com esse problema.

A essas idéias, corresponde uma visão política controversa. E aqui fica apenas como uma sugestão para debate. Primeiro, eu já falei naquele pacto político para desenvolvimento, pacto político com Governo central, em que o Nordeste aprovaria o programa de estabilização e aquelas reformas econômicas, sociais e políticas, e, por outro lado, o Governo central apoiaria uma nova estratégia para o Nordeste. Evidentemente, não será elaborada exclusivamente para o Nordeste, mas eu gostaria que partisse da iniciativa do Nordeste, e dentro de toda aquela idéia de integração, mas com diferenciação, e até uma reformulação institucional. O que isso significa? Eu acho que vale a pena considerar a hipótese sem prejudicar me nada o funcionamento das instituições regionais, como Sude- ne, Banco do Nordeste, de termos um novo mecanismo político e, mais tarde, até se aproximar daqueles mecanismos institucionais considerados no art. 43 da Constituição, que são mecanismos do tipo regional. Mas para fazer uma coisa mais simples e menos formal, eu proponho a criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, constituído pelos governadores da região, pelos principais ministros envolvidos com a região - principalmente ministros da área econômica - pelos Congressistas das duas Casas do Congresso. Esse Conselho teria, como Secretaria Executiva, a Secretaria do Desenvolvimento Regional. Evidentemente, continuaria subordinada ao Presidente da República. Mas do ponto de vista funcional, ela teria uma articulação, ou seja, nós não vamos criar nenhuma estrutura para fazer um desenvolvimento regional. A Secretaria de Desenvolvimento Regional provê essa estrutura. No meu entender, esse conselho deve reunir-se em Brasília pelo menos de seis em seis meses. Ele pode fazer suas reuniões normais, mensais, no Nordeste. Mas, pelo menos, duas vezes por ano, ele se reuniria em Brasília, para ter uma discussão sobre o Nordeste com os principais ministros e, eventualmente, com o próprio Presidente da República. Ao Conselho, funcionalmente, repito, seriam ligadas duas comissões. Uma comissão de coordenação e planejamento, tendo o Sude- ne como Secretaria Executiva, e aqui, uma idéia um pouco evoluída, de Sude- ne, muito mais no sentido de visões estratégicas e de políticas de coordenação e nenhuma ação executiva. E uma segunda comissão, que seria uma comissão de coordenação das instituições oficiais de crédito que atuam no Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, no sentido de que haja uma coordenação do financiamento do desenvolvimento do Nordeste, ou seja, anualmente, as instituições federais, os bancos oficiais apresentam à Comissão de Desenvolvimento do Nordeste a sua programação, para que a comissão opine. É claro que o processo de decisões continua sendo dentro de cada banco e dentro das hierarquias estabelecidas legalmente. Mas a comissão teria a oportunidade de tentar fazer uma coordenação das atuações das instituições de crédito e de opinar sobre como elas estão atuando, no tocante ao desenvolvimento do Nordeste.

Eu vou concluir com duas observações. Em primeiro lugar, eu deixei, deliberadamente, para o final uma referência à questão do desenvolvimento do capital humano, no Nordeste. Eu acho que a sociedade brasileira deve ao Nordeste um grande esforço na área de investimento em capital humano, principalmente na educação, para o que o Nordeste, em um prazo relativa-

mente curto possa ter uma mão-de-obra não só alfabetizada, mas com grau de escolarização; que ela permita funcionar numa economia moderna, dada aquela crescente integração da economia nacional. E em segundo lugar, diretamente, a questão da compatibilização de ideologias, a que se referiu o nobre Senador Beni Veras.

Do ponto de vista do Brasil, certamente, como em todo o mundo, nós temos um avanço do chamado neoliberalismo e que aqui, para o Governo brasileiro tem o sentido de um liberalismo social, que é muito bem-vindo. Mas nós precisamos entender que num mundo de competição global, num mundo de altas tecnologias, num mundo de um novo paradigma industrial e tecnológico, é preciso considerar, por exemplo, a experiência do Japão e da Coreia, em que cabe ao Estado uma função ainda extraordinariamente importante, de, juntamente com o setor privado, discutir as estratégias a serem seguidas. No caso do Brasil, significaria reestruturação industrial, percepção de novas vantagens comparativas dinâmicas; abertura comercial e absorção das tecnologias da terceira revolução industrial. Isso deve ser feito através de estratégias conjuntas e ao Estado, ainda, cabe uma função importante no sentido da definição dos mecanismos que vão viabilizar o que eu chamo de bases do desenvolvimento moderno. Desenvolvimento moderno constituído pela integração entre essa reestruturação e reciclagem industrial, o progresso técnico-científico e a educação para a modernidade, constituindo os três um processo único. Se levamos isso para o campo regional, mormente no tocante ao Nordeste, o que cabe é entender que quanto mais subdesenvolvida a região, mais necessária uma certa presença inteligente do Estado, para que haja as necessárias oportunidades para as regiões mais pobres. Eu tornei muito claro que queremos uma integração, mas uma integração com diferenciação, em que os desajustes são tratados desigualmente. E por isso, haverá sempre mecanismos de compensação. E eu tive a oportunidade de dar exemplos concretos de como se pode fazer a diferenciação para que a integração não signifique uma concentração, cada vez maior, principalmente, do crescimento industrial brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - O Ministro Reis Veloso precisa dar um telefonema com uma certa urgência, mas retornará dentro de cinco minutos.

Quanto à parte dos debates, o primeiro parlamentar inscrito é o Deputado Ariosto Holanda, a quem concedo a palavra.

O SR. ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Ministro Reis Veloso. Inicialmente, gostaria de parabenizá-lo, pela excelente exposição, pela clareza de suas idéias e, mais especificamente, porque dentre os expositores que tive a oportunidade de ouvir, nesta Comissão, V. Ex.^a foi, dentro da minha visão, o único que ressaltou a importância do desenvolvimento do capital humano e da ciência e tecnologia neste processo.

Quero crer que outros possam ter falado, mas falaram em passant. Colocar a educação no elenco de outras providências, mas não com a ênfase que V. Ex.^a colocou.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para pedir a V. Ex.^a que aprofundasse algumas análises, que considero importantes, porque, a partir delas podemos propor medidas e metas para acabar com esse desequilíbrio regional.

V. Ex.^a colocou que o Norte e o Nordeste cresceram. Acho que foi a região que cresceu mais naquela década. E citou o valor de 6,7%. E aí vem a pergunta: cresceu, mas quem cresceu?

São indicadores que eu questiono, porque a renda per capita, o PIB, o Balanço Comercial, acho que são números que não mostram, não traduzem a melhoria da qualidade de vida do povo. Porque, se de um lado, houve um crescimento, de outro, sabemos que houve um aumento exponencial de nossa pobreza, principalmente no que diz respeito aos indicadores como a educação, a saúde, a mortalidade infantil.

Então, questiono esse número do ponto de vista do crescimento. Quem cresceu? Aí vem a idéia de desenvolvimento; desenvolvimento para quê e desenvolvimento para quem?

Ouvimos, aqui, na exposição passada da Dr.^a Tania Barcelar, quando colocou o que foi projetado pelo GTDN não foi cumprido, porque houve uma distorção muito grande no processo. Quer dizer, praticamente a Sude- ne transformou em Finor, quando naquela época, parecia-me, até os estudos da própria Cepal apontavam que o crescimento deveria começar no interior com bases nos seus recursos naturais, na agroindústria, na irrigação. E para atender uma política industrial nacional, o Nordeste ficou a rebolo dessa política para cumprir aquela modelo de substituição de importações.

O fato é que o processo de industrialização do norte-nordeste, eu questiono do ponto de vista de estratégia de desenvolvimento.

V. Ex.^a sabe muito bem que, por conta daquela política de industrialização, apareceram incentivos diferenciados me cada Estado, dentro daquela lógica de quem dá mais para atrair o empresário do sul. Então, cada Estado ficava brigando para atrair o seu empresário; era através dos incentivos do ICM, era através do Imposto de Renda, era através da própria estrutura dos distritos industriais, incentivos de energia etc. Então, foi uma política que desgastou muito a região do ponto de vista, até, da competição interna.

Eu vou mais além. As indústrias que se instalaram, eu sempre apeli- dei de indústria e comércio e não indústria e desenvolvimento.

A indústria estava preocupada somente com o comércio da matéria prima, dos insumos, da operação das máquinas. Eu diria que isso era até um mal nacional. Eu aí, entro em uma outra área, sobre a qual gostaria de também ouvir a opinião de V. Ex.^a Se V. Ex.^a repetiria, como Ministro do Planejamento, o modelo de substituição de importação. Eu acho que na sua lógica ela é válida, mas ele não cumpriu o papel que hoje reflete o atraso tecnológico do País; porque à medida que nós importamos tecnologia e não definimos a estratégia da sua absorção, da sua transferência, nós apenas adiamos o sucateamento dessas empresas. Chega hoje o Presidente Collor e fala que as nossas indústrias estão sucateadas. Dentro da minha visão, e o que foi apurado pela CPI do atraso tecnológico passa por isso. Não foi definida estratégia de chamar a universidade, os institutos de tecnologia para participarem do processo de desenvolvimento científico e tecnológico do País. Eram compartimentos estanques.

A própria empresa nacional não tem essa convicção. Hája vista que dos recursos destinados à ciência e tecnologia, a empresa nacional participa somente com 7%, enquanto nos países desenvolvidos, ao contrário, a concentração maior é da empresa nacional.

Para V. Ex.^a ter idéia da pobreza da indústria nesse processo, nós temos uma associação chamada Ampel, das empresas industriais que praticam a pesquisa de desenvolvimento tecnológico. A Ampel só tem 70 associados

dentro desse universo. Pergunta-se quantas empresas do Norte e do Nordeste são filiadas à Ampel? Nenhuma. Então, não há consciência a nível do empresariado de fechar essas questões do desenvolvimento industrial.

Eu também gostaria de destacar, que foi durante o período em que V. Ex.^a foi Ministro, que a ciência e tecnologia no País teve vez.

Eu tenho um dado, numa série histórica que levantei, de 74 até 90, lembro-me muito bem que naquela época, em 1975 que foram alocados na FINEP 253 milhões de dólares para financiar pesquisas nos institutos. Isso vem caindo violentamente, e se chegar à década de 80, que foi a década perdida, como V. Ex.^a falou, chegamos a 28 milhões de dólares. Nós temos 104 do que tínhamos em 1975. Isso é muito grave.

Eu estava reunido há pouco com a comunidade científica, e eles destacaram o papel de V. Ex.^a naquele momento, quando alocou recursos substanciais para a FINEP. Mas, quando eu coloquei isso para o Ministro Goldemberg em um debate que tivemos, S. Ex.^a veio com afirmativas, que fica difícil de questionar, S. Ex.^a disse: não, aqueles recursos eram recursos do Pin/Proterra da Finep.

Então, ficamos assim: eu não vou chamar o Ministro de mentiroso, porque não me lembro da Finep ter patrocinado recursos do Pin/Proterra, então, para justificar essa queda brutal de 250 milhões para 28 milhões, e dizer que o Ministro Veloso alocou recursos no Pin/Proterra. Ora, quem trabalhava com o Pin/Proterra, se não me engano, era a Sudene. Acho que não tinha nada a ver com isso.

Por isso gostaria de fazer essa ressalva, porque foi nessa época em que a ciência e tecnologia teve vez no País, foi na década de 70. Na década de 80 ela caiu de bico, ao ponto de nossas instituições ficarem todas sucateadas e violentadas.

Finalmente, gostaria de fazer uma última pergunta. Eu não tenho dúvidas e V. Ex.^a destacou que nós estamos na era do conhecimento, saímos da "era industrial, entramos na era do conhecimento, de que sem educação, ciência e tecnologia não vamos para lugar nenhum. Essa consciência eu tenho.

Ao mesmo tempo que tenho essa consciência, me preocupa que os desequilíbrios regionais podem aumentar por conta disso. Porque quem está mais apto a captar o que está sendo desenvolvido lá fora, nessa época em que está se definindo a política da química fina, da informática, de novos materiais, da biotecnologia, da microeletrônica - nesse novo paradigma tecnológico, que V. Ex.^a colocou - repetito, quem está mais apto para observar isso, continua a ser o centro-sul. E isso para mim vai ser um fator maior de desequilíbrio regional.

Eu pergunto: como resolver esse impasse?

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO - Muito obrigado a V. Ex.^a

Acho que as colocações são muito pertinentes.

Tentarei respondê-las com brevidade.

Vou fazer referências a três pontos. Primeiro, a questão do modelo de substituição de importações e consequências para o Brasil, e como se fez ciência e tecnologia naquela época; segundo, a questão do Nordeste, quem foi que cresceu; e, terceiro, a questão dessa era do conhecimento e possíveis implicações para o desenvolvimento regional.

Na verdade, tivemos um pouco mais do que um modelo de substituição de importações. Ele começou com substituição de importações nos anos 50, mas, a partir dos anos 60, ele acrescentou uma dimensão, que foi das exportações aos manufaturados leves, e quando chegou aos anos 70, em que realmente houve aquela explosão de crescimento, com os problemas que conhecemos, porque desigualdades de rendas foram mantidas, a verdade é que o Brasil tinha modelo integrado. Modelo integrado, que teve o benefício de se tornar socialmente convergente.

O que quer dizer isso? A capacidade de absorção do emprego, da mão-de-obra nos anos 50 era baixíssima, era inferior ao crescimento do PIB. Mas, quando chegamos aos anos 80, o Brasil crescendo de 6 a 7% na média, sendo 10% no começo da década, 5% no fim da década, mas com esse crescimento médio de 6 a 7%, o emprego da mão-de-obra na indústria estava crescendo a 7 ou 8% ao ano, dando um caráter socialmente convergente ao processo.

A indústria brasileira já era tão diversificada e integrada, que onde vocês injetassem um pouco de demanda aqui e se espalhava por todo o sistema. Então, o Brasil estava começando a criar uma economia de consumo de massa, por causa do crescimento rápido do emprego e do início do crescimento dos salários. Foi esse o processo interrompido nos anos 80.

Para mim o grande desastre da década perdida foi isso, tivemos uma brutal, não vamos discutir causas nem atribuir responsabilidades, mas a verdade é que o Brasil, de repente, perdeu a capacidade de manter um ciclo de crescimento. Nós começamos um ciclo de crescimento em 1979, passamos de 5 para 8% taxa de crescimento, afundamos no início dos anos 80 e tivemos recasso. Começamos um outro ciclo de crescimento em 1984, crescendo 5% ao ano, demos um salto para 8% ao ano em 1985, era prematuro, afundamos e estamos estagnados de lá para cá e mais recentemente dois ou três anos de recessão.

Quer dizer que perdemos até as energias que tornavam o modelo brasileiro altamente dinâmico, principalmente essa característica de que ele começava a demonstrar ser socialmente convergente. Só para dar um número, em 1970, o percentual de famílias brasileiras na faixa de pobreza absoluta era de ordem de 40% e em 1980, de 18%. Com a década perdida e a perda da capacidade de fazer funcionar o novo ciclo de crescimento, a pobreza absoluta já estava de novo em 26%.

Em termos de ciência e tecnologia o que aconteceu foi realmente o País, a partir do programa estratégico de desenvolvimento de 1967/1968, passou a ter uma política científica e tecnológica definida e com mecanismos, alguns poderosos, que permitiram elevar aplicações da FINEP para esse nível de 250 milhões de dólares, na altura de 1975.

A FINEP era alimentada com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e foi criada por mim pessoalmente, na área do Ministério do Planejamento, naquela altura o setor de ciência e tecnologia era do Gabinete Militar da Presidência da República e o Presidente Geisel transferiu para o Ministério do Planejamento, permitindo destinar um grande volume de recursos.

A indústria brasileira já estava começando a avançar daquela tecnologia simplesmente de fabricação para uma tecnologia de produto, em que você começa realmente a definir modelos que são nacionais.

Então, o que nós desejávamos era atuar ao mesmo tempo na área da ciência e tecnologia para que a empresa brasileira perdesse a passividade tecnológica que ela teve e que até certa medida era natural durante um

processo de substituição de importações. Para efeito de exportação e começar a passar para um estágio em que o País não apenas recebesse tecnologia que vinha principalmente através das máquinas, o Brasil mudava a tecnologia através da importação de equipamentos e isso foi feito durante 20 ou 30 anos. Então, queríamos que as empresas tivessem capacidade de assimilar a tecnologia, ou seja, houvesse a transferência efetiva da tecnologia e elas comessem a fazer modificações, como o modelo seguido pelo Japão e pela Coreia.

Durante muito tempo o Japão pirateou, todos nós sabemos. Estudei no exterior, de 1962 e 1964, e a experiência que tenho, o testemunho que posso dar é que naquela época falar em produto japonês era um horror, era de baixa qualidade, tinha apenas um preço, um pouco mais baixo, não respeitava patentes, não respeitava a propriedade intelectual de ninguém e aos poucos o Japão dominou as tecnologias e começou um processo que ele passou à vanguarda do desenvolvimento tecnológico.

Ainda hoje ele faz um pouco disso, por exemplo, em matéria de microeletrônica; todas as descobertas foram feitas fora do Japão, mas ele passou a explorá-las comercialmente em melhores condições do que os Estados Unidos. Em grande medida a superioridade japonesa em relação aos Estados Unidos é devido a isso. O conhecimento científico nasce principalmente nos Estados Unidos, a inovação tecnológica, a transformação do conhecimento científico em produtos melhores e mais baratos é feita em particular pelo Japão, que tem todo um sistema apropriado para isso e nós queremos é um processo semelhante.

Não vamos ter a preocupação de ser vanguarda, a não ser em algumas áreas, por exemplo, o Brasil é vanguarda em tecnologia de prospecção e exploração de petróleo em águas profundas por razões óbvias, pois nos interessa diretamente. Em outros setores acompanhamos e modificamos, para, no final, termos o poder de competição que é o que nos interessa, não importa de onde você está recebendo a tecnologia, desde que você tenha a capacidade interna nas empresas, nos laboratórios brasileiros, para adaptar, ajustar, modificar e dar passos adiante naquele produto, para se ter sempre um produto melhor e um produto de boa qualidade.

Agora, é muito difícil analisar essas coisas quando temos uma década perdida. O Brasil virou um País selvagem e principalmente nos últimos anos a inflação selvagem transformou a economia e a sociedade brasileiras em algo também selvagem. Temos até dificuldade de examinar os processos e todas as preocupações que temos hoje em termos de criminalidade, de violência urbana e perda de competitividade dos grandes complexos industriais brasileiros e a deterioração do sistema educacional público e do sistema de ciência e tecnologia.

De modo que, como o desenvolvimento tecnológico, pelo menos nos estágios iniciais, se faz com o apoio de governo é quase impossível às empresas brasileiras hoje terem uma atuação mais ativa em matéria de ciência e tecnologia, porque os mecanismos estão no mínimo defasados; o volume de recursos à disposição da FINEP é mínimo e o CNPQ tem o mesmo problema.

Vamos reconhecer a realidade, o fórum nacional está propondo este ano exatamente reconhecer que o problema existe e que se o Brasil não conseguir estabelecer as bases daquilo que chamamos de desenvolvimento moderno, quer dizer, a interação entre reestruturação industrial - porque muitos setores perderam competitividades e precisamos trazer novas tecnologias - progresso técnico-científico e educação para a modernidade, se nós não conseguirmos estabelecer essas bases o Brasil não tem futuro industrial. Ai está o problema.

Ná 40 anos o papel estratégico do Governo em matéria de economia era, por exemplo, fazer uma grande indústria, uma grande usina hidroelétrica. Quando eu era estudante de economia o grandalhão escolhido para escrevermos dissertações era a Cemig, uma usina de 900 mil unidades, que é brincadeira hoje se considerarmos Itaipu.

Aos poucos, as prioridades foram se modificando e o Governo teve que ser ativo na instalação dos setores de insumos básicos e bens de capital, que foi o período Geisel e hoje o grande papel econômico do Governo é criar essa nova base do desenvolvimento moderno, fazer a reestruturação industrial, fazer funcionar o progresso científico e tecnológico e fazer a necessária reformulação do sistema educacional brasileiro.

No tocante ao Nordeste, em certa medida ele acompanhou esse processo geral. Enquanto o Brasil pôde crescer aceleradamente, o Nordeste estava crescendo aceleradamente, tanto do ponto de vista econômico como social. Todos os indicadores estavam melhorando. O problema é entender que o Nordeste, a despeito disso, ainda era uma região muito pobre. Para retirar a dúvida, o Fórum fez um estudo coordenado pelo Roberto Cavalcanti, que se chama "A Questão Social no Brasil". E o estudo mostra claro que, até 1980, os indicadores sociais estavam todos evoluindo no sentido positivo, embora o País ainda fosse muito desigual. É preciso tornar claro: isso não significa que o Brasil passou a ter boa distribuição de renda; significa apenas que fez progresso social; o País continuava tendo uma fase das piores distribuições de renda do mundo.

Já citei o dado global sobre a pobreza absoluta. No tocante ao Nordeste, o dado de pobreza absoluta, em 1970, tinha 70% das famílias na faixa de pobreza absoluta; em 1980, tinha 42% das famílias, em 1988 já tinha subido para 51% das famílias. É a mesma trajetória do País. Se se examinar as outras regiões, é a mesma coisa. O Fórum construiu os indicadores do desenvolvimento humano, que é o mesmo indicador das Nações Unidas. A esperança de vida no Nordeste era de 44 anos, em 1970, de 52 anos em 1980. A taxa de alfabetização era de 45 em 1970 e 55 em 80. O rendimento domiciliar per capita era de 8,9 em 1970; 15,9 em milhares de cruzeiros, em 88 e em 80.

Tudo estava indo na direção certa. Agora, realmente, na década perdida, se se tomar por base o índice de vida, que é o índice que se refere a todos os indicadores de insuficiência sociais, o mesmo se observa. Foi por isso que sugeri que tivéssemos a preocupação de, primeiro, apoiar ao Governo Federal no esforço de fazer a estabilização relativa, porque com a inflação de 30% ou mesmo com uma inflação de 20%, nenhuma economia funciona, isso é bobagem.

Vamos retornar o crescimento dentro da idéia de crescimento com redistribuição e reformas simultaneamente. No tocante à área regional, dentro daquela idéia de integração com diferenciação, ou seja, as regiões apoiem o desenvolvimento nacional, mas a cada região tem que ser dada a oportunidade, daí a necessidade da diferenciação.

Finalmente, é verdade que, nesse mundo da terceira revolução industrial, as regiões mais pobres podem sofrer mais, no sentido de que as regiões menos pobres do País, ou até as mais ricas - porque o Brasil tem uma área que é desenvolvida - podem ter mais facilidade de montar aquilo

que eu chamo as bases do desenvolvimento moderno, que é a interação entre reestruturação industrial, progresso técnico, científico e educação, para a modernidade. Foi por isso que mencionei, quando me referi ao Nordeste, primeiro, que o Nordeste tem oportunidades nas áreas de altas tecnologias. Segundo, que essas indústrias de alta tecnologia só vão ocorrer no Nordeste se houver duas coisas: desenvolvimento de capital humano e progresso técnico-científico. Reconheço o perigo e já adverti que é preciso uma atenção especial em relação ao Nordeste, senão vai surgir mais uma razão para que ele fique defasado em relação ao Sudeste do País.

O SR. PRESIDENTE (Élcio Álvares) - Com a palavra o Deputado Marco Penaforte.

O SR. MARCO PENAFORTE - Sr. Ministro, faço minhas as palavras do Deputado Ariosto Holanda, no momento em que elogia o brilhante desempenho de V. Ex. neste encontro. Gostaria rapidamente de propor algumas questões. No Brasil, no tempo, trabalhar alguns mitos que vêm se desenvolvendo no Brasil, no campo ideológico em relação à questão nordestina. Um dos mitos mais comuns é que me assustou enormemente, em contato com os meios de comunicação e com intelectuais do sul do País, é de que a maior parte dos recursos da União tem como destino o Nordeste. Ao chegar ao Nordeste, esses recursos são desperdiçados em obras pouco importantes ou, então, para o enriquecimento de um pequeno grupo de privilegiados. Nunca consegui contrapor a esse mito algo objetivo. Faltaram-me dados, até mesmo das instituições que tratam do problema do Nordeste.

Teria V. Ex., através da sua vivência como Ministro e nos estudos posteriores, uma visão da distribuição espacial dos recursos da União no Brasil ao longo das últimas décadas?

Não existe conferencista aqui que não tenha utilizado a palavra choradeira - o Nordeste deixar de choradeira - e acredito que, choradeira, no sentido de se contrapor a administrações corretas, competitividade e oportunidade de lucro. Tivemos oportunidade de viver recentemente, nos últimos seis meses, uma grande articulação do Governo Federal com o partido majoritário desta Casa, que levou o Congresso a promover o perdão das dívidas dos Estados, perdão que aproximadamente chega a algumas dezenas de bilhões de dólares, privilegiando basicamente o Estado de São Paulo, responsável, talvez, por 40% dessas dívidas. No nosso entendimento, isso fere frontalmente essa ideia interessante que V. Ex. aborda, a do pacto da federação para a estabilização com compensações econômicas, visando ao crescimento, já que as próprias tentativas que se fizeram para poder dar uma espécie de gratificação a Estados que tinham se saído relativamente bem no trato das suas finanças, como era o Estado do Ceará e o Estado de Santa Catarina, essa medida foi vetada pelo Presidente da República, mas não vetou o perdão das dívidas desses Estados.

Tivemos também informações recentes de que o Governo Federal perdoou uma dívida de um e meio bilhão de dólares do Rio de Janeiro, relativa à construção do metrô, como construiu esse pacto em cima desses perdões que contrariam frontalmente essa ideia de uma federação, buscando a estabilização? Na verdade, nos parece que quem chora menos nessa história é o Nordeste, e chora mal porque, em função desses perdões, obviamente quem lucra são Estados fora da região.

V. Ex. também mencionou uma perspectiva, de uma maneira muito forte, de que uma alternativa de crescimento para a região se situava em diversos empreendimentos empresariais, na criação de indústrias de ponta, de agroindústrias e de vários empreendimentos, mas frisando bem o aspecto empresarial. É evidente que nenhum empresário vai aplicar capital através de uma perspectiva humanitária ou buscando resolver problemas sociais. Somos inteiramente contrários à manutenção das políticas anteriores em que o Estado oferecia dinheiro gratuito para empresários, mesmo do Nordeste, enquanto a sociedade também a competitividade. Mas que atrativos haveria então para atrair esses empreendimentos para a região?

Embora concordando que devemos sofrer uma transformação radical do Estado, um Estado mais enxuto, no sentido de concentrar seus esforços na área da educação, na área da saúde e na área social, não nos parece impossível imaginar esse Estado sem tomar iniciativas pioneiras no campo da economia e no campo da infra-estrutura. Isso não seria fundamental no Nordeste, em função do grande atraso nesse campo, no sentido de atrair esses empreendimentos empresariais?

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO - Acho que as questões estão bem colocadas. Vamos respondê-las mais ou menos pela ordem.

O que se observou no Nordeste, no período de 60 a 80, foi a realização de grandes investimentos do Governo Federal em infra-estrutura. Para dar o exemplo do mais pobre - não foi só o Piauí, creio que foram todos os Estados -, havia, naquela época, mecanismos que permitiam realmente fazer esse atendimento. Existiam não só os grandes projetos hidroelétricos, que trouxeram dinamismo extraordinário à indústria da região, mas também o desenvolvimento das telecomunicações, o desenvolvimento do sistema rodoviário em todos os Estados nordestinos. Lembro-me bem, que no início do Governo Geisel tivemos as reuniões com os governadores e se chegou até à conclusão de que alguns estados nordestinos tinham a malha viária melhor do que a malha viária de Santa Catarina. A reivindicação do Governador de Santa Catarina, que era o Konder Reis, parlamentar durante muito tempo, era de haver um programa viário para Santa Catarina.

Acho que em termos de infra-estrutura nordestina houve um grande progresso, e em saneamento igualmente. Agora, na atuação direta dos Ministérios, o Nordeste não teve a participação correspondente à sua população. E se se fizer um estudo, até hoje, tenho quase certeza de que o resultado revelado será este: de que os Ministérios em geral gastam menos no Nordeste, proporcionalmente a sua população, do que na Região Centro-Sul do País. Daí a importância do dispositivo que foi colocado na Constituição de que o orçamento Federal seja distribuído espacialmente para, se poder ter dados concretos que permitam uma discussão objetiva do assunto.

Os dados parciais que tenho de levantamentos que mandamos fazer para nosso uso no planejamento àquela época revelavam isso.

Resumindo: um grande investimento em infra-estrutura no Nordeste, os Ministérios, como Ministérios, aplicando menos do que possivelmente deveriam estar aplicando, porque prevaleciam outros critérios na hora da destinação dos recursos.

E em todo país que tem graves desigualdades regionais é preciso haver uma política deliberada de correção das desigualdades, se não os processos políticos e econômicos naturais vão levar ao agravamento das desigualdades.

Por isso preocupei-me aqui em definir critérios, e para mim o principal é o da diferenciação, porque é um critério que ninguém pode atacar. Quando falo em choradeira, falo na atitude de ficar reivindicando ques-

tões que, na verdade, são privilégios. No momento em que o Nordeste se associa à busca de privilégios, ele perde a capacidade de fazer propostas viáveis e que politicamente sejam defensáveis perante a sociedade brasileira.

A sociedade brasileira, pelas suas diferentes instituições, inclusive as instituições governamentais, mas não exclusivamente estas instituições, é que vai distribuir os recursos do Orçamento Federal, os recursos da União.

Então, temos que ter critérios, propostas, projetos que encontrem fundamentação econômica, social e política para conseguir a maior destinação de recursos para o Nordeste. Por isso que digo que na medida em que nos associamos a setores que, na verdade, estão reivindicando privilégios, cartórios ou mesmo a grupos empresariais ou segmentos da sociedade que querem esses privilégios, enfraquecemos a posição do Nordeste, perdemos a capacidade de denunciar os equívocos como esses que aqui estão sendo apresentados.

Na verdade, não houve um perdão de dívida, houve um reescalonamento num período, creio, de 20 anos. Mas é fora de dúvida que a lógica desse reescalonamento de dívida implicitamente significa uma injustiça em relação aos Estados cujas dívidas não foram reescalonadas porque a situação estava em ordem.

Então, a contrapartida é que esses Estados têm direito a outros tipos de compensação, inclusive um critério que o Governo Federal deveria adotar é o seguinte: ajudar a quem mais se ajuda, os Estados que estão em ordem. Assim, certamente, temos que dizer que até o final do Governo Sarney, possivelmente, os dois Estados com maior indisciplina financeira eram Rio de Janeiro e São Paulo, porque foram estados altamente beneficiados pela reforma tributária trazida pela Constituição de 1988 e que já estavam se beneficiando antes porque o crescimento do Fundo de Participação vem do Governo Geisel que passou de 12 para 20% e que continuou nos Governos seguintes, chegando hoje a uma média de mais ou menos 50%. Então, esses dois Estados foram os que mais se beneficiaram e, no entanto, foram os Estados que mais se endividaram, inclusive através da dívida não consolidada e que, portanto, nem constava de seus balanços porque era uma dívida pendurada no ar, dívidas para com empreiteiros. Foram construídas estradas taraxônicas no interior de São Paulo e foram feitos certos dispêndios no Estado do Rio de Janeiro, que também não eram prioritários.

Acho que hoje o Rio de Janeiro está melhor, certamente, em termos financeiros, houve um trabalho significativo. Não tenho informações sobre o Estado de São Paulo, mas não tenho a menor dúvida de que o endividamento do Banco do Estado de São Paulo é uma barbaridade, talvez nem por culpa do Banco, talvez até o Governo Federal tenha induzido àquele endividamento externo.

A verdade é essa, realmente os dois Estados mais ricos do País foram os que menos preocupação tiveram de como colocar ordem na casa: isso já não é tão verdadeiro para o Estado do Rio de Janeiro. Temos que ter esses argumentos na hora de fazer a discussão de um eventual pacto que o Pacto do Desenvolvimento Sustentável. Os Estados vão apoiar o Governo Federal para sair da crise e o Governo Federal tem que dar um atendimento diferenciado às regiões.

Reconheço que Estados como, Santa Catarina, Ceará e outros do Nordeste estão realmente com uma boa safra de Governadores. Quase todos os Estados do Nordeste estão passando por um estágio de situação financeira razoável, pelo menos. Isso tem que ser reconhecido, é argumento dentro daquele pacto.

Agora, quando proponho que o Nordeste venha e apresente as suas próprias ideias sobre a sua estratégia, tome a iniciativa de propor a sua estratégia, que o Nordeste tome muitas iniciativas em relação a seu desenvolvimento, tenho obrigação de dizer que existe um trabalho a ser realizado internamente, mas precisamos ter autoridade para isso. Tem que acabar com clientelismo, cartórios, privilégios todas as nossas proposições têm que ser defensáveis econômica, social e politicamente.

O SR. PRESIDENTE (Élcio Álvares) - Passo a palavra ao Deputado Vicente Fialho.

O SR. VICENTE FIALHO - Sr. Presidente, Sr. Ministro, a inteligência brasileira no campo econômico - e, para citar alguns, começaria por S. Ex. os Ministros Mário Henrique Simonsen, Delfim Netto, Roberto Campos, Celso Pastore, e tantos outros ilustres brasileiros que dominam bem essa área - essa inteligência tem a consciência da necessidade da promoção do desenvolvimento das regiões atrasadas do País, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essa inteligência sabe muito bem que se perguntar essa desigualdade atual e se essas disparidades se aprofundarem, a vida nos grandes centros urbanos do País, nas regiões mais ricas, vai ficar insuportável, com a marginalidade, o bem maior de cada um de nós, que é a vida, passa a ser comprometida pelos problemas derivados dessas regiões mais pobres. Sem contar os aspectos puramente econômicos.

Tenho também a consciência de que o investimento no capital humano da região é indispensável e inadiável para superação dos gargalos que impedem o crescimento social e econômico.

No entanto, essa inteligência que tem um extremo e importante papel na formação da opinião pública do País, tem dado uma contribuição, muito escassa para a formação de uma mentalidade nas lideranças nacionais com vistas à solução desse problema.

Indagaria se esse tema ainda se situa na visão de V. Ex. e de seus companheiros num nível de prioridade menor com relação às questões nacionais ou se existem outros condicionamentos que estão fora do nosso universo de informações que inibem a inteligência econômica do País a clara e decisivamente se engajar no esforço de equacionamento desse problema.

Esse era o primeiro questionamento. O segundo questionamento que eu faria...

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO - O senhor está entendendo aí o problema do capital humano. É isso?

O SR. VICENTE FIALHO - Exato! Um dos aspectos relevantes nessa questão seria o grande desenvolvimento de apoio ao capital humano. Mas, por que a nossa inteligência, as nossas lideranças econômicas não sensibilizam as áreas de decisão do nosso País nesse caminho? Quer dizer, quando um economista lá do Nordeste, seja do Ceará ou da Bahia, levanta esse tema, já leva a rotulação de ser um nordestino que está falando, mas, se esse tema fosse levantado claramente pelas figuras representativas, no topo da inteligência nacional, tenho certeza de que haveria uma sensibilidade por parte do poder decisório do País nesse caminho.

Uma outra indagação, uma reflexão que eu faria. V. Ex.^a sugeriu como um dos caminhos para o planejamento regional a criação de um conselho de desenvolvimento regional, o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste. O senhor sugere uma alteração no sistema atual de planejamento regional, uma modernização do processo de planejamento da região e de acompanhamento das ações do Governo na área. Tenho tido sempre uma preocupação muito grande com relação ao sistema de planejamento regional vinculado ao sistema do Governo Central. O que vejo aqui, e o senhor citou muito bem, é a São Paulo e Rio de Janeiro. São dois Estados não têm nenhuma instituição regional de defesa: é o Governo de São Paulo com sua equipe e o Governo do Rio de Janeiro com a sua equipe, e como eles não são dependentes, quer dizer, as instituições de planejamento dos problemas de São Paulo não dependem diretamente do Governo Federal. Então elas se articulam com o Governo, com os Parlamentares, com o seu grupo de pressão política e chegam aqui, negociam e barganham legitimamente com o Congresso, com o Governo Federal e arrancam o que querem ou o que necessitam. Nesse ano e meio que estourou no Congresso, as grandes conquistas obtidas foram principalmente por São Paulo, Rio de Janeiro e parte aqui citada pelo nobre colega Deputado Marco Penaforte. Não vi, em nenhum momento, nenhuma conquista que tenha sido obtida pelo Norte, pelo Centro-Oeste ou pelo Nordeste, de forma decisiva, aqui no Congresso Nacional ou na área do Governo Federal.

Começo a me preocupar, tenho um questionamento, será que vale a pena a instituição que planeje o desenvolvimento do Nordeste, aquela outra que planeja o Norte ou do Centro-Oeste, elas deveriam ser umbilicalmente ligadas ao Governo Federal? Não deviam ser independentes, autônomas, para que pudessem, legitimamente, ter uma negociação mais forte, uma pressão mais forte sobre o Governo Central, assim como têm feito o Rio de Janeiro e São Paulo? Órgãos regionais como a SUDENE e a SUDAM são instituições que, por serem pessoas nomeadas pelo Governo Federal, já estão comprometidas com o Governo Federal. Então, a capacidade de pressão dessas instituições vai a zero. Some-se a isso o fato, que aqui já foi discutido, que muitas vezes essas instituições — SUDENE, SUDAM — fazem alguns planejamentos com a intenção de fazer uma pressão de certa forma autônoma, mas usam parâmetros que não são coincidentes com os parâmetros econômicos e sociais de interesse do Governo Federal e o planejamento termina indo por terra. Enquanto que se fossem autônomas, embora trabalhando com parâmetros diferentes, elas iriam colocar na mesa, legitimamente, uma pressão para a solução dos seus problemas.

Indagaria a V. Ex.^a, que é um expert em matéria de planejamento governamental, se existe alguma experiência em outros países do mundo desse tipo de planejamento autônomo. Alguma coisa muito pequena sei que existe, por exemplo, na Alemanha, parece-me que são os Kreisstadt que são regiões que se agrupam a nível local para resolver os seus próprios problemas. Não sei se é para resolver localmente os seus problemas, ou se eles exercem pressão sobre o Governo Central, para ajudar na solução dos seus problemas locais.

Enfim, gostaria que o senhor nos desse algum esclarecimento sobre essa matéria, que o senhor conhece muito bem.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO — Tentando ser breve, porque as questões são amplas e muito interessantes agradeço a V. Ex.^a

Primeiro o problema do capital humano: gostaria de mencionar que o Fórum Nacional, que surgiu há 4 anos — começamos em 1988 e o próximo Fórum vai ser em abril do ano que vem, será o 5º Fórum Nacional — é uma associação de economistas, de sociólogos, de cientistas políticos, que hoje reúne também as centrais sindicais. Estamos programando, agora, fazer dentro de um mês, em São Paulo, um seminário com as centrais sindicais para discutirmos o futuro do sindicalismo no Brasil. É uma espécie de tentativa de diálogo das lideranças nacionais. É um órgão da sociedade civil.

Então, os elementos principais desse Fórum Nacional, são exatamente esses economistas que V. Ex.^a citou, como o Simonsen, que é um dos principais, eu sou o coordenador-geral. Temos mantido, sistematicamente, um painel sobre desenvolvimento social. Na primeira etapa, a nossa preocupação foi fazer uma espécie de diagnóstico e o resultado dos estudos que fizemos já está aqui, considero o melhor trabalho que já se fez até hoje sobre a questão social no Brasil — quem estiver interessado é só pedir a minha secretaria —, que foi feito com uma objetividade, desapassionadamente, sem ideologia, sem paixão política, foi coordenado — como eu disse — pelo Roberto Cavalcanti, que é da região. Foi Secretário de Planejamento na época em que eu era Ministro e, depois, foi Subsecretário-Geral do Ministério do Interior.

Agora, estamos propondo uma nova estratégia social, em que duas coisas se destacam: a primeira é a reformulação da estratégia econômica para adaptar-se melhor às necessidades sociais que era uma ideia de alimentação de massa do País. Quer dizer, que a estratégia econômica, por exemplo, cuida melhor do perfil da produção, beneficiando aqueles setores chamados de bens de salários, os setores de interesse das grandes massas. Já tínhamos feito, em 1978 — foi uma das últimas coisas que preparamos para o Governo Geisel, um estudo sobre o atendimento das necessidades sociais, e que eu pessoalmente entreguei ao Presidente da República, antes de assumir o novo Presidente da República. Isso que se está procurando fazer agora, de eliminar, ou pelo menos reduzir o ICMS dos alimentos básicos, estava proposto em 1978. Fizemos para o IPI, estávamos propondo que se fizesse. A União compensaria os Estados para que pudessem fazer isso, em 1978 — mas o programa não foi adiante.

Voltando ao assunto, estávamos propondo uma estratégia social que diz o seguinte: "A melhor maneira de melhorar a distribuição de renda no Brasil é o ataque à pobreza absoluta." Então, a nossa opção é pelos pobres. Isso parece redundante. Não é. Estudos mostram, alguns trabalhos do Roberto Macedo e do Banco Mundial, que a ação social do Governo, no Brasil, não atende preferencialmente aos pobres, atende à classe de renda mais alta em educação, em saúde, em previdência e em saneamento.

O que estamos propondo é que a ação social do Governo Federal se volte, essencialmente, para os pobres, e estamos propondo um grande investimento em capital humano. Tanto que, pela primeira vez, creio fazer-se no Brasil um estudo em que a própria estratégia de desenvolvimento econômico diz que a chave do desenvolvimento econômico está na interação entre formulação industrial para assimilar as altas tecnologias, progresso técnico-científico e educação. A educação sempre foi tratada como parte do programa social. Nós estamos dizendo: "Além da educação ser um problema social grave, é o eixo do desenvolvimento econômico moderno."

Esse é um trabalho que estamos preparando para colocar em discussão no próximo Fórum. E para isso já fizemos convênio tanto com o BNDES; para a parte de indústria, e estamos fazendo com a Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia — o Hélio Jaguaribe é do Fórum Nacional, como estamos fazendo convênio, também, com o Ministro Goldemberg, que é também do Fórum Nacional.

De modo que isso mostra consciência por parte dos principais economistas do País em relação à importância dessa questão do desenvolvimento do capital humano.

Quanto aos mecanismos institucionais para o desenvolvimento do Nordeste, considero perfeitamente válida essa proposta de se ter um órgão autônomo. Vi que no trabalho do Roberto Cavalcanti há algo nesse sentido. Agora, creio que temos de ponderar. Na minha ideia, a SUDENE e o Banco do Nordeste foram instrumentos importantes — e ainda podem ser — para auxiliar o desenvolvimento do Nordeste. O que aconteceu foi uma espécie de down-grading, um rebaixamento político desses órgãos.

O meu esquema propõe que o mecanismo que dialoga com os Ministros e com o Presidente da República sobre o desenvolvimento do Nordeste seja um mecanismo híbrido, constituído das lideranças da região, representadas pelos seus Governadores e por um grupo dos seus Congressistas — porque não podem ser todos — e os órgãos que já operam no desenvolvimento da região, como a SUDENE e o Banco do Nordeste. E eu colocaria mais todos os bancos do Governo Federal. Ou seja, em lugar de fazermos algo autônomo, que vale na medida em que haja unidade dentro da região — porque até hoje a região não conseguiu fazer algo desse tipo... por que o Rio de Janeiro e São Paulo não precisam de um órgão regional? Porque têm peso específico. Quanto aos Estados menores, se não tem peso específico, o melhor é que atuem coletivamente. Daí a ideia de um Conselho de Desenvolvimento do Nordeste.

E mais, propus também que a própria estratégia de desenvolvimento do Nordeste fosse formulada, inicialmente, pelo próprio Nordeste. Aí sim, para esse efeito poderíamos ter uma espécie de fórum nordestino. O fórum nacional, este ano, já está começando a conversar com os Governadores, para ver se interessa aos Governos da região que haja um seminário, por volta de novembro ou dezembro, para discutir as primeiras ideias para uma estratégia de desenvolvimento do Nordeste. O próprio Nordeste vai formular a sua estratégia de desenvolvimento. Mas como existe um processo de tomada de decisões, creio que deve haver um Conselho de Desenvolvimento do Nordeste que incorpore os órgãos do Governo Federal, mas que tenha grande peso político, porque lá estarão os Governadores, os Parlamentares e os próprios Ministros. Porque o problema de se manter, simplesmente, a SUDENE e o Banco do Nordeste é que os Ministros vão lá eventualmente, e eles vão para assistir a uma reunião, e há uma descontinuidade. A rotina da SUDENE não é dialogar com Ministros.

Então, é necessário haver um órgão, em nível político, que dialogue com os Ministros e até com o Presidente da República. Mas para que esse órgão possa apresentar as suas propostas objetivamente, ele incorpora, como órgãos de assessoramento, a SUDENE, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, ou BNDES, a Caixa Econômica, e assim por diante, que continuam sendo órgãos do Governo Federal, mas que são órgãos de assessoramento desse mecanismo político. E na própria ideia de criação da SUDENE havia uma visão política do Celso Furtado, que era a de ter os Governadores da região. Mas isso não é suficiente, porque se os Governadores forem dialogar com funcionários do segundo ou do terceiro escalão do Governo Federal, não se tem o nível de decisões adequado. O que quero é esse nível de diálogo adequado politicamente.

Não estou dizendo que essa proposta não tenha defeitos. Ela foi trazida aqui com a ideia de que precisamos discutir e ver se é este o caminho ou se, por exemplo, o caminho da autonomia é melhor. Não me recuso a discutir a ideia do caminho da autonomia. Apenas tenho receio de que, com isso, o próprio Nordeste dê uma imagem de que está relegando a um plano inferior aqueles mecanismos do Governo Federal que já existem para atender à região e que, no meu entender, devem ser fortalecidos e colocados dentro de uma visão mais estratégica e menos de dia-a-dia, e não relegados a segundo plano. São essas as minhas observações.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado B. Sá.

O SR. B. SÁ — Sr. Ministro, lamento não poder ter estado aqui desde o início de sua palestra, mas fico muito feliz em poder arguir-lo pois conhecendo-o aprendendo a admirá-lo desde cedo.

Gostaria de fazer três observações rápidas sobre o V. Ex.^a colocou em respostas às perquirições dos outros companheiros e, em seguida, fazer duas indagações, que serão rápidas.

Gostaria de parabenizá-lo pela sua visão quando o Sr. criou esta frase: "A prioridade é o pobre". Até porque, já se está vendo que os ricos estão convivendo com uma massa imensa de pobres em torno deles, e toda essa insegurança está sendo gerada nos grandes centros. Se não dermos oportunidade ao pobre — já foi dito isso aqui ontem, pelo Deputado Osvaldo Coelho, citando um pensador paquistânico —, se não se levar oportunidade a ele, ele irá atrás da oportunidade.

Outro aspecto que gostaria de fazer, Sr. Ministro, é a questão da seriedade com que o senhor chamou atenção para essa leva de Governadores nordestinos. Pelo menos, afiança-lhe de que o Governador do nosso Estado, o Piauí, tem tido uma preocupação enorme com a questão palpável, visível, de ser o Piauí o Estado mais atrasado e tentar, a partir daí alavancar instrumentos para que ele possa sair desse atraso. Agora mesmo, venho de uma audiência com o Ministro Adib Jatene, e S. Ex.^a me informou que o Estado do Piauí foi o único Estado, em que pese todo o seu atraso, nos dias atuais, que conseguiu dar uma cobertura vacinal de 100% no caso do sarampo.

Chamo atenção, também, porque não poderia deixar de citá-la, para essa polémica que circula nas duas Casas, e há muito tempo, sobre a questão de Norte e de Sul, de se dizer que vai mais dinheiro para um ou vai mais dinheiro para outro. Tenho sido, aqui, um crítico, sempre que oportuno, dos recursos que vão para o Nordeste através de incentivos fiscais ou não, entendendo que eles devem ser bem aplicados, ou seja, precisamos criar uma moral criada lá dentro, quanto à questão de competência na aplicação desses recursos para depois, reclamarmos dos poucos recursos que estamos recebendo. Na verdade, isso é bem conhecido, de que muito mais dinheiro vai para o Sul em detrimento do Nordeste. Em princípio, porque, quando um pólo é mais desenvolvido, ele atrai mais recurso e há necessi-

dade maiores de recursos para a sua manutenção do que o outro que é mais atrasado.

Agora, quando os do sul batem nessa tecla de dizer que o Nordeste leva tudo, estão tripudiando sobre a miséria. É justamente isto que pode, eventualmente, estimular algum movimento seccionista, que não é o desejo, como o senhor colocou na palestra, de ninguém deste País. Aliás, que fala em secesso, quem fala em separação não somos nós, do Nordeste; são os mais ao Sul, e já existem até adesivos, enfim, uma estrutura em formação dos Estados Unidos do Sul do Brasil.

O Sr. colocou, também, o problema da construção. Realmente, essa é uma questão fundamental e pode ser até acassiano. Mas, é importante que se diga que quem desconcentra renda é a educação, mesmo nas regiões mais atrasadas onde o nível de informação e instrução das pessoas é maior, a renda é muito melhor distribuída.

Sr. Ministro, passo agora a duas indagações: o senhor disse que é fundamental para o Nordeste que haja investimentos empresariais, e citou especificamente uma irrigação empresarial, a questão da soja, a questão do desenvolvimento dos pólos petroquímicos e, assim, por diante. E ressaltou a situação das populações mais atrasadas, notadamente aquelas que vivem no semi-árido e, especificamente, é necessário que sejam desenvolvidos mecanismos para a convivência com a seca.

Ai, a minha primeira pergunta: Como o senhor acha que esse mecanismo seriam desenvolvidos para a convivência com a seca, levando-se em conta o atraso das populações, notadamente aquelas do semi-árido?

A segunda indagação, de ordem mais geral, porque nós temos tido oportunidade, nesta Comissão, de ouvir sem pressa a história de que o País carece de um planejamento; quer dizer, não existe planejamento estratégico neste País. A pergunta é esta: Como o Senhor vê a questão do planejamento a nível nacional? Se atualmente ele não existe, como deve ser retomado e de que o planejamento estratégico no País e confrontar com as ideias que ele têm. Entendi que a Secretaria de Economia está assumindo essas funções de visão de médio e longo prazo no momento em que a Secretaria de Planejamento propriamente se especializa no planejamento do Governo.

Planejamento hoje significa, principalmente, uma visão estratégica do futuro nacional, para onde queremos levar a sociedade brasileira e a economia nacional. Não vejo nenhuma importância em planos do tipo planos de metas, que se preocupavam em definir quanto se vai produzir, desde energia elétrica até rodovias. Isso foi uma fase necessária do planejamento brasileiro, mas no momento em que se precisa passar de um modelo para o outro, o que importa é a visão estratégica.

Coloca-se o seguinte: o Brasil tem futuro industrial. Já que as nossas vantagens comparativas tradicionais como mão-de-obra barata e como recursos naturais perdem a importância na terceira revolução industrial, no novo paradigma industrial? Essa é a grande questão e é para isso que o Fórum Nacional está procurando colaborar. Eu mesmo, há 3 anos, escrevi um papel com o título "As Primeiras Ideias Para uma Nova Estratégia Industrial e Tecnológica". É por isso que nós vamos fazer, agora, esse estudo sobre as novas bases do desenvolvimento moderno para mostrar que o Brasil tem vantagens comparativas dinâmicas, inclusive do novo paradigma industrial, senão nós não teremos futuro industrial, e não tendo futuro industrial, não teremos futuro, pois por mais importante que seja a agricultura brasileira, ela vive na interação com a indústria. O Brasil é o grande País da América Latina que tem uma clara e importante vocação industrial.

Da mesma forma, em diria que em desenvolvimento regional, de Nordeste, o de que estamos precisando são novas visões estratégicas, não é de nenhum planejamento detalhado. São novas concepções, são novas ideias, são novos instrumentos.

Falei aqui em investimentos e houve duas referências a isso em oportunidades empresariais. Fiz a referência porque estou tentando mostrar que são coisas que podem ser desenvolvidas naturalmente; são vocações da economia nordestina. Porque se uma certa atividade é desenvolvida pioneira pelo Governo, nunca se sabe se aquilo é uma vantagem comparativa dinâmica da região. Tem-se que sair desse estágio pioneiro para um estágio em que o setor privado, inicialmente com o apoio do Governo, e depois sem o apoio do Governo, para conduzir-se aquela atividade. Foi por isso que falei em irrigação empresarial, falei sem soja, tudo o que me parece novo na economia nordestina, para mostrar que o Nordeste não pode ser escravo às antigas atividades econômicas; ou crescem lentamente, ou que não são mais competitivas e exigem muito subsídio, porque isso é a condenação de o Nordeste crescer pouco; o Nordeste tem que se associar às coisas novas, a produtos novos, a regiões novas, a setores novos e dinâmicos e, principalmente, a projetos que mesmo com o apoio inicial do Governo, naquele período que se chama de indústria nascente, ele mais adiante vai andar pelas próprias pernas e vai ser competitivo.

Evidentemente, nos estágios iniciais todos esses setores vão carecer de infra-estrutura, de proteção e de financiamento de longo prazo e, se possível, até de capitais sob a forma de participação acionária pelos incentivos fiscais ou por outros mecanismos. Na fase de indústria nascente, eles nunca estarão sozinhos. Agora, isto é temporário.

A grande crítica que se faz ao chamado modelo de substituição de importações, como já mostrei que era muito mais complexo do que isso, é que a grande indústria brasileira, que nasceu nos anos cinquenta, ainda tem um nível de proteção tarifária elevadoíssima em 1990. Por quê? Porque faltou uma revolução que ocorreu no mundo. Ai, sim, pode-se falar em revolução liberal.

Depois que a Alemanha, a França e Itália fizeram a sua grande indústria, os Estados Unidos, entre 1880 e 1940, foram um dos países mais protecionistas do mundo. No entanto, depois do pós-guerra, converteram-se exatamente em campeões do livre comércio. Por quê? Primeiro, porque lhes interessava, eles não precisavam mais de proteção. Segundo, porque já haviam ultrapassado aquela fase. A lição a se aprender de tudo isso é que indústria nascente é indústria nascente, mas ela não pode ser infante a vida toda. Toda proteção por definição é temporária, caso contrário se estará alimentando um setor inviável. De modo que precisamos ter essa consciência.

No tocante ao semi-árido, já ficou provado que em qualquer país do mundo esta região é suscetível de desenvolvimento. É uma questão de recursos. O semi-árido de Israel é hoje altamente desenvolvido. Mas também a Espanha, que não é tão rica, conseguiu desenvolver sua região semi-árida.

Primeiro, precisamos estabelecer uma economia de mercado, acabar com aquelas relações pré-capitalistas que existem no interior do Nordeste. São pré-capitalistas do ponto de vista econômico, do ponto de vista social, do ponto de vista político. Porque, com aquelas relações pré-capitalistas, nunca se passará a níveis mais altos de tecnologia. A tecnologia existente se eterniza.

Então, quando se fala em agroindústria, prefiro uma agroindústria que seja empresarial, ou seja, que seja financiada pelo Banco do Nordeste ou por outras instituições e que tenha condições de, aos poucos, até se tornar exportadora.

Pode-se fazer irrigação com apoio governamental, mas, num certo momento, é preciso que essa irrigação também se torne auto-sustentável, ela se dissocia daquela tutela de Governo, que faz certa infra-estrutura ou não.

Falei também nos programas para agricultura de baixa renda em que o conteúdo de subsídio é maior. Mas existe grande número de Estados no Nordeste que tem água, como o Piauí, e que podem ter esses programas integrados de agricultores de baixa renda, mas que não podem ser excessivamente paternalistas. Esses programas foram começados no Governo Geisel. Lançamos um programa exatamente com o título "Agricultores de Baixa Renda". O Banco Mundial gosta muito desse programa, assim como o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A observação que faço é a seguinte: da mesma forma eles têm de passar por etapas e não podem ter um coeficiente de paternalismo excessivo, porque ficam extremamente dispendiosos e nunca saem daquela situação de subsistência, todos os programas têm que caminhar para sair da fase da subsistência. Tem-se, evidentemente, o desenvolvimento das vocações xerófilas, quer dizer, tudo o que pode ser aproveitado empresarialmente. É claro que tudo isso exige pesquisa; existem grandes institutos do trópico, financiados até pelas Nações Unidas — vamos ver o que se está fazendo em certos países da África por causa desses institutos.

Criamos em 1974/1975 o Programa do Semi-Árido.

É preciso aplicar o máximo de recursos em pesquisa para que o semi-árido descubra as suas vocações, mas sempre com a ideia de que se começa subsidiando, mas com o tempo o subsídio tem que diminuir e tornar a mão-de-obra móvel. A mão-de-obra tem que ter liberdade de se movimentar para onde ela quiser. Os problemas de crescimento demográfico do Nordeste, como o Brasil, principalmente em termos dos pobres, tem que ter a consciência do que é o planejamento familiar. Quem quiser ter vinte filhos, tudo bem! Mas saiba quais são as consequências. Tem os vinte filhos como uma alternativa e não por ignorância. Todo o conhecimento possível sobre o que é o planejamento familiar deve ser levado ao Nordeste.

Lembro-me, quando houve aquela grande enchente de 1974, no Recife, que foi feito um levantamento — pessoalmente, vi esse levantamento — e fiquei impressionado com o número de casais vivendo na miséria e que tinham cinco, dez, vinte e um filhos, em certo caso. Não era por opção, não era por motivo religioso, não era porque quisesse ter muito filho; era simplesmente por ignorância! Esse tipo de situação é que não podemos admitir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alves) — O último interpelante inscrito é o Deputado Luiz Girão, a quem concedo a palavra.

O SR. LUIZ GIRÃO — Praticamente não tenho muitas perguntas, uma vez que nossos companheiros já questionaram muito bem em tempo e hora.

Nesta nossa Comissão, a cada presença, vamos tendo novas perspectivas de recebendo informações que pensávamos ser novas, mas já haviam tomado decisões em 1974. Vê-se que o problema também é falta de uma continuação do que já foi começado, talvez de uma força política e de uma determinação. Vejo "no Brasil exatamente isto: que as coisas não têm uma continuidade. Há muitos bons programas. A própria Sudene, quando da sua criação, não tínhamos dúvida, tinha força política; se todo aquele poder que lhe foi dado, época, ligada diretamente à Presidência da República, tivesse continuado, hoje teríamos uma região nordestina completamente diferente da atual.

Quero corroborar com o nosso grande Ministro, dizendo que o problema sério todo é pobreza no Brasil, no Nordeste, é miséria. Temos muito mais necessidade de velocidade desenvolvimentista do que qualquer outra região brasileira. E dizer que quero continuar tão otimista quanto aqui nos disse a Dr. Tânia Bacellar, quando falou que precisamos potencializar as nossas dificuldades e ter o otimismo de crer que todos aqueles defeitos são virtudes, se olhar com uma nova visão estratégica. Todos os defeitos de se ter um semi-árido podem, de um minuto para outro, transformar-se em virtudes se tivermos a visão estratégica de como realmente modificar a posição que temos.

Espero que esta Comissão termine o seu relatório, certo de que podemos reverter tudo isso, na medida em que se tiver coragem, decisão política e realmente investir pesado no homem — como disse o nosso companheiro Vicente Fialho —, no capital humano, na educação e, com isso, voltar toda a nossa ótica, a nossa visão de futuro, para se ter um semi-árido virtuoso. São poucos os lugares do mundo que têm a quantidade de sol que possuímos; são poucas as regiões do mundo que têm a quantidade de luz que temos; são poucas as regiões do mundo que têm a quantidade de vento que há aqui. Isso pode ser potencializado e reverter em benefício de toda essa comunidade. Basta que se dê a essa comunidade a capacidade de raciocínio; que se é possível se se fizer realmente um programa pesado de educação do homem.

Toda essa preocupação do Ministro com relação ao planejamento familiar nada mais é do que a falta de conhecimento e de educação. Precisamos ter coragem de parar grandes obras, que podem esperar, para gastar o dinheiro público na educação do brasileiro.

A questão é clara e muito límpida. Realmente, não temos muitos problemas, mas um só, maior, o problema político de fazer valer o que já conhecemos, e o senhor também conhecia, em 1974 — o fato de não se continuar as obras, pois os desequilíbrios regionais estão cada vez maiores. Precisamos ter consciência política de que, agora, é a hora da elite política nordestina. O Estado de Ceará está dando o exemplo ao Nordeste, para que aqui não aceitemos mais trocar negociações e deixar de tomar as grandes decisões para a nossa região.

Não podemos permitir, de forma nenhuma, que se rescalone as dívidas do Estado de São Paulo, ou do Estado do Rio de Janeiro, sem que haja com isso uma compensação para nossas regiões. Porque a verdade é esta: sempre recebemos poucos recursos, e a nossa classe, a elite política negociou muito mal as suas posições políticas, neste País, nos últimos vinte anos. Essa é a conclusão a que cheguei, depois de estar aqui um ano e pouco.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Antes de encerrar a nossa reunião, passo a palavra ao Relator da Comissão, Senador Beni Veras.

O SR. RELATOR (Beni Veras) — (Fora do microfone)... porque sabíamos da oportunidade que teríamos de visualizar aspectos originais da questão nordestina, porque ele vive esse problema há muitos anos e tem uma inteligência voltada para descobrir, sempre, perspectivas e oportunidades que possam proporcionar uma melhoria na visão desse problema.

Citarei alguns casos que me chamaram a atenção:

Ele afirma que o desenvolvimento do País é essencial para que a região possa encontrar um caminho, sem dúvida em meio a um "barco furado", porque nenhum de nós tem nenhuma oportunidade.

Ele lembra bem que para regiões diferentes não se pode ter uma política idêntica. Parece truísmo, mas já vivemos aqui, muitos anos, essa situação; ou seja, o País viveu sem pensar nas diferenças enormes que existem. Em consequência, gerando políticas nacionais que são altamente prejudiciais às regiões periféricas. As políticas de desenvolvimento do Centro-Sul foram geradas sem levar em conta, de maneira significativa, a condição das regiões periféricas.

A questão política, tão bem expendida na sua exposição, foi bem visualizada por Celso Furtado, quando sugeriu o Conselho de Governadores como uma forma de ter uma posição política regional em relação à política nacional. Infelizmente, com o desenvolvimento das coisas, aquele Conselho tornou-se fraco politicamente. E hoje é quase um muro de lamentações. A reunião de conselho da Sudene é uma reunião de frustrações: Os Governadores fazem reclamações e não há nada de positivo que derive desse Conselho. Ele não tem realmente influência política para a fixação de uma política regional. Ele é tão frustrado assim, porque foi nivelado por um universo enorme de funcionários de segundo e terceiro níveis, o que leva os Governadores a olhar aquele Conselho como algo que não merece respeito e que deveria merecer.

Então, não podemos nos conformar com essa ausência de uma força política regional no cenário nacional. Sugerir que os Governadores deveriam compor um Conselho, talvez até reunido em Brasília semestralmente ou coisa assim, para uma visão estratégica maior do problema regional, seria uma forma muito adequada de recomendar uma idéia que é altamente fecunda. Se a reunião não consegue se articular politicamente, ela não chega a nada. Pode-se pensar que essas regiões são fortes politicamente, porque têm uma representação no Congresso até desproporcional a sua população. Mas o que ocorre é que os representantes que vêm para cá, com honrosas exceções, via de regra representam aquela elite regional atrasada! E aqui fazemos um pacto de mediocridade: associam-se ao Governo Federal, desde que as migalhas sejam encaminhadas através deles, e aí dão suporte maior para que o Governo Federal seja tão atrasado e reacionário em relação às nossas regiões.

O exemplo da Comissão de Orçamento é flagrante: cheia de nordestinos, cada qual defendendo o pior pleito: dinheiro para aquela péssima prefeitura; dinheiro para aquele político do Estado que vai dividir com ele benefícios e vantagens. Portanto, trata-se de uma elite altamente danosa à região. Não sei se ela é uma representação política, da dimensão que é, boa ou má. Às vezes, até penso que se ela fosse menor poderia ser mais representativa. Isso é uma questão realmente grave!

A nossa representação política nordestina é uma representação de baixo preço! Uma negociação com São Paulo custa 50 bilhões de dólares! A negociação com um Estado do Nordeste custa a abertura de um banquinho qualquer falido; qualquer valor entre 400 ou 500 milhões de cruzeiros dá prestígio àquele Governador! Ele fica satisfeito com isso e não assume os pleitos da região ou do povo da região. Ele é dissociado desse povo.

Então, uma das questões que temos que estabelecer para que o Nordeste possa ter posição política adequada é tentar hegemonizar nas nossas regiões uma política mais fiel aos interesses reais dessa região; são os interesses de uma enorme população de marginalizados, desassistidos, deseducados!

Temos o exemplo da irrigação. A irrigação é importante para o Nordeste! Quem vai irrigar o Nordeste? Já compusemos os quadros; não temos um Instituto de Pesquisa e Irrigação; não temos nenhum treinamento básico para o agricultor trabalhar na irrigação. Em consequência, a coisa não passa de um sonho quimérico. Ou somos capazes de encerrar os nossos problemas como eles realmente são ou não chegaremos a nada! Para se pensar em irrigação, deve-se pensar no fator humano, porque a irrigação não é uma agricultura comum, é um estágio superior da agricultura, terceiro nível, digamos assim. Ela não pode ser feita com os "coltadinhos" que temos lá, mas com pessoas treinadas adequadamente para isso. E o resultado desse trabalho da irrigação é que pode ser distribuído para a população, melhorando seu nível de renda, sua condição de educação, de saúde etc.

Quando o Reis Veloso se refere ao problema que parece marginal, realmente não é, é uma questão absolutamente essencial. Se existisse esse Conselho, ele deveria ser capaz de acompanhar as políticas de crédito que os bancos oficiais exercitam, porque é aí uma das maiores fugas.

Foi composto para o Nordeste o Fundo Constitucional, que hoje é alguma coisa em torno de 400 a 500 milhões de dólares, um valor relevante, desde que ele fosse o valor adicional ao capital que a região recebe. Mas, na medida em que ele vai, reduzem-se as aplicações do BNDES. E lá da aplicação dos Bancos do Brasil e do BNDES é o suficiente para anular o Fundo Constitucional. Quer dizer, perdemos as coisas por falta de controle sobre as políticas nacionais que realmente importam e que são poderosas e que têm massa crítica suficiente para avançar a posição da nossa região.

Tive também minha atenção chamada para uma afirmação do Ministro, quando diz que a forma de ver a liberalização da economia nacional deveria conduzir muito mais a um sistema assemelhado com o do Japão e Tigres Asiáticos do que com outro qualquer, porque o sistema japonês é um sistema em que há realmente uma posição liberal razoável, mas que é um pacto entre governo, iniciativa privada e a população para se estudar a políti-

ca que convém ao país. Vemos um pouco de macaquice, aqui no Brasil. Estamos falando em liberalismo o tempo todo, mas não se vê bem se esse liberalismo é realmente conveniente a toda a extensão do País.

Essa diferenciação que eu chamo tanta atenção pode ser altamente prejudicada por uma política liberal diferenciada, essa política liberal tem que ser uma política que tenha em vista não somente o fator liberal, mas uma política mais própria ao atendimento dos interesses da nacionalidade.

O caso japonês é muito interessante. Lembro-me que, em 1974, havia um atraso muito grande na área de computadores entre o Japão e os Estados Unidos e o Governo japonês investiu na Toshiba, NEC e Fujitsu. Foi muito dinheiro na mão dessas empresas para que desenvolvessem a sua tecnologia e pudessem produzir computadores a nível internacional. Depois saltou essas empresas e elas passaram a um regime de liberalidade. Mas antes elas receberam aquele influxo que era necessário para que pudessem avançar.

A questão dos recursos humanos é algo que só poderíamos conquistar através de uma determinação como a que o Deputado Oriosto tem de só falar nisso, só brigar por isso! A questão da formação de recursos humanos no Nordeste tem que ser na frente; não pode ser na mesma proporção que o restante da população mais avançada. Tem-se que pôr mais recursos humanos do que o necessário, para que se possa fazer aquela ruptura de mudar a perspectiva da economia regional. Temos que partir com a Educação na frente; não simultaneamente, nem atrás. Para isso, é necessário realmente um engajamento político maior, para distorcer até a necessidade real. Temos que formar quadros em excesso, no momento, o que seria mais próprio do que formar apenas os necessários. Precisamos de formar mais técnicos do que o necessário, para que eles possam avançar essa mudança que necessitamos tão urgentemente.

Não é importante para o Nordeste apenas manter essa forma de desenvolvimento que tem aparentemente. É necessário que sejamos capazes de romper com esse equilíbrio aparente que a economia nordestina representa. Romper por quê? Porque ele é um equilíbrio desigual e injusto, que precisa ser rompido em busca de um equilíbrio mais justo e melhor.

É difícil gerar uma nova ideologia para o Nordeste, contando com uma elite tão atrasada e tão poderosa. Ela é muito insensível e muito distanciada dos problemas da região. A elite da região canavieira, por exemplo, nos faz um mal extraordinário, porque ela não tem nenhum compromisso com a região. E há outras também, não é só a canavieira. E, como eu dizia, uma elite barata e muito comprometida, o que é um grande fator de atraso para a nossa região, talvez o seu maior fator de atraso.

Não devemos prender-nos ao que está na região. A Sudene, o BNB, a Sudam, o Banco da Amazônia e seus instrumentos tiveram um grande papel, tiveram o seu momento, mas à medida que o tempo foi avançando, foram perdendo substância como uma idéia-força. Perderam a condição de avançar a mudança regional, porque ficaram antigos, não foram reavaliados. E o tempo é cruel. Realmente eles perderam capacidade de galvanizar a força regional. Temos não que acabar com eles. A idéia que ele levanta é muito interessante: termos um conselho político forte e poderemos levar esses órgãos como uma espécie de secretaria de apoio às novas medidas que a região possa vir a precisar.

Estou muito feliz por ter tido a oportunidade de ouvir o Ministro Reis Veloso, e a sua exposição comprova que o País o tem como um dos seus melhores pensadores.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO — Obrigado.

O SR. LUIZ GIRÃO — Sr. Presidente, permita-me quebrar um pouco o protocolo para denunciar um fato que acabei de assistir, agora, na Comissão de Economia, no depoimento do Dr. Modiano — por isso cheguei um pouco atrasado aqui. S. S. foi taxativo ao dizer que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico deixou de ter relações comerciais com o Banco do Nordeste do Brasil. Ou seja, toda a possibilidade de avançar recursos para a região nordestina por intermédio do BNDES deixou de existir, por que o Banco do Nordeste deixou de honrar compromissos de administrações anteriores, pelos quais ele emprestou dinheiro à Binacional Itaipu. Vejam V. Ex.ªs os absurdos que ainda encontramos em nossa região: o Banco do Nordeste age como se fosse a África emprestando dinheiro aos norte-americanos. O Banco do Nordeste, como se os recursos estivessem sobrando, se presta a emprestar dinheiro à Binacional Itaipu e hoje está completamente inadimplente com relações cortadas com o BNDES, porque a Itaipu não honrou os seus compromissos. Quero já que há uma boa quantidade de Deputados da região Nordeste na Comissão que nós façamos um trabalho, uma força-tarefa para encontrar a forma de resolver politicamente esse impasse para que os recursos do FNE possam ter um papel maior, porque se pode fazer financiamentos, onde se colocaria parte dos recursos do FNE e parte dos recursos do Finaime e do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Depois da intervenção do Deputado Luiz Girão, a Mesa consulta o Ministro Reis Veloso se deseja fazer alguma colocação final.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO — Apenas para dizer da satisfação com que eu compareci a esta Comissão, pois ela tem um papel muito importante a desempenhar, e também do prazer de estar com V. Ex.ªs. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — A Mesa, em nome do Relator Beni Veras e em nome de todos os integrantes da Comissão Mista, manifesta, mais uma vez, profundamente agradecida, a sua simpatia, admiração e reconhecimento à inteligência desse notável brasileiro que é o Ministro João Paulo dos Reis Veloso.

Declaro encerrada a reunião.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF